



Migrações e Comunicação na Era Planetária

Debates e Ações

Rosa Cabecinhas, Luiza Lins e Isabel Macedo (Eds.)



Coleção Atas





UMinho Editora
Atas



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade

EDITORES

Rosa Cabecinhas
Luíza Lins
Isabel Macedo

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins
Rosa Cabecinhas

FOTOGRAFIA CAPA

Steve Johnson (@steve_j)

DESIGN

Tiago Rodrigues

REVISÃO

Sofia Salgueiro

PAGINAÇÃO

Ana Daniele Maciel

EDIÇÃO UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2026

eISBN 978-989-9074-94-1

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

© Autores / Universidade do Minho – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

Migrações e Comunicação na Era Planetária

Debates e Ações

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Média e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.



Este livro reúne um conjunto plural de estudos e reflexões críticas sobre migrações e comunicação, a partir de debates originados no congresso internacional “Migrações e Comunicação na Era Planetária: Debates e Ações”, realizado em Braga, em abril de 2025. Esta conferência marcou o termo do projeto MigraMediaActs, cujo objetivo foi promover um espaço para questionar, repensar e reconstruir percursos comunitários através da comunicação, num contexto planetário fragmentado e polarizado, marcado por profundas desigualdades. Ao longo de 15 capítulos, provenientes de trabalhos apresentados no congresso e submetidos a revisão por pares, esta coletânea reúne contributos de autores de diferentes áreas do saber e oriundos de diferentes geografias, abordando um vasto leque de temáticas, entre as quais se destacam: o debate sobre políticas migratórias, direitos humanos, os procedimentos de vigilância eletrónica nas fronteiras e perfilagem automatizada com auxílio da chamada inteligência artificial; as dinâmicas das plataformas digitais e o impacto dos sistemas automáticos de datificação; as representações das migrações e das pessoas migrantes em discursos jornalísticos; a participação e agência de pessoas migrantes e de outros grupos minorizados nos média, e outras questões relacionadas com a conectividade e o acesso de pessoas migrantes à informação no contexto digital, bem como com as disputas em torno dos discursos de ódio e da xenofobia. Numa perspetiva de valorização da diversidade linguística e cultural, cada capítulo desta obra é apresentado no idioma escolhido pelos seus autores. Ao integrar investigações empíricas e análises críticas, este livro afirma-se não apenas como uma coletânea temática, mas também como um gesto político que questiona quem tem direito à palavra, quem é escutado e quem conta apenas como estatística. Deste modo, evidencia-se o papel da comunicação tanto na reprodução de hierarquias coloniais e desigualdades, quanto na criação de espaços de resistência e na produção de contranarrativas.

Palavras-chave

migrações, comunicação, média, ativismo, decolonialidade

This book compiles a diverse collection of studies and critical reflections on migration and communication, drawn from debates at the international conference “Migration and Communication in the Planetary Era: Debates and Actions”, held in Braga in April 2025. The conference marked the conclusion of the MigraMediaActs project, which aimed to create a space to question, rethink, and reconstruct community trajectories through communication in a fragmented and polarised planetary context characterised by profound inequalities. Across 15 chapters, derived from conference presentations and subjected to peer review, this collection gathers contributions from authors from different fields of knowledge and diverse geographies, addressing a wide range of topics, including: debates on migration policies and human rights; electronic border surveillance procedures and automated profiling with the assistance of so-called artificial intelligence; the dynamics of digital platforms and the impact of automated datafication systems; representations of migration and migrant people in journalistic discourse; the participation and agency of migrants and other marginalised groups in the media; and other issues related to connectivity and access to information for migrant populations in digital contexts, as well as disputes surrounding hate speech and xenophobia. In recognition of linguistic and cultural diversity, each chapter in this work is presented in the language chosen by its authors. By integrating empirical research and critical analyses, this book functions not only as a thematic collection but also as a political gesture that interrogates who is granted a voice, who is heard, and who counts only as a statistic. In this way, the role of communication is highlighted both in reproducing colonial hierarchies and inequalities and in creating spaces of resistance and producing counter-narratives.

Keywords

migration, communication, media, activism, decoloniality

<i>(In)visibilidades Mediáticas e Migrações: Desafiar Apagões e Silêncios,</i> Rosa Cabecinhas, Luiza Lins & Isabel Macedo	9
<i>Media (In)Visibilities and Migrations: Challenging Silences and Erasures,</i> Rosa Cabecinhas, Luiza Lins & Isabel Macedo	17
<i>Policies of Migrants' Integration in Europe: Backlash, Not Backslide,</i> Isabel Estrada Carvalhais	25
<i>Hacer Explícito el Enfoque de Derechos Humanos en los Contenidos Periodísticos Sobre Migración,</i> Susana de Andrés, Manuel Chaparro & Lidia Peralta	39
<i>Nem Todos Imigram Porque Querem: Como os Média Noticiam as Migrações Climáticas,</i> Alice Balbé	53
<i>“Me Odeie, que Eu Te Odeio de Volta”: Dimensões Relacionais e de Reversibilidade da Xenofobia,</i> Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior & Carlos Alberto de Carvalho	67
<i>Migrants' Trust, Equity, and Inclusion in Digital Public Services: A Focus on Information Access and Use,</i> Zahra Hosseini	81
<i>Alternative Pathways to Journalism and Inclusive Spaces for Marginalised Voices,</i> Jessica Gustafsson	97
<i>Migrantes Conectados: Desafios e Possibilidades Etnográficas Para o Estudo de Dinâmicas Migratórias em Rede,</i> Júlia Afonso Lyra	111
<i>Migrações e Plataformização: Refletindo Sobre a Relação Entre Plataformas e Trabalho Digital de Imigrantes,</i> Dalvacir Xavier de Oliveira Andrade	125

<i>Migration and Digital Political Activism: The Venezuelan Case</i> , Carmen Beatriz Fernández & Daniel Montero	139
<i>Iniciativas Interculturales de la Inmigración Portuguesa en Venezuela: El Instituto Portugués de Cultura</i> , Andrea Imaginario Bingre	155
<i>Carnaval em Diálogo: Quilombos Contemporâneos e a Interação Cultural Entre as Escolas de Samba do Rio de Janeiro e o Carnaval de Estarreja</i> , Leonardo Morais Lopes & Lucas Novais	169
<i>Fronteira do Tempo: Representações de Pessoas Refugiadas nos Jornais Locais e a Relevância da Coetaneidade</i> , Daniela Monteiro & Emília Araújo	185
<i>Narrativas de Hierarquização Étnica e Racial Entre Ativistas Anti-Imigração Portugueses em Plataformas Digitais</i> , Lucas Arantes Zanetti & Denise Cogo	195
<i>Representação Mediática da Agenda Político-Governativa Sobre as Minorias Étnicas em Angola (2016–2021)</i> , Gabriel Benguela	209
<i>Italian Filmmakers With Migration Backgrounds Engaging in Intercultural Understanding</i> , Raissa Baroni	221
Notas Biográficas	231
Comissão Científica	239

(In)visibilidades Mediáticas e Migrações: Desafiar Apagões e Silêncios

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.1>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Luiza Lins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>
luizaalins@gmail.com

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>
isabelmaced@gmail.com

No dia 28 de abril de 2025, Portugal e Espanha viveram o que foi considerado o maior apagão europeu em mais de 20 anos, tendo dado azo a uma extensa campanha de desinformação que incluiu diferentes narrativas, desde ataques cibernéticos da Rússia a anomalias atmosféricas. O relatório técnico oficial, publicado alguns meses depois, entre outras conclusões, apontou que a falha teve origem em um conjunto de oscilações no sistema elétrico ibérico, o que provocou uma subida de tensão acima dos limites operacionais. Entretanto, não são os aspetos técnicos que justificam a presença do acontecimento nesta introdução, mas o entendimento de que este não foi apenas um “apagão de luz”: foi um apagão nos modos de vida e na conectividade a que estamos habituados e que damos por adquiridos. Durante muitas horas (na cidade de Braga, o apagão de luz durou cerca de 11 horas, mas em muitos lares apenas a meio do dia seguinte seriam restabelecidas a luz e a água corrente), vivenciou-se um apagão da rotina e de uma dita “normalidade” comunicacional.

Ora, foi precisamente no dia 28 de abril que se iniciou o congresso internacional “Migrações e Comunicação na Era Planetária: Debates e Ações”, mais propriamente o pré-evento, que começou pela manhã com uma visita guiada à cidade, por Chisoka Simões, intitulada “Histórias Cruzadas: Colonialismo e os Caminhos para a Decolonialidade em Braga”. Quando a visita estava a terminar, começámos a notar que as pessoas à nossa volta mostravam sinais de inquietação e verificavam incessantemente o telemóvel. Várias de nós começámos a receber mensagens alarmantes nos telemóveis, antes de ficarmos sem rede, e, quando a visita guiada terminou, o restaurante que tínhamos reservado para o almoço não podia operar. O pré-evento foi profundamente afetado pelo apagão, impondo reflexões e escolhas sobre reconfigurações, sobre como comunicar a todas as pessoas envolvidas as possibilidades de realizá-lo sem acesso à energia, sem conexão à internet, entre outros questionamentos.

Apesar da situação de incerteza, decidimos manter a pré-conferência da tarde, prevista para o auditório da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, que incluía uma mesa-redonda e uma sessão de visionamento e debate de curtas-metragens do projeto *MigraMediaActs*. Sem definições sobre a causa do apagão e sem previsão de seu término, realizamos uma sessão única, em formato circular, com apenas a oralidade e a luz natural. Discutiu-se comunicação, sem acesso ao aparato técnico e às conexões digitais a que estamos habituados. O debate foi animado e ficámos na biblioteca até quase ao lusco-fusco. Quando saímos da biblioteca, sentimos que estávamos fora do mundo. Muitos bens essenciais já estavam esgotados nos supermercados, valendos-nos das pequenas lojas de bairro, de produtores locais e/ou de migrantes.

Embora vários participantes do congresso tenham chegado de véspera a Braga, a grande maioria tinha a chegada prevista para esse dia. Alguns dos nossos convidados internacionais, ao chegar a Braga no dia 28 à tarde (uma cidade que alguns visitavam pela primeira vez), depararam-se com uma situação inédita: as máquinas ATM fechadas, os restaurantes fechados e a ausência de rede móvel – o que impedia não só a comunicação à distância, mas também os pagamentos eletrónicos habituais e a navegação assistida eletronicamente. Nestas circunstâncias, foi preciso encontrar alternativas de encontro e alimentação. Sem acesso a mapas digitais e à comunicação mediada por dispositivos eletrónicos, desenhamos mapas à mão, distribuídos por vários hotéis da cidade, com instruções simples de navegação para um local de encontro ao final do dia. À luz das velas e num contexto de grande incerteza, partilharam-se emoções e fizeram-se planos de “contingência” para o dia seguinte.

Na manhã do dia 29 de abril, apesar de já haver eletricidade, a plataforma Zoom ainda não funcionava e não foi possível a transmissão prevista via *streaming* das sessões para quem participaria remotamente, o que se traduziu em trabalho extra inesperado de reprogramar as sessões online. O *coffee break* da manhã chegou atrasado, pois as padarias não conseguiram operar nas horas habituais e várias outras questões logísticas ainda não haviam sido resolvidas. Mas, apesar de todas as contingências, a recordação que temos desses dias é de uma troca profunda de ideias, de aprendizagem mútua e de intensa partilha.

Assim, o congresso internacional “Migrações e Comunicação na Era Planetária: Debates e Ações” decorreu de 28 a 30 de abril, na Universidade do Minho. O evento foi organizado como conferência de encerramento do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e sediado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Como referimos, as atividades do congresso tiveram início no dia 28 de abril, com o pré-evento “Visões (De) coloniais: Diálogos em Cultura Visual, Alteridades e Ativismo”, organizado em parceria com o Grupo de Trabalho de Cultura Visual da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, o projeto *CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage* e o Mestrado em *Media Arts*.

Ainda no quadro da programação do congresso, ao longo do mês de abril, decorreu o ciclo de cinema “(Sobre)vivências num Mundo Inóspito – Olhares Sobre Exclusões e Resistências”, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, organizado pelo Lucky Star – Cineclub de Braga, em parceria com o projeto *MigraMediaActs* e o Fórum Cidadania pela Erradicação da Pobreza – Braga, associado à Rede Europeia Anti-Pobreza. Este ciclo apresentou filmes sobre migrações e desigualdades sociais, e contou com a presença de realizadores, académicos e ativistas, tendo proporcionado momentos de reflexão com a comunidade.

Nos dias 29 e 30 de abril estava prevista uma extensa programação, com lançamentos de livros e revistas académicas, mais de 15 sessões de apresentação de trabalhos científicos, além da exibição de filmes, debates com os realizadores e intervenções artísticas. Neste programa, estavam envolvidos, presencialmente e/ou na modalidade online, mais de 160 participantes de África, Ásia, Europa e América Latina, incluindo docentes, discentes, investigadores, artistas e ativistas. Diante da dimensão do congresso e do grande número de participantes que já se encontravam na cidade após longas deslocações, concluiu-se pela necessidade de prosseguir com as atividades, ainda que fossem necessárias algumas adaptações importantes. Prosseguir, sobretudo, para que fosse possível discutir e desafiar apagões, silêncios e (in)visibilidades mediáticas.

A proposta inicial do congresso era promover um espaço para questionar, repensar e reconstruir percursos comunitários através da comunicação, em um contexto planetário fragmentado e polarizado, em que *fait-divers* quotidianos são propagados à exaustão pelos média enquanto se silenciam genocídios. De facto, ao mesmo tempo que se assiste a um desinvestimento nas políticas públicas que visam garantir a todas as pessoas a fruição de uma vida digna e feliz, verifica-se uma corrida ao armamento, erguem-se muros para impedir a entrada de “imigrantes ilegais” e implementam-se custosos e invasivos mecanismos de vigilância eletrónica e de perfilagem automatizada com auxílio da chamada inteligência artificial, determinando quem merece viver com dignidade e quem conta apenas como estatística.

O atual ecossistema mediático, as chamadas *big tech*, a plataformação e datificação, têm contribuído para a normalização da guerra e a banalização do sofrimento

do Outro, replicando velhos padrões de desatenção e invisibilização de grupos minorizados, nomeadamente os migrantes e pessoas racializadas. Assim, ao mesmo tempo que se esgotam recursos do planeta, agravando ainda mais as situações de extrema pobreza e os efeitos das alterações climáticas, reificam-se imaginários belicistas e excludentes.

Como bem salientou Manuel Chaparro, na sessão plenária de abertura do congresso, não podemos calar o genocídio que está a decorrer em Gaza. Algumas guerras são esquecidas pelos média enquanto outras estão sempre presentes, mas as suas vítimas são emudecidas e apagadas como pessoas, sendo quase todo o tempo de antena ocupado com as vozes dos que têm atizado a guerra, enquanto alegadamente negociam a paz sem a participação das pessoas que vivem nos territórios em causa ou que deles foram forçadas a partir. Estas são apenas números, sombras no meio dos escombros, braços pedintes e olhares de desespero, imagens que nos fazem fechar os olhos e, pouco a pouco, nos dessensibilizam do sofrimento do Outro.

O projeto *MigraMediaActs* teve como objetivo geral analisar conteúdos mediáticos em língua portuguesa, buscando compreender como se desenvolvem os processos de descolonização das paisagens mediáticas e como diferentes atores sociais contribuem para esses processos. Ao longo do projeto, foram analisados diversos média, procurando perceber quem é ouvido, como e sobre que temas. Indo mais além, estudámos como é que as pessoas migrantes e racializadas participam nos média e desfazem ativamente as teias da invisibilidade.

Reunindo uma equipa multidisciplinar, oriunda de diferentes geografias, o projeto realizou um levantamento de média digitais alternativos em Portugal, tendo sido selecionados cinco para uma análise mais aprofundada. Paralelamente, foi realizado o mapeamento de curtas-metragens sobre a temática e um levantamento sobre o ativismo migrante, com a realização de entrevistas aprofundadas. As entrevistas realizadas deram origem à produção de curtas-metragens, que têm sido usadas em contextos educativos para estimular o debate e consciencialização sobre migrações e comunicação intercultural.

Neste contexto, o programa do congresso foi planeado para combinar debate académico, lançamentos de livros, exposições de filmes e exposições de arte, criando uma experiência intelectual inspirada numa abordagem interseccional e decolonial. Entretanto, a energia elétrica era essencial para que o evento acontecesse do modo como foi planeado, a infraestrutura invisível que sustenta a nossa vida quotidiana revelou-se frágil. A perturbação que sentimos por essa experiência de vulnerabilidade no nosso lugar de privilégio, em apenas umas horas sem acesso ao que consideramos “básico”, fez-nos lembrar o quanto tendemos a esquecer as vivências e o sofrimento das pessoas que diariamente lutam pela sobrevivência, vítimas de guerras e/ou de sistemas opressores extrativistas, num mundo alegadamente “pós-colonial”.

Curiosamente, esse acontecimento emblemático atingiu-nos justamente durante um evento dedicado a fomentar reflexões críticas e a promover iniciativas que ampliam

e tornam mais inclusiva a compreensão das migrações no mundo contemporâneo. A partir das múltiplas dimensões da comunicação, da cultura visual, do ativismo e da cidadania, buscava-se compreender o papel dessas práticas na (re)configuração de espaços e poéticas relacionais, bem como na promoção de uma escuta atenta.

Apesar de alguns prejuízos inevitáveis, como transportes cancelados que impediram a chegada de alguns participantes ou a instabilidade na plataforma de transmissão das sessões online, mesmo após o restabelecimento da energia (a partir do segundo dia do evento), com a colaboração de todos os envolvidos, redefinimos formatos, horários, insistimos na presença e no debate. Este livro é um dos produtos destes três dias de encontros, trocas e reflexões. Estão reunidos aqui 15 capítulos, provenientes de apresentações orais no congresso e submetidos a um processo de revisão por pares. Participam desta edição alguns dos trabalhos científicos apresentados no evento, submetidos pelos participantes, bem como propostas de oradores convidados. Seguimos a mesma perspectiva de valorização da diversidade linguística adotada no congresso, onde as línguas oficiais eram o português e o inglês, mas também foram apresentadas comunicações e intervenções artísticas em castelhano, francês e galego. Nesta edição, cada capítulo está apresentado no idioma escolhido pelos autores.

O livro contempla a abordagem de um vasto leque de temáticas, entre as quais destacamos, por exemplo, o debate sobre as políticas migratórias na Europa, presente no texto de abertura, “Policies of Migrants’ Integration in Europe: Backlash, not Backslide” (Políticas de Integração de Migrantes na Europa: Retaliação, Não Retrocesso), de Isabel Estrada Carvalhais. Neste capítulo, a autora aborda novas e antigas retóricas sobre a imigração, bem como o afastamento entre as políticas migratórias europeias e a compreensão da cidadania e do acesso a direitos fundamentais por pessoas migrantes, evidenciando históricas incapacidades de lidar com a alteridade. Na sequência, Susana de Andrés, Manuel Chaparro e Lidia Peralta debatem relações entre migrações e direitos humanos, em “Hacer Explícito el Enfoque de Derechos Humanos en los Contenidos Periodísticos Sobre Migración” (Tornar Explícita a Abordagem dos Direitos Humanos nos Conteúdos Jornalísticos Sobre Migração), ao apresentar uma investigação sobre a frequência e o contexto em que os termos “migração” e “direitos humanos” aparecem juntos nas peças jornalísticas, discutindo as implicações da baixa coexistência destes dois campos semânticos.

Sem seguir uma ordem linear, destacamos que os capítulos deste livro situam os debates sobre migrações e comunicação em variados média, como na análise de produções cinematográficas, proposta por Raissa Baroni, em “Italian Filmmakers With Migration Backgrounds Engaging With Intercultural Understanding” (Cineastas Italianos com Antecedentes Migratórios Comprometidos com a Compreensão Intercultural), um ensaio que evidencia como dois filmes italianos, feitos por cineastas com experiência migratória, oferecem contranarrativas às representações tradicionais da migração no Mediterrâneo. A presente obra inclui, também, textos sobre representações das migrações e pessoas migrantes em jornais, como em “Fronteira do Tempo: Representações de Pessoas Refugiadas nos Jornais Locais e a Relevância da Coetaneidade”, de Daniela Monteiro e Emília Araújo, que aborda a construção

temporal nas representações de pessoas refugiadas como “à espera”, nas notícias de jornais regionais portugueses, o que contribui para a sua estigmatização e invisibilização. Ou, ainda, a discussão proposta por Alice Balbé, em “Nem Todos Imigram Porque Querem: Como os Média Noticiam as Migrações Climáticas”, sobre a forma como os média noticiam as migrações climáticas e o impacto das alterações climáticas nas migrações, a partir da análise de notícias em língua portuguesa.

Há também um conjunto de textos que aborda a participação e o acesso de pessoas migrantes à informação no contexto digital. Em “Migrants’ Trust, Equity, and Inclusion in Digital Public Services: A Focus on Information Access and Use” (Confiança, Equidade e Inclusão dos Migrantes nos Serviços Públicos Digitais: Foco no Acesso e no Uso da Informação), Zahra Hosseini discute como o acesso de pessoas migrantes à informação pública digital na Finlândia é moldado por desafios socioculturais – como língua, literacia digital, redes de comunicação e familiaridade com o sistema –, que afetam a inclusão, a confiança e o pertencimento. Jessica Gustafsson, por sua vez, em “Alternative Pathways to Journalism and Inclusive Spaces for Marginalised Voices” (Caminhos Alternativos Para o Jornalismo e Espaços Inclusivos Para Vozes Marginalizadas), debate como os média podem representar espaços alternativos importantes em um contexto de crescente sentimento anti-imigração. Ao analisar o caso da iniciativa sueca, Fanzingo, a autora evidencia como o trabalho com jovens marginalizados pode diversificar as narrativas e fortalecer as suas vozes.

Nesta mesma perspetiva da comunicação digital como espaço de maior inclusão, Júlia Afonso Lyra, em “Migrantes Conectados: Desafios e Possibilidades Etnográficas Para o Estudo de Dinâmicas Migratórias em Rede”, a partir de uma investigação com influenciadores venezuelanos no Brasil, descreve os desafios e possibilidades das etnografias digitais em estudos de comunicação e migração. Ainda no campo da comunicação digital, Dalvacir Xavier de Oliveira Andrade, em “Migrações e Plataformização: Refletindo Sobre a Relação Entre Plataformas e Trabalho Digital de Imigrantes”, analisa como imigrantes brasileiros em Portugal usam o YouTube, mostrando como as suas práticas digitais combinam trabalho, visibilidade e vigilância. A autora introduz a noção de “narrativa comercial da imigração” para discutir questões como o pertencimento, o reconhecimento e a sobrevivência, mediados por plataformas e algoritmos.

O papel da conectividade digital na organização e ativismo político, oferecendo novas ferramentas para compreender políticas públicas e narrativas anti-imigração, também é debatido por Carmen Beatriz Fernández e Daniel Montero em “Migration and Digital Political Activism: The Venezuelan Case” (Migração e Ativismo Político Digital: O Caso Venezuelano), um texto que aborda o uso de dados do Facebook para mapear demograficamente e geograficamente a diáspora venezuelana, estimada em 7,7 milhões de pessoas, destacando a sua presença em países como o Brasil, a Colômbia e os Estados Unidos da América.

A diversidade desta coletânea também se observa na reunião de reflexões sobre diferentes realidades geográficas e políticas. Por exemplo, Gabriel Benguela, no texto

“Representação Mediática da Agenda Político-Governativa Sobre as Minorias Étnicas em Angola”, analisa como os média representam as minorias étnicas angolanas, indicando uma cobertura desigual e a baixa prioridade informativa. Já Leonardo Moraes Lopes e Lucas Novais abordam as relações interculturais entre Brasil e Portugal em “Carnaval em Diálogo: Quilombos Contemporâneos e a Interação Cultural Entre as Escolas de Samba do Rio de Janeiro e o Carnaval de Estarreja”, um texto no qual os autores refletem sobre a transposição do modelo carioca de escolas de samba para Estarreja, Portugal, analisando a estética, a performance e o contexto social. O olhar a partir das relações interculturais está presente também no texto proposto por Andrea Imaginario Bingre, “Iniciativas Interculturales de la Inmigración portuguesa en Venezuela: El Instituto Portugués de Cultura” (Iniciativas Interculturais da Imigração Portuguesa na Venezuela: O Instituto Português de Cultura), que analisa o papel do Instituto Português de Cultura na Venezuela, destacando a sua atuação como agente de interculturalidade e de representação cultural em um contexto migratório marcado por estereótipos.

Cabe ainda destacar a permanência das questões em aberto e da coexistência de posições divergentes também nesta obra que abriga, por exemplo, dois princípios metodológicos distintos na análise de discursos de ódio e xenofobia. Lucas Arantes Zanetti e Denise Cogo, em “Narrativas de Hierarquização Étnica e Racial Entre Ativistas Anti-Imigração Portugueses em Plataformas Digitais”, propõem um exame de como ativistas anti-imigração em Portugal utilizam narrativas raciais e étnicas na rede X para justificar a rejeição a imigrantes, articulando tais discursos com o racismo e a colonialidade. Com base numa etnografia digital e entrevistas, apresentam-se explicitamente os conteúdos ou motivações racistas que sustentam a mobilização do ativismo anti-imigração. Por outro lado, Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior e Carlos Alberto de Carvalho, em “Me Odeie, que Eu Te Odeio de Volta: Dimensões Relacionais e de Reversibilidade da Xenofobia?”, adotam um princípio ético de não reprodução de imagens e/ou textos integrais que caracterizam como portadores de matiz xenófobo, apresentando apenas dados que possibilitam a análise. Os autores entendem que, ao reproduzir tais conteúdos, podem, mesmo que involuntariamente, fazer parte de redes de violência, como as próprias da xenofobia e de suas dinâmicas de outrificação desumanizadora. Assim, argumentam que a reprodução de piadas ou *memes* depreciativos pode atuar na mesma direção da xenofobia que desumaniza e se agrava quando combinada a outros preconceitos, representando um obstáculo à promoção dos direitos humanos.

Inspiradas pelo conteúdo e pelos debates suscitados neste encontro de ideias, convidamos as pessoas leitoras ao exercício de questionar, repensar e reconstruir, tão necessário para compreender a era planetária, um tempo em que estamos profundamente interconectados. Que este livro, assim como o congresso que “sobreviveu a um apagão”, inspire reflexões sobre as migrações e as formas pelas quais nos comunicamos – como pessoas, grupos, comunidades e sociedades.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, em parceria com o projeto *CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage*, financiado pela Comissão Europeia no quadro do programa Horizon Europe Research and Innovation Actions (Acordo de subvenção N.º 101132582). Este trabalho é também financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025–2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Media (In)Visibilities and Migrations: Challenging Silences and Erasures

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.1>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Luiza Lins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>
luizaalins@gmail.com

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>
isabelmaced@gmail.com

On 28 April 2025, Portugal and Spain experienced what was considered the largest European energy failure in more than 20 years, prompting an extensive disinformation campaign that included narratives ranging from Russian cyberattacks to atmospheric anomalies. The official technical report, published a few months later, concluded, among other findings, that the failure originated from oscillations in the Iberian electrical system, which led to a voltage rise beyond operational limits. However, it is not the technical aspects that justify the presence of this event in this introduction, but rather the understanding that this was not merely a “energy failure”: it was a shift in the ways of life and of the connectivity to which we are accustomed and which we take for granted. For many hours (in the city of Braga, the power outage lasted around 11 hours, but in many households, electricity and running water were only restored by the middle of the following day), there was a change of routine and of a so-called communicational “normality”.

It was precisely on 28 April that the international conference “Migrations and Communication in the Planetary Era: Debates and Actions” began, more specifically,

its pre-event, which started in the morning with a guided visit to the city led by Chisoka Simões, entitled “Crossed Histories: Colonialism and the Paths towards Decoloniality in Braga”. As the visit was coming to an end, we began to notice that people around us were showing signs of anxiety and constantly checking their mobile phones. Several of us started receiving alarming messages on our phones. When the guided visit ended, the restaurant we had booked for lunch was unable to operate. The pre-event was profoundly affected by the energy failure, forcing reflections and decisions about reconfigurations, including how to communicate to all those involved, the possibilities of holding it without access to electricity or an internet connection, among other questions.

Despite the uncertainty, we decided to go ahead with the afternoon pre-conference, scheduled for the auditorium of the Lúcio Craveiro da Silva Library, which included a round table and a screening and discussion session of short films from the *MigraMediaActs* project. With no clear information about the cause of the power cut and no forecast for its end, we held a unique session, in a circular format, relying solely on orality and natural light. Communication was discussed without access to the technical apparatus and digital connections we have become accustomed to. The debate was lively, and we remained at the library until almost dusk. When we left the library, we felt as though we were outside the world. Many essential goods had sold out in supermarkets, leaving us dependent on small neighbourhood shops, local producers and/or migrant-run businesses.

Although several conference participants had arrived in Braga the day before, the vast majority were scheduled to arrive on that day. Some of our international guests, upon arriving in Braga on the afternoon of 28 April (a city that some were visiting for the first time), encountered an unprecedented situation: ATMs were closed, restaurants were shut, and no mobile network, which prevented not only distance communication but also the usual electronic payments and digitally assisted navigation. In this circumstances, it was necessary to find alternative places to meet and eat. Without access to digital maps or communication via electronic devices, we drew maps by hand and distributed them to various hotels in the city, along with simple navigation instructions to a meeting point at the end of the day. By candlelight and amid great uncertainty, emotions were shared, and “contingency” plans were made for the following day.

On the morning of 29 April, despite the return of electricity, the Zoom platform was still not functioning, and it was not possible to carry out the planned live streaming of the sessions for remote participants, resulting in unexpected extra work to reschedule the online sessions. The morning coffee break arrived late, as bakeries were unable to operate at their usual hours and several other logistical issues had not yet been resolved. Nevertheless, despite all the contingencies, our memory of those days is one of deep exchange of ideas, mutual learning and intense sharing.

The international conference “Migrations and Communication in the Planetary Era: Debates and Actions” took place from 28 to 30 April at the University of Minho. The event was organised as the closing conference of the project *MigraMediaActs*

– *Migrations, Media and Activisms in the Portuguese Language: Decolonising Media Landscapes and Imagining Alternative Futures*, funded by the Foundation for Science and Technology and hosted by the Communication and Society Research Centre. As mentioned, the conference activities began on 28 April with the pre-event “(De)colonial Visions: Dialogues in Visual Culture, Alterities and Artivism”, organised in partnership with the Visual Culture Working Group of the Portuguese Association of Communication Sciences, the project *CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage*, and the master’s degree in Media Arts.

Still within the framework of the conference programme, throughout the month of April, the film cycle “(Sur)vivals in a Hostile World – Views on Exclusions and Resistances” took place at the Lúcio Craveiro da Silva Library, organised by Lucky Star – Cineclube de Braga, in partnership with the *MigraMediaActs* project and the Citizens’ Forum for the Eradication of Poverty – Braga, associated with the Northern European Anti-Poverty Network. This cycle presented films on migrations and social inequalities and included the presence of filmmakers, academics and activists, providing moments of reflection with the community.

For 29 and 30 April, an extensive programme was planned, including book and academic journal launches, more than 15 sessions for the presentation of scientific papers, as well as film screenings, debates with filmmakers and artistic interventions. The programme involved, in person and/or online, more than 160 participants from Africa, Asia, Europe and Latin America, including lecturers, students, researchers, artists and activists. Given the scale of the conference and the large number of participants already in the city after long journeys, it was concluded that proceeding with the activities was necessary, even if some significant adaptations were required. To proceed, above all, so that it would be possible to discuss and challenge erasures, silences and media (in)visibilities.

The initial proposal for the conference was to create a space to question, rethink, and reconstruct community pathways through communication, in a fragmented and polarised planetary context, where everyday *faits divers* are endlessly propagated by the media while genocides are silenced. Indeed, at the same time as there is a withdrawal of investment in public policies aimed at guaranteeing everyone the enjoyment of a dignified and happy life, there is a rush towards armament, walls are erected to prevent the entry of “illegal immigrants”, and costly and invasive mechanisms of electronic surveillance and automated profiling are implemented with the help of so-called Artificial Intelligence, determining who deserves to live with dignity and who counts only as a statistic.

The current media ecosystem – the so-called big tech, platformisation and datafication – has contributed to the normalisation of war and the banalisation of the suffering of the Other, replicating old patterns of inattention and invisibilisation of minoritised groups, namely migrants and racialised people. Thus, while the planet’s resources are depleted, further aggravating situations of extreme poverty and the effects of climate change, bellicose and exclusionary imaginaries are reified.

As Manuel Chaparro rightly stressed in the opening plenary session of the conference, we cannot remain silent about the genocide currently taking place in Gaza. Some wars are forgotten by the media, while others are constantly present. Yet, their victims are silenced and erased as persons, with almost all airtime occupied by the voices of those who fuel war while allegedly negotiating peace without the participation of the people who live in the affected territories or who have been forced to leave them. Those are merely numbers, shadows amid the rubble, outstretched arms and desperate looks – images that make us close our eyes and gradually desensitise us to the suffering of the Other.

The *MigraMediaActs* project had the general objective of analysing media content in Portuguese language, seeking to understand how processes of decolonisation of media landscapes develop and how different social actors contribute to these processes. Throughout the project, various media were analysed to understand who is listening to, how and on what topics. Going further, we studied how migrant and racialised people participate in the media and actively dismantle the webs of invisibility.

Bringing together a multidisciplinary team from different geographical contexts, the project carried out a survey of alternative digital media in Portugal, from which five were selected for more in-depth analysis. In parallel, a mapping of short films on the topic was conducted, as well as a survey of migrant activism, through in-depth interviews. These interviews led to the production of short films, which have been used in educational contexts to stimulate debate and raise awareness about migration and intercultural communication.

In this context, the conference programme was designed to combine academic debate, book launches, film screenings and art exhibitions, creating an intellectual experience inspired by an intersectional and decolonial approach. However, electricity was essential for the event to take place as planned, and the invisible infrastructure sustaining our daily lives proved fragile. The disturbance we felt due to this experience of vulnerability in our position of privilege – after just a few hours without access to what we consider “basic” – reminded us of how much we tend to forget the lived experiences and suffering of people who struggle daily for survival, victims of wars and/or extractivist oppressive systems, in an allegedly “post-colonial” world.

Interestingly, this emblematic event struck us precisely during a meeting dedicated to fostering critical reflections and promoting initiatives that broaden and make more inclusive the understanding of migrations in the contemporary world. From the multiple dimensions of communication, visual culture, activism and citizenship, the aim was to understand the role of these practices in the (re)configuration of spaces and relational poetics, as well as in promoting attentive listening.

Despite some unavoidable losses, such as cancelled transport preventing the arrival of some participants or instability in the platform used to stream online sessions even after electricity was restored (from the second day of the event onwards), with the collaboration of everyone involved, we redefined formats and schedules and

insisted on presence and debate. This book is one of the outcomes of these three days of encounters, exchanges and reflections. It brings together 15 chapters, originating from oral presentations at the conference and submitted to a peer-review process. This edition includes some of the scientific papers presented at the event and submitted by participants, as well as contributions from invited speakers. We follow the same perspective of valuing linguistic diversity adopted at the conference, where the official languages were Portuguese and English, but where papers and artistic interventions were also presented in Spanish, French and Galician. In this edition, each chapter is presented in the language chosen by the authors.

The book addresses a wide range of themes, among which we highlight, for example, the debate on migration policies in Europe, present in the opening chapter, “Policies of Migrants’ Integration in Europe: Backlash, Not Backslide”, by Isabel Estrada Carvalhais. In this chapter, the author discusses new and old rhetorics on immigration, as well as the distancing between European migration policies and understandings of citizenship and access to fundamental rights for migrants, highlighting historical incapacities in dealing with alterity. Subsequently, Susana de Andrés, Manuel Chaparro and Lidia Peralta debate the relationship between migrations and human rights in “Hacer Explícito el Enfoque de Derechos Humanos en los Contenidos Periodísticos Sobre Migración”, presenting research on the frequency and context in which the terms “migration” and “human rights” appear together in journalistic pieces and discussing the implications of the low coexistence of these two semantic fields.

Without following a linear order, we note that the chapters in this book situate debates on migrations and communication across various media, such as the analysis of film productions proposed by Raissa Baroni in “Italian Filmmakers With Migration Backgrounds Engaging With Intercultural Understanding”, an essay that highlights how two Italian films made by filmmakers with migratory experience offer counter-narratives to traditional representations of migration in the Mediterranean. This volume also includes texts on representations of migrations and migrants in newspapers, such as “Fronteira do Tempo: Representações de Pessoas Refugiadas nos Jornais Locais e a Relevância da Coetaneidade”, by Daniela Monteiro and Emília Araújo, which addresses the temporal construction of representations of refugees as “waiting” in Portuguese regional newspapers, contributing to their stigmatisation and invisibilisation. Also noteworthy is the discussion proposed by Alice Balbé in “Nem Todos Imigram Porque Querem: Como os Média Noticiam as Migrações Climáticas”, on how the media report on climate migrations and the impact of climate change on migration, based on the analysis of Portuguese-language news.

There is also a set of texts addressing migrants’ participation and access to information in the digital context. In “Migrants’ Trust, Equity, and Inclusion in Digital Public Services: A Focus on Information Access and Use”, Zahra Hosseini discusses how migrants’ access to digital public information in Finland is shaped by sociocultural challenges – such as language, digital literacy, communication networks and familiarity with the system – which affect inclusion, trust and belonging. Jessica Gustafsson, in “Alternative Pathways to Journalism and Inclusive Spaces for Marginalised Voices”,

discusses how media can represent important alternative spaces amid growing anti-immigration sentiment. Analysing the Swedish initiative Fanzingo, the author shows how working with marginalised young people can diversify narratives and strengthen their voices.

From this same perspective of digital communication as a space for greater inclusion, Júlia Afonso Lyra, in “Migrantes Conectados: Desafios e Possibilidades Etnográficas Para o Estudo de Dinâmicas Migratórias em Rede”, based on research with Venezuelan influencers in Brazil, describes the challenges and possibilities of digital ethnographies in communication and migration studies. Still within the field of digital communication, Dalvacir Xavier de Oliveira Andrade, in “Migrações e Plataformização: Refletindo Sobre a Relação entre Plataformas e Trabalho Digital de Imigrantes”, analyses how Brazilian immigrants in Portugal use YouTube, showing how their digital practices combine work, visibility and surveillance. The author introduces the notion of the “commercial narrative of immigration” to discuss issues such as belonging, recognition and survival, mediated by platforms and algorithms.

The role of digital connectivity in organisations and political activism, offering new tools for understanding public policies and anti-immigration narratives, is also discussed by Carmen Beatriz Fernández and Daniel Montero in “Migration and Digital Political Activism: The Venezuelan Case”. This text uses Facebook data to map the Venezuelan diaspora, estimated at 7.7 million people, highlighting its presence in countries such as Brazil, Colombia, and the United States of America.

The diversity of this collection is also evident in the gathering of reflections on different geographical and political realities. For example, Gabriel Benguela, in “Representação Mediática da Agenda Político-Governativa Sobre as Minorias Étnicas em Angola”, analyses how Angolan ethnic minorities are represented in the media, indicating uneven coverage and low news priority. Leonardo Morais Lopes and Lucas Novais address intercultural relations between Brazil and Portugal in “Carnaval em Diálogo: Quilombos Contemporâneos e a Interação Cultural entre as Escolas de Samba do Rio de Janeiro e o Carnaval de Estarreja”, reflecting on the transposition of the Rio de Janeiro samba school model to Estarreja, Portugal, analysing aesthetics, performance and social context. An intercultural perspective is also present in the text by Andrea Imaginario Bingre, “Iniciativas Interculturales de la Inmigración Portuguesa en Venezuela: El Instituto Portugués de Cultura”, which analyses the role of the Portuguese Institute of Culture in Venezuela, highlighting its action as an agent of interculturality and cultural representation in a migratory context marked by stereotypes.

It is also worth highlighting the persistence of open questions and the coexistence of divergent positions in this volume, which includes, for example, two distinct methodological principles in the analysis of hate speech and xenophobia. Lucas Arantes Zanetti and Denise Cogo, in “Narrativas de Hierarquização Étnica e Racial Entre Ativistas Anti-Imigração Portugueses em Plataformas Digitais”, examine how anti-immigration activists in Portugal use racial and ethnic narratives on the X platform to justify the rejection of immigrants, articulating such discourses with racism

and coloniality. Based on digital ethnography and interviews, the explicitly racist content or motivations underpinning anti-immigration activism are presented. In turn, Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior and Carlos Alberto de Carvalho, in “Me Odeie, que Eu Te Odeio de Volta: Dimensões Relacionais e de Reversibilidade da Xenofobia?”, adopt an ethical principle of not reproducing images and/or full texts characterised by xenophobic undertones, presenting only data that allow analysis. The authors argue that reproducing such content may, even unintentionally, make one part of networks of violence, such as those inherent to xenophobia and its dynamics of dehumanising othering. They therefore contend that reproducing derogatory jokes or memes can act in the same direction as xenophobia, which dehumanises and intensifies when combined with other prejudices, representing an obstacle to the promotion of human rights.

Inspired by the content and debates generated by this exchange of ideas, we invite readers to engage in questioning, rethinking and reconstructing, so necessary to understanding the planetary era – a time in which we influence one another and are deeply interconnected. May this book, like the conference, inspire reflections on migrations and the ways in which we communicate – as individuals, groups, communities and societies.

Acknowledgements

This work was carried out within the framework of the project *MigraMediaActs – Migrations, Media and Activisms in the Portuguese Language: Decolonising Media Landscapes and Imagining Alternative Futures* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), funded by national funds through the FCT – Foundation for Science and Technology, I.P., in partnership with the project *CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage*, funded by the European Commission under the Horizon Europe Research and Innovation Actions programme (Grant Agreement No. 101132582). This work is funded under the multi-annual funding of the Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, reference UID/00736/2025, by the Foundation for Science and Technology, 2025–2029,2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Policies of Migrants' Integration in Europe: Backlash, Not Backslide

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.2>

Isabel Estrada Carvalhais

Escola de Economia, Gestão e Ciência Política, Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9288-7814>
isabelestrada@eeg.uminho.pt

Abstract

This chapter argues that past political options regarding the integration of immigrants in Europe have been disconnected from a postnational understanding of citizenship, that is, from helping to build a sense of belonging for individuals based on their humanity and where the right to access fundamental rights (social, economic, and political rights included) would not be limited by their national status. Political options revealed instead that the acceptance of immigrants' presence was limited to their economic utility and often to the idea that such economic utility would soon be over. The idea of a temporary need for immigrants would hinder not only the already problematic universalistic models of integration (e.g., the French model) and the ethnic models (e.g., the German model), but also the multiculturalist models. While not denying that the multiculturalist approaches had flaws to be addressed, this chapter argues that the main flaw does not derive from multiculturalism itself, as the new anti-immigration rhetoric prefers to underline, but from the way it was used in the context of European societies still struggling with colonialist images about themselves in the world and about Otherness. Ironically, though, instead of recognising the original sin underneath the conception of past models of integration of immigrants, most European political decision makers prefer to blame multiculturalist models for today's social unrest. I argue that European societies must stop debating how to replace multiculturalism with new versions of universalist or ethnic models. Instead, they must confront themselves with their historic inability to engage with Otherness, particularly when the Other is perceived as culturally distant, socially disruptive, and economically disposable.

Keywords

multiculturalism, integration, migration, Europe, Otherness

Introduction

Why use the term “backlash” rather than backslide in reference to current policies of integration of migrants in Europe? According to the argument presented here, what European societies are witnessing is not simply a regression or a deterioration of past integration policies. Rather, it resembles the retaliative outcome shaped by political choices made decades ago.

To suggest backsliding would imply that at some point in the past, a genuinely inclusive postnational model of integration existed – one that increasingly prioritised residence and humanity over ethnic or national identity as fundamental criteria in granting citizenship rights.

Retaliation, on the other hand, means that past political options regarding integration were disconnected from postnational values. Consequently, today's negative results are inevitable and come at a high cost to social cohesion. Ironically, though, instead of recognising the original sin underneath the conception of past models of integration, most European political decision makers prefer to blame multiculturalist models directly as the major root of present social unrest.

This chapter argues that European societies must stop debating how to replace multiculturalism with new versions of universalist or ethnic models. Instead, they must confront themselves with their historic inability to engage with Otherness, particularly when the Other is perceived as culturally distant, socially disruptive, and economically disposable.

Another term that may raise questions is “integration”. This term has not been spared from criticism, due to its susceptibility to being mistaken with a unilateral process of bringing migrants and refugees into the cultural premises of the host society. This can make integration ambiguous, too close to interpretations of the meaning of assimilation. In an interview published in 2017, a former senior policy expert of the European Council on Refugees and Exiles, Tamim Nashed, summarised quite well the problem embedded in the use of integration:

whether refugees are perceived or described as eternal victims to be assisted or aliens to be feared they seize to be individuals with diverse backgrounds, personalities, educations and skill sets. Rather, refugees are a category of people that one can form a universal opinion about without knowing a single individual with a refugee background. This is reflected, of course, in the approach to integration. Study after study identifies general problems preventing the integration of refugees. Policies, programmes and projects of integration are designed to overcome these general problems. It's a one size fits all approach ultimately confirming the segregation of refugees and ignoring any creative or positive contribution they might have to offer their new societies. (European Council on Refugees and Exiles, 2017, para. 2)

In parallel, the term “inclusion”, which could be seen as a viable alternative to “integration”, has not been spared from criticism either. Although less prone to trigger the idea of a unilateral process that ignores the complexity of migrants’ and refugees’ identities, inclusion seems to suffer from what I here call the “syndrome of neutral apathy”, where people are gathered without any clear idea of what guides and stimulates such gathering. In other words, the word “inclusion” does not, in itself, guarantee that migrants and refugees will be fully valued and respected in their singularity and positive contributions to the societies they live in.

Ultimately, words are dependent on the conceptual meaning formally granted by political choices. Thus, both integration and inclusion may be “good” or “bad” words depending quite on the experiences and practices they invoke, which, in return, are very much related to social, cultural and political pre-conceptions that societies have about Otherness and about how to deal with its presence.

In the absence of a solid term that has escaped criticism, this chapter chooses “integration” simply because it is the most common term still used in research and public policy materials (see the migrant integration policy index as an example).

The Scapegoat of Multiculturalism

For the past quarter of a century (basically after 9/11), multiculturalism has been the scapegoat of Europe’s difficulties in integrating migrant populations (Amiriaux, 2010; Angeliki & Arvanitis, 2019), leading to changes in the policy options of countries that had traditionally adhered to multiculturalist models (Vink, 2007). As Tamar de Waal (2018) puts it:

the Netherlands presents a paradigmatic case. Since 1998, the country has changed its CIP [citizenship integration policies] policies for newcomers more than 20 times (...). And these policies gradually shifted from emancipating and improving the position of certain immigrant groups addressed as a public responsibility to forming a selective political tool to measure the eligibility of individual immigrants to be deemed “worthy” of obtaining secure residency rights or citizenship. (p. 5)

I argue that if multiculturalist models were meant to fail, that was not determined by their multicultural nature; instead, they failed because they were never meant to endure. This is a strong statement, but I consider it valid by looking at how multiculturalist models were designed in the first place. European multiculturalist models were designed as mechanisms of *temporary* coexistence to accommodate the *temporary* presence of migrants expected to stay in European host countries during the postwar reconstruction effort in the 1950s and 1960s. At no point were those models seriously intended to foster postnational belonging of new migrant communities, that is, to promote migrants’ full participation as citizens in host societies, beyond the traditional criteria based on national identity.

In fact, whether universalist, ethnic, or multiculturalist approaches, all models shared the same foundational flaw: the assumption that migrants would remain only temporarily. An assumption that soon would prove to be wrong.

The 1970s began submerged in an economic crisis. The 1973 oil crisis was, perhaps, the most visible sign of an economic and social malaise which went far beyond. In Europe, public investment was falling, negatively impacting the employment rates. In parallel, the demographic renewal resulting from the 1950s' baby boom was now turning into millions of young people entering the labour market. The need for an external labour force was thus decreasing (Messina, 2007). Soon, Western and Northern European countries would begin to close their doors to newcomers¹ while waiting for the remaining migrants to return home, as they were no longer needed in the same numbers. However, rather than accepting the status of *Gastarbeiter*² and returning home, migrant populations had been reluctant to do so from the start. Not only did migrants stand beyond the length of their legal labour contracts, but they also began to call their families under the principle of family reunification. In democratic regimes, family reunification is a fundamental right that cannot be denied without a sound justification. In parallel, mass deportation of migrants on the basis of mere economic or demographic rationality is simply not an option. Thus, the only way for European States that had depended heavily on labour migration in the aftermath of the Second World War to deal with the increased complexity of their societies was to begin implementing policies of integration to secure social peace.

As Europe entered the last three decades of the 20th century, a variety of integration models had already been set in motion, with the multiculturalist models appearing to be the best. After all, they were neither based on ethnic exclusivism and difficult access to nationality (as in the German model case), nor based on universalistic arguments designed to veil a sense of cultural superiority and assimilationist logic (as in the French model case). Instead, multiculturalist models were founded on the premise that cultural diversity should be respected and duly taken into account in the design of integration policies, with the Rule of Law as the common umbrella under which all communities could live and which would foster peaceful dialogue among them.

1 Suppliers of emigrant labour force, such as Portugal, were particularly affected by the changing scenario in European countries such as France, for instance, where many Portuguese were still arriving but were now facing the condition of *sans papiers*, that is, of having no legal documentation to sustain their stay.

2 Literally, it means "guest worker". The use of the German word became very much normalized in academic works since Germany was the paradigmatic example of a country that began receiving migrants in the 1950s and the 1960s, under bilateral agreements with countries such as Spain, Portugal, Italy, or former Yugoslavia. Under those agreements, migrants were welcome in Germany with non-renewable labour contracts. This meant that after a small period of time, migrants were supposed to return to their home countries. By the beginning of the 21st century, and although the migrant population living in Germany was demographically expressive, with long and steady roots in the country, Germany was still officially reluctant to abandon the *gastarbeiter* policy tradition and refused to see itself as a country of immigrants. A statement forged in 1983 by the liberal-conservative governmental coalition became the epitome of the German denial: "the Federal Republic of Germany is not a country of immigration" (Zuber, n.d.).

Multiculturalism and the End of Its Golden Age?

But, as ideal as it may look, multiculturalism was never fully implemented. Instead, various public options fostered the atomisation of communities, leading to ghettoisation, nourishing ambiguous feelings of (non)belonging, suspicion and distrust among populations due to their isolation and lack of real cultural exchanges that could lead to mutual enrichment. More worrisome, this atavistic (that is, narrow-minded) understanding of multiculturalist models as models designed to preserve cultural essentialism and folkloric versions of the Other (Alibhay-Brown, 2000) would also serve on many occasions to empower conservative patriarchic gatekeepers within communities, legitimising the continuity of oppression of feminist voices and other minorities.

One may argue that this was never what multiculturalism intended. Indeed, conceptually, it is meant to represent a society that respects cultural identity while ensuring political and economic equality. Will Kymlicka (2012, 2016), one strong defender of multiculturalism, stresses that multiculturalism has never been about celebrating difference as a crystallised thing, nor about tolerating everything in the name of cultural authenticity. It is about expanding democratic participation, guaranteeing rights, and preventing cultural essentialism. In this regard, if public policies came out with something different from this, that is not multiculturalism's fault.

For the sake of truth, neither have all multiculturalist experiments been contrary to the virtuous definition that Kymlicka (2012, 2016) presents. There were also public policies at national, regional, and local levels that approached multiculturalism not as a temporary lens but as an enduring response to the challenges of long-term relationships among communities. And in fact, the multiculturalism policy index (<http://www.queensu.ca/mcp/>) that follows the evolution of multiculturalist policies and practices in 21 Western democracies, shows that there has been a continued and consistent expansion of these policies in Europe between 1980 and 2010, with the trend becoming even stronger from 2010 to 2020. Thus, the evolution over the past four decades clearly contradicts the idea that multiculturalism has declined as a political choice.

But, in parallel, it became quite evident, especially in the last two decades, that a new lexicon was preferred, with “interculturalism” becoming the buzzword of integration policies. Interculturalism seemed to be the golden key to preserving everything positive about multiculturalism. Instead of relying solely on peaceful coexistence among communities, it stood for daily social and cultural exchange, mutual learning, and mutual respect among all resident communities. For some authors, interculturalism is more than multiculturalism in its best version; it stands actually for a model with self-identity and one that can claim a place of its own in a post-multicultural Europe (Meer, Modood & Zapata-Barrero, 2016; Modood, 2014, 2016; Zapata-Barrero, 2017).

It seems contradictory that “multiculturalism” has become a word to avoid, while empirical data reveal that public policies have not actually abandoned multiculturalist

approaches. The contradiction, though, is easy to explain. On the one hand, there was a new reality that public authorities had to face following the 9/11 terrorist attacks on European soil. The terrorist attacks from the beginning of the century (the 9/11 in 2001, New York; the 3/11 in 2004, Madrid; the 7/7 in 2005, London) brought momentum to anti-immigrant discourses that pointed the finger at multiculturalism and supported the idea of recovering pro-assimilationist models. In this context, it became much harder to defend multiculturalism boldly as a model of integration. At the same time, neither could it be set aside, considering the complexity of societies and the need to assure social peace. In a sense, politicians knew it was not possible to simply cast away multiculturalism, though it could be called something different... In any case, this was good news for multiculturalism, because it meant multiculturalism was not over after all. However, for that to be completely true, multiculturalism would need to evolve, and that would certainly imply much more than a matter of words to use or to avoid.

Multiculturalism could not go back to being the expression of patchy and folkloric approaches to diversity. It would have to prove to be a model capable of promoting individual agency, gender equality, and human rights over narrow-minded communal and patriarchal traditions. If done, that would have been a decisive leap for multiculturalism. Regrettably, though, that did not happen. The momentum had been lost. The opportunity had been grabbed instead by the nationalistic and anti-immigration discourses embedded in far-right ideologies. So, while experts and practitioners could assess public policies and measures as multiculturalist, the world itself was no longer worth the political effort to stand for it.

In the meantime, three main events helped consolidate this path. The first was undoubtedly the financial crisis that hit the European economy and most dramatically southern European countries, causing a tremendous breach in solidarity and trust among member-States, and placing migrant populations in the spotlight since it is always easier to blame vulnerable strangers for the social problems such as unemployment and access to public resources.

The second was the so-called Syrian refugee "crisis", which exposed the failure of the European mechanisms of asylum. Most importantly, it exposed again the lack of solidarity among member-States, which worsened the humanitarian crisis of thousands of people, including children and unaccompanied minors, and deepened a sense (despite erroneous) of vulnerability, distrust and fear, among European citizens against refugees and migrants, in particular Islamic or coming from sub-Saharan geographies.

The third event was the COVID-19 pandemic. Still not fully understood, this was definitely one of the most disruptive events in everyday life across the world. Among the various aspects subject to analysis, the (re)surge of new ecofascist interpretations is particularly interesting³. From arguments blaming the Global South for spreading

³ The resistance and adaptive capacity of ecofascist ideas is not a new phenomenon though, as Olsen (1999) and Mix (2009) have demonstrated.

the virus and for overpopulating the globe, to arguments blaming migrants for the destruction of natural landscapes as they crossed borders and invaded European countries, there was a whole variety of nonsensical and conspirative theories running fast in the social media, that simply dehumanised migrants, presenting them as indistinguishable subjects meant to bring terror, replace native populations, spread diseases and destroy the natural wealth of European territories (Blasetti & Garzonio, 2022; McNeil-Willson, 2020; Moore & Roberts, 2022). In parallel, the faces that remained present in people's daily lives during the pandemic and in its aftermath were migrant faces (Leichsenring et al., 2022). Those who were still cleaning the streets, collecting urban garbage, distributing food, working in the back offices of retail companies, and collecting vegetables and fruits in the fields were mainly immigrants. And those still living outside, due to homelessness situations, were also mainly immigrants (Stewart & Sanders, 2022). This should be enough to generate a wave of solidarity. Instead, it triggered the opposite effect. Immigrants became the (in)visible faces, out of people's domestic cocoons, exposed to the virus, hence, a threat.

These three complex events reinforced the European malaise felt against the Other, the stranger, whether migrant or refugee, rendering very difficult any attempt to keep multiculturalism as a viable language of mutual respect, mutual acknowledgement and mutual enrichment.

The European Mirror: Blaming the Other

The complex relation with Otherness (being the migrant one of its embodiments) is ingrained in European liberal democracies. It mirrors the divide of Europe between the need to compensate the damages of its imperialistic and colonial rule over other cultures, the need to be up to the self-imposed ethic challenge of living in complete accordance with human rights as the moral flagship it tries to promote worldwide, and its historic difficulty in overcoming a general sense of civilisational superiority regarding non-Western cultures (a tremendously biased term that only acknowledges cultures in reference to western ones).

This tense relationship with migrant populations and ethnic minorities, that is, with the Other, did not begin in Europe with the terrorist acts perpetrated in some cases by second-generation migrants. However, those terrorist acts helped to legitimise nativist theories and Islamophobic rhetoric, and arrived as the perfect excuse to announce the death of multiculturalism, and to fuel the return of assimilationism in the making of integration measures.

Ironically, though, as already stated in this chapter, there could not be a failure of multiculturalism, since there was no previous success, at least not of multiculturalism as defined by Kymlicka. Instead, multiculturalist models had been designed to help accommodate the temporary coexistence of migrants who were meant to return to their home countries. In a sense, how could these models be held responsible for the behaviour of "second generation" migrants when these were not even meant to exist?

The problem, thus, is not that immigrant communities failed to meet multiculturalist models in Europe, as often affirmed over the last 20 years or so by conservative and anti-immigrant sectors across Europe. The problem is that those models were poorly conceived, relying on public policies that oscillated between the need to maintain economic rationality in the face of the continuous demands for a migrant labour force and a permanent sense of superiority, fear, and suspicion about migrants and their cultural identities.

Also disturbed by an ambivalent moral position regarding human rights and Otherness is the *rationale* underneath the management of migratory flows by the European Union (EU), as the next section will argue.

Fortress Europe Is Not a Fate but a Political Choice

Europe's difficult relationship with the Other is also visible through the externalisation of its responsibilities regarding the management of migrant flows to countries with poor human rights records.

Concepts such as “buffer states”⁴, “safe havens”⁵, “voluntary returns”, “regular” and “irregular migrants”, which have been extensively used in European official documents for decades, say more about European politics and policies than about migrants and refugees – whether they are Syrians, Afghans, or Sub-Saharan Africans. The Europe that struggled with the arrival of Syrian refugees between 2015 and 2017 is the same Europe that swiftly received over 4 million refugees fleeing from Ukraine in less than eight weeks in 2022, with no signs of imminent internal collapse.

On 4 March 2022, the European Commission activated the Temporary Protection Directive to facilitate the arrival of Ukrainian refugees and their access to basic rights (healthcare, legal residency, and work) following the Council's unanimous decision to support its proposal (European Commission, 2025a). It did well. However, this same directive (Council Directive 2001/55/EC; Council of the European Union, 2001) had never been activated in two decades of existence. It did not attend to the Syrian refugees in 2015, and it did not attend to the Afghan refugees in 2021 who fled the reestablishment of the Taliban regime. These contrasting political decisions are quite revealing about the European difficulties in dealing with Otherness.

The new European Pact on Migration and Asylum might be considered as a legitimate attempt to overcome the existing conundrums and move towards a new kind of

4 Buffer states stand for countries that function as first line containers of migration flows, protecting the European Union from the direct impact of migrant arrivals. Traditionally, the European Union has done so by celebrating bilateral agreements with countries such as Morocco whose role is to prevent Sub-Saharan migrants from accessing European shores. Other buffer states have been Libya, Tunisia, Algeria, as well as countries under negotiation process of adhesion to the European Union such as the Balkan states.

5 The European Commission calls “safe havens” to countries of origin of migrants or any other third country that the Commission considers to gather the conditions to safely welcome people who have been denied the status of refugee. In April 2025, the European Commission stated that Kosovo, Bangladesh, Colombia, Egypt, India, Morocco and Tunisia should be considered “safe countries of origin” (Kassam & Rankin, 2025).

relationship with Otherness. But the final argument of this chapter goes precisely in the opposite direction, as it considers the new pact a lost opportunity.

The European Pact on Migration and Asylum

The new pact fails to break the paradigm of distrust, fear, disdain, and utilitarianism towards culturally distant migrants. It does not change in substance how the EU approaches non-White, non-Christian, and poor migrants. In other words, the new pact is not really new.

From a political perspective, there are reasonable explanations for why 52% of the members of the European Parliament voted in favour of a new pact on migration and asylum rights before the European Parliament's elections in June 2024. It was important to show some progress after years of negotiations, trying to come out with something better than the failed Dublin System. But this was more than a matter of reaffirming the European Parliament's institutional relevance. The pact's approval was particularly relevant for centre-left and centre-right political groups who knew there was little they could do to assure a better outcome after the 2024 elections.

In other words, given the political shifts anticipated both in the European Parliament and in the Council, it was quite unlikely that a more progressive, inclusive, humanist and pro-solidarity pact on migration and asylum could be achieved. So, as far as at least 322 members of the European Parliament were concerned, it was preferable to have a pact than none at all⁶.

While one may be quite critical of the pact regarding its capacity (and real political willingness) to change the paradigm of migration management in Europe, the electoral results of June 2024 and the clear reinforcement of far-right political groups in the European Parliament⁷, came to confirm the emergence of an unfriendly global political environment that could result in the making of an even bitter pact for migration and asylum.

Recent governmental decisions in France, Denmark, Slovenia, Italy, Sweden, and Austria have reinstated border controls. Poland's suspension of asylum rights at the Belarus border; the Italy-Albania "return hub" agreement; and the Commission's intention to sign more buffer-state deals show how difficult it would have been to achieve a better pact.

6 Results: 619 members of the European Parliament voted; 86 members did not vote. Of the 619 votes, 322 voted in favor, 266 voted against and 81 abstained (HowTheyVote.eu., 2024). One must be careful when analyzing the results, especially the reasons underneath 43% of votes against. The 266 members who voted against the pact were from quite opposite groups and sustained their decision on quite different justifications.

7 In the aftermath of the 2024 elections, the European Parliament now with 720 seats met a new composition, with a clear reinforcement of the far-right which gathers three distinct political groups in a total of 187 members: the European Conservatives and Reformists with 78 members, the Europe of Sovereign Nations with 25 members and the Patriots for Europe with 84 members being therefore the third largest political group in the European Parliament (European People's Party is first with 188 members and Socialists and Democrats second with 136).

In the meantime, on 11 June 2025, the Commission published a report about the state of play on the implementation of the pact (European Commission, 2025b). Underneath its globally positive balance and behind a mildly optimistic language (e.g., “considerable progress has been made at both national and EU level” (para. 4); “work is well underway” (para. 2); “while progress is being made at technical level...” (para. 5), there is clearly contention, caution, and even fear that the plan may not be implemented as smoothly and effectively as envisaged:

further efforts are however needed to ensure the full and timely application of the new rules. Some of these challenges are linked to current deficiencies. Other challenges are linked to preparing the ground for the application of the new rules introduced by the Pact, notably the operationalisation of the upgraded Eurodac, the implementation of screening and the mandatory border procedure, as well as the new fundamental rights safeguards. Remaining challenges will need to be addressed in time for a full implementation of the Pact. (European Commission, 2025b, para. 4)

A lot of pressure (and critique) is thus being put on the member-States:

work is well underway to translate the large and complex set of legislative acts into operational reality. Getting the EU and national systems ready by June 2026 is a joint endeavour that requires the Member States, the Commission and EU agencies to work closely together. (European Commission, 2025b, para. 2)

At this stage, no one knows exactly how the pact's implementation will be by June 2026. But, more worrying, Europe does not know how much the difficulties and obstacles already spotted will impact “the new fundamental rights safeguards” (European Commission, 2025b, para. 4). In other words, the Commission's constant advertencies made in the report, with a special focus on the member-States' actions, are not just mirroring the fears of those who may be engaged in the successful implementation of the pact, but are also anticipating the scenario most likely to happen: “in particular, it is key that there are no major deficiencies in applying the current rules because this may have an impact on the overall assessment of pressure and access to the Solidarity Pool” (European Commission, 2025b, para. 5).

In a sense, the Commission is diplomatically pointing at member-States as the ones to blame if the pact fails, while subtly acknowledging it as a strong possibility. In parallel, it also provides the kind of arguments that any member-State might use to justify the failure, since ultimately, if the pact fails, it can always be said to be the result of the EU's incapacity to create a more robust legal framework to help the States or to provide more funding for the States to act accordingly. “The Commission, together with the EU agencies, will continue working with and supporting Member States, including through funding, with a strong focus on action to overcome the challenges identified” (European Commission, 2025b, para. 5).

The political *rationale* underneath the ongoing European policymaking, including the new pact on migration and asylum, does not in any case contradict the paradigm

of securitisation, where migrants are admitted only if they comply with certain utilitarian (economic but also cultural) criteria.

In parallel, data evidence shows Europe suffers from a strong demographic decline (Marchais, 2022; Newsham & Rowe, 2025; Potančoková et al., 2021), which makes it deeply dependent on a migrant labour force. This poses an obvious conundrum, which nevertheless is far from disturbing the growing strength of ultranationalist discourses, as made clear by the successive electoral victories that far-right parties are reaping across Europe, including in the European Parliament.

Conclusion

Our liberal democracies are under siege, but much of their erosion derives from political options and paths taken in the past. To acknowledge their own responsibilities is thus essential if they want to reverse the course of history.

When autocratic ideology comes into power within the framework of liberal democracy (with the conquering of parliamentary seats, formation of governments, presence in governmental deals through formal coalitions or informal back-up alliances), the signs of democratic erosion begin to be undeniable. Signs may be visible, for instance, through the appropriation and inversion of the language used to defend democracy. Far-right parties often assume a victimisation role, denouncing all sorts of criticism of their ideas, discourses and actions, as acts of censorship meant to attack their freedom of speech.

Signs may also be visible through subtle restrictions on freedom of expression, which may take the form of discrediting media outlets and, especially, cutting public financial support, as a way to control the media, intellectual and academic circles, and to insidiously impose a scientific agenda that suits the ideological purposes of autocratic thought. Through the instrumentalisation of judicial and political institutions against democracy.

The use of institutions to restrict democratic rights and citizen participation is among the most insidious and difficult forms of perverting democracy, according to Rachel B. Riedl (2024). Talking about the American case, she underlines: “globally and in the United States, we see a new pattern of democratic erosion using institutions to restrict democratic rights and participation” (Dean, 2024, para. 4). In the same line of thought, it is also worth reading Kenneth Roberts on this issue:

even where backsliding does not cause democracy to break down or be replaced by some form of dictatorship, it involves a significant erosion in the quality and stability of democratic governance... It degrades democratic citizenship and undermines the ability of citizens to use democratic institutions to hold rulers accountable. (Dean, 2024, para. 4)

Europe's challenges to the integration of migrants are not due to the failure of multiculturalism. They stem from a deep-seated unwillingness to imagine the Other as fully human, a person, a citizen, an equal. Liberal democracies are not crumbling under external threats – they are undermining themselves through exclusionary policies, selective humanitarianism, and fear-driven governance.

If Europe wants to reclaim the ethical ground of defending human rights and democratic values, it must critically revisit its models of integration. It must move beyond cultural paternalism, racial hierarchy, and utilitarianism. It must build a political and moral community where belonging is not conditional, and where diversity is not feared but integrated into the very definition of democracy.

The crisis of liberal democracies originates within themselves and involves questions of identity and belonging. Europe's historical tensions with the Other have hindered its post-colonial maturity, the development of postnational citizenship inclusion models, and ultimately have threatened to undermine Europe's moral legitimacy in promoting human rights worldwide.

The New European Pact on Migration and Asylum, intended to create a more unified approach to migration and asylum, has sparked debates around its potential to strengthen solidarity and trust within the EU while maintaining rigorous control over borders and migration flows. However, its focus on stricter border enforcement and continuous externalisation of responsibilities to third countries leads us again to the same critical questions about its ambivalent relationship with Otherness.

It is worth emphasising, as a final note, that the objective of the type of reflection this text proposes is not to discredit the EU's project for the construction of a space of greater freedom, justice, and democracy. On the contrary, for those who believe in the virtues and potentialities of the European project, it is crucial to identify the flaws and the potential breaches that may affect its democratic integrity, its compatibility with human rights, and its alignment with a more inclusive vision of citizenship.

References

- Alibhay-Brown, Y. (2000). After multiculturalism. *Political Quarterly, Supplement 1*, 72(1), 47-56. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.72.s1.7>
- Amiroux, V. (2010). Revisiting the multiculturalist model: France. In A. Sij (Ed.), *European multiculturalism revisited* (pp. 65-104). Zed Books.
- Angeliki, M., & Arvanitis, E. (2019). Multiculturalism in the European Union: A failure beyond redemption? *The International Journal of Diversity in Organizations, Communities, and Nations: Annual Review*, 19(1), 1-18. <https://doi:10.18848/1447-9532/CGP/v19i01/1-18>
- Blasetti, E., & Garzoni, E. (2022). La representación social de los migrantes durante la pandemia de COVID-19. Un estudio de caso italiano sobre narrativas hostiles y comunicación política visual. *Perspectivas de la Comunicación*, 15(2), 139-185. <https://doi.org/10.56754/0718-4867.1502.139>

Council of the European Union. (2001). *Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32001L0055>

de Waal, T. (2018). Is the post-multicultural era pro-diversity? *Comparative Migration Studies*, 6, Article 15. <https://doi.org/10.1186/s40878-018-0084-4>

Dean, J. (2024, January 17). *Democratic decline: A global phenomenon, even in wealthy nations*. Cornell News. <https://news.cornell.edu/stories/2024/01/democratic-decline-global-phenomenon-even-wealthy-nations>

European Commission. (2025a, April 2). *Temporary protection*. https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/asylum-eu/temporary-protection_en

European Commission. (2025b, June 11). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - State of play on the implementation of the Pact on Migration and Asylum*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52025DC0319>

European Council on Refugees and Exiles. (2017, July 7). *Why inclusion rather than integration? – Interview with ECRE Policy Officer on Refugee Inclusion Tamim Nashed*. <https://ecre.org/why-inclusion-rather-than-integration-interview-with-ecre-policy-officer-on-refugee-inclusion-tamim-nashed/>

HowTheyVote.eu. (2024, April 10). *Asylum and migration management*. <https://howtheyvote.eu/votes/167531>

Kassam, A., & Rankin, J. (2025, April 16). Irregular migrant crossings into Europe fall 30% in first quarter of 2025. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2025/apr/16/irregular-migrant-crossings-into-europe-fall-30-in-first-quarter-of-2025>

Kymlicka, W. (2012). Multiculturalism: Success, failure and the future. In Migration Policy Institute (Ed.), *Rethinking national identity in the age of migration* (pp. 33–78). Bertelsmann Stiftung.

Kymlicka, W. (2016). Defending diversity in an era of populism: Multiculturalism and interculturalism compared. In N. Meer, T. Modood, & R. Zapata-Barrero (Eds.), *Interculturalism and multiculturalism: Debating the dividing lines* (pp. 158–177). Edinburgh University Press.

Leichsenring, K., Kadi, S., & Simmons, C. (2022). Making the invisible visible: The pandemic and migrant care work in long-term care. *Social Sciences*, 11(8), Article 326. <https://doi.org/10.3390/socsci11080326>

Marchais, I. (2022, July). *Declining birth rate in Europe – Addressing the demographic emergency*. Notre Europe. https://institutdelors.eu/content/uploads/2025/04/PB_220718_Natalite_Marchais_EN.pdf

McNeil-Willson, R. (2020). Framing in times of crisis: Responses to COVID-19 amongst far-right movements and organisations. *ICCT Research Paper*. <https://doi.org/10.19165/2020.1.04>

Meer, N., Modood, T., & Zapata-Barrero, R. (Eds.). (2016). *Interculturalism and multiculturalism: Debating the dividing lines*. Edinburgh University Press.

Messina, A. M. (2007). *The logics and politics of post-WWII migration to Western Europe*. Cambridge University Press.

Mix, T. (2009). The greening of White separatism: Use of environmental themes to elaborate and legitimize extremist discourse. *Nature and Culture*, 4(2), 138–166. <https://doi.org/10.3167/nc.2009.040203>

Modood, T. (2014). Multiculturalism, interculturalisms and the majority. *Journal of Moral Education*, 43(3), 302–315. <https://doi.org/10.1080/03057240.2014.920308>

Modood, T. (2016). Multiculturalism, interculturalisms and the majority. In N. Meer, T. Modood, & R. Zapata-Barrero (Eds.), *Multiculturalism and interculturalism: Debating the dividing lines* (pp. 246–265). Edinburgh University Press.

Moore, S., & Roberts, A. (2022). *The rise of ecofascism: Climate change and the far right*. Polity Press.

Newsham, N., & Rowe, F. (2025). The demographic causes of European sub-national population declines. *European Journal of Population*, 41, Article 10. <https://doi.org/10.1007/s10680-025-09730-0>

Olsen, J. (1999). *Nature and nationalism: Right-wing ecology and the politics of identity in contemporary Germany*. St. Martin's Press.

Potaňčoková, M., Stonawski, M., & Gailey, N. (2021). Migration and demographic disparities in macro-regions of the European Union, a view to 2060. *Demographic Research*, 45, 1317–1354. <https://www.jstor.org/stable/48640815>

Stewart, S., & Sanders, C. (2022). Cultivated invisibility and migrants' experiences of homelessness during the COVID-19 pandemic. *The Sociological Review*, 71(1) 126–147. <https://doi.org/10.1177/00380261221100359>

Vink, M. (2007). Dutch multiculturalism: Beyond the pillarisation myth. *Political Studies Review*, 5(3), 337–350. <https://doi.org/10.1111/j.1478-9299.2007.00134.x>

Zapata-Barrero, R. (2017). Interculturalism in the post-multicultural debate: A defence. *Comparative Migration Studies*, 5, Article 14. <https://doi.org/10.1186/s40878-017-0057-z>

Zuber, C. I. (n.d.). *Why migration politics in Germany is stuck in the past*. The Loop. <https://theloop.ecpr.eu/why-migration-politics-in-germany-is-often-stuck-in-the-past/>

Hacer Explícito el Enfoque de Derechos Humanos en los Contenidos Periodísticos Sobre Migración

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.3>

Susana de Andrés

Grupo de Investigación en Comunicación Audiovisual e Hipermedia, Facultad de Ciencias Sociales,
Jurídicas y de la Comunicación, Universidad de Valladolid, Valladolid, España
<https://orcid.org/0000-0003-3015-9971>
susana.andres@uva.es

Manuel Chaparro

Laboratorio COMandalucía, Facultad de Ciencias de la Comunicación,
Universidad de Málaga, Málaga, España
<https://orcid.org/0000-0002-5914-2973>
mch@uma.es

Lidia Peralta

Departamento de Información y Comunicación, Facultad de Comunicación y
Documentación, Universidad de Granada, Granada, España
<https://orcid.org/0000-0003-2934-0108>
lidia.peralta@ugr.es

Resumen

Esta investigación se centra en identificar la frecuencia y el contexto en el que los términos “migración” y “derechos humanos” coinciden en las noticias, como dato para comprobar la existencia o no de un enfoque explícito de derechos humanos en el tratamiento de las noticias sobre migración. Para ello, se realizó un análisis cuantitativo y cualitativo de un *corpus* de noticias recopiladas durante una semana específica. En primer lugar, se utilizó la herramienta digital Social Alert para identificar titulares relacionados con la migración en España y analizar la frecuencia con la que aparecían los términos clave. Luego, se realizó un análisis argumental de las noticias seleccionadas, examinando los argumentos y el contexto en el que se mencionaban los derechos humanos. La tecnología lingüística del instrumento de investigación demostró que el campo semántico sobre migración coexiste con la mención explícita a los derechos humanos en menos de 1% de las piezas periodísticas. La propuesta pretende testar un índice sencillo para analizar y medir el

enfoque de derechos en las narrativas informativas relacionadas con los temas que definen la Transición Ecosocial.

Palabras clave

migración, derechos humanos, prensa, transición ecosocial

Introducción

El discurso periodístico influye en la opinión pública y en la creación de marcos de comprensión de los problemas sociales. La información sobre migración puede caer fácilmente en la dicotomía “nosotros-as/ellos-as” contribuyendo al distanciamiento jerárquico y falsos dualismos. Los estudios críticos sobre el tratamiento informativo de la migración (Casero-Ripollés, 2007; Nash, 2005; Retis, 2004, 2014; Retis & Cogo, 2021; Seijas Costa, 2014) detectan invisibilidad y sesgos que conllevan riesgos. Los sesgos distorsionan la percepción pública de fenómenos complejos que definen historias de vida y suelen arraigarse en estereotipos, simplificaciones y enfoques parciales, influyentes en la formación de opiniones y políticas.

El fenómeno migratorio ha cobrado una presencia importante en los medios y en las agendas políticas, no siempre de forma positiva. La visión de la Otriedad como invasora y disolvente de la identidad cultural del país receptor es habitual, y se mantiene el estigma de Babel, que considera la diversidad como un castigo. La atención político-mediática constante y frecuentemente alarmista sobre los procesos migratorios extiende la idea de que el fenómeno alcanza cifras extremas, a pesar de que la diferencia en el porcentaje de personas migrantes a nivel global solo ha cambiado 0,8 puntos porcentuales entre 2000 y 2020 (United Nations, 2021). Según la International Organization for Migration, en 2020 había 281 millones de personas migrantes internacionales, el equivalente al 3,6% de la población mundial, de los cuales el 48% eran mujeres y niñas. A ese dato se suman las personas desplazadas internamente: 75,9 millones de personas por causa de conflictos, violencia y desastres (Observatorio de Desplazamiento Interno, 2023).

La Organización de las Naciones Unidas ha reconocido la contribución positiva de las personas migrantes a las sociedades de acogida (Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, 2018). Si bien plantea desafíos, la migración conlleva grandes oportunidades para las relaciones socio-culturales y los intercambios económicos entre los países. Las políticas de cohesión pueden contribuir, a la riqueza de la diversidad cultural y lingüística, al enfoque multiperspectivo tan necesario para compartir aprendizajes en tiempos de transición. Desde esta mirada, la migración no sólo es un derecho, es una necesidad humana que contribuye a sociedades multiculturales y a la búsqueda de soluciones conjuntas. Nada de ello será posible sin adoptar políticas migratorias justas y equitativas que permitan la movilidad de las personas y la garantía de sus derechos, que eviten guetos y bolsas

de exclusión en los países de acogida. Estas políticas públicas deben estar ligadas a las líneas editoriales de los medios de información.

El Artículo 13 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), firmada en París en 1948, establece que “toda persona tiene derecho a circular libremente y a elegir su residencia en el territorio de un Estado” (art. 13.1) y que “tiene derecho a salir de cualquier país, incluso del propio, y a regresar a su país” (art. 13.2). Este principio reconoce la libertad de las personas para moverse y buscar mejores oportunidades o seguridad. El asilo también es reconocido como derecho fundamental en numerosas declaraciones y tratados internacionales, entre ellos en el Artículo 14 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948) y la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados (1951). La Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familiares (1990) busca también garantizar y reforzar la protección de estos derechos.

Las personas migrantes, independientemente de su estatus legal, son titulares de derechos humanos. Esto incluye el derecho a la vida, a la no discriminación, a la salud, a la educación, al trabajo y a un juicio justo. Migrar es una encrucijada de derechos fundamentales, pero el tratamiento informativo no siempre lo enfoca así, siendo muy habitual que se presente como problema sin que medien soluciones.

Negar el derecho a migrar pone en riesgo la vida de las personas. Las personas migrantes tienen derecho a protección contra la violencia, la explotación y otras formas de trato cruel. Y, por supuesto, el derecho a la no discriminación por motivos de etnia, sexo, idioma, religión, opinión política o de otra índole, origen nacional o social, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición. El derecho de acogida incluye el acceso a los servicios sanitarios, a la educación y al trabajo en condiciones justas y equitativas. Promover el enfoque informativo de derechos podría ser un motor de transformación social. Mudar los imaginarios negativos y estereotipados vinculados a la migración es una condición para visibilizar y asumir de facto los derechos de las personas migrantes.

Entre los factores que intervienen en los enfoques mediáticos se encuentran la propiedad concentrada de los medios de información y la falta de independencia. En España, la concentración de la propiedad de los medios de comunicación infiere una fuerte influencia de intereses económicos y políticos. Ello incide en la resistencia a nuevos actores independientes y en la necesidad de abordar narrativas más inclusivas. Los medios concentrados por el poder del capital siguen siendo parte de la estrategia definida por Lippmann (1925) para controlar al “rebaño desconcertado”, en el que era imprescindible la intervención de las élites y los medios para manufacturar y dirigir la opinión pública. Una estrategia compartida por Goebbels y otros propagandistas, cuyos argumentos fueron ampliamente cuestionados en su momento por intelectuales como Chomsky y Herman (1988/2022). Esta herencia sigue enquistada en las estrategias mediáticas para mantener los discursos del miedo y la estrategia desarrollista como supuesto instrumento para el combate a la desigualdad (Chaparro, 2015).

Las audiencias migrantes han ejercido una reivindicación cada vez mayor para que los medios de comunicación representen sus realidades de manera más justa y precisa. La contribución de una mayor presencia de personas migrantes en programas de televisión, series y películas termina, a veces, en representaciones más estéticas que éticas, o bien está vinculada a estrategias de marketing. En este sentido, una mayor democratización de las agendas de diversidad en las redacciones y en la propiedad de los medios contribuiría a narrativas más favorecedoras.

El artículo está dividido en cuatro partes. En primer lugar, se examinan los sesgos identificados en el tratamiento del tema por la literatura científica. Segundo, se presenta la perspectiva teórica sobre la comunicación y los derechos humanos que constituye el enfoque de este trabajo. Tercero, a partir de un *corpus* de noticias, se lleva a cabo un estudio que integra un análisis cuantitativo de las frecuencias de variables textuales y un análisis cualitativo descriptivo de una submuestra seleccionada. Cuarto, se plantea como indicador de una transición social justa la presencia del concepto de “derecho” y, en particular, de “derecho humano” en los contenidos sobre migración. Como proyecto más amplio, se incorpora la idea de asumir los resultados en el Indicador de Responsabilidad Mediática para la Comunicación de la Transición Ecosocial.

Revisión de la Literatura

Las investigaciones demuestran que los medios pueden promover la integración social de las personas migrantes al ofrecer representaciones positivas y diversas, fomentar el diálogo intercultural y visibilizar las realidades migratorias (Galeote Marhuenda, 2018; Goerland, 2022; Huertas Bailén et al., 2010; Olmos-Alcaraz & Cava, 2021). Los medios pueden ayudar a empoderar a las personas (Arévalo, 2015) y contribuir a generar capital social (Vaquerizo Domínguez, 2019), así como al debate sobre las políticas migratorias. Los medios pueden ser una herramienta poderosa para construir sociedades contributivas a las narrativas de la transición ecosocial entre las que se incluye la puesta en valor de la migración.

Algunos de los sesgos que han sido analizados en la prensa sobre la cuestión migratoria son la desinformación (Sánchez Moscoso et al., 2022), los imaginarios distorsionados (Guevara & Candón, 2024), la visión colonial o eurocéntrica (Españeira, 2010), el énfasis en la crisis (Flecha et al., 2017) o la hiperexposición de cuerpos como imagen de las personas migrantes (Rosa, 2020) unida a la falta de sus voces. Los enfoques terminan por crear estereotipación, rechazo de la otredad (Martínez Ordóñez, 2013), racialización (Stefoni & Brito, 2019) y desigualdad.

La migración a menudo se aborda como una crisis humanitaria o como una amenaza a la seguridad, en lugar de ser considerada un fenómeno complejo, histórico y propio de la condición nómada multicausal. Los estereotipos suelen asociar la idea de migrante y delincuencia o pobreza, lo que puede incidir en xenofobia y aporofobia. La falta de diacronía histórica, social y económica en las noticias dificulta la comprensión de las causas profundas y de las experiencias de las personas migrantes.

Son muy diversas las causas y los tipos de migración en la actualidad y no siempre encajan con el imaginario colectivo: en los Estados Unidos de América existe un importante flujo migratorio por reagrupamiento familiar (Marroquín, en Chaparro, 2024). Las violencias que provocan la migración forzada tampoco se deben sólo a las guerras, existen razones políticas, de género y contra las personas LGBTI (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, 2025). El cambio climático, derivado de un modelo económico depredador, hace prever un aumento de la migración. En el período 2021–2022, las migraciones climáticas habían aumentado en el mundo en un 43% (Observatorio de Desplazamiento Interno, 2023).

La cobertura mediática sobre migración suele centrarse en las llegadas de personas migrantes a los países de destino, ignorando las rutas y las experiencias de vida. Por otra parte, las personas migrantes rara vez tienen la oportunidad de contar sus propias historias, lo que perpetúa la idea de que son objetos pasivos. Reflejar sólo el número o el colectivo y olvidar a la persona restan capacidad de empatía (de Andrés et al., 2016). Todo ello puede influir en la percepción pública y las políticas migratorias.

La investigación sobre migración revela cómo los discursos dominantes pueden fragmentar las experiencias migratorias (Posch & Cabecinhas, 2020). Es fundamental desarrollar investigaciones que denuncien las representaciones dominantes y evidencien el carácter político del conocimiento.

Los discursos mediáticos en la literatura científica visibilizan en menor medida el análisis de conceptos como el género, la etnia o la nacionalidad (Alves & Silva, 2022); tampoco estos elementos se relacionan entre sí, por lo que se pierde información relacional. Los “derechos humanos” tampoco aparecen como palabra clave en los estudios científicos sobre el análisis de la comunicación sobre migración (Collado et al., 2024). Queda mucho por recorrer para despatriarcalizar, descolonizar y ecologizar la cultura mediática (Chaparro & de Andrés, 2022), una necesidad evidente para romper con tópicos e imaginarios caducos.

Metodología

El enfoque de derechos humanos (EDH) es un procedimiento conceptual y metodológico que convierte principios en criterios para formular y evaluar políticas públicas y proyectos de cooperación (Rodríguez-Arrieta, 2023). Según el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (2006), el EDH “desde el punto de vista normativo, se basa en las normas internacionales de derechos humanos y, desde el punto de vista operacional, está orientado a la promoción y la protección de los derechos humanos” (p. 15).

El EDH en comunicación se propone como el más adecuado para escoger, elaborar y exponer información sobre poblaciones vulnerables, como la migrante (Rodríguez-Arrieta, 2023). Este enfoque define respeto, protección frente a la vulnerabilidad y garantía de las libertades, circunstancia que implicaría un cambio de paradigma de valor estratégico (Cavadas & Iráizoz, 2012) en la transición justa de las sociedades

actuales. Esta forma de comunicar se centra en las personas y sus experiencias, dando voz a quienes no suelen protagonizar la información. Ello promueve la igualdad, la justicia social y el respeto cultural.

Esta tarea se basa en tres principios fundamentales: la veracidad, el uso de un lenguaje inclusivo y evitar cualquier tipo de discriminación o estigmatización. Busca empoderar a las comunidades, al fomentar su participación activa en la construcción de los mensajes y las soluciones a los problemas que enfrentan.

La comunicación con EDH contribuye a prevenir y erradicar las desigualdades, a promover la participación ciudadana y a fortalecer la democracia. Su aplicación se extiende al periodismo, a la comunicación institucional, al cine social o a las campañas publicitarias. Implica una actitud investigadora crítica del discurso, según van Dijk (1999):

estudia primariamente el modo en que el abuso del poder social, el dominio y la desigualdad son practicados, reproducidos, y ocasionalmente combatidos, por los textos y el habla en el contexto social y político. El análisis crítico del discurso (...) toma explícitamente partido, y espera contribuir de manera efectiva a la resistencia contra la desigualdad social. (p. 22)

El reciente estudio de Rodríguez-Arrieta (2023) sobre el EDH parte del análisis en los niveles textual (léxico-semántico y retórico) y argumental (falacias, causalidad, analogía y concomitancia). Siguiendo esa pauta, la estrategia de investigación busca la coincidencia o intersección lingüística de las palabras “derechos humanos” y el campo semántico de “migración”.

Por un lado, buscamos la posible frecuencia de esta coincidencia de términos entre las palabras de los textos de las noticias. Por otro lado, comprobamos el nivel de ausencia de la misma. En un primer paso, el análisis es tanto cuantitativo como cualitativo. En un segundo paso, el análisis es cualitativo y argumental, en línea con la propuesta de Rodríguez-Arieta (2023).

En el análisis cuantitativo se utilizó la herramienta Social Alert¹ para buscar menciones relacionadas con la migración en webs y redes sociales. La herramienta se utilizó para localizar artículos y noticias publicados en medios de comunicación. Se establecieron los términos siguientes: “migración en España”, “inmigrantes”, “crisis migratoria”, “refugiados en España”, o *hashtags* relevantes como #Migración, #InmigraciónEspaña. Se configuraron filtros adicionales, como el idioma (español), la ubicación geográfica (España) y el rango de fechas. La semana de monitorización abarcó desde el lunes 4 hasta el domingo 10 de noviembre de 2024, elegida por no ser una semana sin eventos extraordinarios ni de especial controversia en materia de migración. Social Alert rastrea noticias en medios digitales, blogs y en redes sociales como Twitter, Facebook o Instagram. El monitoreo se realizó en tiempo real. La herramienta identificó publicaciones relevantes, mostrando titulares y enlaces a las piezas completas en un total de 68 medios escritos locales y nacionales.

1 Social Alert es una herramienta de la empresa Golden que ofrece monitoreo en tiempo real de web y redes sociales. Permite rastrear y analizar menciones y conversaciones sobre temas, marcas o personas.

En segundo lugar, se realizó un análisis argumental descriptivo de los tópicos encontrados en las piezas publicadas y un análisis argumental analítico de la pieza periodística en la que se encontró la coexistencia de los términos migración y derechos humanos.

El objetivo final de la investigación es llegar a formular un indicador básico sobre migraciones dentro del macro-indicador de Transición Ecosocial desarrollado por el Laboratorio COM Andalucía en el proyecto *IMRESCOM*. El modelo se crea siguiendo otros índices mediáticos complejos, como los recogidos por Olmedo et al. (2024), entre ellos, el Índice de Rentabilidad Social en Comunicación (IRSCOM) y el Indicador Mediático de Transición Ecosocial (Espinar et al., 2020).

Los indicadores son medidas cuantitativas o cualitativas que evalúan el estado de un fenómeno en particular. La agrupación final de la medición de los indicadores podrá recogerse en un índice de representación numérica de una, varias o todas las dimensiones del concepto operativizado (González-Blasco, 1996, p. 287).

Un indicador se pregunta por el fenómeno (González-Blasco, 1996) – en este caso, la comunicación en la comprensión social de la migración –, el concepto (EDH) y sus dimensiones y variables. Para ello, se recogió, mediante *clipping*, el conjunto de piezas impresas publicadas durante una semana aleatoria, sin especial controversia ni polarización por sucesos migratorios, que contuvieran el término “derechos humanos” y el campo semántico de la migración.

Resultados

La herramienta localizó en una semana 156 piezas periodísticas (Tabla 1) que contenían al menos una de las palabras clave. Algunas coincidían en título y contenido al alimentarse de las mismas agencias de noticias o fuentes de distribución de información. Aparecieron en secciones diferentes, como “Política”, “Sociedad Internacional”, “Mundo”, “Migración” o regionales. La frecuencia de aparición de las palabras clave por día se muestra en la siguiente tabla.

Día de la semana	Migrante	Migración	Inmigrante	Refugiado	Derecho humano
Lunes	97	54	59	3	2
Martes	109	35	15	6	2
Miércoles	40	3	14	0	0
Jueves	74	2	2	15	0
Viernes	30	7	5	0	0
Sábado	13	6	2	0	0
Domingo	35	3	11	0	0
	398	110	108	24	4

Tabla 1
Frecuencia de aparición de términos en piezas periodísticas por día de la semana de análisis. Resultados ofrecidos por la herramienta Social Alert durante la semana de 4 al 10 de noviembre de 2024

En 156 piezas publicadas (noticias y artículos) se encontró la mención a los “derechos humanos” cuatro veces, concentrada en solo dos noticias y un artículo de opinión, lo que representa menos del 2% de las piezas.

El registro de menciones muestra que la palabra con mayor presencia en las noticias y artículos encontrados entre los términos de búsqueda es “migrante”, lo que indica un enfoque centrado en las personas por encima del fenómeno y de la condición de movilidad (migrar) antes que en el tratamiento exógeno (inmigrante). Frente a la frecuencia de aparición de la palabra migrante (398 veces), solo se mencionó cuatro veces el término derechos humanos, lo que extrae un porcentaje del 1%.

El análisis textual de frecuencias (léxico-semántico) da como resultado que la información sobre migración no se está enmarcando en un EDH. Solo una apareció en portada y llevaba por título “Anna Surinyach, Fotoperiodista y Editora Gráfica: “Una Imagen, Mil Preguntas””, por lo que el protagonismo no era de la migración en sí.

Los titulares encontrados identificaron cinco agrupaciones de tópicos principales en los días en que se realizó el monitoreo (Tabla 2).

Tabla 2
Agrupación de tópicos sobre la migración encontrados en la información analizada. A partir de las piezas periodísticas localizadas por la herramienta Social Alert en la semana del 4 al 10 de noviembre de 2024

Tópicos de las piezas periodísticas	Contenido
1. Llegada de migrantes a Canarias: este es el tópico predominante en los titulares. Se informa sobre la llegada de embarcaciones, el número de personas que llegan, los rescates realizados, y las tragedias ocurridas en la travesía.	<ul style="list-style-type: none"> • Se destaca la situación migratoria en Canarias y la necesidad de soluciones por parte del gobierno; • Se mencionan las dificultades que enfrenta Canarias para gestionar la llegada numerosa de migrantes, la falta de recursos y la saturación de los servicios de acogida; • Se informa sobre el rescate de migrantes en el mar, incluyendo el número de personas rescatadas y de personas fallecidas.
2. Políticas migratorias y debate político: los titulares también reflejan el debate político en torno a la migración.	<ul style="list-style-type: none"> • Se mencionan las políticas migratorias de países como: España, Italia, Estados Unidos y México; • Se citan declaraciones de representantes políticos sobre la migración, promesas de control migratorio y críticas a las políticas existentes; • Se informa sobre la postura de diferentes partidos políticos respecto a la migración.
3. Impacto de la victoria de Trump en la migración: la victoria de Donald Trump en las elecciones presidenciales de Estados Unidos es un tema recurrente en los titulares.	<ul style="list-style-type: none"> • Se analiza cómo su victoria puede afectar las políticas migratorias y su relación con México; • Se mencionan las reacciones de diferentes países y líderes; • Se destaca la incertidumbre y preocupación que genera la victoria en relación con la migración.
4. Situación de menores migrantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Se menciona la problemática de menores migrantes que llegan a Canarias sin acompañamiento; • Se informa sobre las iniciativas para atenderlos y las dificultades que se enfrentan.
5. Otros tópicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Se informa sobre la situación de personas migrantes en otros países como Albania, Comoras y Francia; • Se abordan temas relacionados con la integración de migrantes, como el empleo y la vivienda; • Se asocian problemas a la migración, como la pobreza, la violencia y los conflictos.

En general, los titulares reflejan la complejidad del fenómeno migratorio y la diversidad de perspectivas que existen en torno a él. Se observa una preocupación por la situación en las Islas Canarias, el impacto de las políticas migratorias y la incertidumbre generada por la victoria de Donald Trump.

Discusión

El análisis argumental se realizó a partir de una lectura comprensiva de las noticias y artículos en los que aparecían los términos “derechos humanos”. El dato final del análisis de frecuencias es contundente: solo en un texto coexistieron ambos términos, “migración” y “derecho humano”, y este fue un artículo de opinión.

Una de las piezas encontradas fue publicada en *El Diario de Cantabria*², el martes 5 de noviembre. En la noticia no se otorgaba protagonismo a las personas migrantes ni a los procesos migratorios, sino que versaba sobre una exposición fotográfica. La coincidencia con la mención a los derechos humanos no se daba en la explicación de dicha exposición, sino en la descripción de otra exhibición paralela.

Otra noticia fue publicada por *El Mundo* el 4 de noviembre, en su sección “Inmigración”³, en la que se informaba de la llegada a las Islas Canarias de 1.574 inmigrantes en 27 pateras durante el fin de semana. De nuevo, la coincidencia de términos no existía, pero la herramienta localizó en la misma página digital la referencia a la palabra “derecho” en otra noticia sobre el fiscal general y el Senado.

La tercera pieza de análisis fue publicada en *La Vanguardia*⁴ en un artículo de opinión que hablaba con tono despectivo de cómo los másteres universitarios se están transformando en un salvoconducto “patera” para la migración a Europa, en concreto, a Portugal, donde imparte clases el autor del texto.

En el análisis argumental, siguiendo a Rodríguez-Arrieta (2023) se buscan falacias, causalidad, analogía y concomitancia. Una de las falacias encontradas en la pieza de opinión fue identificar la inmigración irregular, con la movilidad educativa. La falacia se realiza mediante la analogía de la idea de “patera” (embarcación de pesca usada para transportar a los migrantes en su tránsito por el Estrecho), estableciendo un paralelismo con el ingreso universitario, ya sea vía becas o con inversión propia, como puerta de entrada “falsa”. El estudiante extranjero es un migrante; no persigue formación sino entrar al país para quedarse. El enfoque de derechos contra derechos (educación contra movilidad) aporta contingencia y no defensa de los principios y valores de los derechos humanos.

La doble mirada textual y argumental nos advierte, por tanto, de que la presencia de los términos no es garantía de un enfoque consistente de derechos humanos y que

2 <https://eldiariocantabria.publico.es/articulo/cultura/voragine-reflexiona-impacto-flujos-migratorios-exposicion-fotografica/20241105202246166042.html#analytics-buscador:listado>.

3 <https://www.elmundo.es/espana/2024/11/04/672899b9e4d4d8d83b8b4589.html>.

4 <https://www.lavanguardia.com/opinion/20241104/10072248/inmigracion-ventajas-problemas.html>.

no es suficiente para afirmar su valor en la construcción de identidades inclusivas, sino excluyentes, perpetuando relaciones jerárquicas.

Conclusiones

La principal conclusión de este estudio es que la información publicada en los principales medios digitales en España no relaciona la migración con los derechos humanos. Los datos encontrados en una semana sin controversias de sucesos migratorios sugieren que el indicador actual de tratamiento informativo con EDH estaría por debajo del 1% en la aparición del término derecho/s humano/s en relación con la migración.

La importancia de EDH en la comunicación de la migración radica en su capacidad para garantizar la dignidad de las personas y promover una sociedad más justa e inclusiva. Centrar la comunicación en los derechos fundamentales combate la deshumanización y la estigmatización, fomentando la empatía y la comprensión. Este enfoque orienta a los medios a informar de manera responsable y ética, evitando el sensacionalismo y la difusión de noticias falsas. Pero será difícil enmarcar el tema en los derechos humanos si ni siquiera se mencionan.

A partir del análisis realizado, se podría llegar a la definición de indicadores textuales negativos o que bloquean el cambio: la aparición de palabras como “patera” o “MENA” (menor no acompañado) puede conllevar connotaciones y estereotipos que restan dignidad. En la búsqueda de enfoques positivos, este estudio sostiene que mencionar los derechos fundamentales en las noticias de procesos migratorios implicaría un salto cualitativo en el tratamiento informativo. Ayudaría a construir una narrativa más compleja y equilibrada sobre la migración, que incluya tanto los diagnósticos multicausales como las soluciones, reflejando experiencias positivas.

A la vez, es necesario abordar la cuestión migratoria desde la memoria y la conciencia histórica, además de discutir las representaciones mediáticas (Macedo et al., 2024). Se han señalado orientaciones del enfoque de derechos, como también, la importancia de dar protagonismo a la voz a las personas migrantes y a las organizaciones dedicadas a defender sus derechos, explicar causas y contextos, recoger historias de vida y no exagerar ni hablar solo en negativo, contribuiría a influir en la opinión pública y en políticas públicas justas y equitativas. La guía creada por la Coordinadora Española de Organizaciones No Gubernamentales de Desarrollo (2019) da orientaciones en este sentido.

En conclusión, conseguir plenamente un EDH implica mencionarlo explícitamente para generar la asociación de ideas. Crear un espacio narrativo de convivencia terminológica de ambos campos semánticos aporta garantías éticas, entendiendo la ética como la ampliación del “nosotros” (Cortina, 2007) y construyendo las narrativas como un espacio seguro (Bruno, 2024). El “nosotros” no sería ya un sujeto plural, como reflexiona Marina Garcés (2013), sino “el sentido del mundo entendido como las coordenadas de la actividad común, necesariamente compartida” (p. 30). Se trata

de producir un desplazamiento hacia un pensamiento de lo común. Los derechos humanos constituyen la ética de alcance global.

En ese desplazamiento hacia un pensamiento común, las investigaciones pueden co-construir conocimientos con las comunidades sobre las que se realizan los estudios, empoderando sujetos activos de cambio. Sujetos y no objetos de investigación.

Teniendo en cuenta el contexto de crisis multidimensional en relación con la sostenibilidad de la vida (Pérez-Orozco, 2012) y ante el crecimiento de los desplazamientos de causas climáticas, también sería interesante ampliar el EDH a la naturaleza como sujeto de derecho, porque sin ella los derechos humanos carecen de valor.

En aras de evaluar el indicador, el estudio puede aplicarse de forma sistemática y ampliar su muestra. El indicador podría ajustarse en función de géneros periodísticos, países u otros contenidos de los medios de información. El análisis también puede realizarse por tipos de migración, teniendo en cuenta otras circunstancias de vulnerabilidad.

Agradecimientos

El presente texto nace en el marco del proyecto PID2022-140281OB-I00, Índice de responsabilidad mediática par la comunicación de la Transición Ecosocial. Agradecemos la colaboración y asesoría en la realización de esta investigación a Susana Esther Portillo, periodista migrante guatemalteca residente en España.

Referencias

- Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. (2006). *Preguntas frecuentes sobre el enfoque de derechos humanos en la cooperación para el desarrollo*. <https://unsdg.un.org/sites/default/files/4.4-OHCHR-Preguntas-frecuentes-FAQ-sp-1.pdf>
- Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados. (2025). *Tendencias globales: Desplazamiento forzado en 2024*. <https://www.acnur.org/media/tendencias-globales-de-desplazamiento-forzado-en-2024>
- Alves, G., & Silva, G. da. (2022). A review on discourse studies concerning migrants in media publications from Brazil and South Africa: Towards more Afro-Latin perspectives. *Index.comunicación*, 12(1), 309-333. <https://doi.org/10.33732/ixc/12/01Arevie>
- Arévalo, C. J. (2015). *Internet, redes sociales online y empoderamiento ciudadano en El Salvador: El aporte de Internet y las redes sociales online entre los salvadoreños radicados en el exterior y su lugar de origen* [Tesis doctoral, Universidad de Málaga].
- Bruno, C. M. (2024). *Narrativas territoriales para una memoria de la paz en Colombia: El caso de las mujeres sobrevivientes de las minas antipersonal excombatientes y no combatientes* [Tesis doctoral, Universidad Jaume I]. TDX. <http://hdl.handle.net/10803/692642>
- Casero-Ripollés, A. (2007). Discurso mediático, inmigración e ilegalidad: Legitimar la exclusión a través de la noticia. In R. Zapata-Barrero & T. van Dijk (Eds.), *Discursos sobre la inmigración en España. Los medios de comunicación, los parlamentos y las administraciones* (pp. 69-90). Fundación CIDOB.

- Cavadas, M. J., & Iráizoz, M. (2012). La comunicación y el enfoque basado en derechos: Una visión desde las defensorías del pueblo. *CIC: Cuadernos de Información y Comunicación*, 17, 267-285. https://doi.org/10.5209/rev_CIYC.2012.v17.39268
- Chaparro, M. (2015). *Claves para repensar los medios y mundo que habitamos. La distopía del desarrollo*. Desde Abajo.
- Chaparro, M. (2024). Migração e comunicação na América Central. Entrevista com Amparo Marroquín Parduci. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2), Artículo e024011. <https://doi.org/10.21814/rlec.5835>
- Chaparro, M., & de Andrés, S. (2022). *Comunicación radical. Despatriarcalizar, descolonizar y ecologizar la comunicación*. Gedisa.
- Chomsky, N., & Herman, E. (2022). *Los guardianes de la libertad* (M. Talens, Trad.). Austral. (Obra original publicada en 1988)
- Collado R., de Andrés, S., Martín-Gómez de Carvallo, F., & Moraes, R. M. (2024). Representación mediática de la migración. Mapas y análisis bibliométrico de la producción científica en torno al tema. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 30(2), 411-423. <https://doi.org/10.5209/esmp.95389>
- Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familiares, 18 de diciembre de 1990, <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-protection-rights-all-migrant-workers>
- Convención sobre el Estatuto de los Refugiados, 28 de julio de 1951, <https://www.acnur.org/media/convencion-sobre-el-estatuto-de-los-refugiados-de-1951>
- Coordinadora Española de Organizaciones No Gubernamentales de Desarrollo. (2019). *Guía práctica para la comunicación de las ONGD. Código de conducta de la Coordinadora de organizaciones de desarrollo*. https://coordinadoraongd.org/wp-content/uploads/2020/06/Guia_CodigoConducta_DEF.pdf
- Cortina, A. (2007). *Ética de la razón cordial. Educar en la ciudadanía*. Ediciones Nobel.
- de Andrés, S., Nos, E., & García-Matilla, A. (2016). The transformative image. The power of a photograph for social change: The death of Aylan. *Comunicar*, 24(47), 29-37. <https://doi.org/10.3916/C47-2016-03>
- Declaración Universal de los Derechos Humanos, 10 de diciembre de 1948, <https://www.un.org/es/about-us/universal-declaration-of-human-rights>
- Espinar, L., Peralta, L., & Chaparro, M. (2020). El Indicador Mediático de Transición Ecosocial. In AE-IC (Ed.), *Comunicación y diversidad. Libro de comunicaciones del VII Congreso Internacional de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación* (pp. 2533-2546). Asociación Española de Investigación de la Comunicación.
- Espiñeira, K. (2010). Migraciones internacionales en el sistema-mundo capitalista moderno-colonial. Aportaciones desde el pensamiento descolonial. *Inguruak: Soziologia eta Zientzia Politikoaren Euskal Aldizkaria = Revista Vasca de Sociología y Ciencia Política*, (Extra 1).
- Flecha, J. A., Ortiz, M., & Dones, V. (2017). La comunicación del riesgo: Los efectos de los medios de comunicación sobre la crisis a la migración calificada: El caso de Puerto Rico. *Communication & Society*, 30(3), 93-107. <https://doi.org/10.15581/003.30.35771>
- Galeote Marhuenda, I. (2018). Mujeres migrantes con voz propia en el medio rural: Integración en lo real desde la radio. *Revista de Educación Social*, (27), 129-141.
- Garcés, M. (2013). *Un mundo común*. Bellaterra.
- Goerland, S. O. (2022). Migración e integración mediatizadas: El uso de medios móviles por parte de refugiados en Alemania. *DeSignis: Publicación de la Federación Latinoamericana de Semiótica*, (37), 127-139. <https://doi.org/10.35659/designis.i37p127-139>
- González-Blasco, P. (1996). Medir en las ciencias sociales. in M. García Ferrando, F. Alvira, & J. Ibáñez (Eds.), *El análisis de la realidad social* (pp. 275-334). Alianza.

- Guevara, M., & Candón, J. (2024). La influencia de las redes en los imaginarios sobre España de los menores migrantes marroquíes. *Index.comunicación*, 14(1), 107-130. <https://doi.org/10.62008/ixc/14/01Lainfl>
- Huertas Bailén, A., Reguero Jiménez, N., & Sagarzazu Olaizola, I. (2010). Integración social y consumo mediático y cultural de los migrantes magrebíes en Cataluña. *Zer: Revista de Estudios de Comunicación = Komunikazio Ikasketen Aldizkaria*, 15(29), 213-233. <https://doi.org/10.1387/zer.1654>
- Macedo, I., Cabecinhas, R., & de Andrés, S. (2024). Migrações, comunicação e ativismos. Olhares e reflexões. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2), Artículo e024021. <https://doi.org/10.21814/rlec.6095>
- Lippmann, W. (1925). *The phantom public*. Harcourt, Brace and Company.
- Martínez Ordóñez, M. J. (2013). *Storytelling, migración y otredad: Discursos mediáticos construidos alrededor de la migración propia y la migración del otro en el Ecuador* [Tesis doctoral, Universidade de Santiago de Compostela].
- Monedero Morales, C. del R., & Mercado Sáez, M. T. (2024). Los derechos humanos y las migraciones como elementos clave en la función social de los informativos televisados en España. *Disertaciones: Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social*, 17(1).
- Nash, M. (2005). *Inmigrantes en nuestro espejo: Inmigración y discurso periodístico en la prensa española*. Icaria.
- Observatorio de Desplazamiento Interno. (2023). *Informe mundial sobre desplazamiento interno 2023*. <https://www.iom.int/es/resources/el-informe-mundial-sobre-desplazamiento-interno-grid-2023>
- Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. (2018). *Pacto mundial para una migración segura, ordenada y regular*. Naciones Unidas. <https://www.ohchr.org/es/migration/global-compact-safe-orderly-and-regular-migration-gcm>
- Olmedo, S., Monedero, C. d. R., & Chaparro, M. (2024). Indicadores mediáticos, ciudadanía y gobernanza. Oportunidades para las políticas públicas y ecologizar el sistema de medios. *Textual & Visual Media: Revista de la Sociedad Española de Periodística*, 18(1), 1-3. <https://doi.org/10.56418/txt.18.1.2024.0>
- Olmos-Alcaraz, A., & Cava, G. (2021). La televisión como herramienta para la integración social: Narraciones y experiencias de migrantes asiáticos en la ciudad de Mesina (Italia). *RAE-IC: Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 8(15), 292-314. <https://doi.org/10.24137/raeic.8.15.24>
- Pérez-Orozco A. (2012). Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. *Investigaciones Feministas*, 2, 29-53. https://doi.org/10.5209/rev_INFE.2011.v2.38603
- Posch, P., & Cabecinhas, R. (2020). Estar presente na ausência: A construção semiótica da imigração brasileira recente em Portugal nos média brasileiros. *Comunicação e Sociedade*, 38, 201-217. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2592](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2592)
- Retis, J. (2004). La imagen del otro: Inmigrantes latinoamericanos en la prensa nacional española. *Sphera Pública: Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, (4), 119-140.
- Retis, J. (2014). El rol de los medios en los procesos de estratificación social en el contexto migratorio: Espacios mediáticos y consumos culturales. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, (125), 13-22. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i125.38>
- Retis, J., & Cogo, D. (2021). Periodismo de migraciones: Producción y consumo de narrativas sobre movilidad humana en tiempos de incertidumbre y plataformas digitales. *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico*, 27(1), 1-12. <https://doi.org/10.5209/esmp.73743>
- Rodríguez-Arrieta, J. D. (2023). Apuntes para una propuesta de análisis crítico de discurso político con enfoque de derechos humanos. *Papeles El tiempo de los Derechos*, (11), 3-9.
- Rosa, M. da. (2020). A hipervisibilidade do corpo-imagem migrante: uma estética do nomadismo na invisibilidade social. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 20(1), 25-43. <https://doi.org/10.35956/v.20.n1.2020.p.25-43>

Sánchez Moscoso, A. A., Candela, S., & Torres, Á. (2022). Desinformación y migración venezolana. El caso Ecuador. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, (161), 107-123.

Seijas Costa, R. (2014). Mujeres migrantes y medios de comunicación en España: Desigualdad mediaticizada. *RAE-IC: Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 1(2), 19-25. <https://doi.org/10.24137/raeic.1.2.4>

Stefoni, C., & Brito, S. (2019). Migraciones y migrantes en los medios de prensa en Chile: La delicada relación entre las políticas de control y los procesos de racialización. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, 23(2), 1-28. <https://doi.org/10.35588/rhsm.v23i2.4099>

van Dijk, T. A. (1999). *El análisis crítico del discurso*. *Anthropos*, (186), 22-36.

Vaquerizo Domínguez, E. (2019). Medios digitales y construcción de capital social: En torno al caso de los migrantes mexicanos en Estados Unidos. *Inter Disciplina*, 7(18), 103-126. <https://doi.org/10.22201/ceiich.24485705e.2019.18.68461>

United Nations. (2021). *International migration 2020 highlights*. https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesapd_2020_international_migration_highlights.pdf

Nem Todos Imigram Porque Querem: Como os Média Noticiam as Migrações Climáticas

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.4>

Alice Balbé

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal/Laboratório de Comunicação Climática,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9584-1966>
alicedb.jornal@gmail.com

Resumo

Este artigo discute como as migrações climáticas são noticiadas a partir da análise de notícias em língua portuguesa. Nos últimos 50 anos, estima-se que o número de desastres tenha aumentado cerca de cinco vezes em decorrência das alterações climáticas. Os casos de desastres são os que têm maior potencial noticioso e em que o jornalismo pode desempenhar múltiplas funções (Amaral, 2019), mas o foco tende a recair sobre a tragédia em si, o aspeto factual, as vítimas e os números de perdas económicas, por exemplo. Estima-se que em 2050, 250 milhões de pessoas sejam severamente afetadas pelas alterações climáticas. Ainda que não haja uma definição formal de refugiados climáticos no direito internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados tem destacado que a crise climática é uma crise humana e chama a atenção para os impactos que tem no deslocamento forçado em todo o mundo. Os resultados indicam que é justamente a partir de relatórios internacionais e casos de desastre climático que as migrações climáticas são noticiadas, desde deslocações internas até externas ao país, bem como o agravamento da situação humanitária de populações já expostas a conflitos. Mas a voz dos migrantes e a discussão sobre as causas têm pouco espaço nos média.

Palavras-chave

comunicação, migração, clima, vulnerabilidade social

Introdução

Os processos migratórios são complexos e têm diversas causas. No passado, grupos humanos migravam em busca de alimento. Atualmente, segundo a Organização Internacional para as Migrações (McAuliffe & Oucho, 2024), a maioria das pessoas migra por trabalho, família ou estudos, de forma legal e regulada. No entanto, há pessoas que migram por necessidade, devido a conflitos, perseguições ou catástrofes, tornando-se deslocados internos ou refugiados, e são esses grupos mais vulneráveis que mais precisam de apoio. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu, por meio da Agenda 2030, o papel da migração no desenvolvimento sustentável em 2015, ao incluir metas e indicadores relevantes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹, com o princípio de “não deixar ninguém para trás”.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) considera a crise climática uma crise humanitária com impactos no deslocamento forçado e estima que 250 milhões de pessoas serão afetadas até 2050. As alterações climáticas ameaçam a biodiversidade, a segurança alimentar e a saúde, além de aumentar a vulnerabilidade a conflitos. O recente relatório *Sem Escapatória: Na Linha de Frente das Mudanças Climáticas, Conflitos e Deslocamento Forçado* (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024), revela que “90 milhões de pessoas deslocadas vivem em países com exposição alta a extremos e perigos relacionados ao clima” (p. 6).

A cobertura mediática mostra-nos conflitos como Israel x Palestina e Gaza, Rússia x Ucrânia, mas há outros com menor visibilidade em regiões como Congo, Haiti, Iémen, Moçambique, Síria e Sudão, que também forçam deslocamentos. São conflitos armados e acrescidos de “armas de guerra”, como a provocação de falta de água, bloqueios à ajuda internacional e ataques a hospitais, como aconteceu em Gaza (Krämer, 2025). Os desafios se acentuam e se cruzam com os impactos do clima, afetando ainda mais populações em situação de vulnerabilidade social.

Relatórios indicam que 2024 foi o ano mais quente já registado (National Oceanic and Atmospheric Administration, 2025). Nos últimos 50 anos, estima-se que o número de desastres tenha aumentado cerca de cinco vezes em decorrência das alterações climáticas (World Meteorological Organization, 2023). Os casos de desastres são os que têm maior potencial noticioso e em que o jornalismo pode desempenhar múltiplas funções (Amaral, 2019). Mas o foco da cobertura noticiosa tende a recair sobre a tragédia em si, o factual, as vítimas e os números de perdas económicas.

Os média têm um papel importante na construção do imaginário social das alterações climáticas (e.g., Balbé et al., 2024; Loose, 2024) e das migrações (Brignol & Curi, 2021; Santos-Silva & Guerreiro, 2020). No entanto, as imagens veiculadas – multidões amontoadas, campos de refugiados lotados ou aldeias submersas – servem para criar uma distância emocional e simbólica entre o público e os sujeitos representados. Essa representação visual é acompanhada por narrativas desprovidas

1 A lista completa dos objetivos de desenvolvimento sustentável pode ser consultada em: <https://ods.pt/>.

de contexto histórico, político ou ambiental, reduzindo as migrações climáticas a “desastres naturais”. Ou seja, as imagens tendem a retratar comunidades como vítimas passivas de uma crise ambiental, enfatizando a destruição e o sofrimento, e não como agentes ativas das suas próprias histórias (Herrmann, 2017).

Estudos sobre a relação entre as migrações e o contexto climático nos média são pouco explorados, com alguns exemplos centrados nas questões legais e políticas (e.g., Sakellari, 2022) e, ainda menos, em língua portuguesa. Este artigo exploratório tem como objetivo trazer o olhar para as migrações climáticas e discutir as representações dos migrantes e deslocados climáticos ao longo de 2024, visando perceber quais conteúdos temáticos são veiculados em jornais de língua portuguesa e preencher essa lacuna na investigação.

Definições e Contextualização

O termo “migrante” acaba por ser um termo guarda-chuva que engloba a pessoa que se desloca de um lugar para outro; isso pode ser dentro de um país ou através de fronteiras internacionais, para procurar melhores oportunidades económicas, a reunificação familiar, educação e qualidade de vida (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024; New York Declaration for Refugees and Migrants, 2016). Já os migrantes forçados têm direito a requerer asilo segundo o Artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) da ONU.

O termo “refugiado” é a denominação para a pessoa que foi forçada a abandonar o seu país de origem devido a um medo fundamentado de perseguição, um dos pilares da ACNUR, por motivos de etnia, religião, nacionalidade, pertença a um grupo social particular, opiniões políticas, entre outros, que tornam insuportável ou perigoso permanecer nos seus países de origem (Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados, 1967). Inclui “migrantes forçados” em outras categorias, como os requerentes de asilo (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). É importante ressaltar que, apesar do termo ser amplamente utilizado, não há definição nem configuração legal para “refugiado climático”. Austrália e Nova Zelândia são os primeiros países a terem políticas para receber habitantes de outros países insulares do Oceano Pacífico (Stanley et al., 2021). O Panamá já realocou indígenas de uma ilha para o continente devido à subida do nível do mar na região (Bower, 2024).

O termo “deslocado” é utilizado para referir-se à pessoa que tenha sido forçada ou obrigada a fugir ou abandonar sua casa ou local de residência habitual, em especial como resultado ou a fim de evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou catástrofes naturais ou de origem humana (McAuliffe & Oucho, 2024).

“Migrações” e “deslocações” podem ser conceitos distintos, mas, muitas vezes, se sobrepõem. Koser e Martin (2011) explicam que existem três dimensões que ajudam a diferenciar os conceitos: (a) dimensão local (e.g., refugiados, migrantes internacionais, migrantes/deslocados internos, ilegais, sem documentos), (b) dimensão das

causas (e.g., medo de perseguição, privação económica, desastre natural, degradação ambiental, projetos de desenvolvimento, alterações climáticas), e (c) tempo/fase da migração (e.g., emergência, deslocação de proteção e duração).

O relatório publicado pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (CMDI) e pelo Conselho Norueguês para Refugiados revelou que, em 2023, houve deslocações por desastre em 148 países e territórios nos seis continentes. Nem todos os desastres são resultado de alterações climáticas, mas elas estão a tornar alguns perigos mais frequentes e intensos e a criar comunidades mais vulneráveis. Dentre os 45 países que reportaram deslocação por conflito em 2023, 42 também reportaram deslocamento por desastre, como a Síria, o Afeganistão, a Somália e a Nigéria. Em outros casos, a violência aumentou após os desastres, como no Sudão do Sul e em Moçambique (ambos após inundações) e no Haiti (após terremotos e furacões) (Internal Displacement Monitoring Centre & Norwegian Refugee Council, 2024).

Representações das Migrações nos Média

Seguindo a lógica jornalística do presente (Amaral, 2019), são noticiados os acontecimentos, especialmente os de alta carga negativa (McQuail, 2010/2012). Olhando para as migrações mais recentes, o que se vê associado são “crises migratórias” e questões de segurança. Abdo et al. (2019) discutiram o papel dos média na cobertura da chamada “crise migratória” na Europa e como foi construída a imagem dos refugiados com base na espetacularização: como uma ameaça, despersonalizados, como grupos de pessoas amontoadas em barcos ou a pé a chegar à Europa.

Santos-Silva e Guerreiro (2020) analisaram as representações sociais dos refugiados em dois momentos mediáticos e identificaram que houve pouco espaço para a voz dos refugiados e para contextualização, com predomínio de uma visão ocidental. Além disso, as notícias foram muitas vezes reproduzidas de agências de notícias.

Sakellari (2022) realizou uma meta-análise, em inglês, para identificar fatores que contribuem para a forma como a migração climática é comunicada pelos média. Foram identificadas análises sobre os média de seis países e ilhas do Pacífico, nas quais a cobertura mediática associa o fenómeno migratório a políticas climáticas e à segurança pública, no contexto de um panorama social e político mais abrangente, resultando na perceção da migração como um possível risco ou ameaça à sociedade.

As questões políticas influenciam em diversos níveis. Damata (2017), por exemplo, analisou como os jornais *The Guardian* e *The New York Times* abordaram as migrações climáticas, verificando que tanto as orientações políticas dos jornais quanto as expectativas do público influenciaram a cobertura. Os migrantes foram representados como um grupo socialmente subordinado, dependente dos países anfitriões para obter estatuto legal e apoio. Prieto-Andrés et al. (2025) também encontraram resultados semelhantes em Espanha, constatando que o perfil liberal ou conservador dos jornais influenciou a abordagem e os enquadramentos morais.

A comunicação dos riscos no contexto das migrações climáticas foi analisada por Moragas (2023). A partir da análise dos média de países que recebem deslocados e de países de emigrantes, identificou-se que a noção de risco foi saliente nos textos, tanto nas causas quanto nas consequências, ainda que nem sempre com o uso do termo.

Em uma análise sobre as representações visuais e a construção de uma narrativa pública sobre a realocação de comunidades do Alasca devido às alterações climáticas, Herrmann (2017) identificou que, apesar da alta vulnerabilidade de regiões e países insulares, de forma geral, a cobertura noticiosa sobre esses casos tende a trazer imagens aéreas de ilhas isoladas, que reforçam a ideia de “Outros” distantes e diferentes. Apesar da intenção de alertar para riscos, essas imagens acentuam a vitimização e o distanciamento, excluindo narrativas de agência, resiliência e adaptação.

Métodos de Seleção e Análise

O tema “migrações” é recorrente no noticiário lusófono, seja pela emigração, seja pela imigração. Em Portugal, muitas das pautas do noticiário têm decorrido da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que foi substituído pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo em 2023, bem como de discursos políticos da extrema-direita e anti-imigração. Tendo como objetivo analisar as migrações climáticas, para esta análise temática, as notícias foram selecionadas por meio da combinação de palavras-chave em buscadores de notícias relacionadas com “migrações” e “clima” e publicadas de janeiro a dezembro de 2024, em língua portuguesa. Foram criados dois conjuntos de palavras e testadas as variáveis de combinação, considerando as formas masculina, feminina, plural e singular. O primeiro grupo de palavras foi composto por: “deslocado”, “deslocamento”, “deslocação”, “desabrigado”, “desalojado”, “migrante”, “migração”, “refugiado”. O segundo grupo por: “clima”, “climático”, “alterações/mudanças climáticas”, “desastre”. Sendo que pelo menos uma das palavras deveria estar no título ou na linha de apoio, e a outra no texto.

A aplicação dos filtros permitiu o direcionamento da recolha de notícias especificamente sobre migrações relacionadas com o clima, assim, foram identificadas 28 notícias. A maioria delas foi publicada pelo jornal *Zero Hora* do Brasil (sete), pelo jornal *Público* de Portugal (cinco); e pelas filiais brasileiras dos jornais *Deutsche Welle* (Alemanha) e CNN (Estados Unidos da América), duas notícias cada, seguidas por mais 16 outros portais de comunicação, com uma notícia cada. Cabe referir que muitas das notícias são oriundas de agências de notícias internacionais, como Reuters, Agence France-Presse, Lusa – Agência de Notícias de Portugal – e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A análise centrou-se nas temáticas, adaptando-se às dimensões de local e causa de Koser e Martin (2011), o que resultou em três grandes temas sobre migrações/deslocações: (a) “internas/nacionais”, (b) “externas/internacionais” e (c) associação de “conflitos e clima”. A diferenciação entre as migrações nacionais e internacionais justifica-se pelas implicações legais. Quando se trata do mesmo país, não é necessário apresentar documentação para atravessar a fronteira ou para emitir algum tipo de

visto/autorização. Além disso, são consideradas nas análises as representações das pessoas nas notícias, quais foram as fontes ouvidas, imagem e texto (Balbé et al., 2022; Cabecinhas et al., 2022).

Representações dos Migrantes nos Média

As Deslocações Internas/Nacionais

A maior parte das notícias tem como foco deslocações internas, sendo 12 sobre quatro países: Brasil, Colômbia, Espanha e Panamá. O Brasil destaca-se com nove notícias, sendo seis sobre o estado do Rio Grande do Sul, que foi atingido em maio de 2024 por chuvas intensas, enchentes e enxurradas, o que configurou um dos maiores desastres climáticos do país.

A partir desse caso, duas notícias destacam que o Brasil possui um alto número de pessoas deslocadas internamente e “lidera deslocamentos por desastres naturais na América do Sul” (EBC, 09 de maio de 2024), e “desastres ambientais elevam número de deslocados no Brasil” (*Deutsche Welle*, 15 de maio de 2024). A notícia da EBC apresenta uma imagem de pessoas a retirar colchões de uma casa, num cenário de destruição. Já a notícia do *Deutsche Welle* tem três imagens: (a) fotografia-aérea da cidade de Eldorado do Sul alagada e duas pessoas com água na cintura a andar; (b) uma imagem de uma mulher negra (Nedine Beauger) com a filha; e (c) o interior de uma casa com lama. Essas imagens aproximam o leitor e personificam os casos dos atingidos. O texto destaca que Beauger é uma imigrante haitiana atingida novamente por um evento climático extremo, com a legenda: “depois de perder a casa em terremoto no Haiti e agora foi atingida por enchente em Porto Alegre”.

É interessante observar que, a partir desse desastre, a nomenclatura associada às pessoas atingidas foi discutida pelos média, o que remete para o seu papel também na nomenclatura de desastres (Amaral et al., 2020). Quatro matérias citaram migrantes, refugiados e deslocados climáticos num sentido explicativo: (a) *Os Atingidos Pelas Chuvas no RS [Rio Grande do Sul] São Refugiados Climáticos?* (Nexo Jornal, 8 de maio de 2024); (b) “O que São Refugiados Climáticos?” (*NatGeo Brasil*, 14 de maio de 2024); (c) “RS Tem Meio Milhão de Migrantes Climáticos em Razão da Enchente; Entenda o que É Isso” (*Zero Hora*, 17 de maio de 2024); e (d) *Desastre no RS Pressiona País a Criar Política Para Deslocados Climáticos* (UOL, 23 de maio de 2024).

As notícias contextualizam a inexistência do termo jurídico “refugiado climático”, referem-se à terminologia recomendada pela ACNUR para deslocados ou migrantes climáticos, citam os direitos humanos e apresentam dados do CMDI e de desastres decorrentes das alterações climáticas. As fontes ouvidas são, na maioria, professores universitários, seguidos por representantes do CMDI e da ACNUR, além de Claudio Angelo, coordenador de Comunicação e Política Climática do Observatório do Clima, que foi fonte das matérias do *Deutsche Welle*, EBC, *Zero Hora* e Nexo Jornal.

Somente no Nexo houve referência a “justiça climática” e “racismo ambiental”². Essa intersecção entre vulnerabilidades e outras questões sociais tem sido destacada em relatórios internacionais (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023).

A matéria do Nexo tem seis imagens: três delas mostram regiões alagadas, cidades e carros empilhados com lama; as outras mostram um homem a ser resgatado por bombeiros de helicóptero; duas pessoas a caminharem de costas com água na cintura no meio de uma cidade; e uma mulher que chora no centro da foto entre pessoas resgatadas dentro de um autocarro. São cenas que humanizam a tragédia, ainda que as pessoas não sejam ouvidas. São os especialistas que têm voz, por exemplo, a investigadora Annahid Burnett explica que já há pessoas que estão sendo “deslocadas de forma permanente por haver inundações ou secas recorrentes. Elas vão ter que se refugiar – e por causa de um acontecimento climático, provocado pelo aquecimento global” (Nexo Jornal, 8 de maio de 2024, para. 17).

A matéria da *NatGeo* traz duas imagens aéreas de cidades alagadas, uma de um centro de alojamento provisório e outra de um incêndio na Califórnia, a referir que também “expulsam milhares de pessoas de onde moram” (*NatGeo Brasil*, 14 de maio de 2024), com dados da ACNUR. A reportagem do *Zero Hora* utiliza uma imagem de capa para uma galeria com 11 imagens das consequências das enchentes, incluindo cidades alagadas, barcos de resgate e alojamentos improvisados. O UOL ilustra a reportagem com um homem que caminha sobre destroços de árvores e casas e com um vídeo do presidente brasileiro, Lula da Silva, que afirma que não faltará apoio ao Rio Grande do Sul para a reconstrução. Nas matérias do *Zero Hora* e do UOL, consta que o Brasil não tem uma política para quem necessita de se deslocar devido a eventos climáticos, mas que foi apresentado o primeiro projeto de lei com esse foco: a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos, da deputada federal Érika Hilton (Partido Socialismo e Liberdade – São Paulo). Assim, é feita uma menção ao aspeto social, que costuma receber pouca atenção (Sakellari, 2022).

A última notícia sobre o caso do Rio Grande do Sul é a única a abordar o pós-enchentes: *Sem Casa e Sem Resposta: O Drama dos Desabrigados Após as Enchentes no Rio Grande do Sul* (Agência Pública, 4 de outubro de 2024). A reportagem explica que muitas pessoas não têm para onde voltar:

mais de um ano após as enchentes de setembro de 2023, que haviam sido a pior tragédia ambiental do estado até então, e cinco meses depois das de maio de 2024, que foram ainda piores, quase duas mil pessoas continuam em abrigos no Rio Grande do Sul. O número de gaúchos que perderam suas

2 “Justiça climática” parte da ideia de que os ganhos obtidos com atividades que provocam o aquecimento global e os prejuízos decorrentes desses impactos devem ser repartidos de forma equilibrada. Ou seja, países emissores devem não só reduzir as emissões, como também auxiliar os demais países no enfrentamento, e as comunidades mais vulneráveis às suas consequências devem ter papel central nas decisões globais e locais para enfrentar a crise climática (Arcaya & Gribkoff, 2022). Já o termo “racismo ambiental” refere-se à desproporcionalidade com que grupos racializados e minorias são sujeitos a riscos ambientais, o que agrava as desigualdades sociais.

casas é bem maior, pois mais de 100 mil foram destruídas, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios.

Essa notícia traz nove imagens que ilustram o drama vivido por cerca de 2.000 pessoas no Rio Grande do Sul, nos 46 abrigos. Elas mostram a estrutura dos abrigos; uma mulher com seu cão na acomodação onde vive; uma senhora em frente à casa que sofreu danos estruturais; e quatro mostram pessoas nos escombros das casas onde viviam. Os relatos e as imagens expõem a vulnerabilidade das famílias. Foi a notícia com mais vozes e rostos das vítimas com nomes, sete no total.

Outras duas reportagens referem o contexto brasileiro e os riscos em outras regiões: “Rio e São Paulo Estão Entre Cidades que Serão Afetadas Pela Migração Climática, Diz Estudo” (*Zero Hora*, 18 de setembro de 2024); e *Refugiados do Clima Podem Chegar a 1 Bilhão de Pessoas* (Jovem Pan, 3 de junho de 2024). No texto da Jovem Pan, consta na linha de apoio que “seis estados brasileiros estão na lista dos locais com maior propensão a desastres ambientais” (para. 1), sem mencionar a fonte dos dados. A matéria apresenta uma fotografia da cidade de Muçum, “inundada três vezes em menos de um ano”, e um mapa do Brasil com as cidades sinalizadas. Já a reportagem do *Zero Hora*, com dados da Agence France-Presse, sem imagens, refere outro estudo internacional, voltado para cidades que precisam preparar-se para receber migrantes climáticos caso os objetivos do Acordo de Paris não sejam cumpridos. É feita a ressalva de que é necessário financiamento e que não são apenas as cidades do Sul Global que devem ter iniciativas de mudança. Sendo essas as poucas notícias que abordam o risco e o contexto mais amplo das alterações climáticas (Loose, 2024; Moragas, 2023).

Além do Brasil, as notícias da CNN revelam que *Enchentes Deixam Milhares de Desabrigados na Colômbia* (14 de novembro de 2024), com dados da Reuters, e *Milhares de Pessoas Deixam as Casas Após Novas Enchentes na Espanha* (14 de novembro de 2024). Na Colômbia, foi decretado estado de desastre nacional em decorrência de chuvas que provocaram deslizamentos de terra e destruíram estruturas, com referência às alterações climáticas. Na imagem, uma criança de costas em uma rua alagada. Em Espanha, foi necessária a “retirada de milhares de pessoas [em Málaga] apenas duas semanas após o país sofrer inundações mortais em Valência e outras comunidades próximas”, reforçando a recorrência e a intensidade do desastre. Já no caso do Panamá, a notícia aborda a necessidade de deslocação de habitantes de uma ilha para o continente: “Os Primeiros Deslocados Pelas Mudanças Climáticas no Panamá Se Despedem de Sua Ilha” (*Zero Hora*, 29 de maio de 2024), texto da Agence France-Presse, sem imagem.

A maioria das notícias foi sobre as vítimas e suas consequências, com poucas referências à política. Não se dá enfoque à necessidade de transformações estruturais e de políticas climáticas para o cumprimento de acordos internacionais.

As Migrações Internacionais

O foco principal da categoria é o elevado número de pessoas que se têm deslocado em decorrência de desastres climáticos, num total de oito textos: quatro deles

têm como fonte de dados a ACNUR, dois são sobre políticas migratórias da União Europeia (UE), um é sobre os dados da Organização Mundial de Meteorologia e outra do Boston Consulting Group.

As matérias sobre a UE abordam os pontos de discordância entre partidos políticos em período de eleições europeias, como é o caso da matéria “O que Defendem os Partidos Sobre Imigração e Asilo na União Europeia?” (*Público*, 23 de maio de 2024). A imagem que ilustra o texto é de uma mulher com uma criança, de pele clara, enroladas em cobertas, em frente a tendas. Já a segunda, sobre o Pacto Climático, coloca a UE numa posição de que “deve ajudar países vulneráveis e, assim, conseguir simultaneamente evitar crises de refugiados e ampliar a esfera de influência geopolítica” num tom benevolente e colonialista. O título coloca como uma razão comercial: “Refugiados Climáticos: Apoiar Países Vulneráveis É ‘uma Oportunidade’ Para Empresas Europeias” (*Público*, 14 de setembro de 2024). A imagem que acompanha o texto é de um grupo de pessoas negras, do Zimbabué, que transporta baldes de água na cabeça. Este país, segundo a legenda, “enfrentou em 2024 ondas de calor e secas prolongadas agravadas pelo padrão climático *El Niño*, obrigando os habitantes a andar longas distâncias para obter água”.

Três notícias partem do mesmo relatório da ACNUR e publicadas no mesmo dia (dia 12 de novembro de 2024), “Crise Climática Forçou 220 Milhões de Pessoas a Fugirem de Suas Casas nos Últimos 10 Anos, Diz ACNUR” (*Folha de S. Paulo*); *Mudanças Climáticas Forçaram Deslocamento de um “Brasil” em 10 Anos* (ClimalInfo); “Desastres Climáticos Causaram 220 Milhões de Deslocamentos em 10 Anos” (*Zero Hora*). O *Zero Hora* reproduz o texto da EBC e ilustra a reportagem com uma fotografia de camiões carregados de itens de casa e sacos. A ClimalInfo tem uma imagem de uma estrada de terra, com dois homens no centro, cercados por animais, e água ao redor. Já a *Folha de S. Paulo* traz imagens gerais de desastres e um gráfico com os picos de migração decorrentes do excesso de chuva no Brasil, são duas imagens do Rio Grande do Sul, com pessoas a sair de casa, e uma outra imagem, que corresponde a uma imagem de capa para uma galeria com mais 30 imagens sobre “a tragédia do Sul”, com as cidades alagadas. Além de uma outra imagem para uma galeria, essa com mais seis imagens, sobre migrações climáticas, que dessa vez são imagens de pessoas na Somália a receber água, e não mais do Brasil. A reportagem explica os termos “justiça” e “injustiça climática” e “mudança climática” e destaca a fala da investigadora que liderou o relatório, Jana Birner. Ela alerta sobre as intersecções do tema: “não é apenas proteger o planeta; é garantir os direitos das pessoas, suas casas, vidas e futuros”, citando também a importância da resiliência climática e da adaptação de comunidades de refugiados. Brasil e Moçambique são os únicos países de língua portuguesa mencionados.

A outra notícia com dados da ACNUR é da Agence France-Presse, publicada pelo *Zero Hora*: “ONU Cria Fundo Para Ajudar Refugiados a Enfrentar Crises Climáticas” (24 de abril de 2024), sem imagem. No texto, é explicada a necessidade de financiamento para adaptação e resiliência: “fornecendo-lhes os meios não só para se prepararem para os riscos relacionados com a mudança climática, mas também para enfrentá-los

e superá-los”, e ainda a construção de “refúgios adaptados à mudança climática”. A notícia com dados da Organização Mundial de Meteorologia, “El Niño e Mudanças Climáticas Causaram Recorde de Desastres na América Latina em 2023” (*Zero Hora*, 8 de maio de 2024), traz informações da Agence France-Presse, sem imagens. O foco está nos dados dos relatórios, com declarações de Celeste Saulo, da Organização Mundial de Meteorologia, e de Paola Albrito, diretora do escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres.

Por fim, a última notícia: “Vamos Ter 43 Milhões de Deslocados Climáticos Anualmente até 2050” (*Público*, 7 de novembro de 2024). Os dados são do relatório do Boston Consulting Group, referindo “as crises hídricas vão deslocar quase 32 milhões de pessoas internamente e obrigar 11 milhões a abandonar os seus países”, com duas imagens: a primeira, de uma menina, não branca, a colocar água no rosto; e a outra imagem, de carros amontoados, lama e entulho em Valência.

As fontes principais são os relatórios com comentários de especialistas da ACNUR, da ONU, de investigadores e de ambientalistas. As notícias sobre migrações climáticas internacionais não trazem nenhuma voz de pessoas migrantes, elas são representadas como grupos, as vozes são apenas de especialistas ou de representantes políticos.

Crise Humanitária: Desastres e Conflitos

Um conjunto de oito notícias aborda a soma de conflitos e questões climáticas. Duas notícias destacam a situação de Moçambique publicadas pelos jornais Observador e *Deutsche Welle*, ambas oriundas da Lusa. A região de Cabo Delgado é a que tem registado o maior número de deslocados, de acordo com o CMDI, fonte principal do *Deutsche Welle*. Já na notícia do Observador, a fonte é o Programa Alimentar Mundial, destacando a situação humanitária decorrente da perda de colheitas por causa de tempestades, agravadas pelo fenómeno do *El Niño*, somadas aos conflitos armados.

As restantes notícias têm como fonte relatórios da ACNUR; outras três têm dados do CMDI; uma da Organização Mundial de Meteorologia, notícia da agência Reuters, publicada pelo jornal *Público*. As reportagens do *Deutsche Welle* e do *Público* também mencionam Angola devido aos riscos de inundação.

Dessas notícias, há três casos que evidenciam a situação humanitária dos refugiados pelos conflitos e agravada pelas consequências das alterações climáticas, nomeadamente, a partir de relatório da ONU, “Calor Extremo Agrava Situação Humanitária em Gaza” (*Público* e Reuters, 16 de agosto de 2024), “ONU: Mudança Climática Agrava Situação ‘Infernal’ dos Refugiados” (*Zero Hora*, 12 de novembro de 2024), e “Mudanças Climáticas Agravam Situação de Refugiados e Deslocados, Aponta ONU” (*Exame*, 15 de novembro de 24). Ou seja, o foco está nos refugiados, que já estão em situação de extrema vulnerabilidade, com imagens que ilustram essa precariedade e para a qual a ONU apela por mais recursos para adaptação, a fim de garantir a sobrevivência

dessas pessoas. Na matéria da revista *Exame*, uma ex-refugiada e ativista climática do Sudão do Sul é entrevistada.

A notícia do *Público* é a que tem mais fontes, com rosto e voz, são três ao todo, e mostram: (a) um homem de meia-idade, em cadeira de rodas, palestino, no qual se refere que “as temperaturas elevadas estão a castigar quem tenta sobreviver a meses de guerra, fome e doença”; (b) uma família a viver dentro de um carro; e (c) uma mulher com três crianças. Além da voz dos refugiados, um médico explica a dificuldade de transporte e armazenamento de medicamentos, e o diretor da iniciativa climática e humanitária Adapt explica que as ameaças de calor extremo são pouco consideradas dentro das respostas humanitárias.

As notícias publicadas pelos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias* têm o mesmo texto e título: “Número de Refugiados Internos por Conflitos Atinge Recorde de 68 Milhões de Pessoas”, da Lusa. A imagem que ilustra cada matéria é bastante semelhante: pessoas dentro de veículos com seus pertences amarrados no topo. A fonte é o relatório do CMDI, segundo de qual dois terços dos refugiados são do Sudão, da República Democrática do Congo e da Palestina.

A outra notícia do *Público* menciona as mesmas regiões: “África: Mais de 65 Milhões de Pessoas Irão Fugir das Suas Casas Até ao Final do Ano” (21 de maio de 2024). A principal fonte é o relatório da ACNUR. Também se faz referência às alterações climáticas: “prevendo-se a deslocação de 23,6 milhões de pessoas, devido sobretudo aos conflitos (...) e às cheias e secas provocadas pelas alterações climáticas nestes territórios”. A reportagem tem duas imagens: (a) um grupo de pessoas, incluindo crianças, em deslocação a carroças puxadas por animais; e (b) uma mulher sozinha, no centro da imagem, pisando sobre sacos de areia que formam uma espécie de caminho numa zona alagada. A ênfase é dada aos números e, implicitamente, às questões de risco e segurança (Sakellari, 2022).

No caso das notícias que evidenciam as consequências dos conflitos agravados pelas questões climáticas, há mais relatos de pessoas que vivenciam essa realidade. Mas a maior parte das fontes é representada por organismos internacionais.

Considerações Finais

De forma geral, as notícias partem de relatórios sobre migrações, sendo a ONU a principal fonte, por meio da ACNUR, seguida pela CMDI; reproduzem informações de agências internacionais, sem contextualização local nem vozes dos próprios migrantes, o que condiz com a literatura (Askland et al., 2022; Santos-Silva & Guerreiro, 2020). Essas práticas comprometem a qualidade informativa e reforçam as lógicas de subordinação dos sujeitos migrantes, que raramente são apresentados como atores sociais. Como referem Brignol e Curi (2020), “os migrantes precisam ter suas narrativas verdadeiramente reconhecidas em suas múltiplas dimensões, para além da pauta econômica e enquanto parte subalterna do mercado de trabalho” (p. 70).

Embora haja relação entre eventos climáticos extremos e alterações climáticas, as notícias não abordam as causas estruturais nem o contexto histórico (Ferdinand, 2021; Herrmann, 2017). Semelhante ao que foi identificado na cobertura sobre alterações climáticas, é dada maior ênfase às consequências, aos impactos e, sobretudo, aos números (pessoas afetadas, mortes, prejuízos económicos, perdas e danos) do que às causas ou alternativas, bem como à noção de prevenção do risco (Loose, 2024).

A discussão sobre a terminologia de deslocados/migrantes climáticos existe, mas a ausência de enquadramento legal aumenta a vulnerabilidade das pessoas. Os média raramente acompanham a situação desses migrantes a longo prazo, com poucas exceções. A representação de quem tem rosto e voz é marcada pela ênfase em estereótipos de vulnerabilidade ou sobrevivência, mas carece de exemplos de agência.

É necessário ainda repensar o papel do jornalismo para uma comunicação mais humana na mediação dessas questões, substituindo a lógica de espetacularização (Abdo et al., 2019) pela da solidariedade informada e pela ecologia decolonial (Ferdinand, 2021). Promover uma comunicação ética e comprometida com a justiça climática e social e interdisciplinar é um passo fundamental para garantir que, de facto, ninguém seja deixado para trás (Askland et al., 2022). Para isso, os jornalistas também precisam de formação adequada sobre migrações e de escuta ativa para promover maior pluralidade de vozes (Brignol & Curi, 2020; Sakellari, 2022).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025–2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Referências

Abdo, C., Cabecinhas, R., & Brites, M. J. (2019). Crise migratória na Europa: Os media e a construção da imagem dos refugiados. In Z. Pinto-Coelho, S. Marinho, & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação* (pp. 71-83). CECS.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2024). *Sem escapatória: Na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado*. <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/relatorio-sem-escapatoria.pdf>

Amaral, M. F. (2019). Periodismo: De los desastres a las vulnerabilidades y los riesgos. In C. Lozano Ascencio & M. F. Amaral (Eds.), *Periodismo y desastres: Múltiples miradas* (pp. 23-42). UOC.

Amaral, M. F., Lozano-Ascencio, C., & Puertas-Cristobal, E. (2020). Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: Em busca de invisibilidades e saliências. *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, (144), 125-140.

Askland, H., Shannon, B., Chiong, R., Lockart, N., Maguire, A., Rich, J., & Groizard, J. (2022). Beyond migration: A critical review of climate change induced displacement. *Environmental Sociology*, 8(3), 267-278. <https://doi.org/10.1080/23251042.2022.2042888>

Arcaya, M., & Gribkoff, E. (2022, 14 de março). *Climate justice*. MIT Climate Portal. <https://climate.mit.edu/explainers/climate-justice>

Balbé, A., Camanho, L., Trindade, E., & Cabecinhas, R. (2022). Representações visuais nos manuais escolares: Uma proposta de análise. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 129-151). Húmus.

Balbé, A., Capoano, E., & Barranquero, A. (2024). Alterações climáticas: Desafios sociais e culturais. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(1) Artigo e024010. <https://doi.org/10.21814/rlec.5788>

Bower, E. (2024, 19 de maio). *Panama completes first climate-related relocation*. Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/news/2024/05/29/panama-completes-first-climate-related-relocation>

Brignol, L., & Curi, G. (2021). Repensar a noção de “crise migratória”: Por uma cobertura jornalística ética e humanitária sobre as dinâmicas de mobilidade humana. *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico*, 27(1), 63-72. <https://doi.org/10.5209/esmp.71464>

Cabecinhas, R., Balbé, A., Camanho, L., & Cunha, L. (2022). Imagens e miragens do mundo lusófono nos manuais escolares de história portugueses: Visões do passado, presente e futuro. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 193-220). Húmus.

Damata, M. (2017). Representations of climate change refugees in The Guardian and The New York Times. *Anglistica AION*, 21(2), 23-35. <https://doi.org/10.19231/angl-aion.201722>

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1948, <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Ferdinand, M. (2021). *Decolonial ecology. Thinking from the Caribbean world* (A. P. Smith, Trad.). Polity.

Herrmann (2017). America's first climate change refugees: Victimization, distancing, and disempowerment in journalistic storytelling. *Energy Research & Social Science*, 31, 205-214. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2017.05.033>

Intergovernmental Panel on Climate Change. (2023). *Climate change 2022: Impacts, adaptation, and vulnerability*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009325844>

Internal Displacement Monitoring Centre & Norwegian Refugee Council. (2024). *Global report on internal displacement*. https://api.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC-GRID-2024-Global-Report-on-Internal-Displacement.pdf?_gl=1*pmo16s*_ga*NzIzNTM1NzU1LjE3Njg0NzUxNDI.*_ga_PKVS5L6N8V*czE3Njg1ODA3MzQkbzlkZzAkDE3Njg1ODA3MzQkajYwJGwwJGgw

Koser, K., & Martin, S. (Eds.). (2011). *The migration-displacement nexus. Patterns, processes, and policies*. Bergham Books.

Krämer, T. (2025, 4 de maio). As Israel blocks aid, “reality in Gaza is indescribable”. *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/en/as-israel-blocks-aid-reality-in-gaza-is-indescribable/a-72424450>

Loose, E. B. (2024). *Jornalimos e crise climática: Um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade*. Editora Insular.

McAuliffe, M., & Oucho, L. A. (Eds.). (2024). *World migration report 2024*. IOM.

McQuail, D. (2012). *Teorias da comunicação de massa* (Roberto Costa, Trad.). Penso. (Trabalho original publicado em 2010)

Moragas, N. (2023). Mudanças climáticas: O enquadramento do risco em conteúdos jornalísticos na mídia digital. *Comunicação & Informação*, 26, 89-114. <https://doi.org/10.5216/ci.v26.74004>

National Oceanic and Atmospheric Administration. (2025). *Assessing the global climate in 2024*. <https://www.ncei.noaa.gov/news/global-climate-202413>

New York Declaration for Refugees and Migrants, 19 September 2016, <https://www.acnur.org/br/media/new-york-declaration-refugees-and-migrants>

Prieto-Andrés, A., Fernández-Romero, C., & Agualeles, M. (2025). The portrayal in the Spanish press of migration caused by climate change: A moral framework analysis. *Frontiers in Communication, 10*, Artigo 1546804. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2025.1546804>

Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. (1967). https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Sakellari, M. (2022). Media coverage of climate change induced migration: Implications for meaningful media discourse. *Global Media and Communication, 18*(1), 67–89. <https://doi.org/10.1177/17427665211064974>

Santos-Silva, D., & Guerreiro, D. (2020). Média e migrações forçadas: Representações sociais dos refugiados nos média portuguesas em dois momentos mediáticos. *Comunicação e Sociedade, 38*, 123–137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2606](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2606)

Stanley, S. K., Ng Tseung-Wong, C., Leviston, Z., & Walker, I. (2021). Acceptance of climate change and climate refugee policy in Australia and New Zealand: The case against political polarisation. *Climatic Change, 169*, Artigo 26. <https://doi.org/10.1007/s10584-021-03278-8>

World Meteorological Organization. (2023). *Atlas of mortality and economic losses from weather, climate and water-related hazards (1970 to 2021)*. <https://storymaps.arcgis.com/stories/8df884dbd4e849c89d4b1128fa5dc1d6>

“Me Odeie, que Eu Te Odeio de Volta”: Dimensões Relacionais e de Reversibilidade da Xenofobia

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.5>

Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8836-9309>
antoniofaustojr@gmail.com

Carlos Alberto de Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8433-8794>
carloscarvalho0209@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo refletir sobre as dimensões relacionais e de reversibilidade da xenofobia, entendendo tal dinâmica como assentada na lógica de mútuo desprezo de uma nacionalidade sobre outra, tanto nas relações que se dão em co-presença, quanto no preconceito que pode se manifestar mesmo fora de relações interpessoais. A partir de notícias e de produtos assentados nas lógicas do humor derogatório (Araujo & Gois, 2022), analisamos problemas que envolvem pessoas brasileiras e portuguesas, duas nacionalidades que mantêm relações seculares desde a colonização portuguesa das terras brasileiras, nem sempre pautadas pela amabilidade de parte a parte. Essas relações se tornaram mais complexas nos últimos anos, face ao considerável fluxo migratório de pessoas do Brasil para Portugal, evidenciando práticas xenófobas. Entendemos que a xenofobia promove desumanização e ódio, que se agravam quando se somam a eles outros preconceitos que outrificam, como o racismo (Cabecinhas, 2008), a misoginia, a LGBTQIAPN+fobia, o ódio religioso e outras modalidades de depreciação. Como consequência, a xenofobia constitui um grande desafio à promoção de direitos humanos.

Palavras-chave

Xenofobia, migração, reversibilidade, humor derogatório

Introdução

No primeiro semestre de 2025, circularam pelas redes sociais vários *memes* sugerindo Portugal como uma colônia brasileira, por meio de denominações como “Pernambuco em Pé”, “Porto de Gajinhas”, “Vitória da Reconquista” e a que ficou mais famosa dentre todas, “Guiana Brasileira”. O estopim para tal fluxo memético teria sido a “fala, galera” dita pela jogadora portuguesa Kika Nazareth em um vídeo de anúncio da contratação dela pelo Barcelona.

Apesar de a palavra “galera” ter origem nas ciências náuticas, para designar os navios de vela utilizados nas navegações europeias, inclusive aqueles retratados em livros didáticos para ilustrar a chegada portuguesa às terras brasileiras em 1500, é no Brasil que é utilizada com o sentido referido por Kika Nazareth, o de coletividade, em alusão às pessoas parceiras, “marinheiras do mesmo barco” (Cardim, 2025).

A fala da jogadora desapontou setores conservadores portugueses, que enxergaram no idioma *brasileiro* um risco para o português falado em Portugal e para a própria identidade portuguesa (ver Braun, 2024), como já discutido por Carvalho et al. (2014), e causou certo alvoroço no Brasil. Daí surgiram os *memes* sobre a suposta *reparação histórica* e a *colonização reversa* de Portugal pelo Brasil, em fluxo verbovisual que incluiu a criação de uma bandeira para a “Guiana Brasileira” e até mesmo uma alteração no verbete “Portugal” na Wikipedia, logo corrigida pela plataforma (Corsini, 2025).

Tais denominações meméticas atribuídas a Portugal surgiram da adaptação tanto de nomes de localidades, principalmente brasileiras, quanto de expressões constituintes do português falado em Portugal, a exemplo de “Belém do Pralá” e “Faixa de Gajos”. A mais famosa delas, “Guiana Brasileira”, faz referência direta ao *status* de colônia atribuído, na *brincadeira*, a Portugal, devido ao processo de formação histórica das – outrora – três Guianas sul-americanas: o Suriname, antiga Guiana Holandesa; a Guiana, antiga Guiana Inglesa, e a Guiana (ainda) Francesa.

“Brincadeira”, no entanto, a reverberar e reforçar históricas tensões geopolíticas, inclusive a xenofobia (Cardim, 2025), e capaz de tornar ainda mais delicada a situação de pessoas brasileiras residentes em Portugal, que viram disparar os casos de violência xenófoba nos últimos anos. Segundo dados da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (2024), de Portugal, pouco mais de 1 milhão de pessoas de outras nacionalidades residiam legalmente no país em 2023, número que representava um aumento de cerca de 33% em relação a 2022. O Brasil correspondia então à maior comunidade estrangeira, cerca de 35%, equivalente a pouco mais de 368 mil pessoas. No entanto, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil estima que, atualmente, há cerca de 700 mil pessoas brasileiras em Portugal, considerando os pedidos de residência pendentes e as situações de dupla nacionalidade.

O aumento no número de pessoas brasileiras em Portugal correspondeu ao aumento dos casos de xenofobia contra pessoas oriundas do Brasil. Segundo dados da

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, de Portugal, divulgados em abril de 2025 pela *DW Brasil*, houve uma alta de 145% no número de queixas de xenofobia contra pessoas brasileiras no país entre 2018 e 2021. Naquele ano, foram registradas 45 queixas; três anos depois, o número de registros do gênero subiu para 109. De acordo com a *DW*, os “casos vão desde situações veladas, como dificuldade em alugar um apartamento, conseguir trabalho ou acessar serviços de saúde, por exemplo, até pedidos para falar inglês em vez do português brasileiro, até ofensas explícitas e agressões” (Moura et al., 2025, para. 4).

Tais ofensas e agressões vêm sendo replicadas em *memes*, nas redes sociais, com maior ou menor sutileza, a depender do contexto e da intencionalidade, e não apenas da parte de pessoas portuguesas, mas também de brasileiras, a ponto de Brasil e Portugal terem protagonizado um episódio que ficou conhecido como a “Primeira Guerra Memeal”, em 2016 (Rafael Polêmico, s.d.). Isso aponta para a existência das dimensões relacionais e de reversibilidade – ou seja, da dimensão comunicacional – da xenofobia, que tem sido instrumentalizada por partidos de extrema-direita em todo o mundo, inclusive no Brasil e em Portugal, com o objetivo de barganhar votos e capital político.

Nosso intuito neste artigo é utilizar *memes* como referência, em conjunto com coberturas jornalísticas e programas de humor, para discutir esse caráter comunicacional – porque relacional – da violência xenófoba de pessoas brasileiras para com portuguesas e vice-versa. Trabalhamos com a hipótese de que há um processo de retroalimentação entre o espaço público midiático e o espaço público concreto, no qual a violência simbólica tende a banalizar e justificar a violência física contra pessoas minorizadas, como migrantes.

Breve Nota Metodológica

Para a elaboração deste artigo, lançamos mão de dupla observação de fenômenos comunicacionais, situados em temporalidades dispersas, assim como pertencentes a categorias midiáticas distintas, com estruturas e conteúdos diferenciados e, por isso, sem a pretensão de estabelecer comparações diretas entre si. A primeira categoria midiática tem em comum o campo do humor derrogatório e, nela, olhamos para uma personagem televisiva: Manuela D’Além Mar, aluna portuguesa, que compunha a turma de estudantes em um antigo programa exibido na televisão aberta brasileira, pela emissora Globo, chamado de *Escolinha do Professor Raimundo*.

Segundo o projeto *Memória Globo*, a *Escolinha* foi exibida em momentos distintos nos anos 1990 e no início dos anos 2000¹, sob o comando do humorista Chico Anysio, que interpretava o professor de uma turma de estudantes, personagens que, sem exceção, correspondiam a algum estereótipo racial, regional, de gênero, de classe e outras simplificações socioculturais. A personagem Manuela D’Além Mar, interpretada pela

1 Outras informações estão disponíveis em Memória Globo (2021).

atriz Berta Loran², correspondia ao estereótipo de uma mulher portuguesa “típica”, com destaque para características de baixa inteligência. Ainda na esfera do humor, observamos uma série de *memes* que circularam na internet e em plataformas sociais, especialmente no início de 2025, tendo como mote gozações sobre Portugal e suas gentes.

A outra categoria midiática é composta por notícias que narram episódios de xenofobia contra pessoas brasileiras vivendo em Portugal, publicadas em jornais online do Brasil e de Portugal. As notícias foram coletadas entre 2024 e 2025, no âmbito da pesquisa de pós-doutoramento intitulada “Racismo, Xenofobia e Preconceitos Conexos nas Audioverbovisualidades do Jornalismo Brasileiro”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo primeiro autor deste texto, sob supervisão do segundo autor. Não foi realizada, portanto, uma coleta específica sobre a cobertura de casos de xenofobia contra pessoas brasileiras vivendo em Portugal, mas selecionadas aquelas notícias que, em um universo mais amplo de relatos de xenofobia, migrações e problemas conexos, atendiam aos requisitos para a escrita deste artigo. Também recorremos a narrativas jornalísticas para a obtenção de dados estatísticos sobre a xenofobia contra pessoas brasileiras em Portugal, bem como consultamos sites de partidos políticos e de organizações governamentais e não governamentais para contextualizar as discussões empreendidas.

Como parte da metodologia, adotamos o princípio ético de não reproduzirmos as imagens e/ou textos integrais, que caracterizamos como portadores de matiz xenófobo, trazendo-os apenas com dados contextuais que permitam categorizá-los como parte de discursos típicos das lógicas da xenofobia. Consideramos que as ciências, no intuito de produzir conhecimentos, podem ser parte das redes de violências, como aquelas que são próprias da xenofobia e suas dinâmicas de outrificação desumanizadora, o que se configuraria caso reproduzíssemos piadas ou *memes* depreciativos de pessoas portuguesas ou trechos de notícias que detalham violências físicas e/ou simbólicas derivadas de ataques motivados por ódio xenófobo contra pessoas brasileiras desferidos por pessoas portuguesas.

Xenofobia: Espaço e Reversibilidade em Memes

Definida como o medo do estrangeiro (Albuquerque, 2016), a xenofobia envolve relações mais complexas, que, sem excluir este sentido mais corrente, inclui a escolha de uma pessoa – ou de um grupo de pessoas – como inimiga e considerada inferior (Chelius, 2021), estabelecendo lógicas de outrificação nas quais o “nós *versus* elas” nega a possibilidade de reconhecimento da alteridade e da humanidade alheia. Como consequência, a xenofobia promove a desumanização e o ódio, que se agravam quando a eles se somam outros preconceitos que outrificam, como o

² Atriz polonesa-brasileira, de origem judaica, morta aos 99 anos em 2025, Berta Loran atuou no teatro, no cinema e na televisão, no Brasil, e em teatro na Argentina e em Portugal.

racismo (Cabecinhas, 2008), a misoginia, a LGBTQIAPN+fobia³, o ódio religioso e outras modalidades de depreciação.

Os aumentos dos fluxos migratórios globais, motivados por perseguições diversas, guerras, fome, alterações climáticas e outras mazelas, mas também pela busca de melhores condições de vida, têm agravado as consequências da xenofobia, com contribuições decisivas do crescimento da extrema-direita em todo o mundo (Ribeiro & Pereira, 2019). Dentre os países falantes prioritários da língua portuguesa, destaca-se o já mencionado aumento de migrações de pessoas do Brasil para Portugal, que tem como consequência o aumento de denúncias de xenofobia sofridas por pessoas brasileiras nesse país europeu (Maurício, 2023). Tomamos como referência as dinâmicas migratórias do Brasil para Portugal e vice-versa, a fim de pensar as dimensões relacionais e de reversibilidade da xenofobia.

Os dados apresentados até aqui neste artigo, somados às discussões que se seguem, nos levam a propor que a xenofobia carrega consigo dimensões relacionais e de reversibilidade. Pela perspectiva relacional e de reversibilidade da xenofobia, a nacionalidade que outrifica também é passível de ser outrificada e desumanizada, indicando um caminho em dupla via, e não exclusivamente unidirecional. Desse modo, se A deprecia B por ser uma pessoa estrangeira no país de A, B tenderá também a depreciar A, se A for uma pessoa estrangeira no país de B. Embora as consequências e manifestações da xenofobia tenham merecido sobretudo pesquisas que privilegiam as interações em co-presença, consideramos, a partir das dinâmicas do humor interrogatório, que é importante destacar que a xenofobia pode ser culturalmente construída sem a necessidade de interações face a face, como se verifica, nas discussões aqui empreendidas, nas piadas brasileiras que depreciam pessoas portuguesas. Nesse sentido, muitas pessoas que no Brasil reproduzem piadas depreciativas sobre pessoas portuguesas jamais estiveram em co-presença com elas. Lamentavelmente, tendemos a ser ignorantes quanto às dinâmicas relacionais, portanto reversíveis, da xenofobia, ignorância que, se superada, poderia ser a chave para o fim dos ódios xenófobos.

Para verificar as dimensões relacionais e de reversibilidade da xenofobia, tomaremos, como explicado na metodologia, noticiários que relatam denúncias de xenofobia sofridas por pessoas brasileiras em Portugal e a prática brasileira de fazer piadas depreciativas sobre pessoas portuguesas (Machado, 2018) a partir de *memes* de internet e de programas humorísticos veiculados na televisão aberta brasileira.

Entendemos que tais situações permitem ver a xenofobia em suas dimensões relacionais e de reversibilidade, posto que a distinção entre as pessoas de diferentes nacionalidades se baseiam no estabelecimento de fronteiras, da ordem tanto da geopolítica quanto do simbólico, a resultarem do processo que Achille Mbembe

3 A sigla, que visa abarcar o maior número possível de pessoas não conformes às normas de gênero heterossexuais, faz referências a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queers, intersexos, assexuais, pansexuais e não binárias, com o + indicando outras possíveis expressões de gênero. A LGBTQIAPN+fobia, portanto, designa ódio, desprezo e outras estratégias que outrificam e desumanizam as pessoas incluídas na sigla.

(2020/2021) designa de “brutalismo”, ou seja, o “processo pelo qual o poder, enquanto força geomórfica, doravante se constitui, se exprime, se reconfigura, age e se reproduz pela fracturação e pela fissuração” (p. 10).

O brutalismo também tem, na extração, uma das principais engrenagens, junto com a fracturação e a fissuração. Extração não apenas de recursos naturais, mas também da humanidade de determinados grupos de pessoas. Inclusive de migrantes.

Às lógicas de fracturação e de fissuração acrescenta-se desde logo as de exaustão e de esgotamento. Também aqui, as fracturas, as fissuras e o esgotamento não dizem apenas respeito a recursos, mas a corpos vivos, expostos à exaustão e a todo tipo de ameaças biológicas, muitas vezes invisíveis (intoxicação aguda, cancro, defeitos congênitos, distúrbios neurológicos e hormonais). Reduzido a uma camada e a uma superfície, é o conjunto do vivo que sofre ameaças sísmicas. É esta dialéctica da demolição e da “criação destrutiva”, que tanto tem por alvo os corpos, os nervos, o sangue e o cérebro dos humanos quanto as entranhas do tempo e da Terra, que está no cerne das reflexões que se seguem. Brutalismo é o nome que atribuímos ao gigantesco processo de eliminação e de evacuação, mas também de esvaziamento de vasos e de despejo de substâncias orgânicas. (Mbembe, 2020/2021, pp. 10–11)

Se recorrermos à metáfora das placas tectónicas, proposta por Muniz Sodré (2014), para pensar os processos comunicacionais, podemos falar, inclusive, em dinâmicas comunicacionais da xenofobia: “É aceitável a metáfora das ‘placas’ para apresentar o conceito [de comunicação]: a comunicação seria o conjunto das placas tectónicas sob a superfície do comum. Elas, como suas congêneres geológicas, são essenciais, mas não eternas em constituição ou alinhamento” (Sodré, 2014, p. 16). Neste texto, trabalhamos também com a hipótese de que tais dinâmicas de alinhamento e de desalinhamento dessas placas refletem dinâmicas históricas que fazem, de tais processos geológicos, processos também geopolíticos, a ditarem a instituição e a derrubada de fronteiras geográficas e simbólicas:

no Norte [Global], em especial, as velhas pulsões imperialistas aliam-se agora à nostalgia e à melancolia. Assim é porque, atingido pelo cansaço moral e dominado pelo tédio, o centro se encontra irremediavelmente consumido por um desejo exacerbado de fronteira e pelo medo da queda, o que justifica os indistigáveis apelos já não à conquista enquanto tal, mas à secessão. (Mbembe, 2020/2021, p. 20)

Em termos de xenofobia, esse “medo da queda” de que fala Mbembe (2020/2021) é projetado sobre a outra pessoa, de nacionalidade distinta e, por isso, inferiorizada e convertida em ameaça; um lugar de outridade que tende a ser ocupado por pessoas brasileiras no caso ora analisado, entre Brasil e Portugal. Este país, afinal, integra o continente convertido no centro do mundo, inventado pelos europeus à época do Renascimento, que coincide com o advento da etapa histórica designada por Quijano (2009) de “colonialidade”. A mesma etapa que foi batizada pela Europa de “modernidade”:

com a constituição da América (Latina), no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemónicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico - que depois se identificarão como Europa - e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem também a colonialidade e modernidade. (Quijano, 2009, p. 73)

“Modernidade” e “colonialidade” são, portanto, formas distintas de se referir ao mesmo processo, equivalentes a vê-lo a partir dos centros e das margens, respectivamente⁴, de modo que a segunda designação explica a maneira como o capitalismo passa a operar tanto nos planos materiais quanto nos planos (inter)subjetivos após a invasão das Américas (Quijano, 2009). A colonialidade equivale, assim, a uma classificação racial e étnica da população mundial: uma hierarquização entre civilização e selvageria (Quijano, 2009). Daí o medo que algumas pessoas portuguesas sentem de pessoas brasileiras e que se materializa simbolicamente e semioticamente na violência xenófoba, o que, por sua vez, explica parte do ressentimento das pessoas brasileiras para com as portuguesas, cultivado por conta do colonialismo português. Eis o caráter de reversibilidade da xenofobia.

Por quase 400 anos, o Brasil foi colônia de exploração de Portugal, o que se reflete no fato de o país ainda hoje ser um grande exportador de matéria-prima, sobretudo grãos e minérios, e pouco exportar bens industrializados. Isso explica o porquê da alusão de alguns *memes* do período da “Primeira Guerra Memeal”, entre Brasil e Portugal, a uma “devolução do ouro” brasileiro por parte do país europeu.

Insumo comunicacional das redes sociais digitais (Reyes, 2023), os *memes* têm a capacidade de condensar distintas temporalidades em um pequeno aglomerado de pixels e, dessa maneira, fazer alusão a complexos processos sócio-históricos, hoje refletidos no desalinhamento das placas tectônicas, que viabilizariam o que Sodré (2014) chama de “comum”. Restam, assim, os processos de reiteração das diferenças e de outrificação que sustentam as violências xenófobas, a exemplo do *meme* a retratar Portugal como um cão em momentos históricos distintos: como um cão forte e desbravador à época do colonialismo, nos séculos XV e XVI, e, atualmente, como um cão acuado por conta da suposta colonização de Portugal pelo Brasil por meio da língua.

Brasileiro, aliás, diz respeito não apenas à nossa nacionalidade em terras portuguesas, mas também à variante do português falada no Brasil. Isso evidencia a vontade de diferença (Hall, 1990/2013), demonstrada por pessoas portuguesas em relação às brasileiras, sobretudo em relação àquelas que fixaram residência em Portugal nos últimos anos, mas não só, pois existe o medo de perda da identidade portuguesa – e até do “emporcalhamento da língua europeia”, como relata a BBC Brasil – por conta do sucesso de *youtubers* brasileiros, a exemplo de Lucas Neto, entre crianças portuguesas (Braun, 2024).

4 “Há grande valor em definir as possibilidades de ver a partir da periferia e dos abismos” (Haraway, 2009, p. 22).

Tal inserção do idioma *brasileiro* em território português inspirou um dos *memes* mais compartilhados no primeiro semestre de 2025, no Brasil, a descrever o país europeu como “um exclave brasileiro, mais conhecido como Guiana Brasileira, rebatizado pelos novos colonizadores que chegaram a Portugal através dos dados móveis, navegando por mares nunca d’antes navegados”, numa alusão irônica aos *Lusíadas* de Luís Vaz de Camões” (“*Ordem e Bacalhau*”: *Memes que Se Referem a Portugal Como “Guiana Brasileira” Geram Revolta e Reacendem Debate Sobre Xenofobia*, 2025, para. 3).

Noutro *meme* brasileiro do mesmo período foi apresentada a bandeira da suposta Guiana Brasileira, onde se lê “ordem e bacalhau”, em evidente alusão ao “ordem e progresso” da bandeira brasileira, mas também ao peixe tido como tradicional ingrediente da culinária portuguesa: o bacalhau – “fel amigo” de Portugal. Uma visão, portanto, estereotipada deste país, se considerarmos estereótipos como a redução da complexidade e da diversidade humana a narrativas unilaterais e monológicas (Hall, 1990/2013). Fora da seara das redes sociais e dos *memes*, estereótipos também dão o tom da abordagem de pessoas portuguesas por programas humorísticos brasileiros feitos para a televisão aberta, tema da próxima seção deste texto.

Humor Estereotipado a Serviço da Xenofobia

O humor estereotipado tem merecido atenção teórica por suas características depreciativas, configurando atitudes derogatórias em relação a pessoas, raças ou nacionalidades (Araujo & Gois, 2022; Barbosa, 2023), como se observa, por exemplo, no racismo recreativo, manifestado em filmes, piadas ou telenovelas (Barbosa, 2023), que retratam pessoas negras em situações de inferioridade. Segundo Araujo e Gois (2022), “estudiosos intitularam [como] humor depreciativo toda a comunicação humorística que se destina a suscitar a derrogação ou depreciação de um determinado alvo” (p. 3).

No que se refere às piadas derogatórias que pessoas brasileiras criam sobre pessoas portuguesas, estereotipadas, invariavelmente, como de pouca inteligência, Igor José de Renó Machado (2018) situa a emergência do fenômeno no século XIX, momento em que as tensões levaram à independência do Brasil em relação a Portugal. Tal ruptura, no entanto, não significou impedimento para que pessoas portuguesas continuassem a manter privilégios em relação às pessoas brasileiras, sobretudo às negras, refletindo as dinâmicas racistas que ainda hoje são estruturais e estruturantes das relações raciais no Brasil. Criar e difundir essas piadas indica, segundo o autor, uma atitude de contestação a privilégios, assentada no ressentimento: no caso de pessoas portuguesas abastadas, incomodavam congêneres do Brasil em situação análoga de privilégios; enquanto pessoas brasileiras de extratos sociais identificados com trabalhos pouco remunerados viam, em pessoas portuguesas em mesma situação, concorrentes por postos de trabalho ou pequenos comércios.

Ainda hoje em circulação no Brasil, inclusive sustentando as lógicas dos *memes* identificados na seção anterior, as piadas derogatórias assentam em estereótipos e, enquanto tal, perpetuam visões reducionistas não somente em relação a pessoas,

como também à diversidade cultural portuguesa. A dimensão histórica é essencial à compreensão dessas piadas e das suas consequências:

Mas é preciso entender que as atuais piadas sobre os portugueses têm uma origem política de resistência e revolta populares, e que esse processo, de certa forma, fechou as portas a um reconhecimento do que é Portugal durante o século XX. (Machado, 2018, p. 127)

Se, no século XIX, as piadas derogatórias que denotam xenofobia de pessoas brasileiras relativamente a pessoas portuguesas poderiam se dar em contexto de co-presença, atualmente não mais necessariamente, em função do pequeno número de migrantes de Portugal, comparativamente ao total da população do Brasil⁵. Mas também pelo fato de as piadas circularem independente da presença de uma pessoa portuguesa no ambiente de interação em que são contadas. Aliás, segundo Machado (2018), a origem das piadas teria sido o Rio de Janeiro, que no século XIX concentrava grande número de pessoas originárias de Portugal, mas que, ainda naquele século, começou a se espalhar por todo o território brasileiro.

A manutenção da prática de criar e difundir piadas derogatórias assinala a extensão da xenofobia em termos de abrangência territorial e, na atualidade, além de dificultarem percepções não estereotipadas de pessoas portuguesas e de Portugal por parte de pessoas brasileiras, conforme assinala Machado (2018), também contribuem para a manutenção de tensões que podem ser superadas, de parte a parte. Mas que também, segundo o autor, está em linha com a onda de xenofobia que atinge pessoas refugiadas e migrantes na Europa e em outras partes do mundo.

O que aconteceu no século XIX no Brasil, em termos gerais, não é muito diferente do que acontece agora no começo do século XXI na Europa com relação aos refugiados e imigrantes, ou mesmo em relação ao recente processo de demonização coletiva de um partido político de centro-esquerda pela manipulação de certos ressentimentos e preconceitos correntes na sociedade brasileira. Entender esse processo do antiluitanismo é, portanto, uma forma de entender mecanismos muito persistentes de produção de estereótipos, preconceitos e racismos. (Machado, 2018, pp. 126–127)

Um exemplo paradigmático da extensão e longevidade das piadas derogatórias relativas a pessoas portuguesas é a personagem Manuela D'Além Mar, aluna da *Escolinha do Professor Raimundo*, assim descrita pelo site *Memória Globo*:

de origem portuguesa, tinha um sotaque carregado e atendia com o bordão: “Manuela D'Além Mar, de Trás-os-Montes, sim senhoire!”. Vestida com trajes típicos portugueses, Dona Manuela volta e meia cantava a música “Arrebata”, de Roberto Leal⁶. Berta Loran conta que ganhou de Chico Anysio o papel devido

5 Dados do Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza (s.d.) indicam que, de acordo com o censo demográfico brasileiro de 2010, viviam 137 mil pessoas portuguesas no Brasil, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Naquele ano, o Brasil contava com aproximadamente 200 milhões de habitantes.

6 Roberto Leal foi um cantor, ator e apresentador de televisão português radicado no Brasil, com

ao fato de ter morado por seis anos em Portugal e ter facilidade com o sotaque da “terrinha”. (Memória Globo, 2024, para. 6)

O que o texto oficial da emissora Globo não explicita, além das pistas sobre o conjunto de estereótipos na caracterização da personagem, é a natureza depreciativa da nacionalidade portuguesa, pois Manuela foi construída como dotada de pouca inteligência. Aliás, na mesma *Escolinha*, havia duas outras nacionalidades – pessoas turcas e israelitas –, caracterizadas a partir de estereótipos xenófobos; o que se verificava também em relação a pessoas da região Nordeste do Brasil.

Transmitida originalmente nos anos 1990 e no início dos anos 2000, a *Escolinha do Professor Raimundo* ainda é reprisada atualmente em canais de televisão por assinatura, repercutindo a xenofobia presente na caracterização da personagem Manuela D’Além Mar para além do momento de sua criação.

A Xenofobia Cotidiana nos Noticiários

A ideia da colonização de Portugal por parte do Brasil – ou seja, de colonização *reversa* – viera à tona na época em que passou a vigorar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Carvalho et al., 2014) e voltou a ganhar materialidade no começo de 2025, em diversos *memes* brasileiros de tom xenófobo, como vimos anteriormente, que acabaram repercutindo negativamente no país europeu e causando irritação e indignação, conforme amplamente noticiado, tanto na imprensa portuguesa, quanto na imprensa brasileira. No entanto, os gritos de “reconquista!”, entoados durante manifestação da extrema-direita convocada pelo partido Chega!, realizada em setembro de 2024, em Portugal, levam a crer que algumas pessoas portuguesas creem, de fato, na narrativa de que o país está sendo colonizado por imigrantes, conforme noticiou o portal da revista brasileira *Veja*:

“Estamos enfrentando uma imigração descontrolada. Aqueles que vêm de Marrocos, Síria, Nepal e Índia não estão fugindo de guerras atuais. Se não agirmos, um dia não haverá país que sobreviva”, disse [André] Ventura [líder do Chega!].

Uma manifestação paralela, em defesa dos imigrantes, foi realizada no mesmo dia. Devido à realização simultânea dos protestos, a presença das forças policiais foi reforçada para prevenir possíveis confrontos. No entanto, à medida que os dois grupos se aproximavam, a tensão aumentou e os manifestantes do Chega começaram a entoar gritos de “reconquista”. Duas pessoas foram detidas. (“Convocados Pela Extrema-Direita, Manifestantes Protestam Contra Imigrantes em Portugal”, 2024, para. 3–4)

Há, assim, uma vontade de distinção (Hall, 1990/2013) e uma vontade de fronteira (Mbembe, 2020/2021) por parte de projetos da extrema-direita mundo afora, que

atuação nos dois países, mas especialmente no Brasil, país em que desenvolveu uma longa carreira artística de sucesso, vendendo milhões de discos.

vêm trabalhando em prol do desalinhamento de placas tectônicas, que, se alinhadas, proporcionariam o espaço do comum – conforme a metáfora comunicacional de Muniz Sodré (2014) – e, por isso, de reconhecimento das alteridades e humanidades alheias. Ademais, de acordo com Achille Mbembe (2020/2021),

a política é, por sua vez, uma prática instrumental, um trabalho de montagem, de organização, de dar forma e de redistribuição, incluindo espacial, de conjuntos corpóreos vivos, mas, sobretudo, imateriais. E é no ponto de intersecção entre imaterial, corporalidades e materiais que o brutalismo deve ser situado. (pp. 7–8)

Brutalismo, lembrando, é o estágio do capitalismo marcado pela produção constante de vidas supérfluas (Mbembe, 2020/2021), em processo que tem, nos estereótipos, uma das principais engrenagens. Esses, aliás, costumam aparecer nos discursos da extrema-direita portuguesa, mas também mundial, para justificar as narrativas anti-imigração, conforme depoimento concedido à *DW Brasil* pela pesquisadora Marina Machado, do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, de Portugal: “usam os migrantes como bodes expiatórios e sobrevalorizam os estereótipos ligados à criminalidade, à hipersexualização” (Moura et al., 2025, para. 17).

É comum, por exemplo, a hipersexualização de mulheres cisgênero brasileiras em Portugal⁷, conforme relatam Moura et al. (2025), em reportagem para a *DW Brasil*, na qual entrevistaram a brasileira Priscila Valadão, que vive há 10 anos em terras portuguesas. Dentre outras violências simbólicas que não reproduziremos aqui por motivos éticos, a imigrante brasileira já ouviu, enquanto caminhava na rua, um “volta para a sua terra” de um homem português, expressão representativa da vontade de fronteira do Norte Global na era do brutalismo.

Ofensa semelhante foi ouvida pelo bailarino brasileiro John Kennedy Pereira da Silva, morador da cidade do Porto, em Portugal. Ele fazia uma performance artística em frente à Casa Odara, centro cultural no Porto de apoio a pessoas brasileiras, quando foi agredido simbólica e fisicamente por um homem português que gritava “Portugal é o meu país” e “vai para o teu país” durante o ataque (*Brasileiros Sofrem Violência e Xenofobia em Portugal*, 2024). Maria Gabriela de Carvalho Ribeiro Alves, natural do Brasil e pesquisadora e curadora da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, foi outra vítima dessa agressão. Segundo o site jornalístico brasileiro TV Pampa, ela recebeu cotoveladas, socos e chutes e também teve a humanidade extirpada por ofensa escatológica. De acordo com o site brasileiro Terra,

John compartilhou uma série de stories em seu Instagram, descrevendo as ameaças recebidas pela Casa Odara. “Achei interessante vir contextualizar. Porque é sobre a existência não só minha e da Gabi, mas da Casa Odara e o que representa. Fica nítido no vídeo a ameaça sobre a existência da Casa

7 Para uma discussão sobre representações hipersexualizadas de mulheres cisgênero brasileiras na mídia portuguesa e lastros históricos desse processo, conferir Oliveira et al. (2011).

Odara. Ele [agressor] disse com todas as letras que sabia quem era a gente e que a casa era ilegal. Gabi está desestabilizada. Foi uma descarga do que pensam da nossa existência ali”, relatou. (*Brasileira É Agredida em Portugal e Pedre Proteção à Polícia: ‘Estou Tremendo Até Agora’*, 2024, para. 10)

Ser uma pessoa portuguesa equivale, assim, a não ser uma pessoa brasileira. E vice-versa. Um “nós” constituído a partir de um processo de outrificação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas – *elas* – que tende a desembocar na desumanização pela violência simbólica e, não raro, pela violência física, quando não em assassinatos e genocídios legitimados pela produção incessante de vidas supérfluas (Mbembe, 2020/2021). Eis, portanto, a vontade de fronteira de um mundo em combustão, que assiste ao renascimento de antigos processos, “começando pela corrida a uma nova partição da Terra” (Mbembe, 2020/2021, p. 24).

Considerações Finais

A xenofobia de pessoas brasileiras para com portuguesas, e vice-versa, tem, assim, um aspecto comunicacional, pois relacional e de reversibilidade, no qual reverberam processos históricos que conferem um caráter cumulativo a esse ódio outrificante. De um lado, o do Brasil, existe o amargar de quatro séculos de uma colonização portuguesa violenta e saqueadora, que dizimou povos originários e exauriu recursos naturais; do outro lado, o de Portugal, a lida com narrativas brasileiras sobre suposta colonização reversa que, apresentadas como *brincadeiras* e como *humorísticas*, reproduzem engrenagens hierarquizantes, desumanizadoras e de reafirmação das fronteiras simbólicas e geopolíticas. O diálogo, o respeito mútuo, a convivência e a possibilidade de criação do em comum (Mbembe, 2020/2021; Sodré, 2014) ficam, dessa maneira, cada vez mais distantes.

Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências

Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2024). *Relatório de migrações e asilo 2023*. <https://aima.gov.pt/pt/noticias/aima-publica-relatorio-de-migracoes-e-asilo-2023>

Albuquerque, D. M., Jr. (2016). *Xenofobia: Medo e rejeição ao estrangeiro*. Cortez.

Araujo, C. L., & Gois, F. D. (2022). Humor racista: Uma revisão sistemática de estudos. *Cadernos de Psicologia*, 2(1), 1–13.

Barbosa, M. V. (2023). Risos adoecidos: O racismo recreativo e o efeito de não lugar das personagens de Grande Otelo. *Revista Relicário*, 10(19), 78–90.

- Brasileira é agredida em Portugal e pede proteção à polícia: 'Estou tremendo até agora'.* (2024, 25 de setembro). Terra. https://www.terra.com.br/noticias/mundo/brasileira-e-agredida-em-portugal-e-pede-protexao-a-policia-estou-tremendo-ate-agora,e3414c0704165b8fa4f28cb58f9ba74bsxe851b1.html?utm_source=clipboard
- Brasileiros sofrem violência e xenofobia em Portugal.* (2024, 24 de setembro). TV Pampa. <https://www.tvpampa.com.br/brasileiros-sofrem-violencia-e-xenofobia-em-portugal/>
- Braun, J. (2024, 2 de abril). *Portugueses falando 'brasileiro'? Como variante usada no Brasil influencia em Portugal.* BBC Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pkzze6484o>
- Cabecinhas, R. (2008). Racismo e xenofobia: A actualidade de uma velha questão. *Comunicación e Ciudadanía*, 2, 163-182. <https://hdl.handle.net/1822/9639>
- Cardim, G. H. de P. (2025, 10 de junho). Guiana Brasileira e a Faixa de Gajos: A geopolítica por trás das guerras de mèmes. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/artigos/guiana-brasileira-e-a-faixa-de-gajos-a-geopolitica-por-tras-das-guerras-de-memes/>
- Carvalho, M., Cabecinhas, R., & Magalhães, L. (2014). (Des)acordo ortográfico em foco: Representações sociais de estudantes brasileiros e portugueses. In M. de L. Martins, R. Cabecinhas, L. Macedo, & I. Macedo (Eds.), *Interfaces da lusofonia*. (pp. 152-166). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://hdl.handle.net/1822/29768>
- Chelius, L. C. (2021). La sutil xenofobia que negamos. El caso de México. In L. Nejamkis, L. Conti, & M. Aksakal (Eds.), *(Re)pensando el vinculo entre migración y crisis: Perspectivas desde América Latina y Europa* (pp. 279-300). CLACSO.
- Convocados pela extrema-direita, manifestantes protestam contra imigrantes em Portugal.* (2024, 30 de setembro). Veja. https://veja.abril.com.br/mundo/convocados-pela-extrema-direita-manifestantes-protestam-contra-imigrantes-em-portugal/#google_vignette.
- Corsini, C. (2025, 23 de abril). *Guiana Brasileira e Porto de Gajinhas: Como surgiu o meme que zoa Portugal.* UOL. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/04/23/guiana-brasileira-portugal-vira-porto-de-gajinhas-e-meme-irrita-lusos.htm>
- Hall, S. (2013). *Da diáspora: Identidade e mediações culturais* (L. Sovik, Trad.). Editora da UFMG. (Trabalho original publicado em 1990)
- Haraway, D. (2009). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Machado, I. J. R. (2018). Ressentimentos e estereótipos: Ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Topoi*, 19(37), 125-143. <https://doi.org/10.1590/2237-101X0193706>
- Maurício, E. (2023, 6 de dezembro). *Os reflexos da onda de xenofobia contra brasileiros em Portugal.* Observador. <https://observador.pt/opiniao/os-reflexos-da-onda-de-xenofobia-contra-brasileiros-em-portugal/>
- Mbembe, A. (2021). *Brutalismo* (M. Lança, Trad.). Antígona. (Trabalho original publicado em 2020)
- Memória Globo. (2021). *Escolinha do Professor Raimundo.* Globo. <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/escolinha-do-professor-raimundo/noticia/escolinha-do-professor-raimundo.ghtml>
- Memória Globo. (2024). *Escolinha do Professor Raimundo: Personagens.* Globo. <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/escolinha-do-professor-raimundo/noticia/personagens.ghtml>
- Moura, J., Cancilieri, M., & Melo, T. (2025, 15 de abril). O cotidiano de xenofobia contra brasileiros em Portugal. *DW Brasil*. <https://www.dw.com/pt-br/volta-para-sua-terra-o-cotidiano-de-intoler%C3%A2ncia-contra-brasileiros-em-portugal/a-72247804>

Oliveira, F., Cabecinhas, R., & Ferin-Cunha, I. (2011, 3-5 de agosto). *Retratos da mulher brasileira nas revistas portuguesas* [Apresentação de comunicação]. 7º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, Bahia.

"Ordem e bacalhau": Memes que se referem a Portugal como "Guiana Brasileira" geram revolta e reacendem debate sobre xenofobia. (2025, 22 de abril). Executive Digest. <https://executivedigest.sapo.pt/noticias/ordem-e-bacalhau-memes-que-se-referem-a-portugal-como-guiana-brasileira-geram-revolta-e-reacendem-debate-sobre-xenofobia/>

Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-117). Edições Almedina.

Rafael Polêmico. (s.d.). #PrimeiraGuerraMemeal. #MuseudeMemes. Retirado a 18 de janeiro de 2025, de <https://museudememes.com.br/collection/primeiraguerramemeal>

Reyes, F. J. O. (2023). Xenofobia memética: Un breve análisis de memes de internet con mensajes discriminatorios alrededor de la migración venezolana y nicaragüense en Costa Rica. *Anuario de Investigación de la Comunicación CONEICC*, (XXX), 1-51.

Ribeiro, J., & Pereira, T. A. C. (2019). Discurso anti-imigrante e emergência de "nova direita" na crise do contemporâneo político. *Revista Heterotópica*, 1(2), 33-57. <https://doi.org/10.14393/HTP-v1n2-2019-49911>

Sodré, M. (2014). *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Vozes.

Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza. (s.d.). *Comunidades Portuguesas*. Retirado em 12 de outubro de 2025, de <https://fortaleza.consuladoporugal.mne.gov.pt/pt/portugal-no-brasil/comunidades-portuguesas>

Migrants' Trust, Equity, and Inclusion in Digital Public Services: A Focus on Information Access and Use

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.6>

Zahra Hosseini

Faculty of Social Science, University of Helsinki, Helsinki, Finland

<https://orcid.org/0000-0003-0423-8529>

zahra.hosseini@helsinki.fi

Abstract

This study explores the challenges affecting migrants' access to digital public information in Finland and how these challenges influence their inclusion, trust, and sense of *belonging*. Drawing on qualitative interviews with migrants from diverse backgrounds, the research identifies socio-cultural interconnected challenges, including language proficiency, digital literacy, information resources and channels, communication networks, system familiarity, and migrants' perceptions and attitudes. These dimensions collectively shape how migrants engage with public services and navigate everyday life in their host society. A total of 10 Iranians from diverse backgrounds participated in semi-structured interviews to share their experiences with digital public services in Finland. The findings of this study portray information access as a socio-cultural process strongly influenced by institutional design, rather than simply a technical task for service providers. Digital service providers often create systems tailored to local users' needs, which can make it challenging for migrants to access information. This reduces migrants' trust in the ability of digital public service portals to meet their needs. The decline in migrants' trust in these institutions' equal access to information not only stems from their service provision but also diminishes their inclusiveness. This paper discusses how interconnected socio-cultural and technological elements shape this process. It emphasises the importance of the diversity, equity, *inclusion*, and *belonging* framework, proposing a more inclusive and equity-focused approach to digital public services to foster a sense of belonging for migrants. The study underscores the necessity of cross-sectoral strategies to ensure that migrants are not merely served, but meaningfully included.

Keywords

information access, trust, inclusion, equity, migrants

Introduction

Migration is not merely a demographic or political process; it is a profoundly social phenomenon that intersects with questions of identity, systemic access, and the sense of *belonging*. While acquiring language skills and securing employment are essential for migrants' integration, the experience of respect, recognition, and equal treatment is equally critical for fostering trust in government institutions and promoting a sense of *inclusion*. Conversely, experiences of personal or systemic discrimination erode trust and contribute to social exclusion. As Keiff (2025) demonstrates, supportive narratives and robust anti-discrimination laws are positively associated with higher levels of institutional trust and stronger feelings of belonging among migrant populations.

Most European host countries are dedicated to anti-discrimination policies to promote *equality*. However, empirical research consistently highlights persistent inequalities and discriminatory practices across key domains such as employment, housing, and healthcare. For instance, Guzi et al. (2021) found that migrants continue to face structural barriers to employment, wage penalties, and hiring discrimination, inequities that persist even when controlling for factors like education and language proficiency. Similarly, access to adequate housing remains limited due to discriminatory rental practices, and evidence suggests a systematic bias against migrants, often accompanied by employment discrimination that undermines their confidence and overall life satisfaction (Esses, 2021). In the healthcare sector, migrants and refugees frequently report unequal treatment, language barriers, and bureaucratic exclusion, all of which negatively affect access and health outcomes (Lebano et al., 2020).

While access to information is widely recognised as a fundamental human right (United Nations General Assembly, 2015), it can also become a mechanism of exclusion when distributed unequally for marginalised populations. Discriminatory barriers to information access arise when individuals are denied equal opportunities to obtain, understand, or use online government information because of characteristics such as race, gender, disability, language, or migration status (Jaeger & Bertot, 2011). These inequities are often embedded in structural factors, ranging from inaccessible digital platforms and the absence of multilingual resources to institutional practices that fail to accommodate diverse communicative needs, ultimately undermining equitable access to public services and participation in society. Migrants' vulnerability stems in part from their difficulty accessing reliable information sources, which contributes to discrimination in information access, a critical yet often overlooked dimension of inequality. When migrants are unable to access or understand institutional information, their trust in public systems can erode, reinforcing their marginalisation and exclusion.

Based on this understanding, the present study examines the challenges migrants face in accessing and using public services concerning trust, equity, and inclusion. Recognising and addressing these challenges is essential for designing inclusive and equitable information systems.

Theoretical Framework

This study examines the deeper structural factors affecting migrants' access to information with digital public services through the lens of *diversity, equity, inclusion and belonging* (DEIB). DEI stands for *diversity, equity, and inclusion*. It encompasses the institutional frameworks and practices that ensure individuals participate actively, feel valued and respected, have equal opportunities to succeed, and receive fair treatment in communities, especially for those who have been historically marginalised.

The foundational components of the DEI have been widely implemented in modern organisations, organisational leadership (Holcombe, 2024), education systems (Corsino & Fuller, 2021), and corporate governance (Hamidullah et al., 2024) to address systemic disparities and enhance representational justice (James & Fantasia, 2023). DEI in the context of migration means:

- *Diversity* acknowledges variation in backgrounds, identities, and experiences.
- *Equity* ensures migrants have equitable access to services (healthcare, education, legal aid) and opportunities (employment, housing) regardless of their background or status.
- *Inclusion* refers to welcoming societies and communities where migrants can actively participate in social, economic, and civic life.

However, many scholars and practitioners have increasingly argued that DEI remains incomplete without the concept of *belonging*. Migrants with strong community ties benefit from informal support and improved digital confidence (Dekker & Engbersen, 2014). Additionally, digital tools help migrants connect with communities. Thus, enhancing digital literacy requires more than just technical training; it needs a human-centred, inclusive design that is intuitive, linguistically accessible, and culturally sensitive. Without this approach, digital systems may unintentionally reinforce existing inequalities.

The DEIB framework includes four concepts that work together to boost team dynamics, productivity, and innovation within the organisation. Despite its widespread application in organisational development, training, and evaluation, particularly in healthcare contexts (Hogan et al., 2023; King et al., 2024; Rohan et al., 2024), the use of DEI frameworks in migration policy research remains limited (e.g., Medina & Magdaleno, 2024). In particular, DEI has rarely been employed in migration contexts. This study addresses that gap by adapting the DEI framework to explain the dynamic challenges of migrants' access to public services and building trust in government.

Methodology

This qualitative research examines the challenges faced by Iranian migrants, a specific ethnic group within Finland's diverse migrant population, in accessing and using

public services that shape their trust, *equality*, and *inclusion*. Finland's public service infrastructure is broad and multi-tiered, encompassing healthcare, education, social security, and public employment services, among others (Safarov, 2021). These services are delivered through a combination of central and local government structures. The central government includes the State administration, universities, the Social Insurance Institution, unincorporated State enterprises, and social security funds. Local municipalities and the newly established wellbeing services counties are responsible for essential services such as public health, transportation, infrastructure, and libraries.

Participants of this study were recruited through invitations shared on social media platforms, particularly Facebook group pages targeting Iranian communities in Finland. Eligible participants had resided in Finland for at least five years to ensure sufficient experience with public services and the broader processes of social inclusion. Their varied backgrounds in employment, education, and arrival conditions yielded a rich, diverse set of narratives that highlight both systemic issues and individual pathways of adaptation.

Interviews were conducted face-to-face using a semi-structured format, in accordance with ethical guidelines for research involving sensitive populations, such as migrants. Each participant contributed a unique perspective, reflecting on their interactions with various public services. Data from the interviews were transcribed and translated, and then analysed thematically to identify recurring patterns and meanings in the participants' narratives.

Socio-Cultural Dynamics of Information Access and Use

This study identified relevant socio-cultural factors influencing migrants' access to and use of digital public services in Finland. These include language proficiency, the quality and availability of information (resources and channels), digital literacy and navigational frustration, system familiarity, communication networks, migrants' perceptions and attitudes (Figure 1).

Language Skills

Learning the Finnish language is widely recognised as one of the most important factors for migrants' integration in Finland (Ghaffar Ahmed & Mwai, 2014). In this study, limited Finnish language proficiency emerged as a primary and recurring barrier across participant narratives, particularly in navigating bureaucratic processes and understanding institutional communications. Participants struggled with complex terminology and condensed formal language when attempting to interpret and complete official forms, access service portals, and engage with administrative procedures. As Participant#3 explains: "I need someone to explain to me how I can find a job, how to apply, and how to find and complete the forms. These are still big challenges" (Personal interview, June 11, 2023).

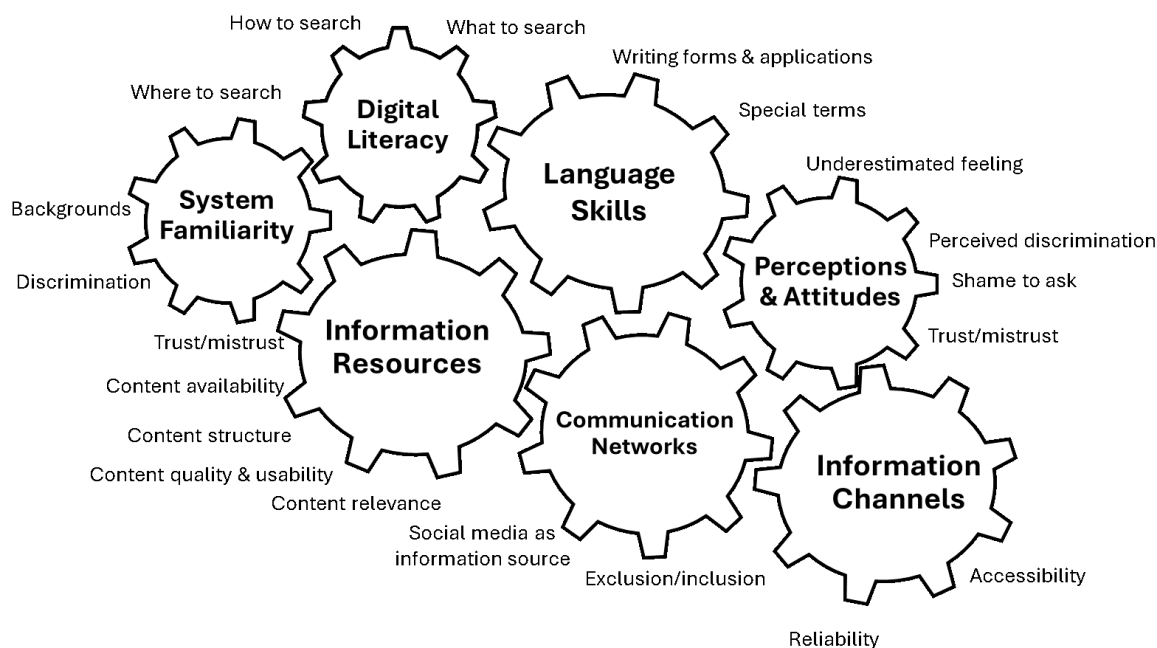


Figure 1. The interrelationship of socio-cultural elements affecting access to information

Some respondents reported relying on informal interpreters, such as family or friends, when dealing with critical documents, often without fully understanding the legal or financial consequences themselves. Also, limited language skills restrict migrants' ability to build diverse communication networks, which are crucial for both social integration and access to accurate information. This linguistic isolation can lead to misunderstandings, reinforce perceptions of discrimination or exclusion, and negatively shape migrants' broader perceptions and attitudes toward the host society. A recent study indicates how migrants' attitudes become more negative the longer they stay in a European country (Šedovič & Dražanová, 2025). A lack of fluency restricts interaction with official information resources and access to valid information channels. The deficit in communication networks increases migrants' reliance on potentially unreliable or misleading sources, such as informal social media communities, which can propagate misinformation (Hosseini et al., 2020). From the perspective of DEIB, *diversity* stemming from various linguistic and cultural backgrounds can influence *equality/equity*. Consequently, immigrants with limited language skills may lack access to the same clear and comprehensible resources available to native speakers.

Moreover, poor language proficiency significantly limits migrants' ability to engage meaningfully with digital public platforms. While essential services and instructions may technically be accessible online, participants often lacked the linguistic and digital competencies required to locate, interpret, or trust that information. This undermines *inclusion*, as migrants are prevented from participating on equal terms in digital society. Ultimately, repeated experiences of exclusion weaken a sense of belonging.

Quality and Availability of Information (Resources and Channels)

While official digital platforms in Finland often provide accurate information on public services, their design and structure may fail to meet the needs of some migrant users. This study revealed that what may appear intuitive or common knowledge to native users may be entirely opaque to newcomers unfamiliar with the Finnish administrative, cultural, or digital landscape (Hosseini & Hytönen, 2022). In some cases, when content is available, inadequate language skills and digital literacy can make it difficult for migrants to identify relevant resources, navigate websites, or interpret procedural language. Content availability is often linked to their familiarity with the Finnish system, regulations, and institutional processes. Participant#6 underscores this issue: "I know that access to this information is bad. I know one migrant who has worked here for five years and was unaware of the unemployment funds" (Personal interview, July 13, 2023).

In many cases, users are expected to process compact, multi-page texts without guidance on which sections meet their needs, as Participant#5 points out, leading to signing forms before carefully reading them. Moreover, even digitally literate migrants often struggle to identify which channels are official, trustworthy, and up to date, especially when Finnish-language labels and page titles are unfamiliar and difficult to search.

Finnish public services are digitalised, and most people are confident in finding information through official portals. While many English-speaking migrants may rely on information on multilingual portals, these English versions are often inferior in detail, depth, and clarity to their Finnish counterparts. Participant#1 reflects this disparity: "If you have a rare question, there is a rare probability that you can find your answer. That means you have to search in other languages through other sources" (Personal interview, June 9, 2023).

Such issues lead migrants to be disconnected from official sources for details or practical information, to distrust digital institutions, and to disconnect from communication networks. Over time, this reinforces a sense of information deprivation, institutional alienation, and the internalised belief that migrants are not meant to be fully informed participants in society. As Participant#7 succinctly put it: "the locals know things that we don't. It's obvious to them but hidden from us" (Personal interview, July 15, 2023).

Viewing through the DEIB lens, migrants' unequal access to information and digital literacy opportunities erodes *equity*. This lack of access weakens their *inclusion*, preventing them from fully participating in digital and institutional spaces. Consequently, their sense of belonging is compromised as they come to feel like outsiders in systems that are primarily designed for the majority.

Communication Networks

Communication networks, both formal and informal, are vital pathways through which migrants access information about services, rights, and opportunities. These networks serve both social and informational functions, bridging the gap between institutional structures and everyday migrant needs. To be effective, communication networks must be culturally sensitive, linguistically inclusive, and grounded in trust. Migrants who lack such networks often find themselves disconnected from reliable information resources, instead relying on hearsay, outdated guidance, or even misinformation, a dynamic that increases their vulnerability (e.g., Dekker & Engbersen, 2014).

A strong communication network is deeply intertwined with other systemic barriers. For example, limited language proficiency can reduce migrants' confidence to communicate with peers or service providers. As a result, migrants may withdraw from public interactions, leading to isolation, which affects their access to information and ultimately their success in personal and social activities. Participant#10's experience illustrates the importance of informal, local ties in overcoming these barriers: "the most positive experience I had in Finland after the COVID pandemic era was related to a fund. There are many foundations in Finland, which I learned about through a Finnish friend" (Personal interview, August 14, 2023).

This example underscores the importance of network quality. As Participant#9 noted, migrants with Finnish-born friends are more likely to receive accurate information about available support. In contrast, exclusion from these networks lessens their understanding of the Finnish system, hindering their ability to access public services and entitlements. This lack of familiarity perpetuates weak communication networks.

Moreover, poor communication experiences significantly shape migrants' perceptions and attitudes toward institutions and integration. Feeling misunderstood or dismissed can lead to disengagement and mistrust. Participant#9 reflected on the human dimension of trust-building in service settings: "one of the reasons I prefer non-digital communication is that face-to-face communication and eye contact make people trust me more" (Personal interview, July 28, 2023).

This preference points to a gap in digital inclusion efforts. *Diversity* is often ignored when interactions overlook cultural expectations of respect and trust. *Equity* suffers when digital communication prioritises speed over the relational qualities migrants need for fair treatment, while a lack of empathy in digital spaces reinforces feelings of being "outsiders". Thus, effective communication networks are crucial not just logistically but as a strategic tool for migrant empowerment and integration.

Digital Literacy

In contemporary digital societies, digital literacy extends far beyond the basic ability to operate devices; it encompasses the capacity to search, navigate, evaluate, and critically interpret online information. In Finland, where public services have undergone

extensive digital transformation, digital literacy is an essential competence for accessing rights, fulfilling bureaucratic obligations, and engaging with institutional systems (Helsper, 2021). Educated migrants in this study were satisfied with digitalisation in public services in Finland. As Participant#5, a postdoctoral researcher, noted: "I have had no problems with going digital, and I love that everything is digital. For example, paying bills is so easy" (Personal interview, July 12, 2023).

Yet such fluency is not representative of all migrants. Migrants unfamiliar with e-governance tools or institutional platforms often encounter steep learning curves, which can lead to missed deadlines or lost opportunities, not due to lack of will but because the path to information is not intuitive (van Deursen & van Dijk, 2019). These users are at greater risk of falling into disinformation traps, especially when institutional interfaces are not designed with multilingual or culturally inclusive principles.

For migrants, digital literacy intersects with multiple factors, including prior exposure to digital governance, language proficiency, and familiarity with local institutional structures. As Participant#3 noted: "perhaps digital services would be easier if they were offered in different languages" (Personal interview, June 11, 2023).

Technically skilled migrants may struggle if information is hidden behind bureaucratic jargon or only accessible through Finnish-language portals. Likewise, digital literacy requires familiarity with institutional logic, understanding the types of information available, which sectors provide it, and how to identify reliable sources. Without this knowledge, access remains superficial. Participant narratives revealed fear and mistrust around digital systems: "sometimes they [employees] ask me why I sent that [document] wrong... That's why I'm afraid of the digital system. Or my information can be leaked and destroyed. Or if I have the wrong password. It's so scary" (Participant#9, Personal interview, July 28, 2023).

Digital literacy and communication networks enhance each other. Migrants with strong community ties benefit from informal support and improved digital confidence (Dekker & Engbersen, 2014). Additionally, digital tools help migrants connect with communities. Thus, enhancing digital literacy requires more than just technical training; it needs a human-centred, inclusive design that is intuitive, linguistically accessible, and culturally sensitive. Without this approach, digital systems may unintentionally reinforce existing inequalities.

Migrants' Perceptions and Attitudes

Migrants' perceptions and attitudes toward institutions, technology, and public services are shaped by prior experiences, emotional well-being, cultural norms, and levels of trust (Safarov, 2021). These internal dimensions affect how migrants interact with host society systems and whether they feel empowered to seek help, ask questions, or navigate digital tools. For many, a fear of appearing uninformed or inadequate, particularly in the face of language difficulties, creates a psychological barrier to participation. As Participant#1 noted: "because I did not speak Finnish, she thought I was illiterate".

Such interactions often result in feelings of humiliation, reinforcing perceptions of exclusion or discrimination and discouraging engagement in both social and institutional settings. This alienation may feed into a downward cycle: diminished motivation to learn the host language reduces communication capacity, narrows access to reliable information sources, and limits familiarity with bureaucratic procedures. This cycle is well-documented in integration literature. As Ager and Strang (2008) explain, factors influencing integration, such as language, cultural knowledge, and safety, are strongly interlinked with migrants' sense of belonging and agency. When these facilitators are absent, migrants' trust in institutions declines, and their capacity to actively participate in public life declines as well. Participant#1's response illustrates this point vividly: "I'm a person who doesn't let anyone look at me like that [underestimating]. If someone ignores me, I force them to look at me".

Such statements reflect a resilient posture and a reaction to repeated micro-exclusions, often internalised as indicators of being undervalued or deliberately excluded. Phillimore (2022) highlights that perceived exclusion and low trust in public communication systems hinder integration efforts, deepening migrants' isolation from mainstream networks during the COVID-19 pandemic. Likewise, Safarov's (2021) findings in Finland show that individual efforts and personal attributes, such as habits, trust, and fears, play critical roles in shaping digital engagement.

Furthermore, attitudes toward technology, particularly digital government portals, are often shaped by anxiety about making errors, privacy concerns, or unfamiliarity with the administrative system. These perceptions can discourage the use of online tools, even when those tools are technically accessible. Emotional readiness, trust in institutional fairness, and previous interaction experiences all influence whether migrants view themselves as legitimate users of state systems (Wessendorf & Phillimore, 2019).

System Familiarity

Familiarity with public systems is a critical but often overlooked component of migrants' successful engagement with digital services and institutional processes. This refers to recognising bureaucratic logic and institutional structures and understanding how services are accessed and delivered. While language skills, digital literacy, and communication networks support this process, they do not automatically confer the cultural or procedural knowledge required to navigate complex State systems. Some organisations in Finland, such as Kela and Yrittäjät, may not have counterparts in other countries. It seems much of the digital infrastructure in Finland, and other highly digitised societies, is designed with native users in mind, often presuming a shared understanding of how government, employment, health, or education systems function (Hosseini & Hytönen, 2022).

For migrants, especially those from non-European Union countries with dissimilar legal and administrative traditions, this presumption creates a hidden barrier to *inclusion*. Even when services are technically available and translated, migrants may

lack the required experiential and institutional context to recognise which services exist, what they offer, and how to access them. Participants in this study echoed this disconnect. One described how her local spouse unintentionally hindered her access to essential services: “for years, I didn’t know that there were free Finnish language courses. My husband is Finnish, but even he didn’t know about free language courses for immigrants” (Participant#3, Personal interview, June 11, 2023).

Another participant linked systemic unfamiliarity to feelings of exclusion and even economic marginalisation: “the reality is that business in Finland is going very badly, especially for foreigners... You have to do business with the Finns themselves [as a business partner]” (Participant#9, Personal interview, July 28, 2023).

These narratives show how a lack of familiarity with the system can diminish *equality*. Some migrants interpreted the lack of guidance not as accidental but as intentional opacity, which eroded their trust in public institutions. This interpretation resonates with findings from Wessendorf and Phillimore (2019), who show that migrants in highly diversified urban contexts often struggle with integration not due to overt exclusion, but because of unspoken systemic assumptions that render them invisible or unsupported.

Asylum seekers in Finland typically receive structured orientation programs that provide basic information about services and integration. In contrast, many non-European Union migrants arriving through family, work, or education channels often lack formal guidance and may remain unaware of available services for extended periods (Rössel et al., 2025). This leads to unequal starting points within the host society and increases informational inequality among migrants.

Building on this discussion, true inclusion means recognising and responding to the socio-technical dynamics, such as language, digital skills, system familiarity, and so on, that shape how migrants engage with information in everyday life.

Information Access as a Driver of Migrant Inclusion, Trust, and Equity

Access to and use of information play a fundamental role in migrants’ integration into host societies. Effective information access facilitates interaction with essential services, such as healthcare, employment, and language learning, and fosters *equity, inclusion*, and institutional trust. Essex et al. (2022) argue that trust is a complex yet essential element in the resettlement of migrants, particularly refugees. It must be intentionally cultivated to foster genuine inclusion. However, while migrants need to trust information providers and believe they have equal access to digital services, inconsistencies in the information provided can lead to informational discrimination. The Finnish version was translated into English using the built-in translation function in Google Chrome, enabling direct comparison of the content. Figure 2 highlights substantial differences in information quality, scope, and recency available to users depending on language choice. The Finnish version provides more detailed descriptions, links to application

subpages, and an updated map (2025), whereas the English version contains less information, a lower-quality map, and an earlier update (2023).

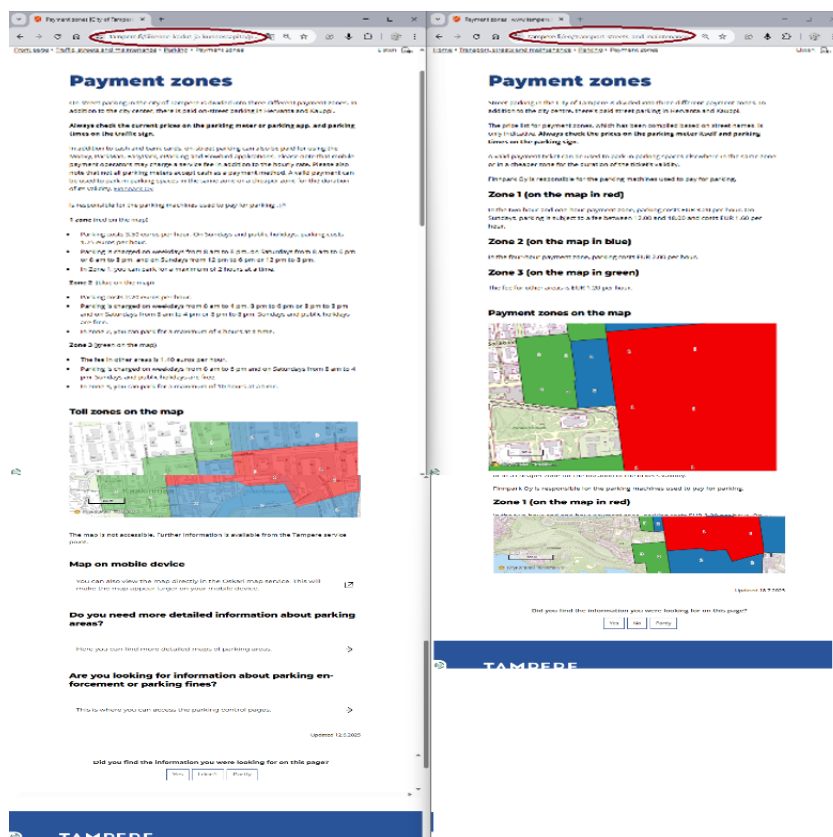


Figure 2. Comparison of Finnish and English versions of the same official webpage

Such discrepancies often remain unnoticed or overlooked. Yet, for migrants who depend on translated or English-language content, these hidden asymmetries in information quality and timeliness become significant barriers to equal access.

The findings of this study illustrate that information barriers do not operate independently. Instead, they exist within a relational ecosystem in which language proficiency, digital literacy, system familiarity, and communication networks influence one another. Figure 1 shows the interconnections of these elements and how they shape migrants' capacity to interact with public services. Language skills, for example, are foundational to enabling migrants to access valid information resources, participate in communication networks, and increase digital literacy. Language proficiency supports successful keyword searching, comprehension of official websites, and recognition of trustworthy platforms. In turn, a higher level of digital literacy enables users to familiarise themselves with the logic of Finnish systems, contributing to a reduction in informational discrimination and promoting *equity* in service access. The quality, usability, and relevance of online content, especially when aligned with migrants' linguistic and cultural needs, can significantly improve communication between migrants and native residents. This enhanced cross-cultural connectivity reinforces social inclusion, both online and offline.

All of these elements, illustrated in Figure 2, have been examined in the preceding sections with detailed evidence and narratives from participants, highlighting how each factor operates as both a barrier and an enabler of migrants' information access.

Numerous studies have emphasised the interconnection between information, communication, and trust. For example, Kyriakides et al. (2019) found that pre-arrival social media communication played a crucial role in building trust between migrants and host countries. When communication extended beyond procedural matters into more relational or empathetic content, information was perceived not merely as functional but as a "resettlement knowledge asset", a resource carrying emotional and strategic value. In contrast, where communication was absent or overly bureaucratic, trust was not built, and its absence was often not even recognised as such by the migrants.

Similarly, Nickerson et al. (2019) found that lower levels of trust in the host society were associated with reduced engagement with local communities. Interestingly, this disengagement did not extend to other refugee or migrant networks, highlighting how trust is selective and conditional. Moreover, the study reported that trust correlated with mental health outcomes; migrants experiencing higher psychological distress tended to exhibit lower levels of trust in host-country institutions.

These findings suggest that access to information for migrants is not merely a technical challenge; it is a complex process shaped by their cultural and individual backgrounds, as well as the social dynamics of the host country. This understanding is essential for fostering trust, *inclusion*, and *equity* within host communities.

Conclusion

The findings show that access to information is not neutral or merely a technical issue. Instead, it is profoundly social, emotional, and cultural, tied to wider themes of trust, *belonging*, and legitimacy of institutions. When migrants face challenges in using digital systems or feel their informational needs are unmet, it not only delays their practical integration but also diminishes their trust in the institutions designed to support them. As Allen et al. (2021) highlight, trust-based cooperation among stakeholders is essential to building socially cohesive communities and fostering a genuine sense of belonging. Yet when institutional systems appear opaque, exclusive, or indifferent, trust is undermined, and exclusion is perpetuated.

In response to these challenges, this study proposes employing the DEIB framework to reframe how migrant information access is understood and addressed. While DEI has gained traction in organisational settings, its application to migration policy, particularly as a lens to implement and assess government-led integration strategies, remains limited. Drawing on the work of Hogan et al. (2023), this study emphasises the importance of DEIB leadership in driving systemic change across five key domains: inclusive planning, public service equity, transparent feedback, operational alignment, and cross-sectoral collaboration. In the context of digital public services,

these dimensions are essential for building systems that are not only accessible but also respectful, empowering, and trustworthy.

Digitalisation presents both a challenge and an opportunity. While most governments have made strides toward expanding digital service delivery, these systems are often designed with native users in mind, overlooking the diverse needs and prior experiences of migrant populations (Hosseini & Hytönen, 2022). To increase equity, consideration of groups with special needs should be incorporated at the design level through inclusive digital architecture that allows all users, regardless of language, education, or cultural background, to fully and effectively engage (Hosseini & Mehdizadeh, 2024).

Moreover, *inclusion* efforts must extend beyond formal systems to incorporate social and cultural strategies that foster engagement, agency, and reciprocity. The International Organization for Migration (2023) highlights the importance of creating spaces where migrants are not just recipients of support but active contributors to the social fabric of the host society. When migrants are empowered to share knowledge, build networks, and engage in culturally meaningful interactions, they begin to transform from users of a system to trusted members of a community.

The findings of this study confirm that trust, *equity*, and belonging are foundational to effective digital access; they are not simply the results of it. To genuinely enhance migrant *inclusion* in an age of rapid technological change, public systems must embrace innovation and also prioritise empathy, accessibility, and justice. More empirical studies on implementing DEIB principles within service delivery are recommended. Such approaches should not be merely symbolic but considered a structural necessity for building societies where all individuals, regardless of origin, have the tools and trust needed to participate fully and with dignity.

Acknowledgements

This manuscript is funded by the Research Council of Finland (Suomen Akatemia, www.aka.fi), grant number: 353510. The funders had no role in the study design, data collection and analysis, publication decision, or manuscript preparation.

Ethics Statement

This approval was received from the Research Ethics Review Committee at the University of Tampere on March 23, 2023, following the ethical policy guidelines of the Finnish National Board for Research Integrity.

References

Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding integration: A conceptual framework. *Journal of Refugee Studies*, 21(2), 166–191. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>

- Allen, K.-A., Svendsen, G. T., Marwan, S., & Arslan, G. (2021). Trust and belonging in individual and organizational relationships. In M. A. Camilleri (Ed.), *Strategic corporate communication in the digital age* (pp. 19–31). Emerald Publishing. <https://doi.org/10.1108/978-1-80071-264-520211002>
- Corsino, L., & Fuller, A. T. (2021). Educating for diversity, equity, and inclusion: A review of commonly used educational approaches. *Journal of Clinical and Translational Science*, 5(1), Article e169. <https://doi.org/10.1017/cts.2021.834>
- Dekker, R., & Engbersen, G. (2014). How social media transform migrant networks and facilitate migration. *Global Networks*, 14(4), 401–418. <https://doi.org/10.1111/glob.12040>
- Esses, V. M. (2021). Prejudice and discrimination toward immigrants. *Annual Review of Psychology*, 72, 503–531. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-080520-102803>
- Essex, R., Kalocsányiová, E., Rummyantseva, N., & Jameson, J. (2022). Trust amongst refugees in resettlement settings: A systematic scoping review and thematic analysis of the literature. *Journal of International Migration and Integration*, 23(2), 543–568. <https://doi.org/10.1007/s12134-021-00850-0>
- Ghaffar Ahmed, N., & Mwai, A. (2014). *The role of Finnish language in the integration process among immigrant women* [Bachelor's thesis, Diaconia University of Applied Sciences]. Theseus. <https://www.theseus.fi/handle/10024/73039>
- Guzi, M., Kahanec, M., & Kureková, L. M. (2021). What explains immigrant–native gaps in European labor markets: The role of institutions. *Migration Studies*, 9(4), 1823–1850. <https://doi.org/10.1093/migration/mnab044>
- Hamidullah, M. F., Piatak, J. S., & Chen, Y. (2024). DEI and human resources management. In K. M. Thomas & J. Perry (Eds.), *Handbook on diversity, equity, and inclusion in public administration* (pp. 125–144). Edward Elgar Publishing.
- Helsper, E. J. (2021). *The digital disconnect: The social causes and consequences of digital inequalities*. SAGE.
- Hogan, T. H., O'Rourke, B. P., Weeks, E., Silvera, G. A., & Choi, S. (2023). Top-level leaders and implementation strategies to support organizational diversity, equity, inclusion, and belonging (DEIB) interventions: A qualitative study of top-level DEIB leaders in healthcare organizations. *Implementation Science*, 18(1), Article 59. <https://doi.org/10.1186/s13012-023-01319-7>
- Holcombe, K., Singh, P., & Worthy, R. (2024). Progressing DEI in organizations. In R. Singh & L. Parker (Eds.), *Diversity, equity, and inclusion insights in practice* (pp. 45–67). Routledge.
- Hosseini, Z., & Hytönen, K. (2022). A pedagogical approach for socio-cultural inclusion: A study on immigrant entrepreneurs in Finland. In M. Carmo (Ed.), *Education and new developments 2022* (pp. 417–420). InScience Press. <https://doi.org/10.36315/2022v2end094>
- Hosseini, Z., Kotilainen, S., & Okkonen, J. (2020). The potential of social media to enhance cultural adaptation: A study on Iranian students in the Finnish context. In Á. Rocha, C. Ferrás, C. M. Marin, & V. M. García (Eds.), *Information technology and systems. ICITS 2020. Advances in intelligent systems and computing* (Vol. 1137, pp. 579–590). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-40690-5_52
- Hosseini, Z., & Mehdizadeh, M. (2024). Inclusive design considerations and strategies for digital services: An educational perspective. In A. Iglesias, J. Shin, B. Patel, & A. Joshi (Eds.), *Information systems for intelligent systems* (Vol. 4, pp. 29–39). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-96-1744-9_4
- International Organization for Migration. (2023, June 13). *7 recommendations to promote the inclusion of migrants in host communities through social and cultural activities*. IOM Latin America and the Caribbean. <https://lac.iom.int/en/blogs/7-recommendations-promote-inclusion-migrants-host-communities-through-social-and-cultural-activities>
- Jaeger, P. T., & Bertot, J. C. (2011). Responsibility rolls down: Public libraries and the social and policy obligations of ensuring access to e-government and government information. *Public Library Quarterly*, 30(2), 91–116. <https://doi.org/10.1080/01616846.2011.575699>

- James, K. F., & Fantasia, H. C. (2023). Our commitment to justice, equity, diversity, and inclusion. *Nursing for Women's Health*, 27(2), 69–71. <https://doi.org/10.1016/j.nwh.2023.02.001>
- Keiff, S. (2025). Societal factors influencing the sense of national belonging: A statistical analysis of residents in Canada. *International Journal of Public Administration*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/01900692.2025.2508445>
- King, S., Roberts-Turner, R., & Floyd, T. T. (2024). Inclusive leadership: A framework to advance diversity, equity, inclusion, and cultivate belonging. *Nurse Leader*, 22(2), 132–139. <https://doi.org/10.1016/j.mnl.2023.11.006>
- Lebano, A., Hamed, S., Bradby, H., Gil-Salmerón, A., Durá-Ferrandis, E., Garcés-Ferrer, J., Azzedine, F., Riza, E., Karnaki, P., Zota, D., & Linos, A. (2020). Migrants' and refugees' health status and healthcare in Europe: A scoping literature review. *BMC Public Health*, 20, Article 1039. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-08749-8>
- Medina, P. S., & Magdaleno, A. D. (2024). Diversity, equity, and inclusion in immigration. In K. M. Thomas & J. Perry (Eds.), *Handbook on diversity, equity, and inclusion in public administration* (pp. 249–262). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781802206173.00029>
- Nickerson, A., Liddell, B. J., Keegan, D., Edwards, B., Felmingham, K. L., Forbes, D., & Bryant, R. A. (2019). Longitudinal association between trust, psychological symptoms and community engagement in resettled refugees. *Psychological Medicine*, 49(10), 1661–1669. <https://doi.org/10.1017/S0033291718002088>
- Nickerson, C., McLuhan, A., Anderson, K., Bajjali, L., & Elgendy, N. (2019). (Mis)trusted contact: Resettlement knowledge assets and the third space of refugee reception. *Refuge*, 35(2), 24–35. <https://doi.org/10.7202/1064817ar>
- Phillimore, J. (2022). Migrant integration and social resilience in the era of COVID-19: Implications for policy and practice. In E. Boris (Ed.), *Migration and pandemics: Spaces of solidarity and resilience in times of crisis* (pp. 169–186). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-81210-2_11
- Rohan, E., Mays, T., Clyburn, T. L., & Ey, P. (2024). Advancing understanding of diversity, equity, inclusion, and belonging (DEIB): A non-profit maturity model. *Organization Development Review*, 56(4), 10–22.
- Rössel, J., Janssen, S., Jovanović, M., & Katz-Gerro, T. (2025). Cultural integration and difference from migrants' perspective: Cultural comparisons between country of residence and country of origin. In A. G. Reitz (Ed.), *Engagement with culture in transformative times* (pp. 153–170). Routledge.
- Safarov, N. (2021). Personal experiences of digital public services access and use: Older migrants' digital choices. *Technology in Society*, 66, Article 101627. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2021.101627>
- Šedovič, M., & Dražanová, L. (2025). Migrant and non-migrant views on immigration in Europe. *European Journal of Population*, 41(1), Article 13. <https://doi.org/10.1007/s10680-025-09736-8>
- United Nations General Assembly. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development (A/RES/70/1)*. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- van Deursen, A. J. A. M., & van Dijk, J. A. G. M. (2019). The first-level digital divide shifts from inequalities in physical access to inequalities in material access. *New Media & Society*, 21(2), 354–375. <https://doi.org/10.1177/1461444818797082>
- Wessendorf, S., & Phillimore, J. (2019). New migrants' social integration, embedding and emplacement in superdiverse contexts. *Sociology*, 53(1), 123–138. <https://doi.org/10.1177/0038038518771843>

Alternative Pathways to Journalism and Inclusive Spaces for Marginalised Voices

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.7>

Jessica Gustafsson

School of Culture and Education, Södertörn University, Huddinge, Sweden

<https://orcid.org/0000-0002-2492-3905>

jessica.gustafsson@sh.se

Abstract

Sweden is a post-migrant society; however, this diversity is not reflected in the Swedish media (Frigyes, 2021). In recent years, anti-immigrant sentiment has increased in Sweden, and as a result, public discourse on immigration has become much harsher (Ekman & Krzyżanowski, 2021). The ethnically diverse suburbs of Sweden's largest cities and the youth residing therein have become symbols of failed integration in the public debate (Sernhede et al., 2019). One of these suburbs, Alby, is home to the Fanzingo media house. They work with marginalised youth to diversify the media and improve their representation. The objective of this paper is to explore how Fanzingo gives voice to marginalised youth in their quest to diversify Swedish media. This is achieved by conducting 12 semi-structured interviews with individuals involved in Fanzingo's project *Young Correspondents* and developing and applying the initiate, cultivate, amplify model (ICA-model) and the theoretical concepts of "voice" and "listening". The paper argues that listening is imperative to the production and dissemination process of participatory media. It also concludes that the financial situation is a major obstacle for organisations like Fanzingo, and that although collaborations with mainstream media provide the marginalised youth with networks and connections, conflicting journalistic ideals and unequal power relations risk preventing collaborations from becoming true and equal partnerships.

Keywords

listening, voice, inclusive journalism, marginalised voices

Introduction

Sweden is a post-migrant society (Foroutan, 2015), with 34.7% of the Swedish population of foreign origin (Statistikdatabasen, 2024a, 2024b). However, this diversity is not reflected in the Swedish media (Frigyes, 2021). Swedish journalists are a homogeneous group. Most reside in affluent areas in the city centres (Wallentin & Olsson, 2023), and a few have an immigrant background (Hultén, 2016).

In recent years, anti-immigrant sentiment has increased in Sweden, and as a result, public discourse on immigration has become much harsher (Ekman & Krzyżanowski, 2021). The ethnically diverse suburbs of Sweden's largest cities and the youth residing therein have become symbols of failed integration in the public debate (Sernhede et al., 2019). These areas have high immigrant populations and are considered to have severe socio-economic problems, often referred to as the suburb problem in the public debate. It can therefore be argued that these areas are racialised, that is, othered, in the same way as most of the population in these areas (Molina, 1997). One of these suburbs, Alby, is home to the media house Fanzingo. Since 2006, they have been working with marginalised youth to diversify the media and improve their representation. To enhance the youth perspective in Swedish media, Fanzingo launched the project *Young Correspondents* in 2021, which this paper focuses on.

This paper is based on a series of 12 semi-structured interviews with individuals involved in Fanzingo's *Young Correspondents* project. The objective of this paper is to explore how Fanzingo gives voice to marginalised youth and promotes greater diversity in the Swedish media industry by making journalism more accessible through its *Young Correspondents* project. The paper develops and applies the initiate, cultivate, amplify (ICA) model and the theoretical concepts of "voice" and "listening". The paper introduces the ICA model to examine the production process of participatory media projects and how voice (Couldry, 2010) and listening (Bassel, 2017; Dreher, 2012; Dreher & de Souza, 2021) are utilised in this process.

Theory

Democratic Communication: Voice and listening

The concept of "communication", particularly in the context of democratic discourse, encompasses not only speaking but also listening (Dreher, 2012). However, due to the centrality of voice in democratic societies, as reflected in laws protecting freedom of speech, voice has received more attention than listening (Lacey, 2013). However, scholars have recently begun to address the limitations of this metaphorical "voice" (see Couldry, 2010; Dreher, 2012). While acknowledging the significance of voice, these scholars propose that we must also consider the transformative potential of voice within the context of structural change; if no one listens, "voice" remains an empty emancipatory promise. This line of reasoning is strongly influenced by Gayatri Spivak's (1988) *Can the Subaltern Speak*.

In this regard, Nick Couldry (2010) distinguishes between two levels of voice: voice as process and voice as value. The former, voice as a process, refers to the process of giving an account of one's life, while the latter, voice as a value, "refer[s] to the act of valuing, and choosing to value, those frameworks for organising human life and resources that themselves value voice (as a process)" (Couldry, 2010, p. 2). Voice is often the driving value that propels the production of various forms of alternative media, which must also encompass the potential for being heard (Couldry, 2015).

Dreher (2012) posits that listening serves as a potent metaphor for analysing "the other side" of voice, emphasising the significance of attention and response, openness, and recognition to complete the circuits of democratic communication. According to Leah Bassel (2017), the practice of listening with humanity and ethical care can serve as a significant counterbalance to polarisation and societal divisions. The act of sharing personal narratives and observing how they are intertwined can reinforce a sense of interconnectedness, which, in turn, can lead to political recognition.

Inspired by Tanja Dreher and Poppy de Souza (2021), this paper will operationalise listening as receptivity, recognition and response. Moreover, listening is not conceptualised as something that occurs only when media productions meet their audience, but rather as part of communication; different aspects of listening occur throughout the production and dissemination process. The concept of "receptivity" is introduced to evaluate the extent to which Fanzingo listens to the needs and voices of young participants in media production. Beyond the immediate context of Fanzingo, it involves how other actors in society are receptive to these voices and to Fanzingo as an organisation. The concept of "recognition" pertains to the valuation of young voices within the production process. Beyond the organisational context, recognition pertains to the societal and media industry-specific valuation of Fanzingo as a media house. Finally, the response examines how Fanzingo responds to young participants and how other actors in the mainstream public sphere respond to Fanzingo.

Initiate, Cultivate, Amplify Model for Participatory Media

To better analyse the production process of participatory media projects that seek to amplify the voices of marginalised groups, this paper introduces the ICA model, which divides the production process into three distinct stages: initiate, cultivate and amplify. This division facilitates a more thorough examination of the role of voice and listening in all stages of the production process.

1. **Initiate:** the stage marks the beginning of the production process, but is also itself a process. It means that the participants begin to realise (a) the possession of a voice, (b) the value of communicating and sharing it, and (c) the articulation of their intended message.
2. **Cultivate:** the second step refers to the process by which the voices and stories are explored and allowed to mature with the guidance and help of the professionals.

3. Amplify: the last step involves reaching a broader audience to get these voices heard. Several strategies can be utilised, including using dissemination channels, social media platforms, networks, and collaborations.

The relationship between these stages is progressive, but there is a circular movement between cultivate and amplify (Figure 1). There is always an opportunity to learn new skills or experiment with different storytelling techniques or media formats. Moreover, the process of reaching out starts each time a new story is produced.

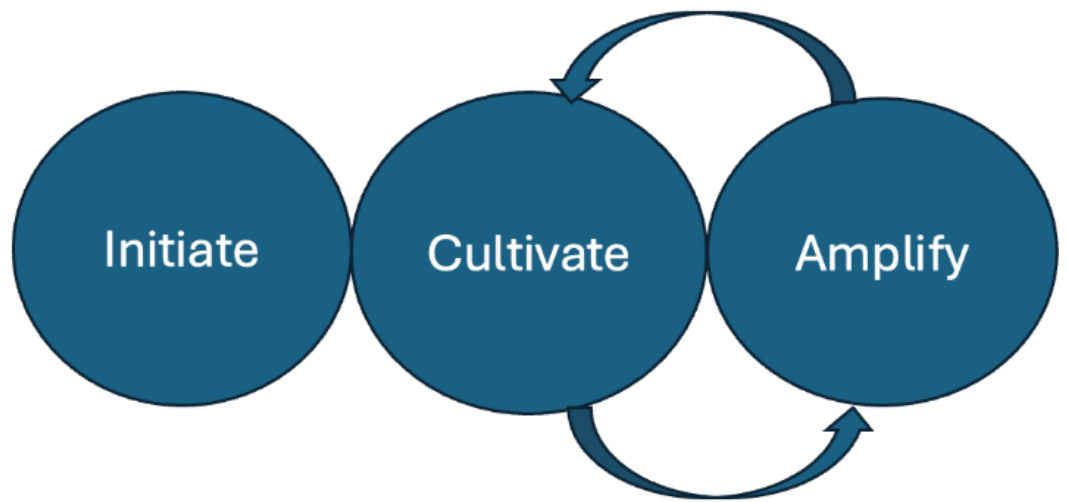


Figure 1.
ICA-model.

Methodology

This paper is based on a study that is part of the larger research project *Post-Migrant Voices in the Baltic Sea Region*, which explores the conditions under which post-migrant voices are heard in the media. The present paper focuses on 12 semi-structured interviews with individuals involved with Fanzingo's *Young Correspondents* project in various capacities. These individuals include three Fanzingo employees, six young participants in the project, one editor and two mentors from *Aftonbladet*, with whom Fanzingo ran a mentorship programme to strengthen the outcome of the project. The interviews were conducted between January and October 2023, either via Zoom or in person. There was no prior contact between the researcher and Fanzingo prior to

the research beginning. The informants were recruited through snowball sampling and from a list of young people who had participated in the project and the mentorship programme, with the aim of capturing a diversity of experiences. The interviews were transcribed, and an initial open coding of these interviews, together with additional interviews with other persons connected to Fanzingo, helped to develop the ICA model, which seeks to explain the production process of participatory media. A systematic analysis was then conducted on the 12 interviews utilised for this paper, employing the ICA model and the theoretical concepts of “voice” and “listening” to better understand how Fanzingo strengthens the voices of marginalised youth to diversify Swedish media.

Analysis: Fanzingo and *Young Correspondents*

The idea of the project is to help young people get into Swedish media by employing and training young people from across Sweden for nine months to a year. If interested, young people could apply, and no previous experience was required. Over 100 applicants applied annually to the project, of whom 10–15 were selected and employed part-time at 10%. The applicants were selected to create diversity in terms of geographical placement, profiles, and previous experience among the participants. The project was developed to enhance the reporting of issues pertinent to young people and to provide marginalised youth with access to journalistic production.

Initiate

The term “initiate” is employed to denote the process whereby the individual, in this case the young person, is encouraged to “discover their voice”. The duration of this process varies, contingent on the stage at which individuals arrive at Fanzingo. The realisation that one possesses a significant contribution to offer, despite the pervasive societal discourse that portrays young people from these areas as problematic, as youth with substandard academic achievements who face limited prospects, is an ongoing process, as repeated exposure to these negative portrayals can lead to their internalisation.

In the *Young Correspondents* project, participants’ prior experience producing media content varied significantly. Indeed, some participants were enrolled in journalism education, whilst others had no prior experience of journalism. Therefore, the project commenced with a start-up week at Fanzingo, where the youth were provided with an intensive course in ethics and journalistic guidelines. Subsequent workshops then ensued to initiate the creative process of storytelling:

that you are seen. That your stories have value regardless of whether you even know what a preamble is. (...) I’m pretty sure that many young people, like me when I was young, perceive, for example, JMK [School of Journalism, Stockholm University] as something quite prestigious. And something quite

difficult to get into. An institution that emphasises, as one should, that here we learn the basics (...). In contrast to that, all the projects at Fanzingo emphasise the stories. And if someone says they don't know what a preamble is, I often say (...) what is it you want to say? We customise forms for what you want to say, depending on what level you are at in terms of craftsmanship. The important thing is that you want to say something, and I think that is empowering. (Project leader, male, personal communication, September 27, 2023)

The underlying philosophy of this pedagogical approach, as articulated in the selected quote, is that Fanzingo aspires to provide an alternative to conventional journalism education. In contrast to institutions such as the School of Journalism (Stockholm University), a fundamental tenet at Fanzingo is the belief that young individuals, irrespective of their academic performance, prior knowledge of journalism, or personal background, should feel acknowledged and cherished. The paramount concern is their aspiration to articulate their ideas. Therefore, being *receptive* and making them feel accepted and *recognised* is crucial. To accomplish this objective, it is imperative to adopt a divergent approach:

then we move on to workshops where the young people share what they want to tell. We try to move quickly to the practical work (...). It's easier to work with real-life examples than to use language that we often expect everyone in society to share. As a White, middle-class man who has worked in the media industry all my life, I talk to you about journalism in a way that I expect you and I to share (...). But we can't always expect that from our participants. (Project leader, male, personal communication, September 27, 2023)

It is conceivable that the journalistic discourse may be alien to a significant proportion of the participants. Consequently, immersing oneself in the practical aspects and acquiring knowledge through practice-based learning is a strategy for bridging the knowledge gap among participants. This approach is inclusive, as it does not allow structural differences to define the candidates and their participation in the project. This inclusive approach can therefore be perceived as Fanzingo's *response*.

Cultivate

Following the inaugural week of the project, the second phase commenced, which also marked the start of the second stage of the production process, cultivation. At this juncture, the participants began working on their journalistic productions. The participants were required to submit a piece of journalistic content monthly for publication on the Voices of Sweden platform. They had the liberty to select the format, topic and angle of their pieces, but were obliged to consult with the editor and project leader at Fanzingo to discuss their ideas. The content could be a written text, a video or a podcast episode. Throughout the production process, the participants received feedback from the editor and project leader to develop their journalistic skills, which involve both *voice* and *listening*.

One of the participants offered the following description of his experience of participating in the project:

it's an incredible asset for all young people who want to work in journalism. So, we were told "the sky is the limit", and we were allowed to come up with any idea we wanted, and we were allowed to realise most. And if a minister came to Botkyrka, where it is located, it was like this: yes, we will try fix an interview. And we had access to a lot of very talented people in both journalism and media in general, and we got feedback from them. No, but it was just a huge asset to be able to experiment and develop in the media. (Participant, *Young Correspondents*, male, personal communication, August 28, 2023)

As posited by the quote, Fanzingo functions as a professional and experimental space, where young people feel trusted and taken seriously. The production process was characterised by freedom and creativity, as Fanzingo communicated that the ideas of youth were valuable (*recognition*) and when presented to Fanzingo, met with the response that "anything is possible" (*response*). The phrase "anything is possible" is not to be interpreted literally but rather symbolises Fanzingo's efforts to actualise the aspirations of the youth. To do so, Fanzingo needs to be *receptive*.

To develop their skills, the youth also gained access to resources and guidance from Fanzingo employees. Most individuals work 50% of their time at Fanzingo and the remaining time elsewhere in the media industry, thereby expanding the network and resources available to youth. One such example is the recurrent question & answer (QA) sessions with industry experts:

and then we had QA sessions with people from the industry. It's another educational exercise, but also to empower the youth. It is very common for young people who come to us to feel that they do not have access to certain spaces and certain people, both physical spaces in society, but also contexts. And then I usually start by saying (...), who do you want to talk to in the media industry? Everyone wants to talk to you, so here, choose! Who do you want to talk to? Who do you want to ask questions to? Who do you want to interview? (Project leader, male, personal communication, September 27, 2023)

The quote indicates that these sessions provide youth with access to spaces, people and contexts that many of them previously lacked, offering a platform where they could inquire about any subject of interest. The fact that the youth are asked who they want to talk to and are told that "everyone wants to talk to you" demonstrates the *receptiveness* towards and *recognition* of the young people, both at Fanzingo and beyond. The quote further emphasises that Fanzingo's response is that "anything is possible", as the youth are at liberty to select whom they wish to converse with. Fanzingo will ensure that their wishes are realised. This conveys the notion that Fanzingo values and listens to the youth's voice and acknowledges their presence. Consequently, these QA sessions can be interpreted as Fanzingo's *response* to the needs and wishes of young people and as a means of facilitating their involvement in the design of the training.

The project provided youth with access to new spaces, people, and skills, as well as the opportunity to engage with the field of journalism. For some participants, the project has rendered their aspirations of a career in media and journalism more attainable, with several opting to pursue further education in journalism and media production.

Amplify

In the third step of the process, the focus is on amplifying the voices of young people and enhancing the diversity of Swedish media. Fanzingo implements various strategies to achieve this objective. The leading platform for publishing the content produced by *Young Correspondents* is the Voices of Sweden online platform.

The main obstacle with this platform is its limited outreach, primarily to individuals already interested in journalism, predominantly women between the ages of 20 and 30. To reach younger demographics, Fanzingo uses its social media accounts. However, there is a mismatch between the logic of social media and the nature of the content produced by Fanzingo, primarily due to the limited attention span of social media users, which makes it challenging to “break through the noise”. Moreover, the affordances of social media may not be optimal for facilitating attentive listening.

To reach a wider audience, Fanzingo seeks collaborations with established media. In the past, they have had several collaborations with SVT (the Swedish public broadcaster).

Mentorship Programme With *Aftonbladet*

In the context of *Young Correspondents*, Fanzingo approached *Aftonbladet*, Sweden’s largest tabloid, with a proposal for an editorial collaboration to enable the participants of *Young Correspondents* to receive feedback on their work and publish it on *Aftonbladet’s* platforms. However, as the following quote illustrates, *Aftonbladet* was not prepared to open its editorial office to Fanzingo. Instead, they suggested a mentorship programme.

Fanzingo suggested working together on an editorial project, but that’s usually quite tricky to do well. So, we ended up with a mentoring programme for our employees, who then volunteered as mentors and were paired up with Fanzingo’s network. I guess we did that partly because I’ve been on mentoring programmes before. It’s usually just as rewarding for the mentor, so we did it as a kind of development project for our employees. Yes, but also because we see, like everyone else, that the industry has a pretty big problem with poor diversity. (Editor, *Aftonbladet*, male, personal communication, April 28, 2023)

As the editor at *Aftonbladet* emphasises, editorial collaborations could be challenging. Subsequently, in the interview, he explains that *Aftonbladet* cannot permit individuals to claim affiliation with the company, as it has a brand reputation to safeguard. Furthermore, the youth may not be prepared for the potential negative

reactions they might encounter when engaging in the public sphere. Therefore, the suggestion of a mentorship programme was *Aftonbladet's* response to Fanzingo's request to collaborate. They were *receptive* to their idea of an editorial collaboration and recognised its importance, but due to organisational structures, *Aftonbladet* could not accept the offer.

Conversely, the implementation of a mentorship programme is a relatively straightforward process that does not incur high financial costs for *Aftonbladet*. Furthermore, such a programme has the potential to yield substantial benefits for both mentors and mentees. The quote also suggests that *Aftonbladet's* proposal to start a mentorship programme is partly driven by their concern regarding the lack of diversity within their workforce, which also reveals that they do *recognise* Fanzingo's importance and value. *Aftonbladet's* hiring practices undermine diversity by prioritising individuals with a proven track record and relevant educational qualifications. Apart from the mentorship programme, *Aftonbladet* does not engage with diversity work.

When discussing the mentorship programme, it was revealed that the interest in becoming a mentor surpassed that of the mentees:

there are more mentors than mentees (...). It [journalism] is not perceived as interesting for young people (...). So if you don't use the products, I understand why you don't want to work with them either. So, we need to improve in that area (...), I think that many people, or we know that many people, feel that the reporting and reflection on these areas [the suburbs] is not fair and good. (Editor, *Aftonbladet*, male, personal communication, April 28, 2023)

The decline in interest among young people in pursuing a career in journalism is partly attributable to their limited engagement with traditional news media. This lack of engagement, in turn, leads to a reluctance to engage with an area with which they have little familiarity.

The project leader at Fanzingo concurred with this viewpoint but expressed a determination to support all young people interested in journalism. It is noteworthy that the *Young Correspondents* received over 100 applications annually, whereas the mentorship programme with *Aftonbladet* struggled to find participants. Fanzingo ran another year of the mentorship programme with *Aftonbladet*, after the determination of the *Young Correspondents* project. Despite advertising in Fanzingo's channels and contacting potential candidates directly, it was difficult to find participants.

One potential contributing factor was identified by the editor of *Aftonbladet* at the conclusion of the quote. A substantial number of individuals living in suburban areas perceive *Aftonbladet's* coverage of these areas as predominantly negative. This observation merits further examination to ascertain its alignment with *Aftonbladet's* mission, focus, and journalistic principles.

One criticism we get is "you only come when something [bad] is happening" and so on. We have over 4 million people who visit us every day (...). For

example, a shooting is a major news event that affects everyone. We will always report on that, but the opening of a new leisure centre is not that kind of news. Now that shootings are spreading to other places in Sweden, even outside the vulnerable areas, I think more people will feel that way. You only come here when there is a shooting. Yes, we do. We have also worked hard to highlight positive examples, but the truth is that this type of journalism is not very popular. (Editor, *Aftonbladet*, male, personal communication, April 28, 2023)

This quote is of interest for several reasons. Primarily, it demonstrates how *Aftonbladet* perceives its role and the news it covers. As a national newspaper, *Aftonbladet* focuses on major news events, such as shootings, rather than the opening of leisure centres in the suburbs. This is not an unusual focus for a national newspaper. However, the quote also juxtaposes news and positive examples, rendering them as binary opposites, as if there is no possibility for anything in between.

Furthermore, he attempts to mitigate the perceived issue of misrepresentation of the suburbs by asserting that, in the era of widespread media coverage of shootings, a greater proportion of the Swedish population will perceive *Aftonbladet's* focus on such events as misrepresentative of their neighbourhood. However, it must be noted that the comparison between areas featured in the news due to one shooting and those subjected to prolonged and repeated media scrutiny over several decades is arguably flawed.

Despite the evident discord between their respective journalistic philosophies, Fanzingo and *Aftonbladet* collaborated on implementing the mentorship programme, underscoring the potential for cross-industry cooperation to address mutual concerns. The scope of the project also encompassed integrating local newspapers into Bonnier News Local, since several of the correspondents were not based in Stockholm.

During the programme, the mentor and mentee met monthly to deliberate on various aspects of journalism. The programme was customised through dialogue between the mentor and mentee to align with the mentee's requirements. Fanzingo had produced a manual outlining potential topics for discussion during meetings, including presenting examples of texts from both parties and discussing the mentor's career trajectory and the mentee's career aspirations.

Fanzingo asserts that the mentor programme engenders a reciprocal transformation in both mentors and mentees:

it leads to individual change. The journalist gets new perspectives from young people that they bring into the editorial office, and the young person gets access to a context and network that he/she would not otherwise have. It is also an opportunity to get support in producing our productions, and some get jobs after too. (Former CEO Fanzingo, female, personal communication, April 4, 2023)

Several mentors also view mentoring as a space for exchange, which benefits both the mentor and the mentee. The opportunity to discuss one's work and reflect on the role of journalism with young people from diverse backgrounds and experiences was highly rewarding. Furthermore, mentors highlighted that they also expanded their network through these interactions. One mentor emphasised that the key benefit of mentorship programmes is that they provide mentees with invaluable insights and knowledge that can save years in their careers. She emphasised the significance of mentorship for all young journalists, particularly those from racialised backgrounds. The quote also highlighted the necessity for Swedish media to adopt mentorship programs due to its current lack of diversity:

Swedish journalism needs this. We need to include more voices, we need to become more multifaceted and represent the Swedish population better, both in terms of who we employ as well as who we report about and who is represented in the media, and it is all connected, and that is why I continue being a mentor. (Mentor, *Aftonbladet*, female, personal communication, June 8, 2023)

The experience of the youth was found to vary; some were enthusiastic, as it provided them with an opportunity to engage in a reflective process and receive feedback on their journalistic work. Others held a positive outlook, considering it beneficial, yet expressed that their mentor could have been more *receptive* and *responsive*. The quality of the relationship between mentor and mentee is based on both parties' willingness to engage in a reciprocal dialogue.

Despite the initial concept of an editorial collaboration proving unsuccessful, several participants in *Young Correspondents* were able to have their articles published in the newspapers where their mentors were employed, for example, *Aftonbladet*, *Sydsvenskan*, and *Gefle Dagblad*. It was found that there was an increased possibility of publication in local newspapers, presumably due to their lower threshold and a more comparable journalistic mission and focus to that of Fanzingo.

Challenges: Conflicting Journalistic Ideals

The conflicting journalistic ideals and missions between *Aftonbladet* and Fanzingo identified in the previous section are a challenge to Fanzingo's mission to transform the media landscape. Most of the content produced by *Young Correspondents* and Fanzingo in general has the character of "opinion texts", characterised by a first-person perspective. The former CEO at Fanzingo describes the uniqueness of their content as: "because it's real. There is a closeness to reality. A fragility and something genuine and unpolished and straightforward in a way, no matter what subject they take on and do".

In contemporary Sweden, marked by heightened polarisation, first-person narratives, particularly on subjects rarely addressed by the media, can offer novel perspectives that foster greater mutual comprehension (Bassel, 2017). As Roger Silverstone (2006) contends, it is in stories that we seek and sometimes find the shareable meanings that create the possibility for a shared understanding of the world.

However, there is a risk that other media may label Fanzingo as advocacy journalism. This concern was highlighted by one of the *Young Correspondents*. He was simultaneously enrolled in a journalism school and emphasised that he occasionally felt compelled to insert a more impartial and objective perspective as he perceived that it often became more of “content” rather than journalism:

quite often, I was like, no, we can't do this, because it's not journalism, it's something else. And, that was because there were a lot of people working with media, and it is kind of a production company, so it's not strange (...). Yes, and there is an agenda to increase diversity, and you can do that and be impartial at the same time, but sometimes it could have a bias, I thought. And I also expressed that. (Participant, *Young Correspondents*, male, personal communication, August 28, 2023)

Consequently, there is a risk that, although other media houses are *receptive* to the aims of Fanzingo and recognise the importance of their work, they might not *recognise and value* their journalistic output as much, as it is not always perceived to follow established journalistic ideals. This could negatively influence potential collaborations with established media.

Challenges: Sustainability and Funding

The most significant challenge confronting Fanzingo is the absence of sustainability, stemming from its reliance on project funding. This lack of sustainable funding significantly impacts employees at Fanzingo, who receive lower remuneration than their private-sector counterparts. The individuals working at Fanzingo are there because of their personal conviction, which also means that they invest a lot of their own time and emotions. Since they are underfunded, it is also common for one person to serve as project leader for several projects simultaneously, some of which might not be within their speciality. Many, therefore, leave because they are burnt out, leading to high staff turnover. The low salaries and precarity of the work situation can also prevent Fanzingo from attracting the most qualified applicants.

The *Young Correspondents* project was funded by *Postkodstiftelsen* for three years and saw a variety of individuals at Fanzingo playing active roles in its execution. This involvement resulted in the imprint of each individual's unique contributions on the project and the manner in which it was conducted. The substantial resources possessed by Fanzingo derive from its extensive network, and consequently, certain individuals with strong connections become pivotal. The absence of key personnel during leave periods can result in a lack of knowledge, skills, and network connections among their successors, thereby affecting project outcomes and Fanzingo's capacity to achieve its objectives. Consequently, high staff turnover can negatively affect Fanzingo's ability to listen to and design projects that respond to individuals' needs. High staff turnover, therefore, has detrimental short-term and long-term consequences, as the establishment and execution of structures necessitates continuity.

Conclusion

The ICA model of participatory media projects that this paper has developed to examine Fanzingo's production process underscores the importance of recognising that listening is integral to the quest to give voice to marginalised groups. By operationalising the concept of "listening" in line with Dreher and de Souza (2021) as *receptivity*, *recognition* and *response*, this paper illustrates not only how listening is crucial for an inclusive production process at a media house like Fanzingo, but also how difficult it is to control listening at the final stage of the process (amplify) as it takes place outside Fanzingo and therefore, to some extent, beyond its power.

At Fanzingo, voice is both a process and a guiding value (Couldry, 2010). Fanzingo provides a secure environment for marginalised youth to find and cultivate their voice and to acquire media production and journalism skills. This process is contingent on democratic communication (Dreher, 2012), and it is only by listening to and acknowledging the youth that Fanzingo can design projects (*responses*) tailored to individual needs, which is crucial to making journalism accessible. By facilitating spaces of encounter, young people gain access to new skills, people and experiences, opening doors to new worlds. These spaces of encounter are also spaces of exchange, because listening can help both interlocutors learn new perspectives, thereby increasing understanding, as the mentoring programme with *Aftonbladet* demonstrated. Nevertheless, in the absence of any of the three components of listening, reciprocal dialogue will not be achieved.

Other media houses, such as *Aftonbladet*, are *receptive* to and *recognise* the importance of Fanzingo. Especially since *Aftonbladet* acknowledges its own challenges with diversity and difficulties in engaging young people, both as consumers and as potential employees, particularly those from marginalised and racialised suburbs. However, it has not translated into significant changes in their journalistic practices, and it is evident that the journalistic ideals between the two media organisations differ.

Fanzingo aims to serve as a pathway into journalism for marginalised youth, believing that more avenues are necessary to ensure the inclusivity and diversity of the journalism profession. However, the organisation's efforts are continually hindered and undermined by its financial constraints. It is evident that to facilitate journalism as a viable career path for marginalised youth, there is a need for greater cooperation and increased financial resources.

A potential limitation of this study is the modest yet varied sample of informants. Moreover, additional research is necessary to determine the applicability and usefulness of the ICA model in other participatory media contexts. Further research examining collaborations between participatory media and mainstream media in greater detail would contribute to a deeper understanding of unequal power relations. Furthermore, it could help identify good practices to enhance the fruitfulness of future collaborations. The notion of "mentorship" as a medium for exchange also warrants

further investigation, with particular attention to the role of listening in shaping the relationship between mentees and mentors.

Acknowledgements

This work has been supported by the research project *Post-Migrant Voices in the Baltic Sea Region*, diary number 3786-3.1.1-2020, financed by Foundation for Baltic and East European Studies (Östersjöstiftelsen).

References

- Bassel, L. (2017). *The politics of listening. Possibilities and challenges for democratic life*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-53167-4>
- Couldry, N. (2010). *Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism*. SAGE. <https://doi.org/10.4135/9781446269114>
- Couldry, N. (2015). Alternative media and voice. In C. Atton (Ed.), *The Routledge companion to alternative and community media* (pp. 43–53). Routledge.
- Dreher, T. (2012). A partial promise of voice: Digital storytelling and the limit of listening. *Media International Australia*, 142(1), 157–166. <https://doi.org/10.1177/1329878X12142001>
- Dreher, T., & de Souza, D. (2021). *Listening in: Community media and the politics of listening*. University of New South Wales.
- Ekman, M., & Krzyżanowski, M. (2021). A populist turn? News editorials and the recent discursive shift on immigration in Sweden. *Nordicom Review*, 42(S1), 67–87. <https://doi.org/10.2478/nor-2021-0007>
- Foroutan, N. (2015). *Unity in diversity: Integration in a post-migrant society* [Policy brief]. Focus Migration. https://www.bpb.de/system/files/dokument_pdf/Policy%20Brief_Integration%20in%20a%20post-migrant%20society_2015.pdf
- Frigyes, P. (2021). Mäta mångfald i medierna. In L. Truedson & J. Lundqvist (Eds.), *Vitt eller Brett – Vilka får ta plats i medier och på redaktionerna?* (pp. 18–41). Institut för Mediestudier.
- Hultén, G. (2016). Den sårbara mångfalden. In O. Westlund (Ed.), *Människorna, medierna & marknaden: Medieutredningens forskningsantologi om en demokrati i förändring* (pp. 329–350). Wolters Kluwer.
- Lacey, K. (2013). *Listening publics, the politics and experience of listening in the media age*. Polity.
- Molina, I. (1997). *Stadens rasifiering* [Doctoral dissertation, Uppsala Universitet].
- Sernhede, O., Rosales, L., & Söderman, J. (2019). *När betongen rättar sin rygg – Ortenrörelsen och folkbildningens renässans*. Daidalos.
- Silverstone, R. (2006). *Media and morality on the rise of the mediapolis*. Polity.
- Statistikdatabasen. (2024a). *Antal personer med utländsk eller svensk bakgrund (grov indelning) efter region, ålder och kön: År 2002-2023*. https://www.statistikdatabasen.scb.se/pxweb/sv/ssd/START__BE__BE0101__BE0101Q/UtiSvBakG-rov/table/tableViewLayout1/
- Statistikdatabasen. (2024b). *Befolkning efter födelse land och år*. https://www.statistikdatabasen.scb.se/pxweb/sv/ssd/START__BE__BE0101__BE0101E/Fodselan-dArk/table/tableViewLayout1/
- Wallentin, L., & M, Olsson. (2023). *Där bor journalisterna*. Institutet för Mediestudier.

Migrantes Conectados: Desafios e Possibilidades Etnográficas Para o Estudo de Dinâmicas Migratórias em Rede

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.8>

Júlia Afonso Lyra

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8493-3921>
julialyra@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal discutir alguns desafios e possibilidades trazidos por etnografias do/no digital para estudos situados na interface entre o campo comunicacional e os estudos migratórios. Para tanto, tomamos como ponto de partida uma experiência de pesquisa realizada com influenciadores digitais venezuelanos no Brasil, que adotou uma abordagem multissituada (Marcus, 1995, 2012). Recuperando as principais escolhas, dificuldades e estratégias adotadas, exploramos três eixos de inquietações relacionadas a como recalibrar escalas e situar o campo nos contextos on e offline; como construir relações e definir o grau de participação; e como coletar e sistematizar os dados explorando recursos multimídias. Este caminho revela a necessária adaptabilidade e, sobretudo, reflexividade em torno das condições de produção etnográfica em um cenário de transformações tecnológicas vertiginosas. Conclui-se com a importância de compreender o funcionamento das plataformas digitais, seus agenciamentos e efeitos na vigilância migratória contemporânea. Nesse sentido, argumentamos que o domínio dessas infraestruturas deve se dar à luz de princípios éticos inerentes à sensibilidade em relação ao “Outro”, cuja existência se estende além das telas.

Palavras-chave

migrações, etnografia multissituada, etnografia digital

Introdução

Embora a globalização não seja uma novidade, deve-se destacar a maneira como as trocas humanas foram profundamente transformadas pela mediação das tecnologias digitais nos últimos tempos. A internet e, depois, as plataformas¹ de geração de conteúdos e de redes sociais se tornaram fundamentais para a construção de identidades, envolvendo processos cada vez mais diversos e fragmentados. Esse cenário inaugura desafios ao fazer científico, na medida em que reconfigura os fenômenos socioculturais, entre eles a mobilidade humana. A existência migrante passa a ser moldada pelas mídias, utilizadas desde a busca informacional sobre o destino, manutenção do contato com as origens, até as negociações por pertencimento no novo território. Assim é que, entre espaços de narração de trajetórias e de organização coletiva, as ambiências online não podem mais ser ignoradas na compreensão das migrações contemporâneas, demandando abordagens inovadoras.

Considerando a importância de compartilhar experiências de trabalho empírico em um sentido formativo, esta proposta objetiva discutir alguns desafios e possibilidades trazidas por etnografias do/no digital para estudos situados na interface entre o campo comunicacional e os estudos migratórios. Para tanto, tomamos como ponto de partida nosso percurso de pesquisa com influenciadores digitais venezuelanos no Brasil (Lyra, 2023b). O estudo se filiou a uma abordagem etnográfica multissituada (Marcus, 1995, 2012), assumindo as plataformas de redes sociais YouTube e Instagram como campos de observação. O monitoramento dos perfis, registrado em diário de campo, foi conjugado a entrevistas e conversas informais, todas conduzidas online, com o intuito de compreender de que forma o tornar-se influenciador se constitui como um meio de negociação de pertencimento e o que isso nos diz sobre o momento contemporâneo.

Finalizada a pesquisa, na prática, vislumbramos a pertinência da reflexividade etnográfica para fazer avançar o diálogo entre a comunicação e as migrações, em especial, os estudos que se debruçam sobre processos de subjetivação e sociabilidade migrante online. Com esta proposta, almejamos ir além de um relato de pesquisa, visando contribuir para futuras investigações. No lugar de apresentar resultados (Lyra, 2023a; Lyra & Zanforlin, 2023, 2024), portanto, enfatizamos os caminhos que levaram até eles, o “como” que, delineado por relações e materialidades específicas, pode nortear pesquisas subsequentes. Assim, o artigo se divide em dois momentos: (a) revisão bibliográfica, focada em debates acerca da conectividade migrante e perspectivas etnográficas abertas ao digital; e (b) descrição detalhada das escolhas, dificuldades e estratégias adotadas, visando esclarecer processos e contribuir teórica e empiricamente com o campo.

1 Adotamos aqui o conceito de van Dijck (2013), que entende cada plataforma como um microsistema dotado de lógicas de propriedade, governo, modelo de negócios, conteúdo, usuário e tecnologia particulares, porém cuja interdependência dá origem a uma infraestrutura online mais ampla, que é o ecossistema.

Migrantes Conectados

Falar de migrações hoje exige considerar que elas não existem fora da midiatização e do consumo, devendo ser analisadas à luz da complexificação das trocas globais. Os fluxos de imagens e textos midiatizados, de um lado, e os de pessoas, do outro, acionam um processo de hibridização cultural (Appadurai, 1996/2004), que reformula consigo as subjetividades e as sociabilidades. Esse contexto motivou a revisão de paradigmas disciplinares, teorias e conceitos, como os de “identidade”, “cultura” e “pertencimento”, entre outros. Como consequência, as metodologias também têm sido repensadas para contemplar a diversidade dos modos de ser e estar contemporâneos, cada vez mais perpassados por dinâmicas em rede. Este, que não é um traço exclusivo das migrações, comporta efeitos profundos naqueles cujas vidas são atravessadas por mais de um referencial nacional, cultural, religioso, entre outros.

Os deslocamentos, não apenas os físicos, que integram a mobilidade humana levam seus atores a aderirem a múltiplos territórios, algo que se materializa nos relacionamentos cotidianos e nos projetos pessoais. Em uma conjuntura anterior às tecnologias digitais, Sayad (1998) já destacava as diferentes formas de comunicação – como a carta escrita, as notícias transmitidas por intermediários e as gravações em fita cassete – que sustentavam as relações entre os migrantes argelinos, seus parentes e compatriotas. Embora contínuo, em uma realidade estruturada pela imigração pós-colonial, esse contato não era dos mais regulares, pois dependia dos serviços postais ou das viagens dos migrantes. Assim, a distância geográfica, a precariedade e os elevados custos envolvidos no uso das mídias historicamente se constituíram em obstáculos à manutenção de quadros afetivos originários.

Se, graças às limitações técnicas da época, a tendência era que o migrante se distanciasse do país de origem quando se ajustasse ao novo meio, hoje é evidente como esse “corte umbilical” se tornou mais difícil. Nesse sentido, Elhajji e Escudero (2016) observam que a internet vem sendo utilizada como “um espaço de reordenamento de experiências e práticas sociais e subjetivas dos imigrantes e comunidades diaspóricas” (p. 338). Os autores propõem o conceito de “webdiáspora” para designar o conjunto de iniciativas, como sites, blogues, grupos e páginas nas redes sociais, criadas e frequentadas por migrantes. A noção é abordada sob uma perspectiva comunitária, abrangendo os diversos usos e apropriações tecnológicas nesses contextos. Na literatura internacional, termos correlatos, como “e-diaspora”, “diaspora networks” e “digital diáspora”, são adotados pelo menos desde os anos 1990 (Elhajji & Escudero, 2016, p. 355).

Além de sustentarem os vínculos com o país de origem, as mídias digitais são também de grande serventia para o projeto migratório, desde a decisão de migrar até a inserção no lugar de destino. As possibilidades inauguradas pelas tecnologias são, ainda, analisadas sob as lentes da mobilização política, dos associativismos e da cidadania comunicativa (Cogo, 2010; Cogo & Pássaro, 2017; Cogo & Santos, 2022). Essa corrente destaca a forma em que os migrantes se organizam online para intervir tanto nos rumos da sociedade de origem, como os cubanos no Twitter

(Cogo & Santos, 2022), quanto nos da sociedade de destino, construindo discursos contra-hegemônicos. Tal é o caso do estudo de Cogo e Pássaro (2017), que retrata como haitianos criam grupos e perfis no Facebook para visibilizar suas demandas cidadãs no Brasil, entre processos de documentação, acesso à saúde e à educação, fora as denúncias de racismo.

Em síntese, esse acúmulo de pesquisas aponta que a experiência migrante, hoje, é substancialmente a de um migrante conectado. Adotamos aqui a expressão de Diminescu (2020) para descrever toda pessoa em mobilidade equipada por um dispositivo capaz de inaugurar múltiplas formas de presença. A presença, tal como a ausência, é compreendida não como um estado, mas sim como um processo contínuo “que caracteriza como as pessoas afetam e são afetadas pelas situações em que estão envolvidas” (p. 75). Superam-se, assim, distâncias e lacunas antes geradas pelo deslocamento, explicitando como as tecnologias vêm a modificar o próprio significado do ser migrante. A formação de dinâmicas identitárias e comunitárias no meio digital, por sua vez, demanda um olhar metodológico que considere as migrações tanto a partir das trajetórias como da sua rastreabilidade:

no caso de trajetórias, os movimentos de indivíduos e grupos do ponto A ao ponto B são avaliados – e seus significados descobertos – digamos, por meio de dados demográficos e estatísticas, e por meio de entrevistas individuais. No caso de rastreabilidade, um esforço adicional é feito para entender os fluxos complexos de informações e as redes tecidas por meio de interações diárias com o país de origem, o país anfitrião e outros membros da diáspora. (Diminescu & Loveluk, 2014, p. 24)

Novos Contextos, Novas Etnografias?

O destaque dado por Diminescu e Loveluk (2014) aos rastros digitais deixados pelos migrantes implica a necessidade de incorporar novos métodos à análise de dinâmicas que estruturam o contexto migratório atual. Longe de se limitar a este campo específico, a gradativa entronização de tecnologias e de suas ambiências na vida comum elevou o estatuto da comunicação – enquanto fenômeno e enquanto ciência até então desprestigiada – a outro patamar (Sodré, 2014). Os esquemas cognitivos e perceptivos, as formas de subjetividade e sociabilidade são infiltrados pelas mídias e, nesse intercâmbio, alterados. Essa crescente modulação de hábitos e costumes por dinâmicas enredadas no virtual, por sua vez, também atraiu a atenção das demais ciências humanas e sociais. Uma das disciplinas interessadas em entender o que estava acontecendo é a antropologia (Cesarino et al., 2023).

A visão da *web 1.0* como um “ciberespaço” direcionou as primeiras abordagens etnográficas no sentido de apreender estruturas então emergentes, como grupos de discussão, salas de bate-papo em tempo real e jogos online (Hine, 2015), além de figuras como *geeks*, *hackers* e blogueiros (Cesarino et al., 2023). Entretanto, com a difusão global da internet e sua ocupação por grupos distintos, tornou-se patente a diversidade das práticas encontradas, o que levou ao entendimento acadêmico

de que não era um domínio apartado da vida cotidiana². Dois autores inaugurais na concepção dessa relação dialética foram Miller e Slater (2000), em *The Internet. An Ethnographic Approach* (A Internet. Uma Abordagem Etnográfica). Buscando descobrir o que a internet significava, de forma particular, em Trinidad, o estudo é considerado inovador para a época por se afastar da pretensa dicotomia entre os mundos on e offline.

Outra precursora na área foi Christine Hine, responsável por explorar a transferência de conceitos como “campo” e “observação participante”, além de propor o termo “etnografia virtual”. No livro homônimo, Hine (2000) indicava que a internet, enquanto objeto de estudo, era concebida como cultura ou artefato cultural. A primeira perspectiva discutia a internet como “um lugar, ciberespaço, onde a cultura é formada e reformada” (p. 9), a partir de identidades alternativas, desvinculadas do mundo físico. Já a segunda destacava a inserção da internet no cotidiano, interpretando-a como passível de apropriação e como repositório de significados contextuais. Em um cenário de crescente digitalização da vida, essa segunda vertente ganharia em pertinência por considerar a internet como um fenômeno relacional e situado.

Anos depois, Hine (2015) aborda uma internet bem diferente daquela estudada em *Virtual Ethnography* (Etnografia Virtual). Se, nos primórdios, a *web* era um meio onde se “entrava” e alguns acreditavam ser possível “abandonar o próprio corpo”, hoje ela se tornou um espaço fundamental de expressão subjetiva. Isto é, à medida que mais atividades socialmente significativas são digitalizadas, antigas divisões e separações vão sendo desfeitas. Assim, a internet contemporânea é sintetizada por Hine em três “E”: *embodied* (incorporado), *embedded* (integrado) e *everyday* (cotidiano). Ela é um domínio tão integrado à vida que se tornou parte de nós mesmos (Hine, 2015), das formas como construímos identidades, relações e agimos no mundo. Para os etnógrafos, isso suscita o desafio de manter o olhar crítico diante de infraestruturas já naturalizadas (Cesarino et al., 2023).

Nesse sentido, a adaptação da etnografia a contextos digitais demanda alguns cuidados, como não se dispensar o envolvimento prolongado com o campo. É por isso que Hine (Braga, 2012) elenca, entre os fundamentos a serem neles mantidos, a dedicação “ao processo de familiarização, ao olhar em torno e explorar o fenômeno sob todos os ângulos, tentando entender o que ele é, para quem existe e como é vivenciado” (p. 4). A atenção à experiência, por sua vez, convoca o exercício da reflexividade etnográfica, isto é, a necessidade de refletir “constantemente sobre o que sabemos e como o sabemos” (p. 4). Na internet, essa reflexão adquire maior relevância na medida em que o que se observa é moldado e trazido à tona por nossas ações (Hine, 2015), por meio de algoritmos, motivo pelo qual a reconstituição dos passos através dos quais elaboramos uma etnografia entre plataformas se faz oportuna.

2 No Brasil, a crescente sinergia entre a vida social e as tecnologias também foi largamente explorada pelos chamados estudos de cibercultura, que podem ser considerados como sementes dos atuais campos da sociologia digital, humanidades digitais, estudos de plataforma, entre outros (Lemos, 2023).

Ao Encontro do Migrante Influenciador

Partindo de um projeto aberto de investigação de narrativas migrantes nas redes sociais, o campo etnográfico da referida pesquisa se iniciou em um canal específico do YouTube. Sua administradora se caracterizava por divulgar outros produtores de conteúdo venezuelanos residentes no país e convidar seus seguidores a apoiá-los. Tal gesto nos fez conhecer perfis utilizados por migrantes para falar sobre suas experiências de mobilidade, em alguns casos, monetizando esse conteúdo. Tratava-se de um fenômeno até então pouco explorado: o uso individual de perfis para compartilhar trajetórias em busca de visibilidade; não apenas como meio de expressão identitária, mas também como possível subsistência. Nesse sentido, o próprio hábito dos *youtubers* de solicitar que o público os acompanhem levou a pesquisa a mover-se entre plataformas, o que conduziu a uma etnografia multissituada (Marcus, 1995, 2012).

Ainda que não concebida à luz das especificidades do virtual, a proposta multissituada está diretamente vinculada à interconectividade do mundo globalizado, que, por meio de sua difusa circulação de significados, demandaria novas noções de campo etnográfico. Referência fundamental nesta discussão, George Marcus (1995) enxerga a etnografia multissituada como fruto de um diálogo interdisciplinar, influenciado pelos estudos de mídia, de ciência e tecnologia e estudos culturais. Partindo da perspectiva do “sistema-mundo”, o autor define a etnografia multissituada como um deslocamento da observação intensiva em um único local para “seguir” conexões e associações. Como exemplos dessa construção, ele cita como norteadores elementos não espaciais ou transgeográficos, como pessoas – tidas como particularmente férteis nos estudos migratórios –, objetos, biografias e metáforas.

Em trabalho posterior, no qual examina a aplicabilidade e em que sentidos a etnografia multissituada diverge do estilo clássico, Marcus (2012) sugere uma reformulação radical das premissas malinowskianas, se afastando do “exercício de mapeamento de terreno” (Marcus, 1995, p. 99) definido anteriormente. No lugar de rastrear processos já conhecidos e expressos na literatura acadêmica, de acompanhar uma cadeia produtiva ou uma rede migratória, Marcus vai conceber o campo multissituado como um produto de “colaborações estratégicas” (Marcus, 2012, p. 23). A etnografia multissituada se distinguiria, assim, por incorporar mais de um lugar de observação, tomando como guia os pontos de vista dos participantes, que passam a orientar o percurso do etnógrafo em uma proposta colaborativa na qual suas escolhas derivam desse engajamento. Ganha, portanto, destaque a habilidade de mover-se e de estar junto.

Nossa pesquisa aderiu à abordagem multissituada por considerá-la a mais adequada para investigar as conexões tão caras ao universo virtual. A construção do campo a partir do movimento surgiu naturalmente neste percurso, já que a própria arquitetura digital favorece a navegação em moldes de *flâneur* (Leitão & Gomes, 2017). Aliado a isso, o próprio desejo dos influenciadores de ampliar suas audiências, expresso na convocação para “seguir”, impulsionou a procura de novos perfis. Nesse mapeamento exploratório, catalogamos as parcerias mencionadas nos vídeos do primeiro

canal encontrado e as indicações de outros canais nos comentários. Adicionalmente, acrescentamos a expressão “venezuelanos no Brasil” e suas variantes, recorrentes na forma de *hashtags* e também de autodenominação dos *youtubers* em seus vídeos, bios e murais, como critério de busca pelos canais.

Por meio desse levantamento preliminar, foram identificados 47 canais criados por venezuelanos para compartilhar suas experiências no Brasil. Tal escopo era demasiado abrangente para uma pesquisa qualitativa, na qual também se pretendia promover momentos de interlocução direta. À vista disso, passamos a monitorar apenas os canais ativos com no mínimo 10 mil inscritos, considerando que a popularidade revela a importância dada à rede social, além de propiciar uma quantidade significativa e atualizada de dados para análise. A observação desses perfis resultou em um diário de campo, com *insights* e percepções gerais. Contudo, a necessidade de obter a autorização de acompanhamento e marcar as entrevistas logo sinalizou que a amostra definitiva seria tributária não apenas da nossa intenção de incluir determinados participantes, mas da agenda e vontade pessoal dos próprios.

A interpelação dos informantes também estendeu o trabalho de campo para o Instagram, uma vez que o YouTube não possuía nenhum meio de mensagens privadas e os e-mails fornecidos nas bios não foram eficazes. Os primeiros contatos, realizados através do chat e, depois, por videochamada, possibilitaram a mediação dos convites de participação junto aos influenciadores mais próximos, resultando em um recorte formado por cinco perfis de redes sociais e seis interlocutores, já que um deles era mantido por um casal. A inclusão do Instagram também foi útil para um acompanhamento mais intenso dos migrantes, que o utilizavam mais do que o YouTube. Outra vantagem foi a possibilidade de nos manter atualizados sobre o ecossistema (van Dijck, 2013) midiático venezuelano como um todo, em razão dos perfis serem alimentados por conteúdos provenientes de outras plataformas, como o TikTok.

Desafios e Possibilidades do Digital na Interface Comunicação-Migrações

Recuperando o propósito do texto de promover uma reflexão fundamentada em nossa experiência concreta de pesquisa, em diálogo com a literatura, propomos, a seguir, uma análise em torno de três eixos de desafios e possibilidades que o ambiente digital apresenta aos estudos que mobilizam o par comunicação/migrações desde uma perspectiva etnográfica.

Calibrando Escalas, Situando o Campo

As etnografias do/no digital se complexificam quando nos damos conta da natureza personalizada e fragmentada das interações observadas (Cesarino et al., 2023). Enquanto abordagem participativa, a etnografia pressupõe o envolvimento ativo com um grupo, a fim de descobrir o que certas práticas lhes significam. Entretanto, a internet torna o nosso senso de espaço mais nebuloso, e que impõe ao etnógrafo o desafio

de identificar onde as atividades nas quais ele deverá se engajar podem ser encontradas. Pois, diferente de uma comunidade remota, onde a cultura do “outro” poderia, *a priori*, ser localizada e descrita, conforme o paradigma clássico da antropologia, o online exhibe quadros de elaboração de sentido muito diferentes entre si, tendo em vista a diversidade de usos e experiências construídas em e a partir de tais ambiências.

O atual alcance das tecnologias demanda uma recalibração das escalas etnográficas, a fim de contemplar outros possíveis filtros que se revelem pertinentes à compreensão dos fenômenos analisados. Nesse sentido, a relativa desterritorialidade da internet permite ao etnógrafo incluir participantes, que, em outros contextos, seriam inacessíveis. Isso se mostrou evidente em nossa etnografia, na qual foi possível contatar migrantes situados em cidades de norte a sul do Brasil, em um cenário pandêmico, no qual a circulação pelas ruas ainda não era segura, quanto mais viajar entre estados e regiões. Para além de otimizar tempo e recursos com eventuais deslocamentos, esse arranjo propiciou contrastar situações observadas ao redor do país, o que poderia embasar estudos comparativos ainda mais abrangentes, focados, por exemplo, na realidade vivida por um mesmo grupo nacional em diferentes continentes.

Além de cumprir tal vocação antropológica, as etnografias do/no digital apresentam, como vantagem peculiar aos estudos em migração, a possibilidade de manter um contato prolongado, mesmo diante de novas mobilidades, nas idas e vindas entre os países de residência e origem, conforme vivenciamos, ou até deslocamentos para um terceiro país. Se mudanças de endereço e telefone costumam ser obstáculos comuns a pesquisas com pessoas, no caso das pessoas em situação migratória, a internet viabiliza acompanhá-las em movimento. A análise de dinâmicas de subjetivação e sociabilidade migrante online, além do mais, também contribui para desestabilizar concepções fixas de identidade e cultura, na medida em que revela a propensão desses grupos a se afirmarem em torno de um referencial extra-estatal, negociando pertencimentos múltiplos (Elhajji & Escudero, 2016).

Vislumbrar as conexões entre real e virtual e, dentro deste, os diferentes espaços nos quais se transita, também exige contestar a suposição de que os objetos de pesquisa existem de maneira alheia ao pesquisador. O campo etnográfico se desloca, assim, de uma visão reificada para abraçar a qualidade de caminho, que é modulado pelas capacidades, limitações, interesses e colaborações em jogo. No caso das etnografias digitais, contudo, cabe notar que a paisagem apresentada é resultado de dois tipos de agências: as humanas e as maquínicas. A cada interação, os algoritmos fazem com que atualizações sobre aquele conteúdo ou usuário apareçam nas telas, norteando o que vemos e como vemos. Esses impactos devem ser considerados pelo pesquisador, uma vez que tais tecnologias não são neutras e direcionam os resultados em sentidos que excedem o seu controle (Fragoso et al., 2011).

Se Engajando com os Interlocutores

Dada a esperada imersão da prática investigativa e a correlata profundidade do seu relato, o etnógrafo se vê incitado a vincular-se, a negociar e a conquistar a confiança

dos seus interlocutores, pois só assim ele conseguirá tornar quadros conceituais, *a priori* inacessíveis, compreensíveis. Com as etnografias em contextos digitais, não poderia ser diferente. A maior diferença em comparação às abordagens face a face talvez seja o fato de que, na internet e, em especial, nas redes sociais, há, de antemão, uma riqueza de informações e registros sobre a vida privada disponibilizados de maneira pública. A possibilidade de observar grupos e pessoas sem uma interpelação explícita, por sua vez, levanta o debate quanto ao grau de inserção do pesquisador no campo e às consequentes implicações éticas desse processo.

Autores como Fragoso et al. (2011) e Polivanov (2013) classificam o lugar ocupado pelos etnógrafos virtuais em dois extremos de interação: *lurkers* e *insiders*. Os *lurkers* se beneficiam do anonimato permitido em certas ambiências para participar como observadores que interferem o mínimo possível, porém cuja “presença, ainda que não anunciada, afetará o objeto de estudo” (Polivanov, 2013, p. 64). Já os *insiders* são definidos por moldarem a “narrativa etnográfica com a inserção de elementos autobiográficos e seu pré-conhecimento e/ou participação da cultura” (Fragoso et al., 2011, p. 193). Neste caso, o pesquisador já estaria inserido no grupo analisado ou teria ligações próximas com ele. Cabe ressaltar que cada posição carrega prós e contras e não deve ser vista como estanque, sendo possível flutuar estrategicamente entre diferentes níveis de proximidade e distância.

Tal foi a posição construída em nossa etnografia, situada em um lugar intermediário no espectro de participação. De fato, o acompanhamento dos perfis só se deu quando a pesquisa foi iniciada e, embora já utilizássemos as respectivas plataformas para fins pessoais, estávamos longe de estar em território familiar. A passagem do estatuto de *outsider* para o de seguidora levou, inicialmente, a uma postura mais passiva e silenciosa. Consideramos que era preciso apreender “as dinâmicas de funcionamento, valores e regras sociais antes de se manifestar” (Polivanov, 2013, p. 64) publicamente, a fim de desenvolver uma sensibilidade mais acurada e evitar deslizes. Porém, à medida que as relações foram estabelecidas, sobretudo a partir das entrevistas, conquistei também confiança para interagir com os participantes por meio de curtidas, comentários e mensagens no chat privado.

Embora a observação participante tenha sido o principal procedimento do trabalho, as entrevistas em profundidade, conduzidas segundo um modelo semiestruturado, revelaram-se igualmente um recurso valioso nesta investigação. Todas elas foram longas e pensadas como um momento de escuta em que se priorizava compreender as perspectivas e biografias dos migrantes. As entrevistas também foram oportunas para receber sugestões de novos possíveis entrevistados e de plataformas que poderiam ter sido incluídas na análise; esclarecer termos e posturas recorrentes nas postagens e que se mostravam obscuros para nós; e, em suma, trocar e partilhar, onde foram expostas as interpretações correntes ao questionamento alheio (Braga, 2012). Algo que, em nossa visão, só foi possível graças à postura receptiva a interpelações adotada, bem como o formato síncrono em que tais conversas se deram, através de videochamadas.

A aproximação aos participantes; a autorização para coleta de dados; a opção por complementar informações via interlocução direta, em entrevistas e conversas informais; a escolha de um modelo dialógico de entrevista; e, por fim, a sua realização em tempo real, propiciando maior espontaneidade, foram algumas das estratégias utilizadas para evitar esquecer o “real” no qual a pesquisa se inseria. Nesse sentido, um desafio particular aos estudos em migração é a necessidade de conectar rastros digitais a trajetórias transnacionais (Diminescu & Loveluk, 2014), relacionando experiências pessoais a mais de um contexto sociocultural. Acompanhar notícias sobre as leis migratórias do país de destino, conhecer a realidade do país de origem e dominar a língua nativa são elementos que merecem a atenção dos “migrantólogos”³ em geral e, em especial, dos que fogem à abstração do digital.

Coletando e Registrando os Dados

Um dos principais desafios da etnografia diz respeito à coleta, ao registro e à sistematização dos dados, cuja natureza, nos meios digitais, apresenta rupturas importantes em relação às interações face a face. Se nestas tudo o que se vê, sente e ouve pode virar material analítico; no online são os textos, imagens, vídeos, links, *hashtags*, entre outros, os elementos significativos. Diante da abundância de dados nesses contextos, tem sido cada vez mais frequente adotar softwares para o seu processamento. No entanto, acreditamos que etnografias devem manter um enfoque prioritariamente qualitativo, motivo pelo qual restringimos nosso recorte a um conjunto de perfis selecionados em plataformas e períodos específicos. Essas escolhas nos permitiram aprofundar no fenômeno dos migrantes influenciadores a partir de uma pequena amostra, que poderia ter sido complementada por técnicas computacionais, não testadas por nós.

Na internet, o grande volume de informações publicizadas ao mesmo tempo, que favorece a iniciação precoce do etnógrafo no universo de estudo, também complexifica o seu trabalho de organização. É aí que entra em cena a relevância do diário de campo e de outras formas de registro, que permitam documentar os passos da pesquisa, as dúvidas e as reflexões, retendo os elementos essenciais para a análise. Nas etnografias digitais, o diário de campo pode assumir um “rosto” diferente, indo além das anotações para incluir também recursos multimídia como capturas de tela e links. No nosso caso, o diário foi mantido desde o início em pastas organizadas cronologicamente, contendo arquivos textuais e imagéticos. Já durante a escrita da dissertação (Lyra, 2023b), optamos por classificar as capturas de acordo com as categorias de análise, de maneira a facilitar a sua reprodução no texto final.

É importante destacar que a organização das dinâmicas observadas não foi uma prática contínua desde o início da investigação. Isso se deveu, em parte, à possibilidade de acessar experiências passadas e armazenadas como postagens nas redes sociais, o que, de um lado, libera o etnógrafo da preocupação de registrar eventos durante o seu desenrolar. Do outro lado, trata-se de um artifício que cria uma estabilidade ilusória, já que qualquer conteúdo pode ser facilmente editado ou apagado.

3 Nos referimos aos estudiosos do fenômeno migratório, em suas diferentes perspectivas disciplinares.

Essa efemeridade do virtual se explicitou com a desativação do canal do YouTube, que deu início ao trabalho de campo, levando-nos a reforçar um senso de urgência para minimizar perdas. Outros fatores relevantes dizem respeito à fragilidade humana, diante da dinâmica acelerada das redes, e à dificuldade de separar os momentos de uso recreativo das plataformas daqueles voltados à pesquisa.

A opção de não criar novas contas gerou, sobretudo no Instagram, o embaralhamento automático das atividades dos participantes com as interações dos nossos contatos pessoais. Essa sobreposição conferiu ao estudo um caráter ambiental, no sentido de que a experiência como etnógrafa era a de uma usuária imersa em uma bolha específica – a dos migrantes venezuelanos no Brasil –, sem, contudo, ser uma. Por outro lado, essa condensação de papéis em um só lugar borrava as fronteiras entre lazer e trabalho, de modo que a solução encontrada para evitar esquecimentos era fazer *prints* de postagens relevantes e, se não fosse possível na hora, registrá-las depois no diário de campo. De toda forma, a chance de revisitá-las favoreceu a compreensão de palavras e expressões ditas em espanhol ou em português com sotaque carregado, que poderiam ter se perdido com mais facilidade em interações ao vivo.

Considerações Finais

À medida que as tecnologias digitais se transformam vertiginosamente, surgem novos desafios para averiguar o que tais mudanças representam para as cenas de pesquisa e para a vida social como um todo. Neste artigo, refletimos sobre algumas dificuldades e oportunidades que as etnografias no/do digital trazem para os estudos situados no encontro entre a comunicação e as migrações, tomando por base nossa experiência de pesquisa. Com isso, o objetivo não era sugerir soluções aos moldes de um manual, senão colocar em perspectiva elementos vivenciados na prática e que, esperamos, possam servir a estudos futuros. Este caminho revela a necessária adaptabilidade diante de adversidades e, sobretudo, a reflexividade em relação às condições de produção etnográfica, incluindo o desafio de situar o campo em termos sociotécnicos, sem perder de vista os contextos mais amplos – neste caso, transnacionais – nos quais a atividade online é simbolicamente revestida.

No que se refere a tais condições, cabe destacar a opacidade dos sistemas de recomendação algorítmica, que afetam tanto os criadores de conteúdo (como discutido em nosso estudo original; Lyra, 2023b), quanto os próprios etnógrafos, cujo trabalho é igualmente moldado por tais agenciamentos. É necessário atentar, além do mais, para as maneiras pelas quais os rastros digitais deixados pelos imigrantes, ricos para as nossas pesquisas, também têm sido utilizados para fins de vigilância e controle, levando à negação de vistos, detenções e deportações com base no monitoramento de redes sociais, como tem se visto nos Estados Unidos recentemente (Trinca, 2025). Nesse sentido, fica evidente que o domínio do funcionamento das plataformas digitais é essencial para traçar estratégias metodológicas adequadas, contudo, insuficiente para lidar com o que consideramos mais relevante: a sensibilidade com o “outro” que existe para além das telas.

Referências

- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. (T. Costa, Trad.). Teorema. (Trabalho original publicado em 1996).
- Braga, A. (2012). Etnografia segundo Christine Hine: Abordagem naturalista para ambientes digitais. *E-Compós*, 15(3), 1–8. <https://doi.org/10.30962/ec.856>
- Cesarino, L., Walz, S., & Balistieri, T. (2023). Etnografia na ou da internet? Desafios epistemológicos e éticos do método etnográfico na era da plataforma. *Metodologia e Relações Internacionais. Debates Contemporâneos*, (4), 17–46.
- Cogo, D. (2010). A comunicação cidadã sob o enfoque transnacional. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 33(1), 81–103. <https://doi.org/10.1590/rbcc.v33i1.148>
- Cogo, D., & Pássaro, M. (2017). A “foto roubada”: Mídias, visibilidade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. *E-Compós*, 20(1), 1–23. <https://doi.org/10.30962/ec.1318>
- Cogo, D., & Santos, D. (2022). #Nosomosdesertores: Activism and narratives of the Cuban diaspora on Twitter. *International Journal of Communication*, 16, 5603–5625.
- Diminescu, D. (2020). Researching the connected migrant. In K. Smets, K. Leurs, M. Georgiou, S. Witteborn, & R. Gajjala (Eds.), *The SAGE handbook of media and migration* (pp. 74–78). SAGE.
- Diminescu, D., & Loveluck, B. (2014). Traces of dispersion: Online media and diasporic identities. *Crossings: Journal of Migration & Culture*, 5(1), 23–39. https://doi.org/10.1386/cjmc.5.1.23_1
- Elhajji, M., & Escudero, C. (2016). Webdiáspora: Migrações, TICs e memória coletiva. *Revista Observatório*, 2(5), 334–363. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p334>
- Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Sulina.
- Hine, C. (2000). *Virtual ethnography*. SAGE.
- Hine, C. (2015). *Ethnography for the internet: Embedded, embodied and everyday*. Bloomsbury.
- Leitão, D., & Gomes, L. (2017). Etnografia em ambientes digitais: Perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, (42), 41–65. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884>
- Lemos, A. (2023). *Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Sulina.
- Lyra, J. (2023a). Novas faces de uma webdiáspora: Das reivindicações coletivas à visibilidade individualizada. In *Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1–15). Intercom.
- Lyra, J. (2023b). *Ser migrante, tornar-se influencer: Visibilidade, inspiração e estratégias de pertencimento da migração venezuelana no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49580>
- Lyra, J., & Zanforlin, S. (2023). Mídia, migração e neoliberalismo: Análises sobre a experiência de mobilidade apresentada como empreendimento de sucesso e inspiração. In *Anais do 32º Encontro Anual da Compós* (pp. 1–22). Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.
- Lyra, J., & Zanforlin, S. (2024). Trabalho por plataformas e migrações contemporâneas: O migrante influenciador como caso de estudo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 23(46), 115–127. <https://doi.org/10.55738/alaic.v23i46.1135>
- Marcus, G. (1995). Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24(1), 95–117. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>
- Marcus, G. (2012). Multi-sited ethnography: Five or six things I know about it now. In S. Coleman & P. von Hellermann (Eds.), *Multi-sited ethnography: Problems and possibilities in the translocation of research methods* (pp. 16–33). Routledge.

Miller, D., & Slater, D. (2000). *The internet: An ethnographic approach*. Berg Publishers.

Polivanov, B. (2013). Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? *Implicações dos conceitos. Esferas*, (3), 61–71. <https://doi.org/10.31501/esf.v1i3.4621>

Sayad, A. (1998). *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. (C. Muracho, Trad.). Edusp.

Sodré, M. (2014). *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Vozes.

Trinca, M. (2025, 22 de abril). *Vigilância das redes encontra as fronteiras físicas nos Estados Unidos*. ComCiência. <https://www.comciencia.br/vigilancia-das-redes-encontra-as-fronteiras-fisicas-nos-estados-unidos/>

Van Dijck, J. (2013). *The Culture of Connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.

Migrações e Plataformização: Refletindo Sobre a Relação Entre Plataformas e Trabalho Digital de Imigrantes

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.9>

Dalvacir Xavier de Oliveira Andrade

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8886-4038>
dalvacirx@gmail.com

Resumo

Este artigo deriva de uma investigação em curso, realizada pela autora no contexto do doutoramento em Ciências da Comunicação, centrada na atuação de imigrantes brasileiros no YouTube em Portugal. A pesquisa tem como objetivo compreender as dinâmicas comunicacionais sociotécnicas que atravessam o trabalho digital desses sujeitos, especialmente no contexto da plataformização (Lemos, 2021; van Dijck et al., 2018). Com base em uma abordagem metodológica que combina observação online de inspiração etnográfica, análise material-discursiva da plataforma e entrevistas semiestruturadas com criadores de conteúdo, exploram-se as infraestruturas técnicas e simbólicas do YouTube e seu impacto sobre as práticas desses imigrantes. Ancorada numa perspectiva neomaterialista (Barad, 2007; Bennett, 2010; Bennett & Joyce, 2010; Fox & Alldred, 2017, 2019; Gamble et al., 2019; Kitchin & Dodge, 2011; Lemos, 2020, 2021; Lemos & Bitencourt, 2021; Miller, 2005; Thrift, 2005) e na teoria ator-rede (Callon, 2001; Latour, 2012; Law, 1992), a investigação compreende o trabalho digital como prática relacional, situada entre agenciamentos humanos e não humanos, mediados por elementos como algoritmos, dispositivos técnicos, políticas, métricas e audiências. Argumenta-se que o YouTube atua, simultaneamente, como espaço de trabalho, expressão e visibilidade, ambiente de vigilância e infraestrutura de precarização. Nesse contexto, as experiências migratórias são performadas, monetizadas e submetidas às lógicas algorítmicas e comerciais da plataforma. O artigo propõe a ideia de “narrativa comercial da migração”, no sentido de compreender como os criadores imigrantes articulam pertencimento, reconhecimento e sobrevivência em suas ações comunicacionais na (e com) a plataforma. Ao destacar a dimensão sociotécnica da comunicação digital, pretende-se contribuir para os estudos na

intersecção entre migração, plataformização e trabalho, refletindo sobre os desafios e possibilidades que emergem quando narrativas migratórias são convertidas em conteúdo performado nas dinâmicas da mediação digital.

Palavras-chave

plataformização, migração, trabalho digital, performatividade algorítmica, YouTube

Introdução

A crescente presença de migrantes em ambientes digitais tem revelado formas emergentes de sociabilidade e expressão cultural, que desafiam abordagens tradicionais sobre migração e comunicação digital, especialmente aquelas que tratam as plataformas apenas como ferramentas de conexão e interatividade. Um dos fenômenos que ilustra essa transformação é a atuação de criadores de conteúdo migrantes em plataformas digitais, cuja lógica técnica, econômica e discursiva molda significativamente a produção e a circulação de narrativas sobre a experiência migratória.

Os criadores de conteúdo surgiram como elemento fundamental do ecossistema digital de plataformas baseadas em conteúdo gerado pelo usuário, como, por exemplo, o YouTube, o Instagram e o TikTok. Essas plataformas se estruturam na produção, circulação e monetização de conteúdos gerados majoritariamente por usuários comuns, que adquirem progressivamente funções de entretenimento, informação e influência. Nesse contexto, criadores de conteúdo são sujeitos que produzem e distribuem materiais originais, como vídeos, imagens e textos, com regularidade e intenção de engajamento, muitas vezes, desenvolvendo audiências expressivas e modelos próprios de negócio (Bishop, 2020; van Dijck, 2009, 2013/2016).

Como Vallas e Schor (2020) apresentam, criadores ou produtores de conteúdo, também chamados de “influenciadores”, são um tipo de trabalhador de plataforma que atua de modo informal e instável, muitas vezes sem remuneração ou com remuneração incerta e prospectiva. Para Siciliano (2021), esses *creative workers* caracterizam-se pelo trabalho realizado sob pressão de performance e responsividade algorítmica. Nesse aspeto, o chamado trabalho criativo dá-se num contexto de “plataformização da produção cultural”, cujos resultados dependem das infraestruturas tecnológicas, normativas e discursivas das plataformas digitais (Poell et al., 2022).

Na vaga migratória de brasileiros para Portugal, identificada principalmente a partir de 2017¹, é notável a presença de conteúdos produzidos pelos próprios imigrantes

1 De acordo com relatório divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2019), Portugal obteve, em 2017, o maior percentual do fluxo de emigrantes brasileiros (64% a mais em relação a 2016), ficando bem à frente de Espanha (12%) e dos Estados Unidos (9%). Essa dinâmica também é identificada em outros documentos oficiais, como o relatório anual publicado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2018), que aponta a reversão na tendência de diminuição (verificada desde 2011) de residentes brasileiros em solo português

nos mais diversos espaços online, especialmente nas plataformas digitais, que se tornaram ambientes privilegiados para a partilha de experiências, orientações práticas e diversas informações sobre o processo migratório. Nesses espaços, os imigrantes disseminam conteúdos autorais, que articulam relatos pessoais e conselhos sobre documentação, moradia, trabalho e adaptação cultural, atuando como agentes ativos na construção de sentidos sobre a imigração. Tal prática não apenas redefine as formas de comunicação sobre o fenômeno migratório, mas também configura um campo emergente de atuação laboral, no qual a visibilidade digital, o engajamento e a monetização passam a integrar as estratégias de inserção simbólica e econômica no novo contexto de vida.

Nessa perspectiva, a investigação, da qual deriva este artigo, parte do pressuposto de que, ao mesmo tempo em que essas plataformas oferecem espaços para visibilidade, expressão pessoal, construção de redes e alternativas de trabalho com possibilidade de retorno financeiro, também impõem um regime de produção submetido às suas demandas comerciais. Disso decorre a ideia de “narrativa comercial da imigração”, entendida aqui como a transformação da dinâmica migratória em conteúdo vendável, isto é, conteúdo moldado para responder às exigências tanto do público quanto dos sistemas de recomendação automatizados.

Importa destacar que as narrativas não são tratadas como textos ou discursos isolados, mas compreendidas como ações comunicacionais situadas, inscritas em um ecossistema sociotécnico. Assim, são entendidas como formas estruturadas de apresentação da experiência migratória, produzidas pelos criadores de conteúdo em vídeos, títulos, *thumbnails* e descrições, que combinam relatos pessoais, conselhos práticos, opiniões e performances audiovisuais, dentro de um ambiente mediado por elementos como algoritmos, formatos, métricas e políticas de uso. Neste artigo, o termo “narrativa” é utilizado para designar performances estratégicas de apresentação da experiência migratória, estruturadas pelos criadores em suas ações comunicacionais. Observam-se, nesse sentido, as práticas narrativas como parte das dinâmicas de trabalho, de performatividade e de plataformização (Lemos, 2021; Siciliano, 2021; van Dijck et al., 2018).

Cumpra também esclarecer que, na investigação em curso e na abordagem adotada neste artigo, os termos “migração” e “migrante” são utilizados em sentido amplo, considerando que, como aponta Sayad (1991/1998), o fenômeno das migrações abarca tanto o emigrante (na perspectiva do país de partida) quanto o imigrante (na perspectiva do país de destino). Os termos “imigrante” e “imigração” são mobilizados para designar especificamente o recorte empírico, centrado na experiência de cidadãos brasileiros em situação de chegada e inserção no contexto português.

Este artigo apresenta reflexões parciais oriundas dessa investigação em curso, com o objetivo de contribuir para os debates contemporâneos sobre migração, mídia e trabalho digital. Ao destacar a atuação dos criadores de conteúdo como trabalhadores culturais atravessados por mediações algorítmicas, busca-se lançar luz sobre as

a partir de 2017, sendo registrado um aumento de 5,1% em relação a 2016 e somados 85.426 cidadãos.

implicações sociais e políticas da plataformação das experiências migratórias e refletir sobre as condições de agência, reconhecimento e precarização envolvidas na atuação de imigrantes em ecossistemas digitalmente mediados.

Plataformização e Migração: Enquadramento Teórico

O fenômeno da atuação de criadores de conteúdo migrantes em plataformas digitais exige um enquadramento teórico que contemple as dimensões relacional, técnica e política da comunicação mediada por plataformas. Para isso, a pesquisa, da qual deriva este artigo, adota uma abordagem sociotécnica e neomaterialista que reconhece a agência distribuída entre humanos e não humanos e enfatiza as mediações operadas por infraestruturas digitais (Lemos, 2020, 2021; Lemos & Bitencourt, 2021).

A perspectiva neomaterialista parte da premissa de que os processos comunicacionais não estão exclusivamente ancorados em sujeitos e mensagens, mas envolvem também elementos materiais como algoritmos, interfaces, normas e dados. Esses elementos atuam no agenciamento das ações comunicacionais e são fundamentais para compreender os modos como se constituem sentidos, vínculos e formas de visibilidade nas plataformas (Barad, 2007; Bennett, 2010; Bennett & Joyce, 2010; Fox & Alldred, 2017, 2019; Gamble et al., 2019; Kitchin & Dodge, 2011; Lemos, 2020, 2021; Lemos & Bitencourt, 2021; Miller, 2005; Thrift, 2005).

No contexto específico das plataformas digitais, Lemos (2021) propõe a tríade “plataformização, dataficação e performatividade algorítmica” como chave para a análise dos processos comunicacionais contemporâneos. A plataformação refere-se à incorporação de lógicas e infraestruturas de plataformas em diferentes esferas da vida social; a dataficação aponta para a conversão contínua de ações em dados rastreáveis e monetizáveis; a performatividade algorítmica destaca o modo como as ações comunicacionais são condicionadas por sistemas automatizados que orientam a visibilidade e o engajamento. Esses três eixos permitem compreender como a experiência migratória, ao ser tematizada nas plataformas, também é formatada por lógicas técnicas e econômicas que afetam diretamente sua circulação e seu valor simbólico.

A investigação ancora-se, ainda, na teoria ator-rede (TAR; Callon, 2001; Latour, 2012; Law, 1992), que propõe uma antropologia simétrica, na qual humanos e não humanos são tratados como participantes igualmente relevantes na produção da ação. Em vez de explicar os fenômenos a partir de estruturas fixas ou categorias prévias, a TAR orienta o pesquisador a seguir as associações entre os atores em suas múltiplas composições, descrevendo as redes emergentes e instáveis que sustentam os eventos comunicacionais. Isso permite observar a produção de conteúdo digital como resultado de articulações entre criadores, algoritmos, políticas de monetização, público, plataformas e dispositivos, entre outros elementos.

Como desdobramento metodológico da TAR, seguem-se os princípios da cartografia de controvérsias (Venturini, 2010, 2012), que, como metodologia própria da TAR, oferece instrumentos para mapear os conflitos, negociações e disputas que atravessam

os processos de mediação nas plataformas. A cartografia não busca reduzir os fenômenos a explicações causais, mas acompanhá-los em sua complexidade, tornando visíveis os atores envolvidos, as relações entre eles e os modos como se configuram e reconfiguram no tempo.

No campo da migração, esse enquadramento permite compreender que as narrativas produzidas por criadores de conteúdo imigrantes, nomeadamente brasileiros em Portugal, além de constituírem formas de autoexpressão, funcionam como estratégias performativas inseridas em ecossistemas algorítmicos, que operam segundo lógicas de visibilidade, engajamento, monetização e promessa de retorno financeiro. Refletir sobre essas práticas à luz do neomaterialismo e da TAR possibilita uma leitura que articula subjetividade, infraestrutura e política, reconhecendo a complexidade das experiências migratórias mediadas por plataformas digitais.

Além disso, é fundamental considerar que o trabalho digital nas plataformas está atravessado por relações de poder assimétricas e por estruturas econômicas centradas na captura da atenção e na conversão de interações em valor comercial. Poell et al. (2022) argumentam que a produção cultural contemporânea é profundamente modelada pelas *affordances* e pelas estratégias comerciais das plataformas, que, ao mediar as práticas criativas, as condicionam e exploram. No caso de imigrantes, esse condicionamento pode ser ainda mais intenso, pois as plataformas se tornam, muitas vezes, a principal via de inserção simbólica e econômica em um novo contexto social.

Dessa forma, compreender a relação entre migração e plataformas digitais exige mais do que observar os usos tecnológicos. É necessário examinar também como essas infraestruturas sociotécnicas modulam possibilidades de ação, de reconhecimento e de remuneração, transformando experiências pessoais em performances públicas, sob lógicas algorítmicas e interesses comerciais.

O YouTube e a Performatividade Algorítmica na Migração

Entre as diversas plataformas digitais, o YouTube ocupa uma posição peculiar ao integrar características de rede social, de mecanismo de busca e de ambiente de entretenimento, comunicação e informação. Constitui um vasto repositório de conteúdos audiovisuais, funcionando como um arquivo dinâmico de experiências, práticas culturais e saberes cotidianos. Além disso, opera como uma plataforma de trabalho, na qual os criadores de conteúdo atuam na expectativa de reconhecimento simbólico e de retorno financeiro. Com base em seus sistemas de monetização e nos incentivos à produção contínua, a plataforma é definida como uma “plataforma de carreira” (Holland, 2016), contribuindo também para a viabilização de negócios, de parcerias comerciais e de outras formas de inserção laboral (Siciliano, 2021).

No contexto da atual migração brasileira para Portugal, observa-se uma intensa dinâmica comunicacional sustentada por um número expressivo de canais voltados à partilha de experiências e informações sobre a respectiva dinâmica migratória. Esses canais, criados majoritariamente por imigrantes brasileiros, além de oferecerem

relatos pessoais, disponibilizam informações práticas sobre documentação, trabalho, moradia, educação e aspectos culturais, respondendo à crescente demanda de pessoas interessadas em viver em Portugal nos últimos anos.

Todavia, a arquitetura técnica e discursiva do YouTube funciona como uma infraestrutura sociotécnica complexa, composta por algoritmos, termos de uso, políticas de conteúdo, interfaces e sistemas de monetização. Gillespie (2018) caracteriza essas infraestruturas como mecanismos normativos, que regulam silenciosamente os modos de produção e circulação de informações. No caso dos criadores de conteúdo migrantes, o YouTube oferece, simultaneamente, um espaço de visibilidade, expressão e trabalho, mas também um terreno de controle, disputas e incertezas.

Por um lado, entre outras possibilidades, permite narrar experiências pessoais, construir redes transnacionais, estabelecer vínculos simbólicos com públicos diversos e vislumbrar formas de remuneração por meio da produção de conteúdo. Por outro lado, impõe desafios significativos relacionados à lógica algorítmica que rege a plataforma. Seus sistemas, muitas vezes instáveis e pouco transparentes, pressionam os criadores a adotar estratégias de otimização, como a frequência regular de postagens, a escolha de títulos com alta taxa de cliques (*clickable titles*), *thumbnails* atraentes e temáticas com potencial de retenção de audiência. Essas práticas respondem às exigências da performatividade algorítmica (Lemos, 2021), na qual o conteúdo deve ser moldado segundo critérios de relevância automatizados.

Poell et al. (2022) destacam que a produção cultural nas plataformas é marcada pela instabilidade e precariedade, pois depende de atualizações contínuas nos algoritmos e de normas corporativas orientadas por interesses comerciais. Isso cria um cenário de vulnerabilidade para os criadores, que precisam se adaptar constantemente, absorver riscos econômicos e emocionais, e manter uma presença ativa para não serem invisibilizados pelos mecanismos de distribuição algorítmica. A essa dinâmica soma-se o argumento de Siciliano (2021), para quem o trabalho criativo nas plataformas é marcado por uma tensão fundamental: embora possa gerar satisfação estética e sentido, impõe também rotinas extenuantes, controle por métricas e alienação, reforçando o compromisso afetivo dos trabalhadores em condições precárias.

Parte significativa dos *youtubers* imigrantes observados na investigação parece realizar um tipo de trabalho que Duffy (2017) define como “trabalho aspiracional”, impulsionado pela esperança de reconhecimento futuro, apesar da instabilidade econômica presente. Essa lógica é marcada pela precarização que afeta os chamados “trabalhadores criativos”, cujo labor envolve capacidades humanas de interpretação, ação, improvisação e julgamento a partir de signos e símbolos no contexto do trabalho remunerado. Trata-se de um trabalho ambivalente – ao mesmo tempo, fonte de envolvimento e prazer e objeto de controle, alienação e exploração pelas indústrias culturais e pelas plataformas digitais (Siciliano, 2021).

No YouTube, essas aspirações esbarram em barreiras estruturais impostas pela própria infraestrutura da plataforma. Para que um canal se torne elegível à monetização, precisa atingir pelo menos mil inscritos e 4 mil horas de exibição nos últimos 12

meses, além de estar em conformidade com as diretrizes da comunidade, ter uma conta vinculada ao Google AdSense e residir em um país onde o programa de parcerias esteja disponível – metas que se mostram particularmente difíceis de alcançar para criadores em contextos migratórios e periféricos.

No recorte empírico que integra a investigação em curso, optou-se por acompanhar canais ativos, com mais de 10 mil inscritos. A escolha por esse recorte buscou observar comunidades maiores, com redes de interação mais amplas, permitindo identificar padrões de circulação, comentários e respostas que emergem de públicos mais numerosos e heterogêneos. Essa delimitação também procurou garantir certa continuidade e intensidade de produção, permitindo observar estratégias recorrentes e negociações constantes com as lógicas da plataforma. Ainda assim, foi possível identificar, no processo de mapeamento, uma ampla variedade de canais com menos inscritos, cujos criadores enfrentam desafios ainda mais acentuados para alcançar visibilidade e acesso à monetização, reforçando as desigualdades que marcam o campo de atuação.

Importa ainda destacar que ser elegível à monetização não implica, necessariamente, um retorno financeiro significativo. Os valores obtidos na plataforma podem ser irrisórios. Isso porque a manutenção da sustentabilidade financeira de um canal não depende apenas do número de inscritos, mas também do volume constante de visualizações, da taxa de retenção do público, da frequência de publicação, do engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos) e da capacidade de diversificar fontes de receita, como parcerias, publieditoriais ou financiamento por plataformas externas (De Marchi, 2018; Siciliano, 2021). Mesmo entre os criadores entrevistados para a investigação em curso, que já haviam ultrapassado os 100 mil inscritos, foi recorrente o relato de que o trabalho na plataforma, por si só, não bastava para garantir o sustento financeiro. Assim, esses criadores conciliam a produção de conteúdo com outras atividades profissionais, formais ou informais, compondo uma jornada múltipla e sobrecarregada que revela os limites da sustentabilidade do trabalho digital.

No contexto migratório, essas pressões ganham contornos ainda mais agudos. Muitos canais de imigrantes brasileiros em Portugal abordam temas como o custo de vida, a obtenção de documentos, as diferenças culturais, o mercado de trabalho e o cotidiano. Esses conteúdos são frequentemente apresentados de maneira pessoal e experiencial, mas também calculada, uma vez que precisam equilibrar autenticidade e otimismo com atratividade algorítmica. Como consequência, o processo migratório é transformado em narrativa estrategicamente ajustada para se tornar comercialmente viável nas plataformas e a própria experiência de deslocamento passa a ser monetizada como um produto de consumo simbólico, que se traduz em uma representação performada, moldada para circular em ambientes digitais mediados por métricas, visualizações e algoritmos de recomendação.

A visibilidade alcançada nesse ecossistema, todavia, não é isenta de riscos. Ao tornarem-se figuras públicas, os criadores de conteúdo ficam expostos a julgamentos, críticas e episódios de xenofobia, além de estarem sob constante vigilância, tanto por

parte da audiência quanto da própria plataforma e também por instituições estatais. Em Portugal, por exemplo, influenciadores brasileiros foram investigados em 2022 pelo então Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, acusados de auxiliar a imigração ilegal. Segundo reportagem do *Expresso*, os perfis nas plataformas digitais estavam a ser monitorados pelo oferecimento de serviços como assessoria jurídica, viagens mais baratas e técnicas para contornar o controle migratório (Franco & Gonçalves, 2022). Já na coluna “Portugal Giro”, publicada no *O Globo*, Gian Amato (2022) destacou que muitos desses criadores eram recém-chegados ao país e prestavam serviços sem habilitações legais, havendo inclusive relatos de burlas envolvendo aluguer de imóveis, venda de passagens aéreas, falsificação de documentos, falsas promessas de emprego e incentivo à imigração irregular.

Casos como esses expõem os riscos enfrentados por criadores que abordam, em seus vídeos, informações sobre processos migratórios, legislação ou estratégias de regularização, uma vez que o compartilhamento público desses conteúdos pode ser interpretado como prestação de assessoria informal – prática que, em determinados contextos legais, pode ser considerada infração. Trata-se, portanto, de uma fronteira instável entre a produção de conteúdo baseada na experiência pessoal e a possibilidade de caracterização como atuação irregular. Assim, a monetização dessas narrativas, por meio da visibilidade algorítmica, pode acarretar efeitos jurídicos imprevistos, dependendo do modo como os discursos são enquadrados pelas autoridades e pela opinião pública.

Ainda assim, é importante reconhecer que a atuação nas plataformas também abre oportunidades concretas para certos criadores, que conseguem conquistar notoriedade, estabelecer redes, firmar parcerias com marcas e desenvolver negócios próprios. Esses casos de sucesso, embora minoritários, compõem o imaginário de “ascensão digital” e alimentam a esperança de reconhecimento e transformação social (Duffy, 2017). A busca por engajamento envolve, muitas vezes, a exposição da vida privada, o compartilhamento de êxitos e dificuldades pessoais e a manutenção de uma persona coerente com as expectativas do público. Essa exposição contínua sugere uma das tensões percebidas entre as ações voltadas à sobrevivência econômica e a responsividade algorítmica, que exige atualização constante, visibilidade e adequação narrativa.

Nesse sentido, a atuação dos criadores migrantes no YouTube pode ser compreendida como uma forma de trabalho digital inserida em um ecossistema sociotécnico, que ancora práticas expressivas e de iniciativa individual enquanto solicita compromissos regulares, estratégias comunicacionais, monitoramento de métricas e adequação constante às mudanças da plataforma. Embora possa representar uma via de inserção simbólica, econômica e identitária no contexto migratório, esse trabalho é profundamente atravessado por precariedades, tais como a instabilidade de receita, a ausência de garantias laborais, a exposição a julgamentos públicos e a dependência de lógicas algorítmicas opacas. Trata-se, portanto, de uma prática relacional marcada por disputas entre reconhecimento, monetização e desgaste subjetivo, o que reforça a necessidade de compreender o YouTube como uma infraestrutura de mediação e como um campo de disputa sobre os sentidos, os valores e as condições do trabalho criativo na cultura digital.

Considerações Parciais da Pesquisa em Andamento

Conforme assinalado, as reflexões aqui apresentadas são recortes de uma investigação mais ampla em curso, cujo objetivo é compreender as dinâmicas comunicacionais sociotécnicas que atravessam o trabalho digital de imigrantes brasileiros em Portugal. A partir da observação de canais no YouTube, combinada à análise material-discursiva da plataforma e a entrevistas com criadores, têm sido analisadas as ações desenvolvidas, com ênfase nas estratégias de visibilidade, engajamento e monetização adotadas em resposta às exigências das lógicas infraestruturais da plataforma. Nesse cenário, a plataformização atua como mediação técnica, que modela narrativas sobre a imigração, influenciando tanto os formatos das produções quanto os sentidos atribuídos à experiência migratória.

Ao recorrer aos aportes do neomaterialismo (Barad, 2007; Bennett, 2010; Bennett & Joyce, 2010; Fox & Alldred, 2017, 2019; Gamble et al., 2019; Kitchin & Dodge, 2011; Lemos, 2020, 2021; Lemos & Bitencourt, 2021; Miller, 2005; Thrift, 2005) e à TAR (Callon, 2001; Latour, 2012; Law, 1992), a pesquisa reconhece que o trabalho digital dos imigrantes deve ser entendido como uma prática relacional, operada por múltiplas agências heterogêneas, que perpassam tanto a ação dos criadores quanto as infraestruturas que sustentam suas presenças digitais. Algoritmos, normas corporativas, interfaces, métricas de engajamento e expectativas dos públicos se entrelaçam, compondo uma rede de elementos heterogêneos que coproduzem a experiência migratória plataformizada. Essa perspectiva permite deslocar a análise da dicotomia entre autonomia e controle ou entre empoderamento e opressão, reconhecendo que a agência é distribuída entre diversos elementos que se reconfiguram dinamicamente.

Os achados parciais da investigação evidenciam que os criadores operam em um campo de forças instável, no qual precisam equilibrar desejos de pertencimento, expressão e sustentabilidade com os imperativos de responsividade algorítmica e rentabilidade comercial. A monetização da experiência migratória, nesse contexto, emerge como uma estratégia possível, e, muitas vezes, necessária, de inserção econômica e reconhecimento social, ainda que marcada por precariedades e inseguranças.

Além disso, os dados preliminares da investigação mostram que os criadores desenvolvem estratégias complexas de gestão de conteúdo, incluindo a diversificação de fontes de renda, a atuação em múltiplas plataformas e a segmentação de públicos. Muitos criadores transformam seus canais em espaços híbridos, articulando informações úteis com relatos pessoais, divulgação de produtos ou serviços próprios e de parceiros comerciais. Nesse contexto, há uma intensa circulação entre os papéis de influenciador, microempreendedor, conselheiro, especialista e entertainer, revelando a natureza multifacetada do trabalho digital migrante.

Diante desse cenário, propõe-se a ideia de “narrativa comercial da imigração”, compreendendo os modos pelos quais os criadores de conteúdo articulam suas ações comunicacionais. Tais narrativas, embora ancoradas na experiência subjetiva, são

moldadas pelas exigências da performatividade algorítmica e pelas oportunidades de conversão simbólica e económica da trajetória migratória em produto digital.

Essa etapa da investigação aponta, portanto, para a importância de aprofundar o debate sobre as implicações políticas e epistémicas da plataformação das experiências migratórias. Ao transformar trajetórias de vida em conteúdo, e conteúdos em dados monetizáveis, as plataformas atuam como mediadoras de narrativas e como dispositivos de valor e reconhecimento social. Em contextos marcados por instabilidade, mobilidade e desigualdades estruturais, o trabalho digital configura-se num campo de agência contingente, tensionado entre as promessas de autonomia e os limites da governança algorítmica.

Dessa forma, o trabalho digital migrante revela-se tanto como oportunidade de trabalho, exposição e expressão quanto de vigilância e precariedade. Na composição, tem-se um território ambíguo em que as fronteiras entre produção, vida pessoal e mercado tornam-se cada vez mais difusas, exigindo dos pesquisadores atenção às nuances, aos paradoxos e às negociações que permeiam a comunicação digital contemporânea. Essa configuração aponta para a necessidade de abordagens sensíveis à multiplicidade de agências envolvidas, reconhecendo que as experiências migratórias nas plataformas digitais resultam de arranjos situados compostos por uma rede de *actantes* (Latour, 2012), entre os quais infraestrutura técnica, criatividade, capital social, risco e resistência.

Considerações Finais

A reflexão sobre as ações comunicacionais de criadores de conteúdo imigrantes na (e pela) plataforma YouTube, à luz da plataformação e de seus desdobramentos técnicos e simbólicos, revela como as experiências de mobilidade são, cada vez mais, mediadas por lógicas algorítmicas e infraestruturas digitais que operam como formas de governança tecnológica. Longe de serem apenas ferramentas de expressão ou conexão, as plataformas digitais funcionam como dispositivos normativos, que condicionam formas de visibilidade, regimes de valor e práticas de trabalho.

Neste artigo, refletiu-se sobre as implicações dessa configuração a partir de uma investigação em andamento sobre *youtubers* brasileiros em Portugal. A perspectiva neomaterialista (Barad, 2007; Bennett, 2010; Bennett & Joyce, 2010; Fox & Alldred, 2017, 2019; Gamble, Hanan, & Nail., 2019; Kitchin & Dodge, 2011; Lemos, 2020, 2021; Lemos & Bitencourt, 2021; Miller, 2005; Thrift, 2005) adotada, em diálogo com a TAR (Callon, 2001; Latour, 2012; Law, 1992), permite-nos considerar tanto as narrativas veiculadas quanto os elementos materiais e técnicos que sustentam e moldam essas práticas, desde os algoritmos de recomendação até as normas de monetização e de uso.

Com base na articulação entre plataformação (van Dijck et al., 2018), e na tríade “plataformação, dataficação e performatividade algorítmica”, proposta por Lemos (2021), compreende-se como o trabalho digital migrante se realiza sob múltiplas

camadas de mediação. Já as contribuições de Poell et al. (2022) ajudam a situar esse fenômeno dentro de uma crítica mais ampla à economia política das plataformas e à precarização do trabalho criativo, indicando que a liberdade aparente oferecida pelos média digitais é, muitas vezes, atravessada por exigências infraestruturais que moldam as narrativas.

Argumenta-se que, no YouTube, enquanto ecossistema sociotécnico, experiências pessoais são transformadas em performances mediadas, monetizáveis e estrategicamente organizadas em função da responsividade algorítmica. Nesse contexto, as ações comunicacionais dos criadores revelam-se como práticas estratégicas, que articulam a expressão individual, a prestação de serviços informativos e a busca por reconhecimento simbólico e por inserção em dinâmicas competitivas de visibilidade e engajamento. Assim, a noção de “narrativa comercial da imigração”, proposta neste artigo, contribui para pensar como experiências migratórias são convertidas em conteúdos performados, ajustados a formatos, métricas e lógicas de circulação das plataformas.

A reflexão realizada parece indicar, portanto, que a plataformização da migração diz respeito a um processo técnico, comunicacional, político e económico. Ao operar como mediadoras de visibilidade, do reconhecimento e do valor, as plataformas digitais influenciam diretamente a forma como a migração é narrada, compreendida e consumida. Isso levanta questões sobre as assimetrias de poder envolvidas na produção de conteúdo migrante e sobre os limites da integração simbólica quando subordinada a lógicas algorítmicas e mercadológicas.

Essa perspectiva, no entanto, não deve ser compreendida como rendição passiva dos criadores às dinâmicas das plataformas, mas como prática relacional, situada entre possibilidades de trabalho e expressão, o desejo de pertencimento, a necessidade de sobrevivência e os imperativos de monetização. Nesse sentido, busca-se escapar de visões dicotômicas sobre autonomia e exploração, sugerindo que os criadores de conteúdo migrantes não apenas reproduzem lógicas do mercado digital, mas também as negociam, tensionam e reconfiguram suas ações.

Por fim, ao enfatizar a relação entre ações comunicacionais, infraestruturas digitais e experiências migratórias, este artigo visa destacar a importância de pensar a comunicação digital em suas dimensões sociotécnica e relacional. Espera-se, assim, que este trabalho possa oferecer subsídios para investigações futuras que se debrucem sobre as transformações do trabalho criativo migrante em contextos mediáticos contemporâneos, atendendo às dinâmicas de poder e aos modos de agência distribuída que atravessam as ações comunicacionais nas plataformas digitais.

Importa, contudo, reconhecer algumas limitações do estudo. A reflexão baseou-se em um recorte específico – *youtubers* brasileiros em Portugal –, o que limita a generalização dos resultados a outros fluxos migratórios e a diferentes plataformas digitais. Além disso, o carácter *em andamento* da investigação e a própria mobilidade da plataforma não permitem acompanhar de forma longitudinal as trajetórias dos criadores e os efeitos de mudanças infraestruturais mais recentes. Para pesquisas

futuras, seria relevante ampliar o olhar para outras comunidades migrantes, explorar comparativamente diferentes plataformas (como Instagram e TikTok) e investigar de que modo políticas públicas, regimes de regulação e redes de apoio locais interferem na criação de conteúdo e na integração simbólica desses criadores. Tais desenvolvimentos poderiam contribuir para uma compreensão mais abrangente das articulações entre migração, trabalho digital e plataformização.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025–2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Referências

- Amato, G. (2022, 25 de julho). *Influenciadores brasileiros são investigados em Portugal por auxílio à imigração ilegal*. O Globo. <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2022/07/influenciadores-brasileiros-sao-investigados-em-portugal-por-auxilio-a-imigracao-ilegal.ghtml>
- Barad, K. (2007). *Meeting the universe halfway: Quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Duke University Press.
- Bennett, J. (2010). *Vibrant matter: A political ecology of things*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822391623>
- Bennett, T., & Joyce, P. (Eds.). (2010). *Material powers: Cultural studies, history and the material turn*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203883877>
- Bishop, S. (2020). Algorithmic experts: Selling algorithmic lore on YouTube. *Social Media + Society*, 6(1), 1–11. <https://doi.org/10.1177/2056305119897323>
- Callon, M. (2001). Actor-network theory. In *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (pp. 62–66). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/03168-5>
- De Marchi, L. (2018). Como os algoritmos do YouTube calculam valor? Uma análise da produção de valor para vídeos digitais de música através da lógica social de derivativo. *MATRIZES*, 12(2), 193–215. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p193-215>
- Duffy, B. E. (2017). *(Not) getting paid to do what you love: Gender, social media, and aspirational work*. Yale University Press.
- Fox, N., & Alldred, P. (2017). *Sociology and the new materialism: Theory, research, action*. SAGE. <https://doi.org/10.4135/9781526401915>
- Fox, N. J., & Alldred, P. (2019). New materialism. In P. A. Atkinson, S. Delamont, A. Cernat, J. W. Sakshaug, & R. A. Williams (Eds.), *SAGE Research Methods Foundations* (pp. 1–16). <https://doi.org/10.4135/9781526421036768465>
- Franco, H., & Gonçalves, M. (2022, 23 de julho). F. foi burlado por uma agente que desapareceu de cena. Não foi o único: SEF investiga influencers brasileiros por auxílio à imigração ilegal. *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2022-07-23-F.-foi-burlado-por-uma-agente-que-desapareceu-de-cena.-Nao-foi-o-unico-SEF-investiga-influencers-brasileiros-por-auxilio-a-imigracao-ilegal-64b77a34>
- Gamble, N., Hanan, S., & Nail, T. (2019). What is new materialism? *Angelaki Journal of the Theoretical Humanities*, 24(6), 111–134. <https://doi.org/10.1080/0969725X.2019.1684704>

- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press.
- Holland, M. (2016). How YouTube developed into a successful platform for user-generated content. *Elon Journal of Undergraduate Research in Communications*, 7(1), 52–59.
- Kitchin, R., & Dodge, M. (2011). *Code/space: Software and everyday life*. MIT Press.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do ator-rede*. EDUFBA; EDUSC.
- Law, J. (1992). Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. *Systems Practice*, 5(4), 379–393. <https://doi.org/10.1007/BF01059830>
- Lemos, A. (2020). Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. *Galáxia*, (43), 54–66. <https://doi.org/10.1590/1982-25532020143970>
- Lemos, A. (2021). *A tecnologia é um vírus: Pandemia e cultura digital*. Sulina.
- Lemos, A., & Bitencourt, E. (2021). Sete pontos para compreender o neomaterialismo. *Galáxia*, (46), Artigo e52017. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202152017>
- Miller, D. (Ed.). (2005). *Materiality*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822386711>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2019). *International migration outlook 2019*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/c3e35eec-en>
- Poell, T., Nieborg, D., & Duffy, B. E. (2022). *Platforms and cultural production*. Polity.
- Sayad, A. (1998). *Imigração ou os paradoxos da alteridade* (C. Murachco, Trad.). Edusp. (Trabalho original publicado em 1991)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2018). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2017*. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>
- Siciliano, M. L. (2021). *Creative control: The ambivalence of work in the culture industries*. Columbia University Press.
- Thrift, N. (2005). Beyond mediation: Three new material registers and their consequences. In D. Miller (Ed.), *Materiality* (pp. 231–256). Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822386711-010>
- Vallas, S., & Schor, J. (2020). What do platforms do? Understanding the gig economy. *Annual Review of Sociology*, 46, 273–294. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-121919-054857>
- van Dijck, J. (2009). Users like you? Theorizing agency in user-generated content. *Media, Culture & Society*, 31(1), 41–58. <https://doi.org/10.1177/0163443708098245>
- van Dijck, J. (2016). *La cultura de la conectividad: Una historia crítica de las redes sociales* (H. Salas, Trad.). Siglo Veintiuno Editores. (Trabalho original publicado em 2013)
- van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Venturini, T. (2010). Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258–273. <https://doi.org/10.1177/0963662509102694>
- Venturini, T. (2012). Building on faults: How to represent controversies with digital methods. *Public Understanding of Science*, 21(7), 796–812. <https://doi.org/10.1177/0963662510387558>

Migration and Digital Political Activism: The Venezuelan Case

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.10>

Carmen Beatriz Fernández

Gerencia Pública, Instituto de Estudios Superiores de Administración, Caracas, Venezuela/
Global Affairs, Universidad de Navarra, Navarra, Spain
<https://orcid.org/0000-0003-0609-0695>
carmenbeat@datastrategia.com

Daniel Montero

Maestría en Políticas Públicas, Instituto de Estudios Superiores de Administración, Caracas, Venezuela
<https://orcid.org/0009-0002-3744-3502>
esdemontero@gmail.com

Abstract

The Venezuelan diaspora, estimated at approximately 7.7 million people (UNHCR, 2024), represents a huge migratory phenomenon driven by a multidimensional crisis encompassing political, economic, and humanitarian dimensions. This migration has shaped a globally active diaspora, with significant concentrations in countries such as Colombia, Peru, Brazil, Chile, the United States of America, and Spain. This study introduces an innovative methodology using Facebook user data to demographically and geographically characterize this diaspora. Using data extracted from the Meta Business platform and audience segmentation by the “expatriates” criterion (individuals who previously resided in Venezuela), we aim to better understand the magnitude, distribution, and characteristics of this population on the social network. The research is complemented by data from organizations like Sin Mordaza to link the digital presence of the diaspora with their participation in political activism activities, such as opposition primaries and protests against electoral fraud. The objective is to determine how digital connectivity facilitates the organization and activism of the Venezuelan diaspora, offering new tools for the analysis of public policies and anti-migratory narratives.

Keywords

Venezuelan migration, digital activism, Facebook segmentation

Introduction

Migrant political activism has been a transformative force in numerous historical contexts, enabling overseas communities to not only maintain their national identity but also influence the politics of their countries of origin and host countries (Adamson, 2016; Tsavkko Garcia, 2018). Politically motivated diasporas transcend mere nationalism, supporting national agendas and forging connections with host states, international organizations, and global media to amplify their voices. Culture, in its various forms (music, literature, film, visual art), becomes an emotional bridge to connect with global audiences, as observed in cases such as the Cuban exile (Heindl, 2013), the Palestinian diaspora (Mavroudi, 2008), the Chilean exile during Pinochet's dictatorship (Wright & Oñate Zúñiga, 2007), and the Basque exile during Franco's regime (Oregi & Arregui, 2008).

In the 21st century, social media has revolutionized the capacity for organization and dissemination of information for political action. The internet has become a fundamental tool for political socialization, engagement, communication, fundraising, and lobbying, both for established political groups and emerging actors.

This article focuses on the Venezuelan diaspora and examines how digital political activism manifests in this context. Based on the premise that digital technology, particularly social media, has radically transformed collective action and political participation, we will analyze how the Venezuelan diaspora uses the social media platform Facebook to organize, amplify their demands, and participate in the political life of their country of origin.

Literature Review

The relationship between technological evolution and political action has been constant throughout history. From the organization of political parties in the 19th century to the influence of radio and television in the 20th century, each technological advance has reshaped political dynamics (Aldrich, 1995, 2011). Electoral campaigns, for instance, shifted from relying on robust party structures to being shaped by advertising investments and mass audiovisual communication (Norris, 2004).

The advent of the digital economy and the internet has brought an even more disruptive transformation. The ability of individuals to develop comprehensive campaign platforms, often complementing or even replacing traditional party structures, has democratized access to the public sphere and generated instability in political systems (Fernández, 2021). The internet functions as a medium that facilitates global connectivity and political participation (Naghibi, 2011), becoming a preferred weapon of diasporic communities (Adamson, 2020). Social media, in this sense, not only serves for communication and identity maintenance but also as a political space for promoting ideologies and agendas that strengthen participants' sense of belonging and identity.

Technology has also globalized social movements, enabling the rapid organization of protests on a global scale. An early example of this was the 2008 “One Million Voices Against FARC” initiative (Rosato, 2014; Vásquez, 2011), where Facebook played a crucial role in serving as a digital platform where thousands of users were mobilized to organize global protests. This phenomenon underscores how social media has occupied a space for political organization and communication previously dominated by party structures, facilitating the emergence or strengthening of disruptive political actors, both internal and external to the system.

The Context of Venezuelan Migration

According to United Nations High Commissioner for Refugees (2024), over 7.7 million Venezuelans currently live outside the country. This figure positions Venezuelan migration as the third-largest migratory crisis globally, after Ukraine and Syria. The Venezuelan crisis, which intensified starting in 2015, has generated a massive exodus in which one in four Venezuelans has left their country. This complex crisis, rooted in political, economic, and humanitarian factors, has displaced a significant portion of the population, creating a globally distributed diaspora (van Roekel & de Theije, 2020). The main destinations for this migration include Latin American countries such as Colombia, Peru, Brazil, and Chile, as well as the United States of America and Spain, thereby consolidating a Venezuelan presence in various regions of the world.

Venezuelan migrants, often excluded from formal legal citizenship, turn to non-State, everyday, and digital practices to assert political identity and rights. Palma-Gutiérrez (2023) focuses on face-to-face, place-based actions across the Andes, where migrants engage in creative, performative, and productive acts to generate “lived citizenship” despite legal marginalization. Sometimes, virtual spaces (diasporic networks via social media) offer another terrain for civic engagement: sustaining identity, solidarity, resistance, and political agency (Plascencia, 2022).

The Venezuelan diaspora exhibits a high level of digital connectivity: WhatsApp is the most used social network by Venezuelan migrants worldwide, with 85% of users. Second place preferred social network for the Venezuelan diaspora in Latin America is Facebook (used by 76% of migrants), while for Europe, it is almost tied between Instagram (46%) and Facebook (41%; Consultoría Política y Formación Internacional, 2023). The Venezuelan diaspora is characterized by being an active and organized community that uses various mechanisms to maintain ties with its country of origin and influence national and international political agendas (Maresca, 2023; Paez, 2019). In this context, social media and digital connectivity have become essential tools for organization, information dissemination, and political mobilization.

Research from Esberg and Siegel (2023) examines how diaspora influences the online discourse of Venezuelan political activists. Through an analysis of over 5 million tweets by 357 activists, the study finds that diaspora transforms activists’ networks and rhetoric. Diaspora activists engage more with international audiences, increasingly advocate for foreign-led interventions (e.g., diplomacy, sanctions), and harshly

criticize their home regimes. Conversely, they discuss local grievances and domestic mobilization less frequently. These shifts, according to the authors, are attributed to new political opportunities and reduced risks of repression abroad. The findings highlight how diaspora reshapes dissent in the digital age, offering insights into the broader implications of diaspora activism and repression. This characteristic indicates that digital platforms are being used as a strategic tool for political articulation by Venezuelan migrants, especially in contexts where access to traditional media is limited or state censorship is prevalent.

Methodology

This research seeks to characterize the digital presence of the Venezuelan diaspora worldwide and link it to recent global activism actions promoted by the Venezuelan opposition in online social networks, focusing on the case of the digital platform Facebook. To this end, two fundamental research questions (RQ) are posed:

RQ1: what is the demographic and geographic map of the Venezuelan diaspora?

RQ2: what is the relationship between political activism and social media presence among Venezuelan migrants?

Our methodology is based on the extraction and analysis of data from Meta's advertising platform, Business Ads. The advertising platform allows the use of audience segmentation filters, including the category "expatriates", which identifies users as "people who lived in Venezuela and now reside abroad". This data allows for detailed demographic and geographic characterization, including variables such as gender, age, and educational level, enabling us to profile Venezuelan migrants present on the Facebook social network.

By April 2025, Meta's advertising platform established that between 5.3 and 6.3 million "people who lived in Venezuela and now reside abroad", representing up to 83% of the total confirmed number available on the Venezuelan diaspora (UNHCR, 2024).

The methodology is based on previous work by Spyrtos et al. (2019) and Palotti et al. (2020), who validated the correspondence between Facebook data and official United Nations High Commissioner for Refugees statistics. The study by Spyrtos et al. (2019) explores the use of Facebook advertising data to quantify patterns of human mobility worldwide. It assesses the platform's ability to classify users as "migrants" based on their previous residence. The analysis of data from 119 countries highlights the potential for early detection of trends, such as the increase in Venezuelan migrants in Colombia and Spain in 2018. However, its limitations include social media penetration bias, overrepresentation of certain groups, and reliance on proprietary algorithms. Although it does not replace official statistics, the method offers complementary information for migration analysis and policy-making, emphasizing the importance of disaggregated and timely data for better governance.

Previous research has demonstrated the great potential of Facebook's advertising platform for monitoring the Venezuelan migration crisis. Palotti et al. (2020) demonstrate that aggregated data on Venezuelans identified as "former residents" can estimate the number of refugees, their distribution across countries, and their socioeconomic status. The platform's high spatial resolution, low cost, and real-time data capabilities provide critical information, surpassing traditional methods in terms of timeliness and granularity.

While Facebook's estimates closely match official statistics, challenges such as algorithmic opacity, social media penetration bias, and lack of historical data are acknowledged. Therefore, Palotti et al. (2020) highlight the platform's value as a complementary tool for migration tracking and humanitarian intervention information. The advantages of this approach include access to data updated in near real time and the ability to obtain detailed demographic segmentation. In addition, it offers global and massive coverage. The tool has limitations, including dependence on the platform's algorithm, lack of transparency in geolocation criteria, and exclusion of migrants without digital access. However, its validity as a proxy is supported by its high correlation with United Nations statistics, which indicate that it represents up to three out of every four officially registered migrants.

Subsequently, using data from a recent event reflecting the global political participation of Venezuelan migrants: the primary election to select the presidential candidate of the Plataforma Unitaria Democrática, held on October 23, 2024; an additional regression analysis was conducted to determine whether a significant correlation existed that would further validate the use of digital indicators as a proxy for political participation and the migratory presence of the Venezuelan diaspora. This complementary approach enabled testing not only the demographic reliability of Meta's digital data but also its explanatory power for transnational political engagement patterns.

Results

Geographic Distribution of the Venezuelan Diaspora

The geographic distribution of the Venezuelan diaspora is presented, based on Meta Business data (RQ1). A map visualizing the diaspora shows the intensity of the Venezuelan presence in different regions of the world (with emphasis on Latin America and the Caribbean, North America, and Europe). "Venezuelan Expats - Meta Business Data"¹ (Figure 1) would be a very good proxy, showing the main destination countries (Colombia, United States of America, Chile, Peru, Spain, etc.) and estimated figures for each.

1 See the interactive graphic at <https://flourish-user-preview.com/api/canva/embed/visualisation/22725569/0N1RapE8usVxnAeUBiLV7uojRYrs2-m2v3Bgp-2juio0YgIX0iPt3ladEJ7UEN3q/>.

Figure 1
Geographic distribution
of the Venezuelan
diaspora
Source. Author's
elaboration based on
Meta Business Data.
[https://public.
flourish.studio/
visualisation/22725569/](https://public.flourish.studio/visualisation/22725569/)



Regarding the demographic profile of the diaspora (RQ1), demographic characteristics (age, gender, and educational level) of the Venezuelan diaspora were analyzed based on Facebook data. The extracted data enable the construction of a new map of the Venezuelan diaspora, highlighting the mentioned key areas of concentration: Colombia, the United States of America, Spain, Peru, Chile, and Argentina.

Demographically, migrants exhibit a younger population pyramid and higher educational levels than the average in their host countries. Population pyramids for key destination countries, such as Spain and the United States of America, compare the demographic composition of the diaspora with that of the general population.

Figure 2 presents population pyramids for two primary destination countries for the Venezuelan diaspora: Spain and the United States. Spain's pyramid exhibits an inverted shape, characterized by a narrow base and broader middle age groups (30–60 years), which indicates an aging population with low birth rates. In the older age groups, there are more women than men, reflecting their longer life expectancy. In contrast, the United States' pyramid displays a columnar shape with a slight bulge in the 25–45 age groups. Its base is wider than Spain's, suggesting higher birth rates and a younger overall population. The gender gap is less pronounced, though feminization persists in older ages. Both pyramids demonstrate an inverted base, more pronounced in Spain, signifying a higher proportion of older individuals compared to younger ones.

Figure 3 compares the population pyramids of Venezuelan migrants in Spain and the United States to those of the general populations. These pyramids reveal a Venezuelan diaspora primarily concentrated among young adults (20–40 years old).

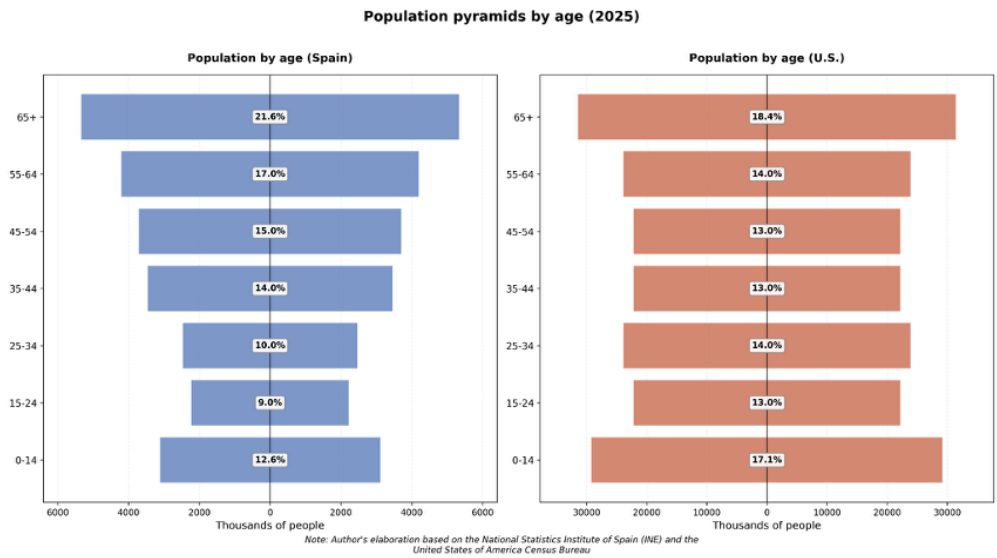


Figure 2
Population pyramid of Spain and the United States of America
Source. Author's elaboration based on the National Statistics Institute of Spain and the United States of America Census Bureau.
Graphics created with claude.ai

In both countries, this migrant influx rejuvenates the demographic profile by bolstering the working-age population amid clear aging trends. However, the effect is more diffuse in the United States.

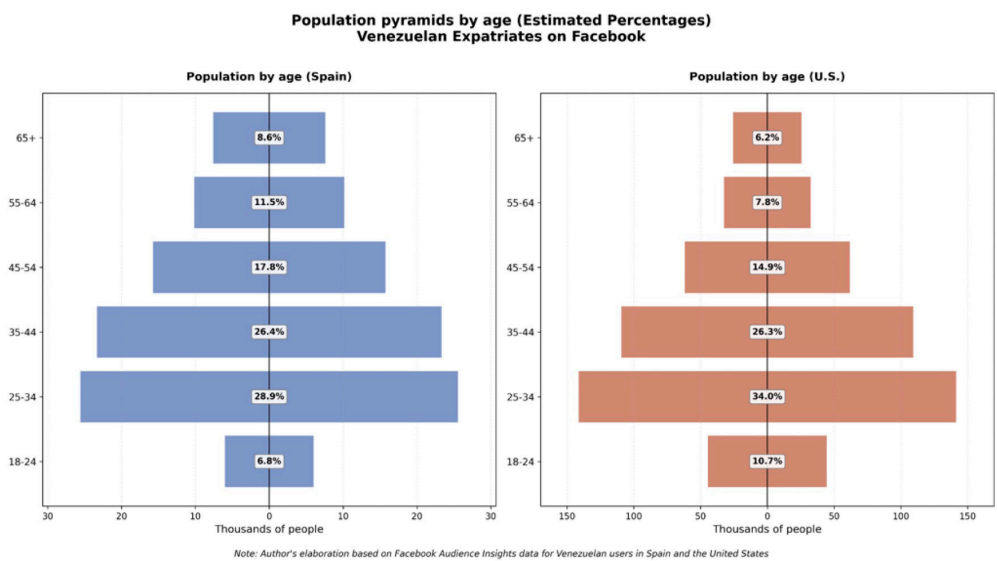


Figure 3
Population pyramid of the Venezuelan migrant in Spain and the United States of America
Source. Author's elaboration based on Meta Business Data (Facebook data).
Graphics created with claude.ai

As the graphics show, for both countries, Venezuelan migration represents a demographic opportunity, filling gaps in the labor market and contributing to the sustainability of the pension system. The comparison between the population pyramids of Spain and the United States of America allows us to visualize the context of ageing (more critical in Spain) compared to the demographic dynamism of the Venezuelan diaspora, which is located in the young and productive segments. This

difference can be key to defining integration, employment, and citizenship policies that harness the potential of this migrant population as a strategic asset amid local demographic challenges.

The demographic contrast between the native populations and the Venezuelan diaspora reveals several policy opportunities. On the one hand, as workforce renewal, both countries could benefit from integrating Venezuelan migrants into sectors facing labor shortages. On the other hand, as population rejuvenation, especially in Spain, migrants can slow down or mitigate the effects of demographic aging.

The Venezuelan diaspora, though born of crisis, presents a demographic opportunity for ageing societies like Spain and, to a lesser extent, the United States of America. Their youth, resilience, and capacity for labor market participation can serve as critical resources for demographic sustainability. Policymakers should not only recognize this potential but proactively design integration strategies that convert this demographic presence into a long-term national asset.

Educational Level of the Diaspora

Facebook data also enable understanding of the educational profiles of migrant populations, which is essential for assessing their integration potential and socioeconomic contributions to host societies. This section analyzes the educational attainment of Venezuelan migrants in various countries, using data visualized in Figure 4. The countries covered include key destinations in Latin America and Spain, with indicators for four education levels: high school, college, master's degree, and unspecified education ("no Information").

The overall average reveals a population in which approximately 33% possess a college education, 15% have completed high school, and 5% hold a master's degree. This comparative analysis underscores the educational diversity of the Venezuelan diaspora across receiving countries. While migrants in Spain and Argentina tend to be more highly educated, limitations in data collection in other countries obscure the whole picture. Nonetheless, understanding these educational trends is key to designing policies that maximize the social and economic contributions of Venezuelan migrants in the region.

Reliability of Facebook Data as a Proxy

The correlation analysis between Meta's advertising category, "Venezuelan expatriates", and the official migration statistics reported by the United Nations revealed a strong and statistically significant positive association (Figure 5). The simple linear regression model yielded a coefficient of determination of $R^2 = 0.739$, indicating that approximately 74% of the variance observed in migration records can be explained by Meta's digital estimates.

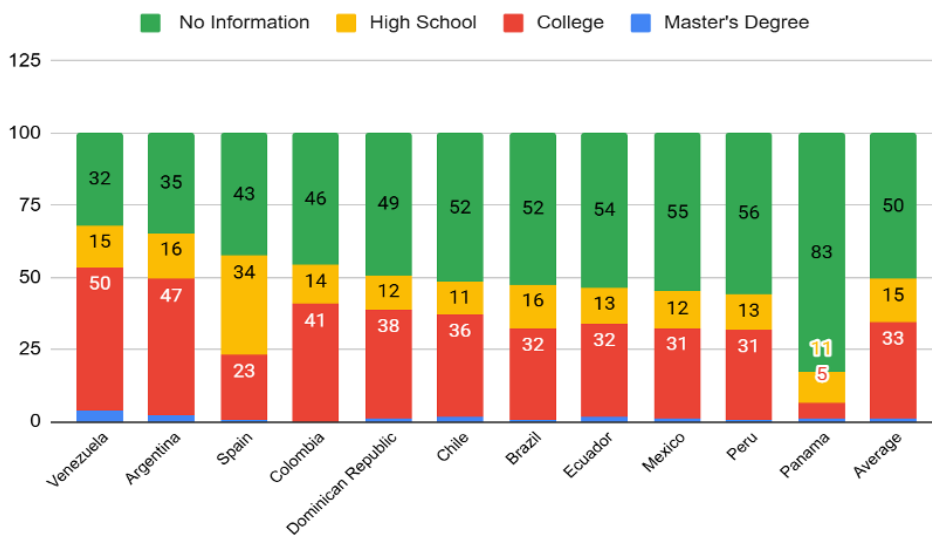


Figure 4
Educational composition of the Venezuelan diaspora across Latin America and Spain: a comparative assessment
Source. Author's elaboration based on Meta Business Data

This result demonstrates a high level of empirical consistency between the two data sources, particularly in countries with the largest concentrations of the Venezuelan diaspora, such as Colombia, the United States of America, Spain, Peru, and Chile, where Facebook estimates closely align with United Nations demographic proportions. Minor deviations were observed in regions with lower internet penetration or higher irregular migration rates, conditions that tend to reduce digital representativeness.

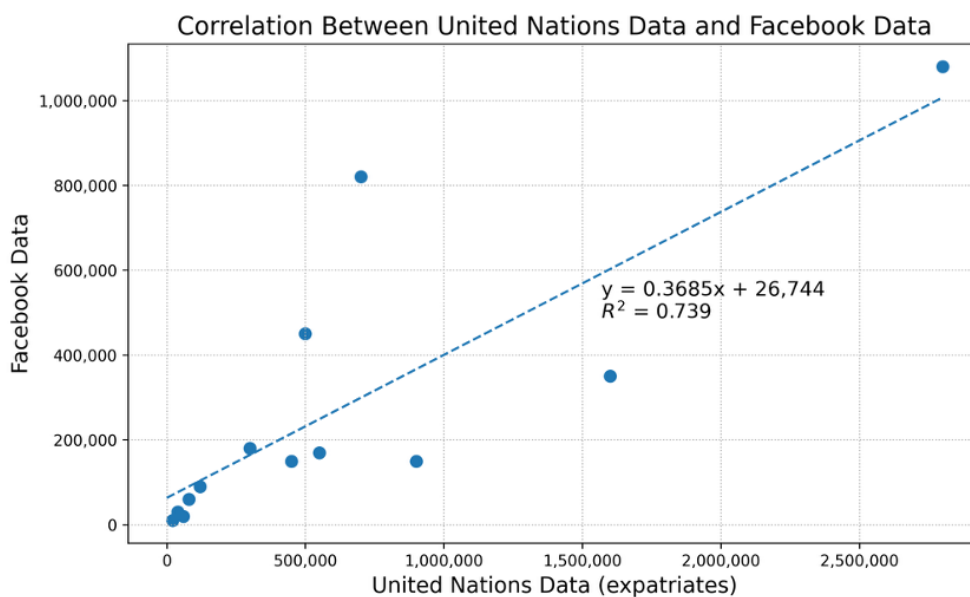


Figure 5
Linear regression between United Nations statistics and “Venezuelan expatriates” category in Facebook
Source. Author's elaboration based on United Nations statistics and Meta Business Data

Overall, the findings support the validity of Meta's digital indicators as a demographic and migratory proxy, capturing the magnitude and spatial distribution of the Venezuelan diaspora with substantial accuracy. Even more, Meta's data allows us to characterize Venezuelan migration in a much broader and more specific way, in terms of both geographical and demographic aspects (such as age, gender, and education) that are not covered by the official data available from the United Nations. This strong correspondence reinforces the analytical value of social media metrics as a complementary instrument for understanding contemporary migration dynamics and transnational population movements.

High Capacity for Mobilization and Transnational Political Participation Among the Venezuelan Diaspora

The strong linear correlation ($R^2 = 0.739$) between Meta's "Venezuelan expatriates" data and official United Nations migration statistics not only validates the reliability of digital indicators as demographic proxies but also reveals a substantive correspondence between territorial presence and digital activity within the Venezuelan diaspora, particularly during periods of political mobilization.

This relationship became especially evident during the Plataforma Unitaria Democrática primary election on October 23, 2024. Countries with the highest concentrations of Venezuelan social media users closely matched those reporting the largest numbers of voters abroad. This overlap between digital presence and territorial participation demonstrates that the diaspora is not merely symbolically linked to its homeland but actively exercises forms of transnational citizenship and political agency.

The strong association between digital and territorial dimensions constitutes empirical evidence of the diaspora's political engagement, confirming that social media platforms function as more than mirrors of geographic dispersion. They serve as effective arenas for organization, coordination, and collective expression, enabling dispersed populations to operate as coherent political communities. The Venezuelan diaspora thus emerges as a globally networked political actor, capable of transforming digital connectivity into tangible participation within national political processes.

Further analysis examined the relationship between the concentration of Facebook users and the organization of political activism events. As shown in Figure 6, the correlation between participation in opposition primaries and Facebook data reached 65.6%, indicating that nearly two-thirds of the variation in participation can be explained by Facebook metrics. This finding highlights the capacity to estimate the electoral potential of the diaspora and to identify countries with higher prospects for political mobilization.

This concentration also translates into political opportunities. For example, the 65.6% correlation observed during the Venezuelan opposition primaries of October 2023 demonstrates the potential to anticipate mobilization dynamics by country or region.

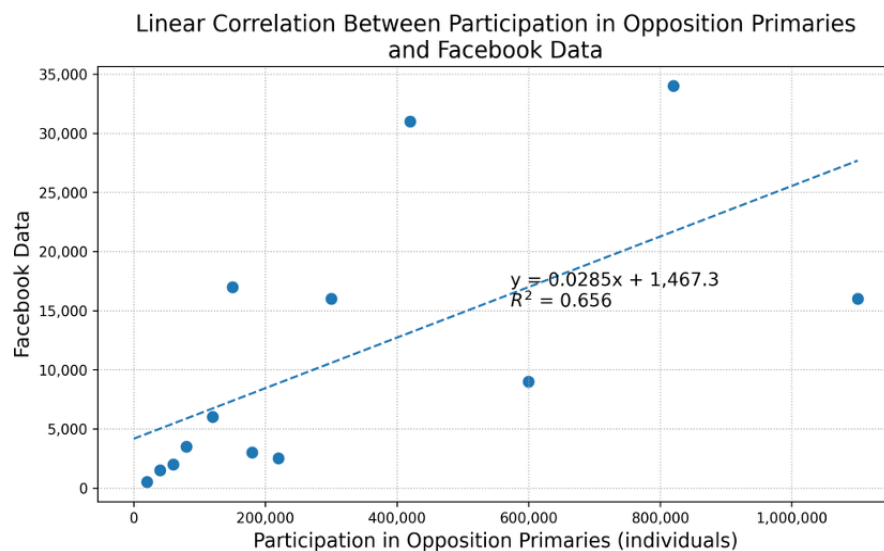


Figure 6
Linear correlation between participation in opposition primaries and Facebook data
Source. Author's elaboration based on Meta Business Data

Another key event illustrating this dynamic was the global protest of August 16, 2024, against electoral fraud in Venezuela. This transnational demonstration, largely organized through social media, resonated in more than 50 cities worldwide² (Figure 7), with notable activity in Madrid, Miami, Bogotá, and Buenos Aires. Digital calls to action facilitated decentralized yet effective coordination, as users shared materials, maps, and visual narratives to amplify both public and media impact.

Together, these findings demonstrate that digital concentration translates into real political mobilization, reinforcing the idea that social media not only reflect the dispersion of the Venezuelan diaspora but also empower it as an organized and influential political force operating beyond national borders.

Discussion

The findings of this research offer several important implications for understanding migration and digital political activism in the Venezuelan context. The useful adoption of new methodology for diaspora mapping and profiling represents a significant methodological advance in the study of diasporas. Acknowledging the limitations previously mentioned, the use of Facebook data from Meta Business Ads has proven to be an effective and accessible tool for characterizing the Venezuelan diaspora globally. This methodology, leveraging the penetration of the social network, allows for obtaining demographic and geographic data at a scale and detail that complement official statistics and help forecast migratory trends, offering a more granular and updated view of the migratory phenomenon.

² See interactive chart at https://flourish-user-preview.com/api/canva/embed/visualisation/22914497/Slohk8_oZ0iLoyhiQtlctEOTAJxe5JZRJ6JC2I5N411nXorrfnFfqdRy8QTx6tWk/

Worldwide protest points against electoral fraud

August 16, 2024

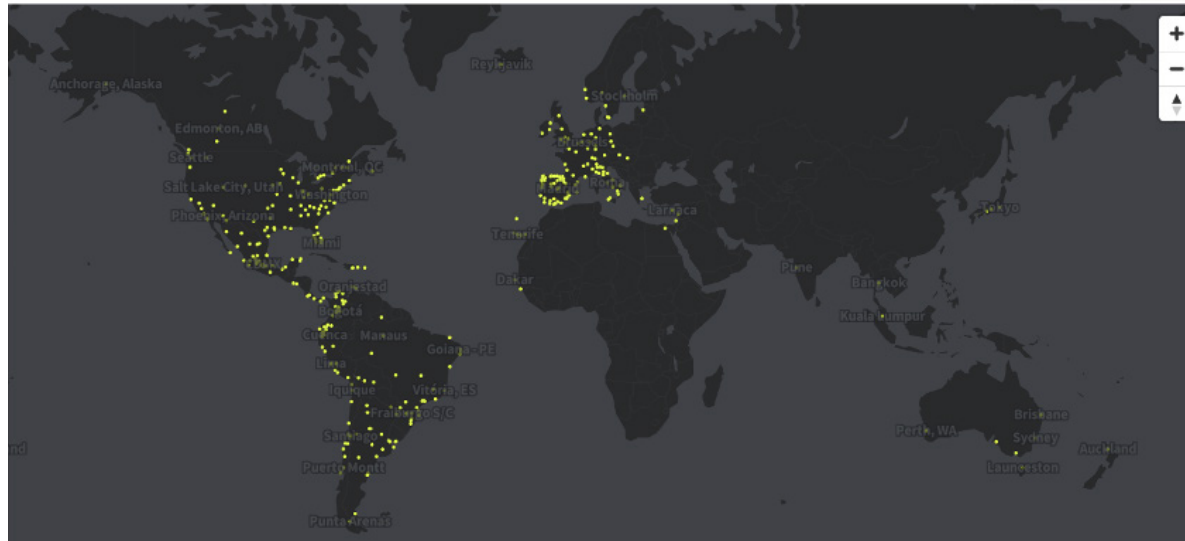


Figure 7

Protests against electoral fraud in Venezuela.

Source: Author's elaboration based on Sin Mordaza Data. <https://public.flourish.studio/visualisation/22914497/>

The findings confirm that Meta's digital indicators serve as a reliable proxy for demographic and migratory trends, accurately capturing the scale and spatial patterns of the Venezuelan diaspora. Additionally, Meta's data provides a more comprehensive and detailed portrayal of Venezuelan migration, encompassing geographic and demographic details that are not fully addressed by official United Nations data. This close alignment underscores the value of social media metrics as a complementary tool for analyzing modern migration dynamics and transnational population movements.

The detailed characterization of the Venezuelan diaspora, including its geographic distribution and demographic profile, also enables a better understanding of its potential and contributions, both socially and economically, in host countries, as well as its impact on the politics of the country of origin. Data on educational levels, for example, suggest the diaspora's capacity to contribute to the development of qualified human capital (RQ1).

Facebook data also serves as a tool for public policy and anti-migration narratives. The results of this research can serve as a basis for designing more effective public policies aimed at the Venezuelan diaspora, facilitating their integration in host countries and strengthening their civic participation. Likewise, understanding how the diaspora organizes and communicates through digital media can inform the development of counter-narratives against anti-migratory discourses, highlighting the agency and organizational capacity of migrants. This finding has significant implications for challenging anti-migration discourses that underestimate migrants' contributions and agency in host societies.

Furthermore, there is a clear importance of digital connectivity for political activism and mobilization. The strong correlation observed between social media

presence and participation in political activism activities (opposition primaries and protests) underscores the critical role of digital connectivity in the organization and mobilization of the Venezuelan diaspora. In these cases, social media seem to have served as platforms for coordination, information dissemination, support network formation, and message amplification, enabling the diaspora to exert political influence despite its geographic dispersion. This is particularly relevant for protest and public visibility actions, where global coordination is key. The findings presented here demonstrate that forced exile does not necessarily lead to depoliticization or disconnection but can generate new forms of political organization and influence, particularly when equipped with effective digital tools.

In summary, the use of Facebook data for political analysis offers a better understanding of the diaspora's role as a transnational collective actor. In the Venezuelan case, digital connectivity has not only served as a communication medium but also as a catalyst for political activism. The research addresses RQ2 by demonstrating a clear link between the concentration of Facebook users in certain locations and the diaspora's ability to organize and execute protest and public visibility activities. Data from global protests against electoral fraud (Figure 7) and participation in primaries highlight how digital networks facilitate transnational collective action.

This article illustrates how the Venezuelan diaspora has emerged as a relevant political actor through the strategic use of social media, particularly Facebook. Using an innovative methodology based on Meta Ads data, the diaspora's demographic and geographic characteristics have been mapped, and its digital presence has been linked to concrete political actions. This emergence as a key political actor in the contemporary landscape is not only due to its size and complexity but also to its active participation in the political sphere through digital channels. The use of Facebook and other digital platforms has proven to be a powerful tool for mapping and understanding the demographic and geographic characteristics of this diaspora, as well as its capacity for political organization and mobilization.

The results of this study reveal a high degree of correspondence between digital and territorial presence, confirming that online activity is not merely symbolic but reflects tangible political participation. The strong correlations observed during the Plataforma Unitaria Democrática's primary election of October 23, 2024 ($R^2 = 0.739$), and the subsequent global protests of August 2024 demonstrate that the diaspora's digital engagement translated into real, measurable participation across multiple countries. These events highlight the Venezuelan diaspora's ability to coordinate, organize, and project political influence beyond national borders through digital infrastructures.

This research confirms the hypothesis that digital connectivity and social media are fundamental to the political activism of the Venezuelan diaspora, facilitating participation in democratic processes, protest organization, and the global visibility of their demands. The applied methodology, based on social media data analysis, validates the reliability of these sources as a proxy for migration and activism.

Moreover, the findings suggest that the overlap between online and offline participation represents a new stage in transnational political behavior, where diasporic communities operate as hybrid actors combining physical presence and digital agency. This model challenges traditional notions of political belonging and opens new avenues for understanding digital citizenship in exile.

Findings suggest the need to continue exploring the potential of digital tools for studying diasporas and transnational activism. Future research could delve deeper into analyzing the content generated by the diaspora, the effectiveness of different digital communication strategies, and the interaction between the diaspora and the policies of host and origin countries.

Ultimately, the Venezuelan case offers a paradigmatic example of how migration, empowered by the digital revolution, becomes a dynamic force capable of influencing political, social, and humanitarian processes on a global scale. The lessons from the Venezuelan case may be useful for studying similar processes in contexts of migratory crises and authoritarianism. The digitalization of politics from exile is not only a strategy of resistance but also a legitimate expression of transnational citizenship.

Referências

- Adamson, F. B. (2016). The growing importance of diaspora politics. *Current History*, 115(784), 291–297. <https://doi.org/10.1525/curh.2016.115.784.291>
- Adamson, F. B. (2020). Non-state authoritarianism and diaspora politics. *Global Networks*, 20(1), 150–169. <https://doi.org/10.1111/glob.12246>
- Aldrich, J. H. (1995). *Why parties? The origin and transformation of political parties in America*. University of Chicago Press.
- Aldrich, J. H. (2011). *Why parties? A second look*. University of Chicago Press.
- Consultoría Política y Formación Internacional. (2023). *Encuesta a la diáspora venezolana (private information)*. Mimeo. <https://www.somoscicomp.com/>
- Esberg, J., & Siegel, A. A. (2023). How exile shapes online opposition: Evidence from Venezuela. *American Political Science Review*, 117(4), 1361–1378. <https://doi.org/10.1017/S0003055422001290>
- Fernández, C. B. (2021). *Ciberpolítica en Latinoamérica: Un modelo para medir su influencia en la inestabilidad crítica* [Doctoral dissertation, Universidad de Navarra]. <https://produccioncientifica.ucm.es/documentos/63f97402d48bed6795840490>
- Heindl, B. S. (2013). Transnational activism in ethnic diasporas: Insights from Cuban exiles, American Jews and Irish Americans. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(3), 463–482. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.733864>
- Maresca, A. (2023). La politización de la diáspora venezolana en España y su influencia en las relaciones UE-Venezuela. *Política*, 61(2), 120–145. <https://doi.org/10.5354/0719-5338.2023.72048>
- Mavroudi, E. (2008). Palestinians in diaspora, empowerment and informal political space. *Political Geography*, 27(1), 57–73. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2007.06.009>
- Naghibi, N. (2011). Diasporic disclosures: Social networking, Neda, and the 2009 Iranian presidential elections. *Biography*, 34(1), 56–69. <https://doi.org/10.1353/bio.2011.0004>

- Norris, P. (2004). *Building political parties: Reforming legal regulations and internal rules*. <https://aceproject.org/ero-en/topics/parties-and-candidates/pippa.pdf>
- Oregi, B., & Arregui, J. (2008). The Basque diaspora: One step forward. *International Journal of Inmigration*, 6-7, 108-119.
- Paez, T. (2019). El papel de la diáspora en la reconstrucción de Venezuela. *Revista de Occidente*, (458-459), 35-50.
- Palma-Gutiérrez, M. (2023). "Migrants are citizens too!": Everyday acts of citizenship and the lived experiences of Venezuelans across the Andes. *Journal of Latino/Latin American Studies*, 12(1), 30-52. <https://doi.org/10.18085/1549-9502.2023.10.SI.001.002>
- Palotti, J., Adler, N., Morales-Guzman, A., Villaveces, J., Sekara, V., Garcia Herranz, M., Al-Asad, M., & Weber, I. (2020). Monitoring of the Venezuelan exodus through Facebook's advertising platform. *PloS one*, 15(2), Article e0229175. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0229175>
- Plascencia, D. R. (2022). Digital diasporas and civic engagement: The case of Venezuelan migrants in Mexico. In D. S. Dalton & D. Ramírez Plascencia (Eds.), *Imagining Latinidad: Digital diasporas and public engagement among Latin American migrants* (pp. 119-134). Brill.
- Rosato, V. (2014). New media and peace activism: The case of "One Million Voices against FARC". *Ciencia Política*, 9(17), 217-237.
- Spyratos, S., Vespe, M., Natale, F., Weber, I., Zagheni, E., & Rango, M. (2019). Quantifying international human mobility patterns using Facebook Network data. *PloS one*, 14(10), Article e0224134. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0224134>
- Tsavkko García, R. (2018). Diasporas and the role of social media on militant/political activities: The Basque diaspora in Argentina in the spotlight. *Crossings: Journal of Migration & Culture*, 9(1), 77-90. https://doi.org/10.1386/cjmc.9.1.77_1
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2024). *Global Trends report 2024*. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2024>
- van Roekel, E., & de Theije, M. (2020). Hunger in the land of plenty: The complex humanitarian crisis in Venezuela. *Anthropology Today*, 36(2), 8-12. <https://doi.org/10.1111/1467-8322.12561>
- Vásquez, J. C. (2011). New social movements and the use of ICT: The Colombian case of 4 February 2008. *International Journal of Media & Cultural Politics*, 6(3), 351-358. https://doi.org/10.1386/mcp.6.3.351_3
- Wright, T. C., & Oñate Zúñiga, R. (2007). Chilean political exile. *Latin American Perspectives*, 34(4), 31-49. <https://doi.org/10.1177/0094582X07302902>

Iniciativas Interculturales de la Inmigración Portuguesa en Venezuela: El Instituto Portugués de Cultura

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.11>

Andrea Imaginario Bingre

Centro de Investigación en Ciencias Históricas, Universidad Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal/
Escuela de Artes, Universidad Central de Venezuela, Caracas, Venezuela
<https://orcid.org/0000-0001-9404-5098>
andreaimaginario@gmail.com

Resumen

En el marco de política de inmigración para impulsar la modernización en Venezuela, se registró el ingreso de un importante número de portugueses al país, especialmente entre 1940 y 1960. Entre las décadas de 1970 y 1980, esta comunidad alcanzó estabilidad socioeconómica, y los procesos de integración se verificaban en diversos niveles sociales, económicos y educativos. Pese a ello, una parte de los portugueses percibían que su cultura era muy poco conocida en Venezuela, y que esto perpetuaba el estereotipo que se había formulado en el pasado, con el cual no se identificaban. Así se generaron iniciativas asociativas para promover un mejor conocimiento de su cultura e incidir en las formas de representación de su gentilicio. Un caso paradigmático es el Instituto Portugués de Cultura. En este artículo se describe y analiza el proceso histórico de esta institución en su calidad de asociación migrante, así como las características de su acción cultural y su recepción, todo desde los conceptos de “interculturalidad”, según Grimson (2020) y Canclini (2004), y “transnacionalismo”, según Schiller et al. (2005), y con base en el análisis de fuentes documentales primarias y secundarias. Se concluye que el Instituto Portugués de Cultura ha sido un agente activo en la difusión y representación de la cultura lusa en Venezuela, así como en los procesos de integración social e interculturalidad. Esta investigación se enmarca en la tesis doctoral titulada *Historia y Representación de la Cultura Portuguesa en Venezuela Entre 1958 y 1999*, actualmente en curso en la Universidad Autónoma de Lisboa.

Palabras clave

asociacionismo migrante, interculturalidad, migraciones, transnacionalismo

Introducción: Contexto y Enfoque

En Venezuela, el proceso de modernización contempló una política inmigratoria desde la década de 1930, orientada a la captación de mano de obra y al aumento de la población. Entre los europeos, los inmigrantes portugueses fueron el tercer grupo más numeroso, luego de españoles e italianos. Entre las décadas de 1940 y 1950, la portuguesa fue mayoritariamente una inmigración de origen rural, sin recursos económicos y de escolarización incompleta o inexistente, elementos que, junto a la laboriosidad y el ahorro, se convirtieron en un estereotipo en la sociedad venezolana. La política inmigratoria del Estado se extendió a la era democrática iniciada en 1958, con variantes significativas.

A lo largo de este proceso, la comunidad portuguesa creó varios tipos de iniciativas. Entre ellas, las destinadas a conservar sus costumbres y tradiciones, y transmitir la herencia cultural a sus hijos, ante el temor de que la integración amenazara su identidad. Los objetivos y estrategias de estas iniciativas culturales fueron diversas, dependiendo de su – casi siempre la misma comunidad – y del concepto de “cultura portuguesa”. Lo más extendido fue, en este sentido, el resguardo de la cultura popular (Xavier, 2007).

Pero hubo un punto de inflexión cuando, entre las décadas de 1970 y 1980, la comunidad alcanzó estabilidad socioeconómica. Durante este período la integración era una realidad visible en la fuerte presencia de los portugueses en el sector comercial y empresarial venezolano, y en la escolarización y profesionalización de sus descendientes (Cunha, 1998). Todo ello demandaba nuevas formas de representación. Mientras crecía y se afianzaba el asociacionismo portugués, fueron apareciendo proyectos culturales diferenciados, destinados a divulgar expresiones del campo artístico y literario. El primero fue la Sociedad de Amigos de la Cultura y las Artes Portuguesas (SACAP) en 1972 (Xavier, 2007). Pero antes de que finalizara la década, la asociación cesó sus actividades. En ese vacío, surgió el Instituto Portugués de Cultura (IPC), al que dedicaremos este estudio.

El IPC es una asociación activa formada en Venezuela. Se ha dedicado a la divulgación de las artes y la literatura portuguesas, una misión que la distingue de otras iniciativas culturales de la comunidad. Detrás del IPC operan portugueses y lusodescendientes que tomaron un espacio no reclamado por las autoridades lusas, pese a la prolongada presencia de la comunidad en el país y al estrechamiento de las relaciones bilaterales desde la Revolución de los Claveles (Eanes, 1979). Se entiende que esta iniciativa califica como una asociación de migrantes, y su existencia supone una declaración de intenciones en el seno de la sociedad de acogida, dados sus características y el proceso histórico experimentado. ¿Cuál fue la motivación de fondo? ¿Cómo esta ha modelado su acción cultural? ¿Cómo interpretar ambos aspectos a la luz de los conceptos de asociacionismo migrante, estereotipo, interculturalidad y transnacionalismo inherentes a los fenómenos migratorios?

Las investigadoras Nina Glick Schiller et al. (2005) han optado por el término “transnacionalismo” para repensar los procesos migratorios. Lo entienden como “el proceso

por el cual los inmigrantes construyen campos sociales que articulan a su país de origen con el país de destino” (p. 34). Este concepto es alternativa a las expresiones “emigrante”/“inmigrante” que reducen la interpretación del fenómeno migratorio a la ruptura con el origen y la adecuación a la nueva sociedad. Hablar de transnacionalismo evidencia que los sujetos migrantes no rompen realmente sus vínculos con su lugar de origen, sino que, por el contrario, establecen diversos mecanismos sociales para perpetuar las relaciones familiares, políticas, económicas, religiosas, culturales u organizacionales con su lugar de origen. Desde este punto de vista, las asociaciones migrantes son uno de estos mecanismos.

En términos generales, el “asociacionismo” puede ser entendido como una relación social formada a partir de intereses comunes entre los individuos, hilados por medio de un sistema de valores, objetivos y prácticas, y concretados mediante el compromiso voluntario de sus miembros (Gusso, 2021). De acuerdo con Maria Beatriz Rocha-Trindade (2010), el asociacionismo en contextos de migración se alimenta del “itinerario migratorio”, que involucra desde la intención de viaje, los preparativos y la instalación, hasta la fijación y el imaginario del retorno. Estos dos últimos aspectos son terreno fértil para la proliferación de asociaciones, en tanto constituyen una forma de lucha contra el aislamiento, así como la construcción de espacios de solidaridad y relaciones de convivencia.

Por su parte, García Burgos (2022) sostiene que “las redes informales son las bases de las que surgen agrupaciones estables susceptibles de institucionalizarse y de convertirse en asociaciones. (...) Sobre esta base puede agruparse y, eventualmente, presentarse públicamente asumiendo la estructura legal de una asociación” (p. 246). Algo semejante sostiene también Rocha-Trindade (2010), quien afirma que cuando las comunidades inmigrantes han alcanzado un largo tiempo de permanencia en las sociedades de acogida, las iniciativas tienden a institucionalizarse y a formularse dentro de marcos jurídicos. Allí aparecen asociaciones de intereses diversificados. Todas ellas cumplen un papel dentro de la sociedad de acogida, pero su punto de partida, la condición migrante, las hace diferentes.

Daniel Melo (2011) propone que las asociaciones migrantes actúan como fuente del imaginario y las representaciones colectivas, así como dinamizadoras de la construcción de comunidades en diáspora. Ello se suma, dice, a las funciones de las asociaciones en general, que implican mediación de intereses, fuentes de legitimidad política, ayuda en la toma y ejecución de decisiones, escuela democrática e integración social, previamente identificadas por Sigrid Roßteutscher (2000). Por su parte, Claudia Ortiz (2005) sostiene que el asociacionismo migrante reterritorializa los desarraigos y negocia las posiciones de los inmigrantes en las sociedades de acogida, lo que implica tomar acciones de recreación cultural e interpelar las formas de democratización disponibles en dichas sociedades.

Se entiende que estas asociaciones no actúan solas en un espacio inhabitado o inerte. Al contrario, ellas surgen porque sus miembros interactúan en la sociedad de acogida. Siempre que las interacciones no estén basadas en esquemas de dominación,

en esas sociedades se originan procesos de interculturalidad, que posibilitan la creación y circulación de bienes y valores de intercambio. Sobre este aspecto, Néstor García Canclini (2004) entiende la interculturalidad como el conjunto de relaciones y préstamos recíprocos entre grupos culturales distintos, derivados de la confrontación y el entrelazamiento, solo posible cuando se produce la aceptación del Otro. Pero es necesario comprender que cada uno de estos grupos son diversos en su interior, de acuerdo con los planteamientos del investigador Alejandro Grimson (2020). Para este autor, cada uno de los grupos que participan en el diálogo experimenta desigualdades inherentes a su propia configuración cultural. Por lo tanto, la interculturalidad no se produce entre grupos culturalmente homogéneos, sino desiguales y complejos en sus relaciones internas.

No existen, pues, culturas uniformes ni identidades inamovibles. De ahí la inadecuación de los modelos de representación del Otro que llamamos “estereotipos”. Se entiende por estereotipo una impresión sobre el Otro que se repite y multiplica en el grupo donde se generó, y que, al depender del modelo cultural dominante, se incorpora en el imaginario colectivo, desde donde influye en los modos de relación con el Otro (Fernández-Montesinos, 2016). En este escenario teórico, se puede decir que las asociaciones migrantes son potencialmente capaces de expresar los diferentes intereses de una comunidad y de cuestionar los modos de representación (estereotipos), así como de conjugar a la vez relaciones transnacionales e interculturales

Los conceptos expuestos nos ayudarán a analizar nuestro objeto de estudio, pero vale la pena una aclaración. La acción del IPC ha sido estudiada como parte del conjunto de iniciativas portuguesas en Venezuela gracias a autores como Xavier (2007) y Cunha (1998). Sin embargo, a la fecha, su historia no ha sido objeto de un estudio específico. Conscientes de ello, describiremos algunos momentos y prácticas puntuales de su trayectoria. Para ello, hemos revisado documentos como volantes, invitaciones, programas de mano y artículos de prensa, compendiados en el archivo del instituto –que no está catalogado– y en su página de Facebook. La información obtenida en ese arqueología será analizada a la luz de los enfoques teóricos ya expuestos.

Estrategias Para Marcar Presencia

En el año 1985 se cumplían los 50 años del fallecimiento de Fernando Pessoa. En ese contexto se publicaron varias traducciones para el mercado hispano, entre ellas, una antología seleccionada y prologada por Octavio Paz, editada por Laila Literatura. La noticia llegó a la prensa venezolana, que divulgó una nota informativa. Pero, aunque fue celebrada por los portugueses, también hirió su orgullo al errar el país de nacimiento de Pessoa, que según la nota habría sido Sudáfrica (González, 1985). João da Costa Lopes, comunicador social y publicista empeñado en la divulgación de la cultura portuguesa, escribió una carta al editor del diario *El Nacional* señalando el problema y haciendo la aclaratoria. En esta se puede leer:

siendo tan escasas las veces que se puede leer en nuestra prensa alguna nota sobre la cultura portuguesa [énfasis añadido], quizá deberíamos limitarnos a

saludar el hecho y agradecer el generoso centimetraje dedicado a un poeta que Octavio Paz puso a la par de Apollinaire y Mayakovsky, y lo hacemos. Pero, adicionalmente, si se nos permite, quisiéramos mencionar, que el emotivo comentario contiene una inexactitud que conviene señalar para beneficio de los estimados lectores de El Nacional. Fernando Pessoa *no nació en Suráfrica, sino en Lisboa* [énfasis añadido], el 13 de junio de 1888. (Lopes, 1985)

El cuestionado artículo no solo incurría en una falta de rigor periodístico, sino que, a juicio del autor de la carta, revelaba el desconocimiento de las letras y las artes portuguesas que cundía en Venezuela. Algo había que hacer al respecto, y se hizo. Un mes más tarde, un grupo de portugueses, bajo la égida de Daniel Morais y, por supuesto, en compañía de João da Costa Lopes, crearon la Comisión Conmemorativa del 50.º Aniversario de la Muerte de Pessoa. Su interés era difundir en la sociedad venezolana el acervo literario y artístico de Portugal, aprovechando la ocasión que el cincuentenario ofrecía. No podemos decir que esta nota de prensa haya sido la motivación de la iniciativa, pero sí que se sumó como evidencia de una necesidad percibida por sus promotores: dar a conocer otro lado de la cultura portuguesa.

La estrategia cubrió dos tipos de acción cultural a la vez: por un lado, la divulgación, y por otro, la animación. Además de realizar una campaña divulgativa sobre la obra de Pessoa, se animó a escribir sobre él, haciendo a la sociedad venezolana, en su sentido más amplio, partícipe y protagonista del proceso. Para ello, se convocó un concurso nacional sobre Pessoa con dos categorías: ensayo literario y periodismo cultural. Para cada categoría conformaron un jurado especializado, integrado por un representante por la comunidad portuguesa y tres figuras insignes de la intelectualidad venezolana, con amplio reconocimiento nacional. De ambos concursos, uno se convertiría en un verdadero caballo de Troya: el periodístico. El premio en monetario, que además incluía un viaje a Portugal, tenía como condición publicar en la prensa venezolana cuatro artículos sobre Fernando Pessoa por autor (Jiménez, 1985).

Las páginas de los diarios se llenaron de nuevas referencias a la cultura portuguesa, que sustituían, por primera vez, los lugares comunes en torno a sus inmigrantes o en torno al día nacional de Portugal. El éxito de la convocatoria impulsó a la Comisión a que siguiera adelante, considerando además que en 1988 también se cumpliría el primer centenario del natalicio del poeta. En consecuencia, junio y noviembre de los años siguientes se convirtieron en excusa para invitar a expertos, tanto nacionales como internacionales. Es el caso, por ejemplo, de la apertura del “año pessoano”, que contó con la presencia del Arnaldo Saraiva, director del Centro de Estudios Pessoaanos de la Universidad de Porto en 1985, o del escritor Joaquín Marta Sosa, portugués de nacimiento y venezolano por naturalización, responsable de la conferencia de clausura, en 1986. También invitaron a los escritores José Saramago en 1988, José Cardoso Pires en 1989 y David Morão-Ferreira en 1990.

Había otra razón. Se percibía que, hasta entonces, en la sociedad venezolana predominaba un incómodo estereotipo sobre los portugueses: al mismo tiempo que se reconocía su capacidad de trabajo, sus valores familiares y su progreso económico,

se les veía como incultos y toscos, en virtud de la procedencia rural y el bajo nivel de instrucción de la mayoría de los llegados en las décadas de 1940 y 1950. Habiendo sido la interacción con ellos la que proporcionó a los venezolanos cierta información sobre Portugal, su imagen se proyectó sobre la nación lusa, representada como conservadora, rural y pobre. La imagen contrastaba con la vertiginosa transformación que Venezuela experimentaba desde la aparición del petróleo, intensificada tras su nacionalización (Coronil Ímber, 2013).

Pese a que las cosas habían cambiado tanto para los inmigrantes portugueses en la Venezuela como para Portugal desde la primera ola migratoria hasta esa fecha, el cambio no fue registrado en el pensamiento colectivo. La percepción del estereotipo la encontramos en las palabras que el propio Daniel Morais, presidente de la Comisión, profiriera en un acto público en 1987, con motivo de una exposición alusiva al poeta y sus heterónimos. Según la revista *Noti-Luso*, allí Morais afirmó:

sabemos todos que, apesar de que somos tantos os portugueses na Venezuela, a nossa presença ainda não adquiriu toda a sua devida estatura socio-cultural, e que, a cultura portuguesa, depois de mais de 40 anos de imigração ininterupta, continua a ser, lamentavelmente, quase desconhecida. Por múltiplas e complexas relações, ignoram-se as realizações culturais, artísticas e literárias acontecidas no percurso da história da nossa cultura... A divulgação da nossa cultura e o reforço da imagem da nossa colónia não pode ser produto de iniciativas esporádicas ou improvisadas... É desde esta perspectiva que preconizamos hoje a organização de uma Fundação Cultural, de carácter permanente e com uma infraestrutura de orçamento mínimo que possibilite o seu arranque e funcionamento. Requer-se, pois, o apoio de todos, um apoio que esperamos seja sinceramente traduzido num compromisso activo e numa adesão manifesta. (Fundação Cultural Fernando Pessoa, 1987, p. 25)

Ciertamente, para cuando se creó el IPC, la migración portuguesa ya contaba con varias décadas de asentamiento, y existían otras asociaciones y grupos de la comunidad, como los clubes recreativos, los grupos folclóricos, las asociaciones benéficas y los clubes deportivos. Como diría María Teresa Nascimento (2013), Venezuela se había transformado, para entonces, en una residencia duradera, y eso se reflejó en la ambición del IPC, que ahora aspiraba a convertirse en una institución reconocida en el campo cultural del país. Dicho de otro modo, las palabras de Morais (Fundação Cultural Fernando Pessoa, 1987) se anclaban en la percepción de ciertas desigualdades en el proceso intercultural, en dos dimensiones: (a) el poco conocimiento sobre los aportes portugueses en el campo de la cultura, y (b) la imagen estereotipada de sus inmigrantes en el país.

Ambas dimensiones se proyectaban una sobre la otra. Si bien los portugueses estaban cada vez más adaptados y habían vencido también sus prejuicios sobre el gentilicio venezolano —que también los tenían—, se echaba de menos una mirada más ensanchada de ellos y de su país.

Estrategias Para Consolidar la Presencia

A través del trabajo desarrollado en el último lustro de los 80 por la Comisión, sus representantes luchaban por conquistar un espacio de participación en la escena cultural nacional, al tiempo que luchaban por un nuevo modelo de representación que le hiciera justicia a su proceso histórico en el país. Y este es un punto importante del asociacionismo migrante. Veamos.

De acuerdo con Lacomba Vázquez y Moraes Mena (2020), en el estudio de las migraciones es necesario distinguir entre “integración” y “adaptación”, entendida esta última como una “forma de encajar o de acomodarse de un modo subalterno a lo ya preestablecido” (p. 3), en la cual el sujeto migrante se atiene tanto al papel conferido por la sociedad de acogida como a su representación. De este modo, la iniciativa implícita en la formulación del IPC era la de transformar este imaginario, ser parte activa de otra representación.

Fue así que, en 1990, la comisión pessoana se transformó en la Fundación Instituto Portugués de Cultura, una asociación sin fines de lucro. Probada su capacidad de establecer vínculos con las instituciones culturales venezolanas, los artistas y los intelectuales, el objetivo no se reduciría a la mera divulgación del tema “Portugal” en su cultura, al menos teóricamente. En su acta constitutiva, publicada oficialmente en *El Correo Comercial* (1990), el IPC declarararía como objetivo:

la promoción y realización de todo tipo de actividades literarias, científicas, artísticas y sociales relacionadas con el estudio, investigación, promoción y divulgación de la cultura de Venezuela y Portugal, así como la afirmación y divulgación de la lengua portuguesa y el fortalecimiento de los vínculos de la comunidad portuguesa y sus descendientes en Venezuela con la patria de origen – Portugal. (Fundación Instituto Portugués de Cultura, 1990, p. 19)

Como se ve, en un solo objetivo se enuncian tres direcciones de acción diferentes: primero, la divulgación del acervo cultural de ambos países; segundo, la defensa de la lengua portuguesa, decantada de la percepción de su abandono en el seno de la comunidad y especialmente en los lusodescendientes; y, tercero, la reactivación de los vínculos entre los emigrantes y Portugal. Sin embargo, no queda claro si este papel se proponía en términos simbólicos o pragmáticos, pues para entonces ya existía el Consejo de las Comunidades Portuguesas, un mecanismo concreto de vinculación y articulación. Todo parece apuntar al deseo del IPC de elevar el orgullo identitario y el sentido de pertenencia.

Al leer el objetivo, se comprende por qué esta fundación no se llamó “Instituto de Cultura Portuguesa”. El nombre efectivamente constituido, “Instituto Portugués de Cultura”, es una declaración de intenciones más amplias: (a) son los portugueses organizados los que asumen el liderazgo de las iniciativas; y (b) las iniciativas están abiertas a una perspectiva intercultural.

La primera línea de acción propuesta sería la dominante, la que guiaría el conjunto de acciones culturales diseñadas a lo largo de su existencia. Pero en la práctica, se ocuparían específicamente de la divulgación de los bienes culturales portugueses, con énfasis en la literatura, si bien la música, el cine y las artes visuales tuvieron un lugar.

En consonancia con la segunda línea de acción del objetivo general, la promoción literaria fue útil para elevar el prestigio del idioma en el país, pero el IPC no lograría asumir directamente la responsabilidad de enseñar la lengua, a falta de condiciones presupuestarias y de infraestructura. En contrapartida, sus miembros intercedieron por la ampliación de posibilidades para la enseñanza del portugués y apoyaron las iniciativas de otras instituciones. De hecho, algunos de sus miembros fueron profesores de lengua y cultura portuguesas, como João da Costa Lopes. Para colofón, Morais, una vez nombrado agregado cultural de la embajada, realizó esfuerzos que llevaron a la creación del Departamento de Portugués de la Escuela de Idiomas Modernos de la Universidad Central de Venezuela en el año 1994 (Cunha, 1998). Directa o indirectamente, estos enfoques y acciones confirman que la dirección del IPC y el espíritu que animaba a sus miembros no se limitaba a la conservación de costumbres en el seno de la comunidad portuguesa. Y este es un aspecto fundamental para caracterizar la acción cultural del instituto.

Hasta entonces el asociacionismo portugués de talante cultural centraba el foco en la conservación de las costumbres, las tradiciones, las prácticas y los valores portugueses en el seno de la comunidad y no tanto fuera de ella, con excepción de las festividades religiosas como la Virgen de Fátima, convocantes de la catolicidad, y algunas otras actividades. El IPC destacó en este contexto por su apertura declarada a la sociedad venezolana y, en específico, por su posicionamiento como agente del circuito cultural del país, afirmación que hacemos sobre la base del trayecto descrito y de la amplia cobertura que sus actividades tuvieron en la prensa nacional.

La misión del IPC, sin embargo, no era *sui generis* ni en cuanto a público objetivo ni en cuanto al asunto convocante. Ya hemos referido la actuación de la SACAP en los 70, que pretendió divulgar la cultura y las artes portuguesas en Venezuela integrando a la intelectualidad y las instituciones de ese país. Si el IPC pudo ocupar el vacío dejado por la SACAP fue gracias a varios factores. Por un lado, la conformación de un núcleo de asociados con experiencia reconocida en el campo de la producción cultural – por solo nombrar algunos: el artista Dorindo de Carvalho, los escritores Joaquín Marta Sosa y Sergio Alves Moreira, y João da Costa Lopes. Por otro lado, las estrategias de financiamiento y cooperación interinstitucional que se desplegaron. Tales estrategias sumaron el esfuerzo de socios y benefactores privados, y el apoyo de las autoridades de ambos países. Sobre todo, se tradujeron en colaboraciones con instituciones culturales y educativas venezolanas como el Ateneo de Caracas, el Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, la Cinemateca Nacional o la Escuela de Letras de la Universidad Central de Venezuela, por solo mencionar algunas.

En cuanto al objetivo de divulgar la cultura venezolana –entendida como el tema o contenido de sus eventos–, no hemos encontrado registro de actividades

específicas. Lo que sí encontramos fue la programación de artistas e intelectuales venezolanos, animados por este a replicar el acervo cultural portugués. Un caso ejemplar: por invitación y encargo de la Comisión que antecedió al IPC, la mezzosoprano Mariela Valladares y la pianista Elizabeth Guerrero presentaron en la clausura del año pessoano en 1986 un recital de compositores portugueses (“Pessoa Tendrá Otro Homenaje”, 1986). Esta modalidad de acción cultural se replicó una vez formalizado el instituto, y buscó solventar la percepción de asimetría. Fue una especie de catequesis en búsqueda de prosélitos más allá de los límites de la comunidad.

Con este sistema de colaboraciones, observamos que el IPC ha apostado a la ampliación de su ámbito de influencia en el país, a la legitimación de su autoridad en el campo de la producción cultural, a la resignificación de Portugal y del papel de los portugueses en la sociedad venezolana. Al mismo tiempo, observamos que se ha convertido en una pieza del circuito de artistas locales, incluidos los lusovenezolanos, abriendo para ellos espacios alternativos de intervención y valoración. Gracias a la suma de todos estos elementos, el IPC ha sido un puente de comunicación legítimo entre el Estado portugués y los gobiernos e instituciones de los países de acogida, aspecto que Daniel Melo (2011) defiende como una característica distintiva del asociacionismo luso en el mundo, en tanto parte de la formulación de la “Portugalidad” en el exterior.

Estrategias Para Resistir

En los últimos dos lustros, se han hecho notar algunos cambios en la dinámica del funcionamiento del IPC. El cambio que referimos, apenas perceptible tras una sesuda revisión, brota de la crisis democrática y económica del país, cuya gravedad ha provocado, a la fecha, la emigración de 7,89 millones de venezolanos aproximadamente (R4V, 2024), incluidos portugueses integrados y lusovenezolanos. El proceso ha afectado la configuración del IPC, cuyos miembros hoy se reparten entre Caracas, Lisboa, Madrid, Oporto, Aveiro y Funchal, y recurren a la tecnología para mantener sus vínculos con la institución y tomar decisiones.

Este fenómeno migratorio pone al IPC en los límites del transnacionalismo una vez más, con una complejidad distinta a la inicial. Si antes el transnacionalismo se verificaba en aspectos como el flujo de invitados, las relaciones con las autoridades diplomáticas o la promoción de la interculturalidad, ahora se expresa también en la desterritorialización de la pertenencia institucional y el compromiso asociativos, sin que cambie la territorialidad de la acción concreta, limitada a Venezuela.

Parece que estamos ante una crisis de continuidad institucional, fraguada por el contexto social. En parte, la diáspora venezolana se traduce en la falta de generación de relevo, no solo en el IPC, sino también en otras asociaciones y grupos de la comunidad. Eso se suma a las dinámicas que suponen la integración y los cambios generacionales. Mark Dinneen (2015), basado en entrevistas y la revisión de la prensa comunitaria, ha sostenido: “es muy difícil saber hasta qué punto la segunda y tercera

generaciones seguirán manteniendo los vínculos con Portugal, o continuarán con el trabajo de las organizaciones portuguesas en Caracas” (p. 65).

En todo caso, para el IPC, la tecnología ha funcionado, sobre todo, como una herramienta de organización para la supervivencia de la institución, pero también los miembros “dispersos por el mundo” han encontrado en ella una solución para mantener los vínculos. En esa medida observamos que acumulan una experiencia transmigrante por partida doble: como emigrantes portugueses y como emigrantes venezolanos. Así, el sentido de pertenencia se hace más complejo. Es un caso que se cuenta entre los de aquellos migrantes que “en vez de sufrir por una lealtad dividida, logran negociar entre las dos sociedades y culturas” (Dinneen, 2015, p. 57).

En cuanto a las acciones desarrolladas recientemente por el IPC, si bien se ha mantenido la colaboración con entidades venezolanas, se aprecia un mayor estrechamiento de las relaciones con las autoridades diplomáticas y otras asociaciones lusas. De manera semejante, entre los artistas locales invitados, predominan los lusodescendientes sobre otros venezolanos, a juzgar por los eventos publicados en sus redes oficiales (IPC: Instituto Português de Cultura, s.f.). Esto puede leerse de dos maneras diferentes, no excluyentes entre sí:

- Que la siembra del IPC a lo largo de sus primeras décadas ha dado frutos para la cosecha en la propia comunidad, en la medida en que la institución ha logrado mapear, articular y poner en circulación el conjunto de iniciativas artísticas y culturales de otros agentes.
- Que la crisis reciente de la sociedad venezolana –que afecta la institucionalidad democrática, la consecución de acuerdos y presupuesto y la planificación a largo plazo– estimula la tendencia a la autorreferencialidad.

Estamos en presencia de un contexto de cambio, que demanda nuevas estrategias para la supervivencia de la institución. Entre tanto, el IPC ha logrado una acción constante y el reconocimiento de la sociedad venezolana, expresado en los medios de comunicación y en los acuerdos celebrados hasta la fecha.

Conclusiones: El Papel del Instituto Portugués de Cultura Como Asociación Migrante en Venezuela

Según Daniel Melo (2011), asociaciones como el IPC corresponden a una etapa histórica determinada: la del final del siglo XX, que deja de apelar a la defensa de la identidad para promover nuevas causas:

o cultural “cultivado” (integração no circuito artístico contemporâneo), as minorias (por exemplo, jovens, gays, lusodescendentes), de mulheres, direitos humanos (por exemplo, Timor-Leste independente), etc. Visto por este prisma, entrevê-se como a sofisticação e a afirmação cívica podem reforçar o cruzamento de elementos nacionais e cosmopolitas. (p. 179)

Es en el ámbito de lo artístico contemporáneo, de lo “cultivado”, donde el IPC procuró un reconocimiento que lo incorporara en el concurso de las cosas de valor “universal”. Básicamente, que se reconociera su entrada y su parte en la modernidad, sobre todo una vez que se incorporó el país a la Comunidad Económica Europea (más tarde, Unión Europea).

A final de cuentas, la acción cultural del IPC se ha orientado hacia lo que Ortiz (2005) refiere como la construcción de un estereotipo aceptable, uno desde el cual se pueda entablar una relación más equitativa con los Otros. Se confirma que el IPC surgió como una alternativa diferenciada en medio de un conjunto de asociaciones lusas, mayormente destinadas a la convivialidad comunitaria, al resguardo de las tradiciones populares y a la beneficencia.

En conclusión, el ideario y la trayectoria del IPC durante la democracia venezolana irradiaron un aspecto fundamental del asociacionismo migrante: la importancia de situarse públicamente como actores sociales con iniciativa, como agentes activos del proceso de integración social y de las relaciones de interculturalidad, habilitados para deliberar, tomar decisiones, proponer planes de acción, coordinar esfuerzos con los interlocutores locales y ejecutar proyectos. Se trata de la renegociación de las posiciones de los migrantes en las sociedades de acogida, que no aceptan las representaciones inamovibles y encapsuladas en el tiempo, que reclaman el reconocimiento de la propia transformación histórico-cultural sufrida al abrigo de la sociedad de acogida.

Esto rompe con la perspectiva paternalista que infantiliza a los colectivos migrantes y, a su vez, con el enfoque individualista que sitúa el relato en las historias de éxito económico que, en el caso de la diáspora portuguesa, suele leerse como continuación del imaginario del explorador y conquistador del siglo XVI, según Lourenço (2020). Mientras rompe con esos estigmas, construye sobre sus escombros un ejercicio democrático en pro de la interculturalidad.

Este ensayo responde a las preguntas planteadas como la motivación, enfoque y acción concreta del IPC en tanto asociación migrante portuguesa en Venezuela, pero quedan cuestiones pendientes. Es cierto que toda institución humana parte de una intención declarada, pero también que existe una trama de interseccionalidades que no hemos tratado aquí. Ellas modelan, deliberadamente o no, las políticas y las prácticas institucionales con efectos en el imaginario social. Al igual que la sociedad en su conjunto, las comunidades migrantes —y sus asociaciones— están atravesadas por intersecciones de género, edad, clase social o raza que pueden ser reveladoras de la axiología dominante. No hemos tenido ocasión para tratar estos enfoques en el presente estudio, pero se abre esa posibilidad en futuras investigaciones. También queda abierta la cuestión sobre las instituciones venezolanas: ¿acaso su relación con el IPC —u otras asociaciones migrantes lusas— fue siempre de respuesta o también propositiva e integradora? Considerar estos aspectos podrá, sin duda, ayudar a comprender mejor el impacto que el asociacionismo migrante ha tenido en la construcción de ciudadanía en Venezuela.

Agradecimientos

Agradezco al Departamento de Historia, Artes y Humanidades y dependencias administrativas de la Universidad Autónoma de Lisboa involucradas en el financiamiento de esta investigación.

Referencias

- Canclini, N. G. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados: Mapas de la interculturalidad*. Gedisa.
- Coronil Ímber, F. (2013). *El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Alfa.
- Cunha, J. F. M. da. (1998). *Viagem à Venezuela*. Ex-Libris.
- Dinneen, M. (2015). El transnacionalismo de los inmigrantes: Los portugueses y luso-venezolanos en Caracas. *Terra*, 31(49), 49-69.
- Eanes, A. R. (1979). *Estreitar as relações de Portugal com o mundo: Textos oficiais relativos às visitas do Presidente da República Portuguesa ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde, 21 de Maio a 3 de Junho de 1978*. Ministério da Comunicação Social - Direcção Geral de Divulgação.
- Fernández-Montesinos, A. (2016). Los estereotipos: Definición y funciones. *Iberic@l*, (10), 53-63.
- Fundación Instituto Portugués de Cultura. (1990, 28 de noviembre). 7822 "Fundación Instituto Portugués de Cultura" [Acta fundacional]. *El Correo Comercial*, (988), 19-21.
- IPC: Instituto Português de Cultura. (s.f.). *Conversación* [Grupo de Facebook]. Recuperado el 7 de octubre de 2025, de <https://www.facebook.com/groups/137270916319/about>
- Jiménez, M. (1985, 7 de noviembre). *Fernando Pessoa será punto de partida para difundir cultura portuguesa en Venezuela*. El Universal.
- Fundação Cultural Fernando Pessoa. (1987, marzo). *Noti-Luso*, (5), 25.
- García Burgos, J. (2022). Prácticas transnacionales y asociacionismo migrante: El caso colombiano en la Comunidad de Madrid. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, 49(2), 245-255. <https://doi.org/10.5209/redc.81986>
- Glick Schiller, N., Basch, L., & Blanc-Szanton, C. (2005). Transnacionalismo: Un nuevo marco analítico para comprender la migración (R. Gil & X. Alba, Trads.). *Revista Bricolage*, (7), 34-49.
- González, D. L. (1985, 18 de agosto). *Ver para leer*. El Nacional.
- Gusso, R. (2021). Associativismo (o que é associativismo?). In C. das Neves Bodart (Ed.), *Conceitos e categorias fundamentais do ensino de ciência política* (pp. 19-24). Editora Café com Sociologia.
- Grimson, A. (2020). *Los límites de la cultura. Crítica de las teorías de la identidad*. Siglo XXI.
- Lacomba Vázquez, J., & Moraes Mena, N. (2020). La activación de la inmigración: Capacidades y agencia de los migrantes. *Migraciones*, (48), 1-20. <https://doi.org/10.14422/mig.i48y2020.001>
- Lopes, J. da C. (1985, 4 de septiembre). Algo más respecto a Fernando Pessoa. *El Nacional*.
- Lourenço, E. (2000). *O labirinto da saudade*. Gradiva.
- Melo, D. (2011). Fátima, folclore e futebol? Portugalidade e associativismo na diáspora. In A. Barata, A. S. Pereira, & J. R. Carvalheiro (Eds.), *Representações da Portugalidade* (pp. 173-195). Caminho.

Nascimento, M. T. (2013). O correio da Venezuela e a diáspora portuguesa. In T. Cid, T. Alves, I. Blayer, & F. Fagundes (Eds.), *Portugal pelo mundo disperso* (pp. 193-202). Tinta-da-China.

Ortiz, C. (2005). Proyectos político-culturales de las organizaciones de inmigrados: Estrategias para la reterritorialización del desarraigo. In E. Domenech (Ed.), *Migraciones contemporáneas y diversidad cultural en la Argentina* (pp. 187-201). Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba.

Pessoa tendrá otro homenaje. (1986, 1 de diciembre). *El Diario de Caracas*.

R4V. (2024, 5 de diciembre). *Refugiados y migrantes venezolanos en la región*. <https://www.r4v.info/es/document/r4v-america-latina-y-el-caribe-refugiados-y-migrantes-venezolanos-en-la-region-noviembre-3>

Rocha-Trindade, M. B. (2010). Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*, (6), 39-58. <http://hdl.handle.net/10400.2/1455>

Roßteutscher, S. (2000). Democracia associativa: As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia? In J. M. L. Viegas & E. C. Dias (Eds.), *Cidadania, integração, globalização* (pp. 233-254). Celta Editora.

Xavier, A. de A. (2007). *Con Portugal en la maleta*. Alfa.

Carnaval em Diálogo: Quilombos Contemporâneos e a Interação Cultural Entre as Escolas de Samba do Rio de Janeiro e o Carnaval de Estarreja

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.12>

Leonardo Morais Lopes

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0009-0005-6536-2189>
lmorais.lopes@gmail.com

Lucas Novais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0009-0000-9132-725X>
lucas.ferreira.novais@gmail.com

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os deslocamentos e as reconfigurações simbólicas do modelo carioca de escolas de samba, quando transposto para o contexto português, especificamente para a cidade de Estarreja. Com base em uma etnografia de curta duração e autoetnografia, analisamos como se dão a tradução e a ressignificação do carnaval brasileiro em solo europeu, focalizando tanto os elementos estéticos e performáticos, quanto os contextos sociais e políticos que os moldam. Partimos da hipótese de que as escolas de samba do Rio de Janeiro podem ser compreendidas como quilombos contemporâneos – organizadas enquanto “sociedades alternativas” e criadoras de espaços de resistência simbólica, afetiva e política das populações marginalizadas –, e interrogamos se essa potência se mantém ou se transforma ao atravessar o Atlântico. A pesquisa revela que, embora o carnaval de Estarreja se aproxime esteticamente do modelo carioca, as experiências observadas carecem da densidade política e da presença étnico-racial que caracterizam os quilombos brasileiros. Como conclusão, propomos uma reflexão sobre os limites e possibilidades do “terceiro espaço” (Bhabha, 1994/1998), sob um prisma decolonial (Walsh, 2006), questionando as ambivalências que se

apresentam a partir deste hibridismo cultural (Bhabha, 1994/1998; Canclini, 1990, 2007/2008) em contexto pós-colonial.

Palavras-chave

escolas de samba, quilombos contemporâneos, hibridismo, festas populares

Introdução

O presente artigo investiga as reconfigurações simbólicas e culturais resultantes da transposição do modelo das escolas de samba cariocas para contextos europeus, tendo como estudo de caso o carnaval da cidade de Estarreja, em Portugal. Partimos do reconhecimento do samba como uma expressão cultural complexa, forjada na confluência entre a diáspora africana, os processos de resistência das populações negras e a miscigenação sociocultural que caracteriza parte da formação histórica brasileira. A questão central que orienta esta reflexão é: até que ponto é possível identificar, em solo europeu, formas análogas aos “quilombos contemporâneos”? Tal conceito será mobilizado como chave interpretativa para compreender tanto as escolas de samba do Rio de Janeiro quanto as suas ressignificações lusitanas.

Nesse sentido, propomos uma leitura das escolas de samba cariocas como territórios de resistência, nos quais se entrelaçam saberes ancestrais, práticas coletivas e narrativas periféricas, articuladas por meio de uma estética insurgente e de uma pedagogia da memória. Através de uma etnografia de curta duração, aliada à autoetnografia, analisamos como essa linguagem cultural é traduzida em Estarreja, onde as escolas locais reproduzem a forma carnavalesca do modelo brasileiro, mas em um contexto profundamente distinto no que diz respeito à raça, à classe, à história e à territorialidade.

Se as escolas de samba atravessaram o Atlântico, é necessário, antes, voltar o olhar para o território em que essa manifestação emergiu, não por um imperativo cronológico, mas por uma exigência epistemológica. Compreender o samba em Portugal implica revisitar o Brasil não como origem fixa, mas como um espaço simbólico e híbrido, no qual essa forma cultural floresceu por meio de encontros, tensões e invenções entre matrizes africanas, indígenas e europeias.

O Brasil, enquanto nação constituída sob as marcas da violência colonial, também produziu, por meio da criatividade das populações subalternizadas, formas híbridas e insurgentes de resistência e pertencimento. Como argumentam autores como Homi Bhabha (1994/1998), Néstor García Canclini (1990, 2007/2008) e Stuart Hall (1992/2003), o hibridismo cultural não é uma condição estática, mas um processo dinâmico de negociação, disputa e reinvenção. Nesse contexto, o samba se configura

como uma síntese simbólica da experiência brasileira: mais do que um gênero musical, articula religiosidade, memória, corporeidade, política e desejo.

Entre as suas expressões mais complexas estão as escolas de samba, que, desde o início do século XX, constituem espaços de criação coletiva, de pedagogia comunitária, de religiosidade afro-brasileira e de disputa simbólica. Pesquisadores, como Luiz Antônio Simas (2020), Felipe Ferreira (2004) e Izak Dahora (2019), apontam que tais agremiações transcendem o espetáculo carnavalesco, constituindo-se em territórios afetivos, centros de transmissão de saberes tradicionais e espaços de protagonismo negro e popular.

Temos diante de nós uma arte total da integralidade afro e tupiniquim, brasileira e nossa, devidamente “aclimatada”, digamos, aos trópicos, sequência progressivamente espetacularizada de nossa tradição do auto popular; trabalho coletivo feito com sangue negro, indígena, branco... e na mistura antropofágica de erudito e popular que tanto nos define. (Dahora, 2019, p. 16)

Neste trabalho, propomos compreender as escolas de samba do Rio de Janeiro enquanto “quilombos contemporâneos” – conceito revisitado criticamente a partir das formulações de Abdias do Nascimento (1980), Clóvis Moura (2021), Kabengele Munanga (1996) e Beatriz Nascimento (2018). A primeira definição legal de quilombo parte do antigo rei de Portugal, D. João V, que em 1740, os define enquanto “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 1986, p. 16). No passado, os quilombos brasileiros se situavam em locais de difícil acesso e distantes das áreas centrais (Lara, 2016, 2021; Moura, 2021; Munanga, 1996), exatamente por serem constituídos a partir de pessoas negras (ex-escravizadas), que haviam fugido e que abraçavam diferentes membros oprimidos pela sociedade colonial da época, sendo espaços de trabalho comunitário, disciplina e organização (Moura, 2021). O Brasil ainda possui uma série de “remanescentes quilombolas” (Almeida & Nascimento, 2022), definidos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida” (Instrução Normativa nº 49, 2008).

Se, por um lado, há uma historicidade e tradição quilombola, como exposto acima; por outro lado, também há diversos movimentos que modernizam o conceito de quilombos. Na própria historiografia do samba, destacamos o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, fundado por Antônio Candeia Filho na década de 1970 (Treece, 2018), que buscava se contrapor a uma certa mercantilização do samba, cada vez mais afastado de suas raízes populares e do seu papel como expressão tradicional de resistência do povo negro. O G.R.A.N.E.S Quilombo se destacou, à época, por ser constituído por vários “intelectuais populares” – chegando a agrupar cerca de 200 pessoas em conferências, que não envolviam samba nem comida, para discutirem temas e estudos acerca da contribuição negra na formação cultural do Brasil. Dentre tais intelectuais populares, reuniram-se desde residentes de morros e

favelas a acadêmicos negros da “primeira geração de negros intelectuais a ganharem acesso à universidade e a conseguirem cargos docentes em número significativo” (Santos, 2011, como citado em Treece, 2018, p. 179). Neste contexto, outra escola de samba que merece destaque é a Acadêmicos do Salgueiro, que, desde a década de 1950, inovou ao apresentar diversos sambas-enredo com enfoque em histórias e personalidades afro-brasileiras, auxiliando a popularizá-las na sociedade brasileira, como *Navio Negreiro* (1957), *Quilombo dos Palmares* (1960), *Chica da Silva* (1963) e *Chico-Rei* (1964), entre outros (Prudente & Costa, 2020; Treece, 2018). Por ser um ambiente de trabalho comunitário, disciplina e organização, além de trazer um enfoque na cultura afro-brasileira, a escola de samba Acadêmicos do Salgueiro chegou a ser definida enquanto um “quilombo moderno”. Esta expressão ilustra o recente livro de Bruno e Lopes (2024), que documenta a escola e suas revoluções.

Há um outro fenômeno relativamente recente no Brasil contemporâneo: os autointitulados “quilombos urbanos”, isto é, instituições culturais independentes que se autointitulam enquanto quilombos e se localizam em centros metropolitanos, com enfoque em promover e debater a negritude brasileira na contemporaneidade, fomentando espaços de reorganização e resistência afro-brasileira, como o Aparelha Luzia, no centro da cidade de São Paulo (Novais, 2022). O Aparelha Luzia, por exemplo, em diálogo com o quilombismo de Abdias do Nascimento (1980), propõe um espaço de união étnico-racial, em que negros e negras possam, de acordo com a fundadora Erica Malunguinho, “simplesmente ser e escrever nossas narrativas, um lugar de encontro e de existência” (Sanz, 2017). Neste sentido, visitar o Aparelha Luzia é um ato de resistência – por inverter a lógica brasileira e proporcionar um espaço de diálogo majoritariamente negro, no coração da maior metrópole da América Latina e em um país estruturalmente racista, onde ser negro duplica a probabilidade de ser morto em comparação com não-negros (Cerqueira & Bueno, 2025). Não obstante, também há um caráter de existência, pelo contato com uma diversidade de pessoas negras e pluralidade de interseccionalidades de gênero, sexualidade, tons de negritude ou até mesmo outras etnias, assim como nos quilombos históricos e “tradicionais”. Por fim, visitar o Aparelha Luzia também é um ato de “aquilombamento”, isto é, uma práxis e uma conexão constantes com saberes ancestrais, que segue a definição de Beatriz Nascimento (2018) do lema dos quilombos: “agrupar, organizar, distribuir e amar”.

Deste modo, compreendemos que há diferentes aplicações do termo “quilombo”: uma “tradicional” e que há ramificações étnico-raciais no presente, como os “quilombolas remanescentes”; uma “moderna”, ligada às escolas de samba após a década de 1960; e outra, mais recente, voltada a um fenômeno urbano e metropolitano. Notando que há elementos distintivos entre os conceitos de “quilombo moderno” e “quilombo urbano”, principalmente acerca de territorialidade (escolas de samba x instituições culturais independentes metropolitanas) e de finalidade (as escolas de samba, por definição, possuem um maior enfoque no objetivo do desfile anual – não obstante, as suas temáticas anuais variam anualmente; os quilombos urbanos, contudo, possuem atividades variadas, mas cujo enfoque e objetivo sempre visa um agrupamento e reorganização socio-político-cultural de vivências negras), utilizamos o termo

“quilombo contemporâneo” como uma metáfora que busca pôr em diálogo os dois conceitos, que apesar de diferentes na forma, assemelham-se entre si em conteúdo.

Assim sendo, se os quilombos históricos foram territórios de fuga, autodefesa e resistência negra frente à escravidão colonial, os quilombos contemporâneos podem ser concebidos como espaços de criação simbólica e autonomia em meio às opressões estruturais da modernidade.

Os quilombos não pertencem apenas ao passado escravocrata; eles persistem na contemporaneidade como formas de resistência cultural, territorial e simbólica das populações negras frente à exclusão estrutural. Esses espaços, atualizados no tempo, expressam a continuidade de uma luta por autonomia, memória e dignidade. (Moura, 2021, p. 45)

A partir dessa hipótese, examinamos como o modelo das escolas cariocas é traduzido, reinterpretado e ressignificado no carnaval de Estarreja, cidade do Centro-Norte de Portugal, que, desde a década de 1980, realiza desfiles inspirados na estética e na estrutura do carnaval brasileiro. Em um processo que pode ser descrito como “hibridização” (Canclini, 1990, 2007/2008), que opera a partir de um “terceiro espaço” (Bhabha, 1994/1998), as escolas portuguesas adotam elementos do carnaval carioca, como alas, bateria, samba-enredo, fantasias e alegorias, mas o fazem em um cenário social, político e étnico profundamente distinto, o que tensiona e reconfigura os significados originalmente associados a essas práticas no contexto brasileiro.

Compreendemos o conceito de “hibridização” (Bhabha, 1994/1998; Canclini, 1990, 2007/2008) como uma série de processos socioculturais em que determinadas estruturas e práticas – únicas e distintas – combinam-se em novas estruturas, práticas e objetos híbridos. A partir desta série de processos socioculturais, ocorre a “construção de um objeto político que é novo, nem um e nem outro” (Bhabha, 1994/1998, p. 51). Tal construção, como referida, é realizada a partir daquilo a que Bhabha (1994/1998) denomina de “terceiro espaço”:

é o Terceiro Espaço que, embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação, garantindo que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial – e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo. (pp. 67–68)

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é investigar em que medida as escolas de samba da cidade de Estarreja, em Portugal, podem ser compreendidas, ou não, como formas análogas aos chamados “quilombos contemporâneos”. Pretendemos, assim, discutir os potenciais e os limites dessa analogia no contexto europeu, considerando os deslocamentos simbólicos, afetivos e políticos envolvidos na transposição do modelo carnavalesco carioca para além do Atlântico. Para além disso, visamos explorar os possíveis diálogos interculturais e processos de tradução, ressignificação e hibridização que decorrem da interpretação do carnaval carioca em solo português. Deste modo, desenvolvemos uma investigação empírica de natureza qualitativa, com

abordagem interpretativa e etnográfica, ancorada nos pressupostos epistemológicos dos estudos culturais. Adotamos a etnografia de curta duração (Pink & Morgan, 2013), aliada a elementos de autoetnografia (Boylorn & Orbe, 2014; Versiani, 2002), reconhecendo que os pesquisadores também são sujeitos afetados e implicados nos processos culturais observados. A etnografia de curta duração (Pink & Morgan, 2013) foi escolhida por seguir a tradição da etnografia, mas situando-se em um curto espaço de tempo e, portanto, implica um alto nível de intensidade e engajamento com os atores e situações presentes no estudo. Tal escolha foi fundamental para que pudéssemos realizar esta investigação exploratória, tanto pelo caráter de festa e de instante que permeia os desfiles de carnaval, quanto pelas condições logísticas impostas.

O trabalho de campo foi realizado entre janeiro e fevereiro de 2025, com visitas à cidade de Estarreja, onde observamos as quatro escolas de samba da cidade: Tropa de Estarreja, Vai Quem Quer, Os Morenos e Samba Tribal. A investigação envolveu observação participante em ensaios técnicos, entrevistas informais com dirigentes e integrantes, visitas às sedes das agremiações e acompanhamento *in loco* dos desfiles oficiais. O material empírico foi registrado em diário de campo, complementado por fotografias, vídeos e notas interpretativas, o que incluiu a produção de dois micro-ensaios etnográficos (Novais, 2025a, 2025b) publicados na *Passeio – Plataforma de Arte e Cultura Urbana* do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. A análise dos dados foi estruturada com base em eixos temáticos previamente definidos: hibridismo cultural, performatividade, presença ou ausência de protagonismo étnico-racial e as relações de poder subjacentes à produção e organização do carnaval local.

Para refletir sobre os sentidos atribuídos às escolas de samba em Portugal é imprescindível revisitarmos sua história na cidade do Rio de Janeiro. O surgimento das primeiras escolas de samba está intimamente relacionado às transformações urbanas, sociais e raciais que marcaram a capital fluminense nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, a cidade passava por intensas reformas de modernização, impulsionadas por ideais de embranquecimento e europeização, especialmente a partir da gestão do Prefeito Pereira Passos, cujas intervenções urbanas, como a abertura da Avenida Central e os processos de remoção dos cortiços, visavam “higienizar” o espaço urbano e expulsar as camadas populares dos centros históricos.

Nesse contexto de reconfiguração violenta da cidade, as populações negras e pobres foram empurradas para os morros e subúrbios, onde novas formas de sociabilidade, religiosidade e expressão cultural passaram a florescer. É nesse caldo histórico que emerge, em 1928, a primeira escola de samba reconhecida como tal: a Deixa Falar, fundada no bairro do Estácio. Como destacam diversos estudiosos do carnaval, entre eles Luiz Antônio Simas (2022) e Felipe Ferreira (2004), a Deixa Falar não apenas institucionalizou uma nova forma de se fazer samba no espaço público, como também estabeleceu um modelo organizativo que conjugava ensaio, desfile, hierarquia interna e composição temática, elementos que permanecem como marca distintiva das escolas de samba até os dias atuais.

A cidade do Rio de Janeiro, portanto, não foi apenas o berço geográfico dessa manifestação, mas também o palco simbólico de suas contradições fundantes: entre o desejo estatal de ordem e controle e a potência cultural insurgente das classes subalternizadas. As escolas de samba nasceram como formas de reapropriação criativa do espaço urbano por populações marginalizadas, articulando práticas artísticas, como a música, a dança, a escultura, e a performance, a formas de resistência comunitária, religiosidade afro-brasileira e elaboração simbólica da memória. Destacamos o seguinte trecho, que explicita este vínculo embrionário entre o Rio de Janeiro e as escolas de samba:

poucos locais seriam mais propícios ao surgimento das escolas do que a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o Oxossi caçador das nossas macumbas. A geografia que mistura morro e asfalto, as tensões entre uma cidade negra – porto de entrada de milhares de escravos vindos da África e ponto de atração para milhares de libertos que chegam ao Rio nos anos imediatamente posteriores à abolição da escravidão, em 1888 – e uma cidade que tentou tirar onda de europeia (a “Paris Tropical” das reformas urbanas capitaneadas pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX) possibilitaram que informações culturais de diversos matizes circulassem e produzissem um caldo de cultura peculiar. Tem de tudo na receita carioca. (Simas & Fabato, 2015, p. 12)

Conformadas em territórios periféricos, sobretudo nos morros e subúrbios cariocas, as escolas de samba tornaram-se espaços únicos de reconfiguração identitária e disputa simbólica, onde se combinam dimensões festivas e políticas. Mais do que eventos efêmeros, seus desfiles são produtos de uma economia do afeto, da solidariedade e do trabalho coletivo, constituindo verdadeiros sistemas culturais complexos. A centralidade do corpo negro, da oralidade, do ritmo e da ancestralidade transforma o carnaval em um campo de enunciação potente, no qual saberes periféricos são colocados em cena com força estética e política.

É com esse referencial que analisamos a transposição do modelo das escolas de samba para a realidade portuguesa, e buscamos compreender como – e com que efeitos – esse sistema simbólico é traduzido, resignificado ou até mesmo esvaziado no contexto de Estarreja. A comparação com os quilombos contemporâneos, nesse sentido, não busca impor uma equivalência forçada, mas abrir espaço para pensar as continuidades, rupturas e ambivalências que marcam os trânsitos culturais em tempos de globalização e pós-colonialidade.

No Brasil, os quilombos surgiram como um mecanismo de sobrevivência de negros “fugitivos” face à escravidão. Emulando os quilombos originários da África, fundaram-se enquanto sociedades alternativas, localizadas em lugares de difícil acesso das autoridades coloniais, que possuíam uma organização baseada em comunalidade e em que cada grupo (ou indivíduo) tinha a sua própria função dentro. Apesar de um enfoque na cultura e resistência negra, os quilombos abraçavam diferentes membros oprimidos pela sociedade da época – negros, indígenas e brancos, mesmo que em menor escala (Moura, 2021; Munanga, 1996). No caso das escolas de samba cariocas, os barracões

e as quadras funcionam como espaços de acolhimento, de transmissão de saberes ancestrais, de socialização comunitária e de organização coletiva de afeto, arte e luta.

O carnaval do Rio de Janeiro, particularmente no contexto das escolas de samba, pode ser entendido como um verdadeiro “lugar de memória” (Cavalcanti, 2006), onde a experiência histórica da escravidão e da diáspora africana é reconfigurada em narrativas visuais, musicais e performáticas. As alegorias, os sambas-enredo e os corpos que desfilam nas avenidas carregam camadas profundas de ancestralidade, afirmação identitária e desejo de liberdade. A centralidade do corpo negro – criador, dançante, vibrante – inscreve no espaço urbano uma estética insurgente que desafia os cânones eurocêntricos da arte e da história.

Em tempos marcados pela ascensão de forças conservadoras, pelo aprofundamento do racismo estrutural e pela crescente mercantilização do espetáculo carnavalesco, diversas agremiações têm reafirmado seu papel político. Essa reatualização pode ser observada na escolha de enredos críticos, na valorização de figuras historicamente silenciadas e na recuperação do caráter pedagógico do samba como ferramenta de conscientização. O desfile da Paraíso do Tuiuti, em 2018, com a impactante figura do “vampiro neoliberalista”, é exemplar dessa articulação entre crítica social, simbolismo visual e carnaval como palco de disputas (Guimarães & Lopes, 2023).

Assim, ao propormos a leitura das escolas de samba do Rio como quilombos contemporâneos, não o fazemos com intuito metafórico ou meramente poético, mas a partir do reconhecimento da densidade política, simbólica e afetiva desses espaços. Ainda que tensionadas pelas lógicas do espetáculo e da indústria cultural, essas agremiações seguem produzindo formas alternativas de existência, pertencimento e enunciação.

Ao atravessar o Atlântico, no entanto, o modelo das escolas de samba não é simplesmente reproduzido, ele passa por um processo de resignificação, sendo apropriado de maneira seletiva e adaptado por iniciativas carnavalescas em território português. No caso de Estarreja, cidade da região Centro-Norte de Portugal, observamos – por meio de uma etnografia de curta duração – como o carnaval carioca é tomado como matriz estética e organizativa, embora inserido em um contexto marcado por lógicas históricas, sociais e raciais distintas.

A Tradução e Resignificação do Carnaval de Estarreja

Durante a pesquisa de campo realizada em Estarreja, tornou-se evidente o desejo de aproximação ao modelo brasileiro, visível na estruturação das escolas, muito semelhantes às brasileiras, com alas de passistas e baianas, bateria, comissão de frente, casal de mestre-sala e porta-bandeira. Também se torna perceptível a tentativa de mimetizar o carnaval carioca na escolha dos materiais utilizados na confecção das fantasias. Observa-se o uso expressivo de penas, paetês, lantejoulas e outros elementos típicos das alegorias brasileiras, evidenciando a busca pela exuberância estética característica dos desfiles do Rio de Janeiro. Contudo, essa apropriação visual não se adapta plenamente às condições do contexto português. Um exemplo disso é

o formato das fantasias, que priorizam estruturas verticais e adornos localizados na parte superior do corpo – recurso desenvolvido no carnaval carioca para favorecer a visualização do público posicionado em arquibancadas elevadas ou em transmissões televisivas com ângulos aéreos. Em Estarreja, no entanto, as arquibancadas e a disposição espacial da avenida não permitem essa perspectiva de cima para baixo, o que torna essa escolha estética, ao menos parcialmente, disfuncional ou deslocada em relação ao ambiente local.

Outras particularidades chamaram a atenção, como a divisão de gênero nas alas, marcadamente compostas por mulheres, com homens geralmente restritos à bateria e a funções técnicas. As fantasias das passistas também seguiram o modelo carioca, com fantasias sumárias, ricas em penas e lantejoulas, ainda que desfiladas sob as temperaturas inverniais de fevereiro, o que indica uma fidelidade simbólica à imagem do carnaval brasileiro que se sobrepõe às condições climáticas locais. A insistência nesse visual tropical aponta para uma adesão estética mais do que funcional, reforçando um processo de emulação seletiva.

Outro aspecto relevante observado nos desfiles foi a sua frequência e formato: diferentemente do Rio de Janeiro, onde cada escola desfila apenas uma vez, em Estarreja, ocorrem desfiles diurnos e noturnos, com as escolas se apresentando isoladamente ou ao lado de outras agremiações carnavalescas, como grupos de carnaval. A participação do público, embora presente, revelou-se contida, sem os mesmos índices de engajamento popular e fervor emocional típicos do carnaval brasileiro – o que pode estar relacionado a fatores climáticos, históricos ou culturais ainda não suficientemente elucidados. Em dado momento do desfile, por exemplo, o ato de cantarmos o samba-enredo de uma das escolas despertou olhares do público, como se estivéssemos descumprindo o ritual dessa festividade.

Durante as visitas à quadra da escola Vai Quem Quer, observou-se também a forte presença de vínculos familiares e afetivos na organização da escola, o que indica que o envolvimento com o carnaval em Estarreja ultrapassa o âmbito artístico ou performático, assumindo contornos de uma prática comunitária cotidiana. A madrinha da bateria da Vai Quem Quer é esposa do presidente da escola; o responsável pelo marketing da mesma agremiação é casado com a presidente da rival. Essas redes domésticas revelam um carnaval vivido como espaço de sociabilidade intensa, de partilha de tarefas e de construção de laços afetivos.

A escuta atenta às falas dos interlocutores reforça essa dimensão. Em entrevista informal, realizada no dia 21 de fevereiro de 2025 o vice-presidente e mestre de bateria da Vai Quem Quer afirmou: “não consigo largar a escola nem por um momento. Por isso que não vou ao Brasil para ver o carnaval do Rio presencialmente. Não consigo!”. Tal afirmação revela não apenas o grau de comprometimento com a agremiação, mas também a intensidade de pertencimento construída localmente, o que complexifica a noção de cópia ou de imitação acrítica do modelo brasileiro.

Outrossim, ao longo do estudo, notou-se uma relação ambígua com o Brasil. De um lado, dirigentes expressam entusiasmo em absorver o “carnaval do Rio para

Estarreja”; de outro, essa absorção parece operar mais por meio de um encantamento estético do que por um engajamento crítico com os significados históricos e políticos do samba carioca. A visita de alguns organizadores ao Brasil em novembro de 2024, o relato sobre o recebimento de fitas VHS nas décadas de 1980 e 1990 e a inspiração na escola Mocidade Independente de Padre Miguel demonstram uma relação marcada por afetividade, consumo cultural e desejo de identificação simbólica.

Narrativas orais também revelam aspectos curiosos, como a origem do nome *Vai Quem Quer*, atribuída a uma história em quadrinhos da *Turma da Mônica*, e a ambiência musical da quadra, onde durante a nossa visita, se alternavam funk carioca e música popular portuguesa. Essas práticas indicam uma relação híbrida e mediada com o Brasil, em que as escolas portuguesas não apenas imitam o modelo carioca, mas o reconfiguram segundo suas próprias referências e afetos locais.

Conforme propõe Stuart Hall (1992/2003), tais processos de apropriação podem ser compreendidos como formas de identificação por afiliação cultural – experiências de reconhecimento simbólico que não dependem de uma origem comum, mas de ressonâncias afetivas e estéticas. Nesse sentido, as escolas de samba de Estarreja não são meras réplicas do carnaval do Rio de Janeiro, mas traduções culturais situadas, atravessadas por tensões, deslocamentos e reinvenções. A apropriação do modelo carioca, portanto, opera de forma seletiva, afetiva e estratégica – abrindo espaço para pensar os limites e as potências do carnaval como linguagem transnacional.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (Hall, 1992/2003, p.13)

As trocas, atravessamentos e ressignificações culturais observadas entre Brasil e Portugal configuram aquilo que Homi Bhabha (1994/1998) conceitua como “terceiro espaço”: um território simbólico de negociação entre culturas, onde emergem significações híbridas, tensionadas e, por vezes, contraditórias. No caso das escolas de samba de Estarreja, podemos observar espaços de trânsito cultural onde elementos da brasilidade são reelaborados em um novo horizonte simbólico.

Contudo, há uma ausência significativa de brasileiros e afrodescendentes nos desfiles, o que nos leva a questionar os diálogos interculturais e processos de hibridização cultural ali presentes. O corpo carnavalesco em Estarreja é predominantemente composto por portugueses brancos que emulam o português brasileiro em suas canções. Nenhum dos sambas-enredo foi apresentado com um sotaque português, apesar de todos serem entoados por sambistas portugueses. A partir de nossa investigação, nos foi revelado que há um intercâmbio cultural, entretanto relegado a um nível institucional, no qual carnavalescos brasileiros são convidados a transmitir conhecimento às escolas por meio de *workshops*. Deste modo, com um intercâmbio cultural limitado, a linguagem do samba oferece uma experiência estética marcada por deslocamentos e silenciamentos. Como nos alerta Bhabha

(1994/1998), o “terceiro espaço” não é um lugar de síntese harmoniosa, mas um campo de ambivalência, onde os signos culturais são apropriados de maneira desigual, frequentemente esvaziados de seus sentidos originais e reinscritos em novas lógicas sociais.

Quanto aos desfiles propriamente ditos, a escola Tropa de Estarreja abordou a trajetória de António Variações, artista transgressor na história da música portuguesa. A escola apresentou alegorias sofisticadas, incluindo um palco iluminado por globos de discoteca, evidenciando um apuro visual notável. Ainda assim, a presença masculina foi tímida ao longo do cortejo, refletindo uma lógica de gênero que se repetiria em outras agremiações.

A *Vai Quem Quer*, por sua vez, destacou-se pela coesão narrativa e pelo cuidado estético. O samba-enredo, entoado com sotaque carioca, contrastava com a realidade demográfica local. O desfile, apesar de bem executado, se desenvolveu em um ambiente contido, quase silencioso, no qual a performance substituiu a festa e a disciplina suplantou a espontaneidade. Nesse contexto, o samba opera como forma estética, e não como linguagem socialmente vivida.

A escola Os Morenos apresentou um enredo voltado à literatura e aos contos de fadas, evidenciando sensibilidade e impacto emocional. A participação de uma criança com deficiência, desfilando com um andador e figurino de Peter Pan, foi um dos momentos mais significativos, assim como a empolgação do público infantil nas arquibancadas, revelando que a festa também se traduz em pequenas experiências de encantamento.

Por fim, a escola Samba Tribal prestou homenagem ao continente africano, todavia, por meio de representações que escorregam para o exotismo e a reprodução de estereótipos – como perucas “black power”, animais da savana e trajes tribais. Vale notar que, surpreendentemente, a escola contou com a presença de um carnavalesco negro, que possivelmente sugeriu o tema para o desfile. Ainda assim, permanece a assimetria entre a referência cultural evocada e os corpos que a encenam. Como argumenta Walsh (2006), a colonialidade do ser e do saber persiste nos modos de representar o Outro, mesmo em contextos festivos.

Apesar desses limites, a etnografia revelou zonas de ambivalência e brechas de dissidência. Como, por exemplo, a maciça presença de mulheres nas alas e o uso de trajes ousados, que poderiam ser lidos como exotização, mas que também podem ser interpretados como afirmações de subjetividades não hegemônicas no espaço público português. As relações entre os membros das agremiações, como o envolvimento familiar e afetivo entre dirigentes de escolas rivais, ou um notório senso de pertencimento – seja entoado em alguns sambas-enredo (que faziam alusão ao amor pela escola de samba) ou em publicações de rede social que exaltavam “a nossa escola” –, também nos revelam formas locais de solidariedade e partilha, ainda que distintas da luta racial e de classe que marca o contexto brasileiro.

Conclusão

Ao observarmos o carnaval de Estarreja, é inegável a criação de um “terceiro espaço” (Bhabha, 1994/1998), tal como apontado por Silva (2011) nas escolas de samba de Ovar. Tal espaço, entretanto, é repleto de ambivalências, principalmente se olhado por um prisma decolonial (Walsh, 2006), em que destacamos as seguintes questões.

A tradução e ressignificação de práticas culturais do carnaval brasileiro respeitam o país de origem ou podem ser interpretadas como sutis gestos de recolonização? A representação da África simboliza um gesto de honra e valorização da história do continente ou pode ser lida como uma representação que reforça estereótipos? Além disso, o fato de cantarem em português brasileiro indica respeito a esta variante da língua? Como isso repercute posteriormente na vida daqueles que participam deste carnaval? Isto é, implica maior tolerância às variedades linguísticas e aos imaginários coletivos em Portugal? Por fim, a figura da mulher sensual, que é representada pelas passistas, simboliza uma emancipação do corpo feminino português ou perpetua imagens exotizadas das mulheres brasileiras? Neste sentido, destacamos o imaginário social da “mulher brasileira” em Portugal, como apontado por Gomes (2013), que segundo a autora:

remete a aspectos físicos (bonitas, corpos, bumbum) e comportamentais (sensualidade, atraentes, desinibidas, sem pudor, à vontade, abertura, facilidade). Em alguns casos, as mulheres brasileiras são explicitamente identificadas com sexo. As ideias de beleza, sensualidade e disponibilidade sexual parecem estar imbricadas entre si no imaginário de mulher brasileira. (Gomes, 2013, pp. 873–874)

Salientamos que levantamos estas questões a fim de estimular o debate, utilizando um olhar decolonial (Walsh, 2006) como instrumento para ampliar uma discussão crítica sobre as traduções e ressignificações que observamos no carnaval de Estarreja. Outrossim, há de notarmos que o caráter de festa e alegria, mesmo que comedida, nos aponta para um ambiente de respeito, integração e comunalidade, indicando um potencial para apresentar outras epistemologias, símbolos e significados em solo português, ainda que sob um tímido intercâmbio cultural e sem muita adesão de (afro-)brasileiros e africanos, figurativamente representados nos desfiles.

Os elementos de comunalidade, organização e ligeira apresentação de narrativas contra-hegemônicas, embora ricos em afetividade e engajamento, não são suficientes para sustentar a analogia entre as escolas de samba de Estarreja e “quilombos contemporâneos”. Faltam-lhes a densidade histórica da resistência negra, a presença estruturante de corpos racializados e o enfrentamento direto às opressões sistêmicas que caracterizam os quilombos no Brasil. O que se observa é uma tentativa de emular a estética do carnaval carioca, mas ainda descolada de sua potência política e comunitária. Nesse sentido, o “terceiro espaço” que se configura em Estarreja é um território de tradução cultural marcado por assimetrias, reapresentações e lacunas. Trata-se de uma tradução incompleta, mas ainda assim fértil, que permite pensar os

limites da interculturalidade e os desafios éticos e políticos da decolonialidade em práticas culturais transnacionais.

Concluimos que a travessia do Atlântico não implica apenas o transporte de uma estética carnavalesca. Ela carrega consigo um acúmulo histórico de dor, invenção e resistência. As escolas de samba cariocas, organizadas em territórios periféricos, constituem-se como quilombos simbólicos, forjados na experiência negra e popular. Sua apropriação em contextos europeus implica não apenas uma valorização da forma, mas sobretudo um compromisso com os sentidos que essa forma carrega. As escolas de Estarreja não devem ser lidas apenas como espaços de apropriação cultural, mas como lugares em disputa – onde há desejo, pertencimento, afeto e, eventualmente, sementes de dissidência. O desafio que se impõe, portanto, é ampliar o “terceiro espaço” para que ele se torne também um território de escuta, inclusão e crítica.

Desta forma, caso haja desejo de traduzir a experiência quilombista das escolas de samba cariocas, as escolas de Estarreja dependerão da capacidade de reconhecer as marcas da colonialidade ainda em vigor nas trocas culturais. Será preciso mais do que repetir a estética do outro – será necessário dialogar com sua história, seus traumas e sua agência. E talvez, nesse processo, inventar outras formas de carnaval, de estar junto, de resistência. O caminho visto até aqui é promissor, mas denuncia uma falta de diálogo entre o representado e aquele que o representa, bem como aponta um vasto terreno para investigação.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025–2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Referências

- Almeida, M. R. G. de, & Nascimento, E. F. do. (2022). Ocupação, produção e resistência: Terras quilombolas e o lento caminho das titulações. *Interações*, 23(4), 945–958. <https://doi.org/10.20435/inter.v23i3.3520>
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura* (M. Ávila, E. L. de L. Reis & G. R. Gonçalves, Trans.). Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1994)
- Boylorn, R. M., & Orbe, M. P. (2014). Critical autoethnography as method of choice. In R. M. Boylorn & M. P. Orbe (Eds.), *Critical autoethnography: Intersecting cultural identities in everyday life* (pp. 13–26). Left Coast Press.
- Bruno, L., & Lopes, N. (2024). *Salgueiro, o “Quilombo” moderno: Batuqueiro, mandingueiro, diferente*. Mórula Editorial.
- Canclini, N. G. (1990). *Culturas híbridas: Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo.
- Canclini, N. G. (2008). *Leitores, espectadores e internautas: A recepção nas mídias culturais* (A. Goldberger, Trad.). Iluminuras. (Trabalho original publicado em 2007)
- Cavalcanti, M. L. (2006). *Carnaval carioca: Dos bastidores ao desfile*. Editora UFRJ.

Cerqueira, D., & Bueno, S. (Eds.). (2021). *Atlas da violência 2025*. IPEA/FBSP. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165>

Dahora, I. (2019). *Arte total brasileira. A teatralidade do "maior show da Terra"*. Editora Cândido.

Ferreira, F. (2004). *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Ediouro.

Gomes, M. S. (2013). O imaginário social "mulher brasileira" em Portugal: Uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 56(4), 867–900. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400005>

Guimarães, H., & Lopes, L. (2023). Olhar do vampirão: Performance, carnavalização e humor na construção do "vampiro neoliberalista" no desfile do GRES Paraíso do Tuiuti 2018. In M. de F. H. Campos, L. S. de Sousa, & N. S. C. de Sá (Eds.), *Difusão do conhecimento e culturas* (pp. 381–392). EDUFBA.

Hall, S. (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T. T. da Silva & G. L. Louro, Trans.). DP&A. (Trabalho original publicado em 1992)

Instrução Normativa nº 49, de 29 de setembro de 2008. (2008). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_49_2008.pdf

Lara, S. H. (2016). Quem eram os "negros do Palmar". In G. S. Ribeiro, J. Freire, M. Abreu, & S. Chalhoub (Eds.), *Escravidão e cultura afro-brasileira: Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes* (pp. 57–86). Editora da Unicamp.

Lara, S. H. (2021). O território dos Palmares: Cartografia, história e política. *Afro-Ásia*, (64), 12–50. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i64.43622>

Moura, C. (1986). *Os quilombos e a rebelião negra*. Editora Brasiliense.

Moura, C. (2021). *Quilombos: Resistência ao escravismo*. EdUESPI.

Munanga, K. (1996). Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, (28), 56–63.

Nascimento, A. do. (1980). *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Vozes.

Nascimento, B. (2018). *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidade nos dias da destruição*. Editora Filhos da África.

Novais, L. (2022). *(Re)adapting to resist: The case of Brazil's urban quilombo Aparelha Luzia* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/147749>

Novais, L. (2025a, 30 de maio). *O carnaval de Estarreja – Parte I: O ensaio geral*. Passeio – Plataforma de Arte e Cultura Urbana. <https://www.passeio.pt/galeria/o-carnaval-de-estorreja-parte-i-o-ensaio-geral>

Novais, L. (2025b, 12 de junho). *O carnaval de Estarreja – Parte II: O cortejo noturno*. Passeio – Plataforma de Arte e Cultura Urbana. <https://www.passeio.pt/galeria/o-carnaval-de-estorreja-parte-ii-o-cortejo-noturno>

Pink, S., & Morgan, J. (2013). Short-term ethnography: Intense routes to knowing. *Symbolic Interaction*, 36(3), 351–361. <https://doi.org/10.1002/symb.66>

Prudente, C. L., & Costa, H. (2020). Escolas de samba: Comunicação e pedagogia a resistência do quilombismo. *Revista Extraprensa*, 14(1), 274–294. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.174392>

Sanz, B. (2017, 3 de novembro). Aparelha Luzia, o quilombo urbano de São Paulo. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/01/cultura/1509557481_659286.html

Silva, J. M. C. M. (2011). *"Te conheço de outros carnavais": A linguagem das escolas de samba nos circuitos da comunicação entre Brasil e Portugal* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4361>

Simas, L. A. (2020). *O corpo encantado das ruas*. Civilização Brasileira.

Simas, L. A. (2022). *Umbanda: Uma história do Brasil*. Civilização Brasileira.

Simas, L. A., & Fabato, F. (2015). *Para tudo começar na quinta-feira: O enredo dos enredos*. Módulo Editorial.

Trecece, D. (2018). Candeia, o projeto quilombo e a militância antirracista nos anos 1970. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (70), 166-188. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i70p166-188>

Versiani, D. B. (2002). Autoetnografia: Uma alternativa conceitual. *Letras de Hoje*, 37(4), 57-72.

Walsh, C. (2006). Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In C. Walsh, W. Mignolo, & Á. García Linera (Eds.), *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento* (pp. 21-70). Ediciones del Signo.

Fronteira do Tempo: Representações de Pessoas Refugiadas nos Jornais Locais e a Relevância da Coetaneidade

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.13>

Daniela Monteiro

Universidade Aberta, Lisboa, Portugal/Universidade de Trás-os-Montes e
Alto Douro, Vila Real, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-3968-1531>
daniela.monteiro@uab.pt/danielas@utad.pt

Emília Araújo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3600-3310>
era@ics.uminho.pt

Resumo

Este texto analisa as representações mediáticas das pessoas refugiadas a partir de 122 notícias publicadas entre janeiro de 2017 e junho de 2023 em dois jornais regionais portugueses: o *Diário do Minho* (75 peças) e o *Correio do Minho* (47 peças). A investigação inscreve-se no campo emergente dos estudos do tempo e das migrações, explorando como os discursos jornalísticos constroem uma experiência temporal distinta para as pessoas refugiadas. Os resultados evidenciam que as peças jornalísticas operam frequentemente uma “localização temporal”, através da qual as pessoas refugiadas são frequentemente representadas como estando “à espera” ou “em espera”, num tempo suspenso e liminar, o que contribui para a estigmatização e a invisibilização.

Palavras-chave

emigrações, jornais locais, refugiados, tempo, temporalidades

Introdução

Diversas perspectivas têm evidenciado que os discursos jornalísticos influenciam a percepção pública das migrações e moldam a orientação das políticas migratórias. Macedo et al. (2024) afirmam que, no “discurso mediático e político, as expressões ‘imigrantes’, ‘minorias étnicas’, ‘raças’ aparecem frequentemente associadas, remetendo ao entendimento de ‘imigrante’ como alguém que difere da ‘norma’ em termos raciais e culturais” (p. 1). Segundo Torvisco e Chinaea (2020), os títulos de capa e os textos jornalísticos são manifestações da realidade migratória, pois moldam o entendimento social acerca das pessoas refugiadas nas sociedades receptoras. Hoje, fala-se cada vez mais sobre como os média tecem fronteiras temporais que definem quem está dentro ou fora de tempo. Neste texto procuramos mostrar que os conteúdos jornalísticos são agentes dessas fronteiras temporais, atuando na inclusão e/ou na exclusão da população refugiada. Analisando a imprensa local, mostramos que as pessoas refugiadas são retratadas como “à espera”, situadas “noutro tempo”, dando conta de processos e mecanismos de diferenciação que contribuem para a persistência de invisibilidades e exclusões desta população.

O texto¹ contempla um ponto dedicado ao quadro teórico e prossegue com a descrição da metodologia utilizada, à qual se seguem a apresentação e discussão de resultados.

Quadro Teórico

As Representações das Pessoas Refugiadas nos Média

O discurso mediático acompanha transformações geopolíticas e reposicionamentos institucionais (Torvisco & Chinaea, 2020) ao apresentar migrantes e populações refugiadas. Em Portugal, o enquadramento mediático das migrações continua marcado por heranças coloniais, silenciando processos históricos e desigualdades estruturais (Macedo et al., 2024). Essa lógica encontra respaldo nos manuais escolares de História, que difundem narrativas eurocêntricas e legitimam clivagens entre “nós” e os “Outros” (Cabecinhas et al., 2022). O estudo de Santos-Silva e Guerreiro (2020) mostra que, em momentos críticos associados à crise dos refugiados, os média portugueses perpetuam a invisibilidade social e política das pessoas refugiadas no espaço público, ao não lhes conferirem voz e ao contribuírem para a reprodução de representações estereotipadas, bem como para a sua desumanização e marginalização.

No plano internacional, outros estudos têm evidenciado padrões semelhantes de representação, ainda que inscritos em realidades políticas e mediáticas distintas. Avraamidou et al. (2019) analisaram jornais greco-cipriotas que se reportavam à crise de pessoas refugiadas e mostraram que a Europa foi retratada como entidade

1 Versão adaptada de versão publicada em inglês: Monteiro, D., Araújo, E., & Azevedo, A. (2024). The time of the outside: Exploring the representation of migrant and refugee individuals in local newspapers. In R.A. Novais & C. Arcila Calderón (Eds.), *Representations of Refugees, migrants, and displaced people as the 'Other'* (pp. 49–65). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-65084-0_4

desumana, fragmentada e politicamente cúmplice da tragédia humanitária, conferindo a essas pessoas um estatuto de vítimas de um sistema ineficaz. A investigação de Breazu e McGarry (2023) revela que o discurso mediático pode ser instrumentalizado para sustentar agendas políticas anti-imigração. De forma semelhante, Coschignano et al. (2023), ao analisarem mais de 100 mil títulos da imprensa italiana entre 2013 e 2021, evidenciaram que a população migrante é frequentemente apresentada como entidade não-agente, associada a cenários negativos. Gabrielatos e Baker (2008) observaram que os jornais sensacionalistas tendem a adotar uma linguagem mais alarmista e desumanizante. Em contraste, os jornais de referência, embora mais comedidos, mantêm tendências negativas.

A análise longitudinal da cobertura jornalística, realizada pelos autores entre 1996 e 2005, evidencia que os picos de atenção mediática, geralmente motivados por eventos políticos ou legislativos, coincidem com a intensificação das representações hostis. O estudo de Kakavand e Trilling (2022) reforça esta leitura ao mostrar como, em períodos de instabilidade, por exemplo, a respeito dos atentados de Paris e Berlim, os média tendem a associar criminalidade a estrangeiros e minorias, especialmente a pessoas vindas de fora do espaço europeu, reforçando, assim, mecanismos de estigmatização.

Fronteiras de Tempo

A questão das fronteiras surge como tema transversal em grande parte da literatura acadêmica dedicada à análise crítica dos discursos mediáticos. Blokker et al. (2023), ao analisarem o discurso político nos jornais alemães, destacam a oscilação entre a “cultura de boas-vindas” e a “barreira fronteiriça”, expressões que condensam a tensão entre a abertura humanitária e o controlo securitário. Este binómio reflete debates mais amplos sobre soberania, identidade e responsabilidade partilhada na Europa, pois, neste sentido, a fronteira deixa de ser apenas um limite territorial para se tornar um marcador temporal de inclusão e exclusão. Tavory (2023) lembra que a intersubjetividade implica a partilha de um tempo comum. No entanto, essa partilha nem sempre é possível quando os sujeitos são mantidos em regimes de espera. A teoria social contemporânea tem vindo a sublinhar que a relação com o “Outro” exige o reconhecimento das suas temporalidades. Fabian (1983) desenvolve o conceito de “alocronismo”, afirmando que, nas relações de poder entre sociedades, há a produção de uma diferença temporal que impede o reconhecimento do “Outro” como coetâneo.

Assumir que os média, ao posicionarem as pessoas refugidas num “outro” tempo, frequentemente em atraso, suspensão ou espera, implica pressupor que contribuem para afirmarem o alocronismo (em vez do homocronismo), ou seja, uma maneira implícita de marginalização que sugere a partilha artificial e universalizada de uma mesma temporalidade (Birth, 2008), ocultando as especificidades temporais inscritas nas experiências pessoais e coletivas, passadas e futuras. A investigação de Vianelli et al. (2022) propõe, justamente, o conceito de “fronteira temporal”, conceito através do qual os autores demonstram que diferentes formas de proteção são atribuídas com base em temporalidades irregulares, marcadas pela compaixão ou pela exceção, mas que excluem sistematicamente da proteção formal aqueles que não se enquadram nos

critérios normativos da União Europeia. Zamponi (2018), ao analisar práticas de solidariedade para com pessoas refugiadas em Itália, contribui para esta conclusão, ao distinguir entre o tempo da ação direta, que caracteriza a intervenção imediata no sentido da resolução de uma situação de catástrofe, e o tempo do posicionamento político, também voltado para a satisfação de exigências imediatas, em detrimento do cuidado com o tempo de longo prazo, relativo à temporalidade trazida e experimentada pelas próprias populações.

Metodologia

Este estudo assenta numa análise de conteúdo da cobertura mediática sobre pessoas refugiadas em dois jornais regionais portugueses (*Diário do Minho* e *Correio do Minho*), ambos da região Norte, com particular incidência no distrito de Braga. A análise abrange o período compreendido entre janeiro de 2017 e outubro de 2023, delimitado pela disponibilidade de conteúdos digitais a partir desse ano. No total, foram identificadas 130 peças jornalísticas: 83 do *Diário do Minho* (75 notícias e oito artigos de opinião) e 47 do *Correio do Minho*. Para efeitos desta investigação, apenas os textos noticiosos foram considerados, resultando num *corpus* final de 122 notícias, tendo sido excluídos os artigos de opinião, de forma a focar a análise nas representações veiculadas pelas notícias. Após uma triagem inicial, definiram-se duas grandes categorias analíticas, com base em pressupostos teóricos relacionados à articulação entre temporalidade e discurso mediático (Zamponi, 2018).

Resultados

A análise temática das 122 notícias revelou três grandes dimensões temporais, conforme apresentadas na Tabela 1, que estruturam o discurso mediático sobre os refugiados nos jornais locais da região Norte de Portugal (*Correio do Minho* e *Diário do Minho*).

Tabela 1
Temas e subtemas temporais emergentes da análise.
Fonte. Adaptado de Monteiro et al. (2024)

Temas	Subtemas	<i>Correio do Minho</i>		<i>Diário do Minho</i>		Total	
		n	%	n	%	n	%
Tempo de sincronização	Tempo emergência	16	13	13	11	29	24
	Tempo integração	11	9	24	20	35	29
	Tempo solidariedade	4	3	6	5	10	8
Tempo de coetaneidade	-	6	5	5	4	11	9
Tempo político	Tempo sensibilização	10	8	20	16	30	25
Outros	-	0	0	7	6	7	6
	Total	47	39	75	61	122	100

As peças analisadas remetem, na sua maioria, para ações desenvolvidas pelas instituições no sentido da sincronização de tempos das pessoas refugiadas, frequentemente tomadas como coletivos homogêneos, com os tempos da sociedade de acolhimento. Este tempo de “sincronização” contempla, particularmente, o que designamos “tempo-integração” e “tempo-emergência”. O primeiro, relativo aos conteúdos que remetem às ações desenvolvidas pela comunidade recetora, normalmente instituições públicas e não governamentais, no sentido de “integrar” e acomodar a população refugiada nas escolas, propiciar emprego e fornecer condições de habitação. O segundo eixo diz respeito a conteúdos que remetem para ações orientadas pela lógica da “emergência”, isto é, movidas pela necessidade de responder de forma rápida às necessidades da população refugiada. O eixo “tempo-solidariedade” agrega conteúdos que apelam à participação da sociedade civil, descrevendo eventos culturais, iniciativas comunitárias e ações institucionais, que enfatizam a prontidão, a rapidez e a celeridade no apoio a esta população.

A segunda dimensão, que denominamos (tentativa de) “tempo de coetaneidade”, é, com efeito, a menos frequente, e apenas escassas notícias destacam iniciativas artísticas, educativas ou comemorativas protagonizadas por pessoas refugiadas, que podem funcionar como espaços de afirmação identitária e de continuidade cultural. No entanto, mesmo estas narrativas tendem a manter as pessoas numa posição periférica face ao tempo presente da sociedade que “as acolhe”, revelando uma coetaneidade parcial. Por exemplo, uma das notícias relata a inauguração, por parte de uma ministra, de uma exposição com obras de artistas refugiados ucranianos, destacando a sua resiliência e os “contributos” da comunidade refugiada através da arte. Também se menciona que as escolas de Braga abriram as suas portas a estudantes afegãos refugiados com talento musical, destacando o apoio educativo e os esforços de integração. As peças reconhecem migrantes e refugiados como “atores de desenvolvimento territorial”, evidenciando o seu “potencial” de contribuir positivamente para as comunidades locais. Há uma ênfase particular no “potencial único” que os jovens migrantes “trazem” para o desenvolvimento dos territórios, realçando o impacto positivo da juventude na transformação dos contextos locais.

Outro exemplo é a forma como o Dia Mundial do Refugiado é assinalado, frequentemente através de atividades de sensibilização e de envolvimento comunitário. No entanto, as imagens revelam que a maioria dos participantes são os próprios refugiados, o que expõe uma contradição: ainda que estas iniciativas pareçam conferir “presença temporal” a estas populações, os discursos acabam por reforçar a “condição” de refugiado, representado como grupo homogêneo e num presente que pouco ou nada considera as suas próprias temporalidades. Em contraste, exemplos que evidenciam, de forma mais objetiva, um interesse genuíno pelo tempo do “Outro” surgem apenas em algumas peças que fazem referência à expressão artística de “mulheres ucranianas refugiadas”.

Por fim, a terceira dimensão, “tempo-político”, diz respeito ao modo como os jornais enquadram as ações e os discursos que visam sensibilizar a opinião pública. Este tempo manifesta-se, sobretudo, em iniciativas promovidas por instituições religiosas,

organizações humanitárias ou figuras públicas que denunciam a insuficiência das respostas ou apelam a uma ação mais coordenada. Embora existam referências pontuais à responsabilidade empresarial ou à investigação científica, os jornais tendem a privilegiar um tom caritativo e moral (*dever de ajuda*), mais do que um debate político estruturado e estrutural sobre o acolhimento e a integração.

Os eventos entrelaçam simbolismo religioso com um forte apelo à memória do sofrimento destas populações. Líderes católicos em Fátima não apenas amplificam os apelos à oração, mas também qualificam explicitamente a falta de acolhimento a refugiados como um “escândalo” moral. Os jornais declaram que, durante as suas visitas a Portugal, o Papa Francisco tornou-se uma figura simbólica na defesa das pessoas refugiadas e da sua integração, afirmando que a bondade é um elemento essencial no processo de resgate destas populações. Estas iniciativas recorrem a meios criativos para sensibilizar para a crise de refugiados e promover a compreensão nas comunidades locais. Algumas figuras de partidos políticos são citadas nas peças, ao abordarem a “complexidade” do discurso europeu sobre a população refugiada, sublinhando a distinção cada vez mais difusa entre migrantes e refugiados. O setor privado é citado como exemplo de responsabilidade social empresarial ao criar oportunidades profissionais para pessoas refugiadas, o que revela uma abordagem colaborativa entre diferentes setores.

Os conteúdos evidenciam a importância da investigação sobre migrantes e refugiados, reconhecendo o seu papel na compreensão e no enfrentamento dos desafios vividos pelas pessoas deslocadas. Os jornais insistem, nos tempos de emergência, em acolhimento e integração, ou no destaque ao trabalho de organizações religiosas e caritativas em prol das pessoas refugiadas. Além disso, os jornais referem organizações como a Cáritas Internacional, que apelam à concretização de medidas eficazes e criticam o que classificam como meros slogans vazios. De forma recorrente, os textos destacam a importância dos esforços colaborativos entre diferentes setores para responder aos desafios enfrentados pelas pessoas refugiadas, sublinhando a necessidade de compaixão e de ação concreta.

Discussão

Os enunciados noticiosos continuam a retratar estas expressões como excepcionais, reforçando a posição dos refugiados como “fora do tempo comum”. Tal como referem Fabian (1983) e Birth (2008), este processo – designado de alocronismo – impede que as pessoas refugiadas sejam percebidas como sujeitos presentes, com tempo e voz próprios, uma exclusão que se reforça pelas lógicas institucionais que operam como tecnologias de poder. Trata-se de processos que corroboram as conclusões de Vianelli et al. (2022), quando desconstroem a espera como sendo resultado da atuação de mecanismos deliberadamente esculpidos, no sentido de manter e alargar os períodos de suspensão, mantendo as pessoas num tempo liminar, enquanto aguardam pelo institucional e/ou pela recusa concreta e durante o qual podem desistir, um efeito, em si, desejado pela própria tecnologia da espera.

A dimensão do “tempo-político” inclui apelos à sensibilização e à mobilização cívica, mas está, maioritariamente, focada na visibilidade de discursos institucionais, religiosos ou caritativos, muitas vezes assentes em representações moralizantes e paternalistas das próprias populações. Mesmo as referências a supostas ações de integração são narradas como respostas à “emergência” e à demonstração da “cultura de acolhimento”, não havendo reflexão sobre o tempo futuro ou as condições de permanência a longo prazo destas populações, que acabam por ser mantidas numa situação de invisibilidade e sem reconhecimento das suas próprias temporalidades. Esta tendência confirma a análise de Bauman (2004/2005, 2006), que aponta para a dificuldade das sociedades contemporâneas em acolher o estrangeiro como sujeito pleno, mantendo-o num espaço-tempo de ambiguidade e liminaridade.

Confirma-se, assim, o predomínio das representações centradas em temporalidades de emergência e na resposta institucional nas narrativas mediáticas, enquanto as dimensões históricas e sociológicas, essenciais para situar estas populações no tempo presente, são omitidas ou relegadas a um plano subalterno. Como sublinhado por Gabrielatos e Baker (2008), esta ausência favorece simplificações, estereótipos e a reprodução de categorias redutoras. Importa atender a Torvisco e Chinea (2020), que alertam para a importância de escolhas linguísticas que reconheçam a pluralidade dos tempos vividos pelos refugiados, evitando a sua homogeneização ou exclusão simbólica.

Neste sentido, o contributo de Blokker et al. (2023) mostra como o enquadramento político e mediático das crises migratórias deve ser entendido em função da sua contextualização territorial, enquanto Torkington e Ribeiro (2019) defendem a valorização das vozes em primeira pessoa como estratégia fundamental para romper com a invisibilidade imposta. Os resultados obtidos sublinham, por fim, a necessidade de promover uma literacia mediática e migratória que reconheça o papel dos média locais na construção de pertença e coesão social. Tal implica esforço para superar a disjunção temporal e simbólica entre “nós” e os “Outros” através de narrativas mais completas, éticas e sensíveis à complexidade das experiências migratórias, contribuindo para uma cidadania efetivamente plural e coetânea.

Conclusão

A análise desenvolvida evidenciou que, nos jornais locais estudados, há uma tendência a construir uma representação assimétrica das temporalidades envolvidas nas migrações forçadas, privilegiando o tempo dos atores da sociedade que recebe em detrimento dos tempos vividos pelos refugiados. Esta clivagem configura aquilo que podemos designar como uma “fronteira” do tempo, que se constrói como uma linha simbólica que separa quem pertence ao “presente partilhado” e quem permanece remetido a uma temporalidade suspensa e condicional. Tal como as fronteiras geográficas definem acessos e exclusões no espaço, esta fronteira temporal também atua como dispositivo de ordenamento simbólico e político. Determina quem pode inscrever-se no agora, com direitos reconhecidos e voz ativa, e quem continua

a ser projetado num tempo de espera, de exceção ou emergência. Esta fronteira do tempo não é natural nem inevitável, mas uma construção discursiva que pode, e deve, ser desconstruída.

Para ultrapassá-la, é importante que os jornais locais não abordem a migração como um evento episódico, mas a inscrevam em narrativas históricas mais amplas. Considera-se que, ao identificarem as causas estruturais das deslocções forçadas, os discursos mediáticos poderão contribuir para romper com a lógica da exclusão do “Outro” da coetaneidade. Neste contexto, é essencial que os média locais assumam uma função propositiva, contribuindo para imaginar o futuro em comum. Isso implica não apenas relatar iniciativas de acolhimento, mas também discutir de forma crítica as condições de permanência, os direitos a longo prazo e os vínculos comunitários possíveis, bem como integrar as experiências subjetivas dos refugiados nas narrativas jornalísticas, uma vez que as suas vozes, memórias e formas de habitar o tempo devem ter espaço nos jornais, contrariando a tendência para os reduzir a objetos de ajuda ou a protagonistas ocasionais de histórias de superação. Neste sentido, uma comunicação inclusiva exige reconhecer a densidade temporal e humana das trajetórias de deslocção. Assim, a linguagem utilizada, as escolhas visuais e a estrutura dos textos devem ser pensadas de forma a não reforçar essa fronteira simbólica entre o “nosso” tempo e o tempo dos “Outros”.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025–2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho resulta da participação das autoras no âmbito da Ação COST CA21143 *Dinâmicas Familiares Transnacionais na Europa (TraFaDy)*.

Referências

- Avraamidou, M., Kadianaki, I., Ioannou, M., & Panagiotou, E. (2019). Representations of Europe at times of massive migration movements: A qualitative analysis of Greek-Cypriot newspapers during the 2015 refugee crisis. *Javnost – The Public*, 26(1), 105–119. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1505073>
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas* (C. A. Medeiros, Trad.). Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 2004).
- Bauman, Z. (2006). *Liquid Fear*. Polity Press.
- Birth, K. (2008). The creation of coevalness and the danger of homochronism. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 14(1), 3–20. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2007.00475.x>
- Blokker, N., Blessing, A., Dayanik, E., Kuhn, J., Padó, S., & Lapesa, G. (2023). Between welcome culture and border fence: A dataset on the European refugee crisis in German newspaper reports. *Language Resources and Evaluation*, 57(1), 121–153. <https://doi.org/10.1007/s10579-023-09641-8>
- Breazu, P., & McGarry, A. (2023). Romaphobia in the UK Right-Wing Press: Racist and populist discourse during the Brexit referendum. *Social Semiotics*, 34(4), 593–614. <https://doi.org/10.1080/10350330.2023.2165907>

Cabecinhas, R., Balbé, A., Camanho, L., & Cunha, L. (2022). Imagens e miragens do mundo lusófono nos manuais escolares de história portugueses: Visões do passado, presente e futuro. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 193–220). Húmus.

Coschignano, S., Minnema, G., & Zanchi, C. (2023). Explaining the distribution of implicit means of misrepresentation: A case study on Italian immigration discourse. *Journal of Pragmatics*, 213, 107–125. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2023.06.002>

Fabian, J. (1983). *The time and the Other: How anthropology makes its object*. Columbia University Press.

Gabrielatos, C., & Baker, P. (2008). Fleeing, sneaking, flooding: A corpus analysis of discursive constructions of refugees and asylum seekers in the UK press, 1996–2005. *Journal of English Linguistics*, 36(1), 5–38. <https://doi.org/10.1177/0075424207311247>

Kakavand, A. E., & Trilling, D. (2022). The criminal is always the foreigner?! A case study of minority signification in German crime reporting. *International Journal of Communication*, 16, 1169–1196.

Macedo, I., Cabecinhas, R., & de Andrés, S. (Eds.). (2024). Migration, communication and activism: Experiences and debates. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2), Artigo e024021. <https://doi.org/10.21814/rlec.6095>

Monteiro, D., Araújo, E., & Azevedo, A. (2024). The time of the outside: Exploring the representation of migrant and refugee individuals in local newspapers. In R. A. Novais & C. Arcila Calderón (Eds.), *Representations of Refugees, migrants, and displaced people as the 'Other'* (pp. 49–65). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-65084-0_4

Santos-Silva, D., & Guerreiro, D. (2020). Media and forced migrations: Social representations of refugees in the Portuguese media in two mediatic peaks (2015 and 2019). *Comunicação e Sociedade*, 38, 123–137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2606](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2606)

Tavory, I. (2023). A theory of intersubjectivity: Experience, interaction and the anchoring of meaning. *Theory and Society*, 52(11), 865–884. <https://doi.org/10.1007/s11186-022-09507-y>

Torkington, K., & Ribeiro, F. P. (2019). What are these people: Migrants, immigrants, refugees? Migration-related terminology and representations in Portuguese digital press headlines. *Discourse, Context & Media*, 27, 22–31. <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2018.03.002>

Torvisco, J. M., & Chinea, S. (2020). Immigrants and refugees: Two sides of the same problem. A linguistic analysis through newspapers and social networks in Spain 2006 and 2015. *International Review of Sociology*, 30(1), 71–89. <https://doi.org/10.1080/03906701.2020.1724370>

Vianelli, L., Gill, N., & Hoellerer, N. (2022). Waiting as probation: Selecting self-disciplining asylum seekers. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48(5), 1013–1032. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.1926942>

Zamponi, L. (2018). From border to border: Refugee solidarity activism in Italy across space, time, and practices. In D. della Porta (Ed.), *Solidarity mobilizations in the 'refugee crisis': Contentious moves* (pp. 99–123). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-71752-4_4

Narrativas de Hierarquização Étnica e Racial Entre Ativistas Anti-Imigração Portugueses em Plataformas Digitais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.14>

Lucas Arantes Zanetti

Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo,
Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2019-8061>
lucaszanetti66@gmail.com

Denise Cogo

Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo,
Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4544-7335>
denise.cogo@espm.br

Resumo

Este artigo analisa as narrativas de hierarquização étnica e racial utilizadas por ativistas anti-imigração em Portugal, na rede social X – conhecida pela ampla presença de ativistas de extrema-direita e pela maior liberdade de circulação dessas narrativas – para justificar sua oposição à presença de imigrantes. O marco teórico abrange conceitos de ativismo anti-imigração, racismo e colonialidade. A metodologia foi desenvolvida a partir de uma abordagem etnográfica que abrangeu a observação e a coleta de conteúdos nas plataformas digitais, a realização de entrevistas com ativistas anti-imigração da Juventude do Chega e a participação em evento partidário, além de pesquisa documental. Como resultado, identificamos motivações racistas como estratégias de mobilização do ativismo anti-imigração em Portugal, que, embora menos visível em comparação a outros países europeus, está em expansão e se fortalecendo na esfera pública portuguesa.

Palavras-chave

plataformas digitais, ativismo anti-imigração, extrema-direita, racismo

Introdução

A questão da imigração tornou-se num dos temas mais controversos e politicamente mobilizadores na Europa na última década. O crescimento da visibilidade de fluxos migratórios internacionais, especialmente após a chamada “crise migratória” de 2015, tem sido acompanhado por um aumento da centralidade do tema nos debates públicos e eleitorais. Nesse cenário, partidos de extrema-direita encontraram terreno fértil para produzir e instrumentalizar o sentimento anti-imigração, convertendo-o em ativo político e eleitoral. Para isso, em muitos casos, os imigrantes têm sido representados como ameaças à coesão nacional, à segurança e à cultura local, servindo como bodes expiatórios para problemas sociais e econômicos mais amplos (Dennison & Geddes, 2019; Halikiopoulou & Vlandas, 2020).

De acordo com Halikiopoulou e Vlandas (2020), esta instrumentalização está ancorada em dois principais tipos de motivações que estruturam o sentimento contrário à imigração: por um lado, estão as preocupações de ordem econômica, associadas à competição por empregos, à pressão sobre os serviços públicos e à percepção de sobrecarga dos sistemas de bem-estar e moradia; por outro, destacam-se os receios de natureza cultural e étnica, relacionados à ideia de que os imigrantes ameaçam valores, normas e identidades nacionais (Halikiopoulou & Vlandas, 2020; Inglehart & Norris, 2016). Ambos se alimentam de representações negativas, estereótipos e memórias fundamentadas em narrativas coloniais.

Em Portugal, embora o ativismo anti-imigração tenha se mantido, por muito tempo, em uma espécie de latência invisível (França, 2024), ausente do centro da esfera pública, o crescimento eleitoral do partido Chega – que se tornou a segunda maior força política do país em 2025 – sinaliza uma inflexão importante. O Chega tem se destacado por adotar a imigração como um dos pilares centrais de sua plataforma, e a rede social X (antigo Twitter) tem se constituído como um importante espaço de difusão de narrativas racistas por parte de seus ativistas e simpatizantes. Há também setores mais radicais do próprio partido, que se aproximam de discursos neonazistas e de superioridade branca (Zanetti, 2024).

Este capítulo parte de um enfoque sobre como as narrativas produzidas por ativistas anti-imigração operam segundo uma lógica de hierarquização étnica e racial, explorando motivações culturais, étnicas e raciais – mais do que econômicas – como fundamento das estratégias discursivas do ativismo anti-imigração em Portugal. A partir de uma abordagem etnográfica multissituada, que inclui observação digital realizada entre janeiro e março de 2023, entrevistas com ativistas da Juventude do Chega e participação em eventos partidários, examinamos como esses discursos circulam, são legitimados e ganham força em um contexto socio-político de crescente normalização da extrema-direita no país.

Narrativas Anti-Imigração, Racismo e Plataformas Digitais em Portugal

O avanço do sentimento anti-imigração na Europa e, mais recentemente, em Portugal, baseia-se em narrativas e estruturas históricas e socioculturais mais amplas, produtoras de fronteiras simbólicas persistentes e de memórias nacionais que naturalizam hierarquias (Macedo et al., 2024). De acordo com Sobral (2024), tais narrativas devem ser entendidas como constitutivas da própria identidade nacional e “por serem inculcadas desde cedo, tornam-se resistentes à mudança” (p. 23). No caso português, a recomposição contemporânea dessas narrativas não rompeu com a centralidade do passado imperial; antes, adaptou símbolos e mitos do expansionismo a agendas atuais, inclusive nas políticas de memória e controvérsias públicas (Sobral, 2024). Essa perspectiva dialoga com a teoria decolonial (Grosfoguel, 2007; Mignolo, 2007; Quijano, 2007), entendendo a colonialidade como matriz que estrutura a produção contemporânea da alteridade.

Nessa linha, o racismo constitui uma ideologia estruturante das sociedades contemporâneas e não somente uma ação individual. Vala (2021) define o núcleo duro da ideologia racista a partir das seguintes representações sociais e crenças: (a) a diversidade humana deve ser descrita por categorias raciais ou étnicas tomadas como naturais; (b) há diferenças profundas e imutáveis entre grupos humanos, em perspectiva essencialista; e (c) existe uma hierarquia que legitima a dominação de uns grupos, superiores, sobre outros, inferiores. Trata-se, além disso, de uma “teoria prática” que “constrói muros, cria obstáculos à universalidade efetiva dos direitos e inspira a dominação a partir da violência” (Vala, 2021, p. 91).

Apesar de o racismo ser uma ideologia secular, ele também se transforma e se adapta aos contextos históricos e espaciais, de forma a se reconfigurar. Por isso, segue empiricamente mensurável. Dados do European Social Survey Round 7 (2014–2015; European Social Survey Round 7 Data, 2014), indicam que cerca de 30% dos europeus afirmam que “algumas raças nascem menos inteligentes ou mais trabalhadoras” (p. 212), com Portugal entre os países com maior adesão a crenças de superioridade/inferioridade natural e racismo biológico (Vala, 2021).

Os dados do European Social Survey Round 11 (2023–2024), que avaliou questões de imigração e etnicidade, registrou que 47,6% dos portugueses aceitam a entrada de “alguns” imigrantes de etnia diferente, 8,2% aprovam a entrada de “muitos”, 11,7% rejeitam a entrada de qualquer um e 31% aceitam apenas “poucos”.

Esses dados não medem explicitamente crenças de “superioridade natural” racial, mas documentam que narrativas de ameaça racializada e a estigmatização associada à imigração permanecem muito presentes nas percepções sociais portuguesas. Quem internaliza essas associações entre “outra raça” e criminalidade tende também a resistir a políticas de igualdade, críticas antirracistas e políticas migratórias inclusivas, manifestando uma forma contemporânea de racismo simbólico, alinhada a hierarquias de legitimação racial (Vala, 2021).

O racismo também opera na atualidade por meio da racialização de categorias como “imigrante”, “minorias étnicas” e “raça”, que passam a sobrepor-se no discurso público e midiático. Cabecinhas (2024) observa que “as expressões ‘imigrantes’, ‘minorias étnicas’ e ‘raças’ aparecem frequentemente associadas” e que, “quando a cor de pele não é explicitada, é operacionalizada através de imagens” (pp. 45–46), o que reforça processos de racialização. Assim, em Portugal, pessoas negras e ciganas são frequentemente percebidas como “imigrantes”, independentemente da sua cidadania, tornando-se alvos recorrentes de xenofobia. Em síntese, é importante reforçar que o racismo existe independentemente da nacionalidade e tem como origem a marcação simbólica e cultural de corpos e pertencas que destoam a norma branca, associada historicamente a uma identidade europeia (Cabecinhas, 2024).

Neste contexto, os ativismos anti-imigração contemporâneos ampliam esse enquadramento por meio de estratégias de desinformação e de manipulação de agendas midiáticas. O *World Migration Report 2024* (McAuliffe & Oucho, 2024) registra que campanhas de desinformação contra migrantes estão fortemente associadas a atores políticos e midiáticos que difundem ideologias nacionalistas e xenófobas e intensificam a ênfase em “más notícias”, com efeitos negativos multiescalares.

No caso português, nacionalismo, mito imperial e colonialidade permanecem entrelaçados na produção de fronteiras simbólicas e de legitimações de exclusão. Sobral (2024) demonstra que a transição democrática não implicou o abandono das narrativas centradas nas “Descobertas”, mas sim a sua adaptação a novas agendas culturais e políticas. Ao mesmo tempo, persiste a herança simbólica do Estado Novo, que negou a existência do racismo, característica estrutural de todos os colonialismos, segundo o autor, e difundiu uma autoimagem de excepcionalismo português, sustentada pela ideia de um povo “escolhido” e intrinsecamente católico.

Esses enquadramentos identitários não são neutros e conectam-se a preferências políticas e práticas sociais. Em termos comparativos, países como Portugal, Polónia e Hungria apresentam níveis superiores a 50% de concordância com a proposição de que “algumas raças são mais dotadas”, o que sinaliza a persistência de crenças hierárquicas e a aceitação de discriminação (Vala, 2021). Essa ideologia permanece viva e tem implicações concretas para a política migratória e o debate público.

A colonialidade europeia, por sua vez, enraíza assimetrias no presente por meio de representações midiáticas das migrações que “reatualizam frequentemente as assimetrias de poder forjadas durante o colonialismo europeu” (Macedo et al., 2024, p. 2), retificando hierarquias e desigualdades na mobilidade e circulação. Esse pano de fundo ajuda a compreender por que as categorias “imigrante”, “minorias” e “raça” se tornam sinônimos práticos na esfera pública, e por que a europeidade é frequentemente associada à branquitude.

O entrelaçamento entre racismo (como ideologia de essencialismo e hierarquia), racialização (como prática de marcação e exclusão) e nacionalismos anti-imigração (como gramática política) sustenta a atualidade do problema em Portugal. Ao reconhecer que o racismo existe independentemente da nacionalidade, sublinha-se que ele deriva de

crenças hierárquicas reatualizadas na memória nacional, nas ecologias midiáticas e nas disputas políticas contemporâneas, com efeitos diretos sobre direitos, pertencimento e igualdade substantiva.

Nesta lógica, existem ativistas ainda mais radicais que estabelecem associações de superioridade branca e europeia de modo mais flagrante, nomeadamente a partir de ideologias neonazistas e eugenistas. Frequentemente, esta expressão do nacionalismo é articulada de forma transnacional (Fangen, 2024) em ambientes digitais, como as plataformas Telegram e X, nossos objetos de análise. Tais grupos recorrem ao racismo biológico, à ideia de superioridade branca e europeia e a discursos de segregação racial de forma mais explícita.

Neste cenário, as plataformas digitais tornaram-se espaços centrais na criação, circulação e legitimação de narrativas anti-imigração racializadas, operando como arenas em que o racismo se reconfigura e adquire novas formas de expressão (Zanetti et al., 2025). Esses ambientes funcionam como infraestruturas sociotécnicas de poder simbólico, nas quais narrativas racistas são produzidas e difundidas a partir de dinâmicas de visibilidade, engajamento e viralização.

Essas narrativas encontram, nas próprias estruturas algorítmicas das plataformas, o terreno fértil para sua expansão. Como observa Silva (2020), os algoritmos, além de reproduzirem vieses raciais pré-existentes na sociedade, os automatizam e amplificam, constituindo, segundo o autor, “racismo algorítmico”. Essa forma de discriminação opera de maneira invisível, através de processos de recomendação, ranqueamento e filtragem, que naturalizam a centralidade da branquitude e marginalizam corpos não brancos. A colonialidade do poder (Quijano, 2007), que historicamente associou branquitude à racionalidade e à superioridade civilizacional, encontra, na lógica do engajamento digital, uma nova dimensão: a colonialidade digital, sustentada pela economia da atenção e pela monetização da diferença racial.

Ao privilegiarem conteúdos polarizadores e emocionalmente intensos, as plataformas instauram um ecossistema informativo de reforço, em que o valor da mensagem é definido pela sua capacidade de gerar exposição e não pela veracidade (Han, 2022; Morozov, 2014/2018). Essa lógica transforma o ódio e o medo em recursos de visibilidade e engajamento, criando comunidades digitais que operam como novas formas de racialização coletiva. Assim, o discurso anti-imigração não deve ser compreendido apenas como rejeição à presença do migrante, mas como expressão contemporânea do racismo estrutural, adaptado às mediações técnicas e comunicacionais da era algorítmica regida pelas *big techs*. Ao articular tecnologia, afetos e ideologia, as plataformas digitais tornam-se agentes centrais na reprodução das hierarquias raciais e na atualização simbólica da colonialidade em contexto europeu, como pretendemos demonstrar no estudo empírico.

Metodologia

Esta pesquisa, fundamentada em uma metodologia qualitativa, foi desenvolvida a partir de uma abordagem etnográfica (Duarte, 2010; Hine, 2015), realizada entre

janeiro e março de 2023, em Lisboa, como parte de um projeto de pesquisa maior, correspondente à tese de doutorado de um dos pesquisadores (Zanetti, 2024), que buscou compreender as disputas entre ativismo migrante e anti-imigração na esfera pública midiaticizada em Portugal. Inicialmente, a pesquisa envolveu a observação do “V Congresso” do partido Chega em Santarém (janeiro de 2023) e ações políticas do partido em espaços públicos. Em seguida, foram identificados membros da Juventude do partido alinhados com a agenda anti-imigração e, posteriormente, localizados, na rede social X. Com base na observação sistemática desses perfis (Hine, 2015), foi realizado o monitoramento de uma rede composta por outros 25 ativistas anti-imigração, ligados ou não ao partido. A seleção dos perfis para a análise considerou dois critérios: maior número de seguidores e maior alcance na plataforma X, e aceitação para participar da pesquisa como entrevistados.

Foram coletadas 150 postagens dos cinco ativistas e, a partir da leitura do material empírico e em diálogo com o marco teórico, identificaram-se regularidades nas narrativas e justificativas dos ativistas, que, por sua vez, resultaram na criação de categorias, analisadas com base na metodologia de análise temática. Para este capítulo, é explorada especificamente a categoria relacionada à preservação da identidade nacional e à hierarquização étnica e racial.

A análise temática é uma técnica de pesquisa que visa identificar, analisar e descrever padrões de significados encontrados nos dados coletados (Braun & Clarke, 2006). Por meio de leitura cuidadosa e releitura das postagens coletadas e da transcrição das entrevistas realizadas, identificamos padrões nos dados que, com base nos objetivos da pesquisa, se tornaram as duas categorias de análise. Dessa forma, o desenvolvimento dos próprios temas envolveu um trabalho interpretativo que contemplou a teorização, e não apenas a descrição de cada categoria.

Dos cinco ativistas observados, dois têm ligação direta com a Juventude do Chega (Ativistas 1 e 2) e três são simpatizantes (Ativistas 3, 4 e 5), sem vínculo oficial com o partido. Três utilizam seus próprios nomes nos perfis (Ativistas 1, 2 e 3), enquanto dois deles gerenciam páginas mais amplas dedicadas à causa anti-imigração (Ativistas 4 e 5). Todos os perfis foram anonimizados, visando cumprir os parâmetros da ética em pesquisa e não contribuir para a amplificação desses discursos.

Como parte do procedimento etnográfico, também foram realizadas entrevistas com ativistas (Duarte, 2010). Os 25 ativistas monitorados receberam convites para entrevistas por email ou por meio de perfis em plataformas digitais. Três deles aceitaram participar (Ativistas 1, 2 e 3): dois deles, membros da Juventude do Chega. As entrevistas duraram de 90 a 120 minutos, foram realizadas online, gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra.

As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada, considerando aspectos importantes identificados na literatura, como a trajetória de vida e os contextos social, econômico, religioso e familiar do ativista. Em um segundo momento, foram perguntados sobre as trajetórias políticas, o contato com as agendas de extrema-direita e anti-imigração e a motivação do ativismo. Por fim, as perguntas foram elaboradas

para compreender as razões e justificativas dos posicionamentos anti-imigração, complementando os resultados da coleta de dados nas plataformas digitais. Assim, a articulação metodológica foi realizada de forma complementar e multissituada, na perspectiva de que as entrevistas complementassem as informações coletadas na rede social X.

É importante destacar que a interação com militantes da extrema-direita sempre se apresenta como um desafio para os pesquisadores, devido à hostilidade desses grupos em relação a pesquisadores oriundos do universo acadêmico (Sacramento et al., 2024). O fato de se tratar de um pesquisador brasileiro também teve implicações no processo de coleta de dados, quando houve necessidade de interação com o partido Chega e com ativistas anti-imigração, repercutindo no processo etnográfico. A pesquisa seguiu as diretrizes éticas e deontológicas da *Internet Research: Ethical Guidelines 3.0* da Association of Internet Researchers (Franzke et al., 2019). Além disso, os entrevistados autorizaram oralmente o uso dos dados a partir da leitura e registro em áudio do termo de consentimento livre e esclarecido pelo pesquisador. Ademais, observou-se a política da plataforma X quanto à anonimização de perfis, transparência metodológica e respeito à legislação local, sem qualquer comercialização de dados.

Resultados e Discussão

Os resultados da análise temática revelam que as narrativas anti-imigração dos ativistas analisados giram em torno de alguns eixos centrais. Para esta pesquisa, vamos abordar especificamente a hierarquização étnica, em relação a imigrantes europeus que, associada à branquitude, os posiciona como preferidos frente aos imigrantes racializados (latinos, africanos, muçulmanos e asiáticos), o que reflete um racismo embasado em percepções de superioridade racial e fenotípica. Também é importante destacar que os não brancos frequentemente são vistos como migrantes, ainda que sejam cidadãos europeus. Essa dimensão é atravessada pela perspectiva de desumanização do outro, legitimando discursos de exclusão, deportação e violência simbólica. A imigração, seja ela regular ou irregular, é destacada como o principal alvo de oposição dos ativistas. Esses elementos podem ser encontrados em maior ou menor grau no discurso de todos os ativistas, tanto nas postagens nas plataformas digitais quanto nas entrevistas.

As narrativas dos ativistas analisados revelam a persistência de uma lógica racial de hierarquização profundamente enraizada na colonialidade do poder (Mignolo, 2007; Quijano, 2007). Nelas, a imigração é representada como uma ameaça à coesão nacional não apenas por razões culturais ou políticas, mas, sobretudo, por critérios raciais e fenotípicos, operando com base em um racismo estrutural e relacional que associa branquitude europeia à civilidade e ao pertencimento, enquanto racializa negativamente os corpos não europeus.

Entre os ativistas entrevistados, é recorrente a associação entre identidade nacional e uma ideia de superioridade civilizatória europeia, que se desdobra em discursos

marcadamente essencialistas. Ativistas como o Ativista 2 expressam essas ideias de forma explícita ao invocar atributos pretensamente biológicos e comportamentais para justificar a rejeição de determinados grupos:

se observares atentamente muitos dos problemas nessas culturas vêm de quem elas são como pessoas, isso vem de sua raça e de sua forma de pensar, que se desenvolveu ao longo dos anos. Acho que poderíamos permanecer separados (...). A única diferença entre eles e os outros é simplesmente a raça. É verdade que a população preta é uma das mais afetadas por drogas ou álcool. E esses mestiços, muitas vezes, estão ainda em piores condições do que os demais. (Ativista 2, ativista anti-imigração ligado ao Chega, comunicação pessoal, 12 de fevereiro de 2023)

Este enunciado é um exemplo do que Santos (2021) denomina de “neorracismo”, em que a retórica da incompatibilidade cultural mascara a reafirmação de hierarquias raciais herdadas do colonialismo. A raça opera como um marcador central de exclusão, embora frequentemente disfarçada por argumentos sobre comportamento, civildade ou ordem pública (Vala, 2021). O ativismo anti-imigração nesse contexto não se limita à defesa de fronteiras, também reproduz formas contemporâneas de racismo científico e determinismo biológico (Weitz, 2015), atualizadas pelas lógicas algorítmicas das plataformas digitais (Zanetti, 2024).

A lógica diferencialista é aprofundada quando o mesmo ativista defende que a legalidade migratória é irrelevante diante da suposta “essência” do imigrante racializado:

essas pessoas, quando entram em Portugal, qual é a diferença entre terem os papeis certos ou não? (...) A mesma pessoa tem os mesmos problemas, está a trazer os mesmos problemas consigo e a mesma pessoa simplesmente tem ou não um pedaço de papel ou um cartão de plástico. (Ativista 2, comunicação pessoal, 12 de fevereiro de 2023)

Essa narrativa é marcada pela desumanização, que nega à figura do imigrante qualquer agência individual, reduzindo-o a um corpo racializado que “carrega problemas”. Trata-se de uma atualização do discurso colonial, que associa os povos não europeus ao atraso, ao caos e à ameaça civilizatória (Cabecinhas, 2024; Quijano, 2007).

A adesão a uma lógica assimilacionista, segundo a qual só seriam aceites aqueles capazes de se submeterem completamente à cultura hegemônica, também está presente. Ativista 2 declara que imigrantes devem demonstrar “lealdade” à cultura portuguesa, ainda que isso implique a negação de sua própria identidade, religião e costumes. Nesse ponto, a branquitude é instituída como critério não apenas estético, mas também moral e epistêmico, estruturando as hierarquias de pertencimento. A Figura 1 exemplifica isso, ao trazer uma postagem de Ativista 2 com conteúdo abertamente racista.

A construção do “imigrante desejável” é ainda mais evidente nas falas do Ativista 3, que recorre à noção de “cadeia evolutiva” para posicionar os europeus como superiores,

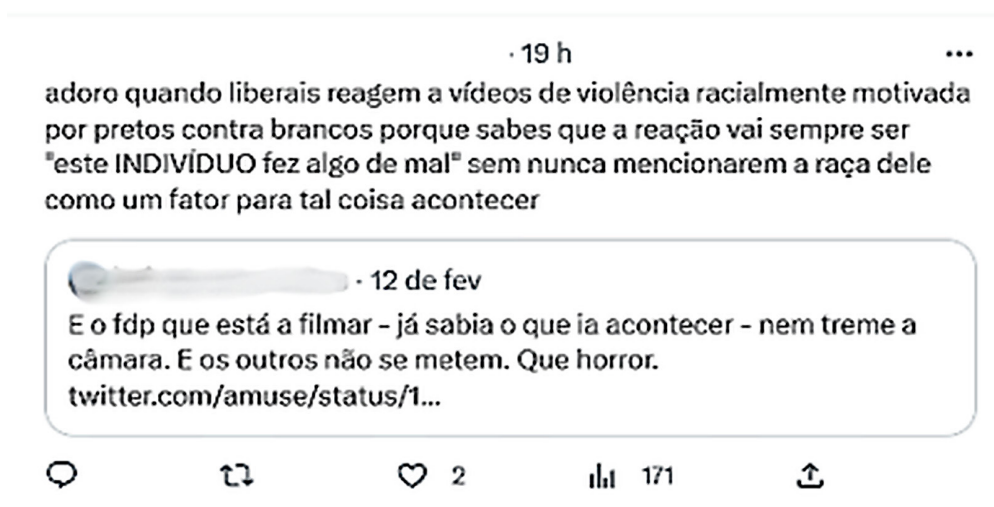


Figura 1
Postagens no X de Ativista 2 com teor racista

evocando elementos do racismo científico: “imigração vinda da Ucrânia (...) trata-se de pessoas da nossa raça. Imigrantes com elevado QI [quociente de inteligência], que não cometem crimes e são ordeiros. (...) Imigrantes brasileiros, nomeadamente, não me oporia à sua vinda, apenas caso tivessem exclusiva ascendência europeia” (Ativista 3, ativista anti-imigração independente, comunicação pessoal, 18 de fevereiro de 2023).

A estética corporal também é mobilizada como marcador de pertencimento: os não brancos são “desagradáveis à vista”, segundo o Ativista 3, o que reforça a dimensão somática da exclusão (Figueiredo et al., 2021). Essa racialização da presença no espaço público é reiterada em postagens como a representada na Figura 2.

O ativista também associa a imigração africana ao aumento de infecções sexualmente transmissíveis, retomando estereótipos coloniais sobre hipersexualização e degenerescência dos corpos negros. A Figura 3 ilustra essa narrativa racista com base biológica e moral.

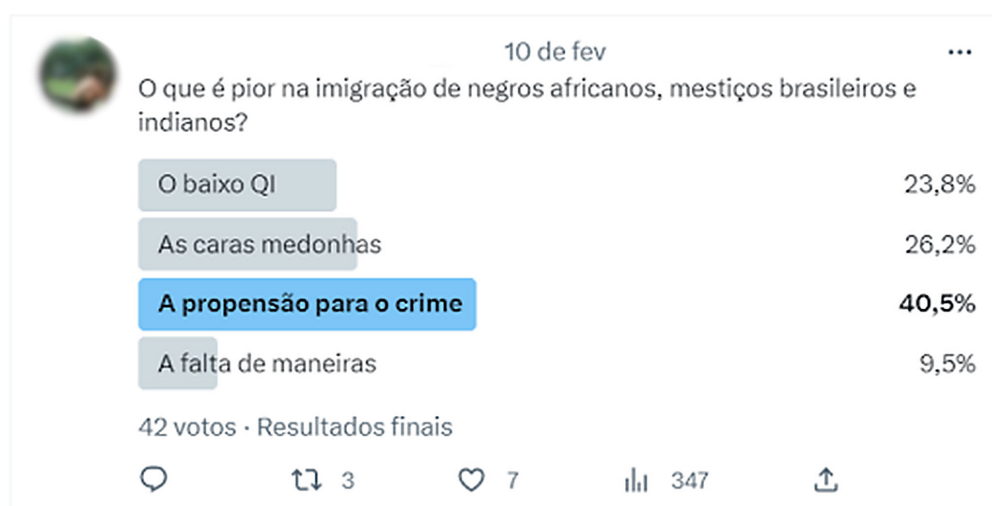


Figura 2
Postagem no X de Ativista 3 com teor racista

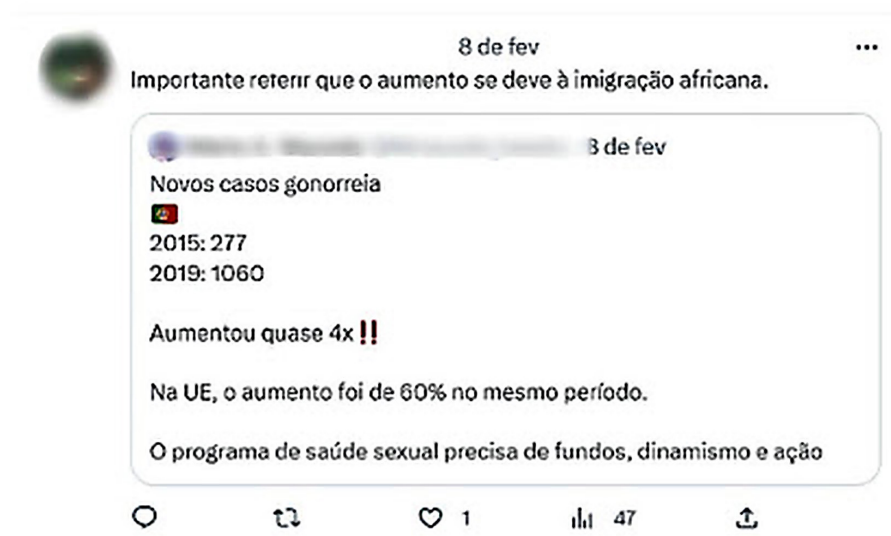


Figura 3
Postagem no X de Ativista 3 com teor racista

Tais enunciados exemplificam o que Han (2022) chama de “expulsão da alteridade”, em que a convivência com o diferente se torna inviável, sendo substituída por uma lógica de pureza identitária e de homogeneização cultural. As plataformas digitais operam como ecossistemas de reforço dessas bolhas, facilitando a autodoutrinação e inviabilizando o debate público e a responsividade democrática (Zanetti, 2024).

No caso da página gerida pelo Ativista 5, identificado por outros entrevistados como neonazista e já condenado por crimes de ódio, observamos uma radicalização ainda maior. A página funciona como núcleo de difusão de discursos de superioridade branca, mas também adota estratégias de dissimulação e de ambiguidade discursiva. A Figura 4 mostra uma das postagens mais explícitas.



Figura 4
Postagem no X de Ativista 5 com teor racista

Um dos elementos centrais dessa página é a apropriação estratégica do termo “antirracista” para promover ideias de racismo reverso e de vitimização branca, aspectos centrais da lógica do neorracismo (Santos, 2021). Ao alegar que os brancos estão sendo perseguidos, o ativista anti-imigração inverte os termos do debate, apagando as estruturas históricas de opressão e os legados do colonialismo português (Figueiredo et al., 2021). Tal ambiguidade discursiva visa garantir maior aceitabilidade pública, ao mesmo tempo em que mobiliza redes neonazistas internacionais em plataformas como o Telegram e o X.

Considerações Finais

As narrativas analisadas neste capítulo evidenciam como o ativismo anti-imigração português, especialmente articulado nas plataformas digitais, está enraizado em estruturas coloniais de poder e em lógicas raciais de exclusão. Não entendemos este fenômeno como algo pontual nem como uma simples consequência da intensificação dos fluxos migratórios. Compreendemos que tais discursos reatualizam hierarquias étnico-raciais herdadas do colonialismo, associando a branquitude europeia à civilidade e à pertença nacional, enquanto relegam os corpos não brancos ao campo da ameaça, do desvio e da incompatibilidade cultural.

Essa gramática racial, marcada por essencialismos e pelo neorracismo (Santos, 2021), se faz presente no atual cenário sociopolítico português e já alcança o centro da esfera pública. As eleições legislativas de maio de 2025 consolidaram o Chega como a segunda maior força política do país, com a eleição de deputados, inclusive por emigrantes portugueses, sinalizando a institucionalização de discursos que antes circulavam apenas nas margens digitais e em ambientes radicais (SIC Notícias, 2025).

Essa virada política, que aconteceu paulatinamente desde a criação do partido em 2019, já se materializa em mudanças legislativas e propostas conservadoras, que reforçam o vínculo entre imigração, criminalidade e desordem. Em junho de 2025, o Governo anunciou medidas, como o aumento do tempo de residência para a obtenção da nacionalidade – especialmente para imigrantes não lusófonos – e restrições ao reagrupamento familiar, em um movimento de racialização da cidadania (Lima, 2025). O projeto do Chega, que propõe a proibição do uso da burca em espaços públicos, é outro exemplo de como o racismo e a islamofobia se entrelaçam na tentativa de invisibilizar e controlar corpos racializados (“Chega Quer Proibir o Uso da Burca em Espaços Públicos e Propõe Multa de 4.000 Euros”, 2025).

Essas transformações políticas encontram respaldo em dados recentes. Um relatório da Casa do Brasil de Lisboa (Costa, 2025) aponta para o aumento de casos de xenofobia e racismo no país, sobretudo contra pessoas negras e imigrantes do Sul Global, revelando a crescente legitimação social de práticas discriminatórias antes mais veladas. Dessa forma, os dados aqui apresentados, qualitativamente, devem ser entendidos como a expressão radicalizada de um projeto mais amplo de recondução da colonialidade, operado por meio da racialização da diferença e da construção do imigrante como inimigo interno. A colonialidade do poder permanece como estrutura

ativa, reorganizando simbólica e materialmente os termos do pertencimento em Portugal. O contexto sociopolítico atual, marcado pela ascensão da extrema-direita, pela retração de direitos e pelo reforço das fronteiras identitárias, confirma a centralidade das narrativas raciais e anti-imigração na configuração das disputas por identidade, cidadania e poder no país.

Referências

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cabecinhas, R. (2024). Migrações, media, ativismos mnemônicos e lutas antirracismo. In I. Macedo, T. Oliveira, & M. de L. Martins (Eds.), *Existir e resistir na sociedade contemporânea: Contributos para o debate sobre comunicação e cultura* (pp. 31-50). Húmus.
- Chega quer proibir o uso da burca em espaços públicos e propõe multa de 4.000 euros.* (2025, 26 de junho). CNN Portugal. <https://cnnportugal.iol.pt/burca/chega/4-000-de-multa-chega-quer-proibir-o-uso-da-burca-em-espacos-publicos-mas-com-excecoes-avioes-pona%20r-exemplo/20250626/685d9229d34ef72ee447a67f>
- Costa, A. P. (2025). *Monitoramento do discurso de ódio, racismo e xenofobia em Portugal*. Casa do Brasil de Lisboa. https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2025/03/MONITORAMENTO_Racismo-Xenofobia.pdf
- Dennison, J., & Geddes, A. (2019). A rising tide? *The Political Quarterly*, 90(1), 107-116. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12620>
- Duarte, J. (2010). Entrevista em profundidade. In J. Duarte, A. Barros, & A. L. R. Novelli (Eds.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2.ª ed., pp. 62-83). Atlas.
- European Social Survey Round 7 Data. (2014). Data file edition 2.1. NSD – Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data archive and distributor of ESS data for ESS ERIC. <https://microdata.worldbank.org/index.php/catalog/2930>
- European Social Survey Round 11 Data (2024). *ESS11 integrated file, edition 3.0* [Data set]. Sikt – Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research. https://doi.org/10.21338/ess11e03_0
- Fangen, K. (2024). The transnationalist nationalists: The joint curriculum of anti-immigration actors in Norway. *Journal of Political Ideologies*, 1-21. <https://doi.org/10.1080/13569317.2024.2358349>
- Figueiredo, O., Arruda, J., & Araújo, M. (2021). Colonialismo português, lusotropicalismo, racismo e lutas antirracistas – Entrevista com Marta Araújo. *Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, 30(62), 168-186. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n62.p168-186>
- França, T. (2024). Transnational diffusion and far-right latent social movements: Unveiling the survival of anti-immigration mobilisation in Portugal. *Journal of Contemporary European Studies*, 33(2), 687-700. <https://doi.org/10.1080/14782804.2024.2389452>
- Franzke, A. S., Bechmann, A., Ess, C., & Zimmer, M. (2019). *Internet research: Ethical guidelines 3.0*. Association of Internet Researchers. <https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>
- Grosfoguel, R. (2007). The epistemic decolonial turn: Beyond political-economy paradigms. *Cultural Studies*, 21(2-3), 211-223. <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>
- Halikiopoulou, D., & Vlandas, T. (2020). When economic and cultural interests align: The anti-immigration voter coalitions driving far-right party success in Europe. *European Political Science Review*, 12(4), 427-448. <https://doi.org/10.1017/S175577392000020X>
- Han, B.-C. (2022). *Infocracy: Digitization and the crisis of democracy*. Polity.

- Hine, C. (2015). *Ethnography for the internet: Embedded, embodied and everyday*. Bloomsbury.
- Inglehart, R., & Norris, P. (2016). *Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash*. Harvard Kennedy School. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2818659>
- Lima, A. (2025, 6 de junho). Imigrante terá de morar 10 anos no país para o pedido de nacionalidade – E 7 para falantes de língua portuguesa. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/sociedade/imigrante-ter%C3%A1-de-morar-10-anos-no-pa%C3%ADs-para-o-pedido-de-nacionalidade-e-7-para-falantes-de-l%C3%ADngua-portuguesa>
- Macedo, I., Cabecinhas, R., & de Andrés, S. (Eds.). (2024). Migrações, comunicação e ativismos: Experiências e debates. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2).
- McAuliffe, M., & Oucho, L. A. (Eds.). (2024). *World migration report 2024*. International Organization for Migration. <https://worldmigrationreport.iom.int/msite/wmr-2024-interactive/>
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, 21(2–3), 449–514. <https://doi.org/10.1080/09502380601162647>
- Morozov, E. (2018). *Big tech: A ascensão dos dados e a morte da política* (C. Marcondes, Trad.). Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 2014)
- Quijano, A. (2007). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, 21(2–3), 168–178. <https://doi.org/10.1080/09502380601164353>
- Sacramento, I., Falcão, H., & Monari, A. C. (2024). Entrando no campo da desinformação: emoções conflitantes e os limites da relativização. *Saúde e Sociedade*, 32, e230456pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230456pt>
- Santos, F. R. C. dos. (2021). A retórica do neorracismo no debate francês sobre imigração: Análise de artigos de opinião do Le Figaro. *Revista da ABRALIN*, 20(3), 113–135. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1909>
- SIC Notícias. (2025, 28 de maio). *Chega elege dois deputados na emigração e é a segunda força política em Portugal* [Vídeo]. <https://sicnoticias.pt/especiais/eleicoes-legislativas/2025-05-28-video-chega-elege-dois-deputados-na-emigracao-e-e-a-segunda-forca-politica-em-portugal-0276eea1>
- Silva, T. (2020). Racismo algorítmico em plataformas digitais: Microagressões e discriminação em código. In T. Silva (Ed.), *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricas* (pp. 121–135). LiteraRUA.
- Sobral, J. M. (2024). The nation. In N. Monteiro, P. Silva, & P. C. Magalhães (Eds.), *Portugal in the 21st century* (pp. 14–22). Taylor & Francis.
- Vala, J. (2021). *Racismo hoje. Portugal em contexto europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Weitz, E. D. (2015). *A century of genocide: Utopias of race and nation*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.1515/9781400866229>
- Zanetti, L. A. (2024). *Esfera pública midiaticizada, ativismo migrante e anti-imigração: Representações sociais e disputas identitárias em Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/2549>
- Zanetti, L. A., Cogo, D., & Luvizotto, C. K. M. (2025). Ativismo anti-imigração em Portugal e dinâmicas comunicacionais em plataformas digitais. *Cuadernos.Info*, (61), 304–328. <https://doi.org/10.7764/cdi.61.86968>

Representação Mediática da Agenda Político-Governativa Sobre as Minorias Étnicas em Angola (2016–2021)

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.15>

Gabriel Benguela

Instituto de Estudos Avançados em Ciências, Engenharias e Tecnologias, Academia de Ciências Sociais e Tecnologias/Departamento de Ensino e Investigação de Ciências Básicas e Multidisciplinares, Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda, Angola
<https://orcid.org/0000-0002-2689-3201>
gmariz1955@gmail.com

Resumo

Este trabalho debruça-se sobre a problemática da representação mediática da agenda político-governativa relativa às minorias étnicas em Angola, considerando a prática social presente na construção das notícias e da sua narrativa. Para isso, consideraram-se os textos do *Jornal de Angola*, da Agência Angola Press, do *Público*, da *Voz da América* e da *Deutsche Welle*, publicados online, a fim de daí depreender a representação das minorias étnicas como uma das medidas de inclusão social. O objetivo deste estudo é analisar a representação mediática da agenda político-governativa sobre as minorias étnicas tendentes a velar pelos seus anseios e aspirações. Em termos metodológicos, o estudo é quantitativo e baseou-se na técnica de análise de conteúdo. Os resultados sugerem que nos intervalos analisados, de janeiro a junho de cada ano, há maior representação de ações do Governo angolano, relacionadas com a seca, que gera mobilidade e, conseqüentemente, conflitos de terras; acresce-se, também, a problemática da ocupação dos espaços de alimentação do gado por fazendeiros e latifundiários, uma situação que tem despertado o interesse dos média. Em seguida, posiciona-se o intervalo de julho a dezembro com ações relacionadas com a manutenção da existência e sobrevivência das minorias étnicas. Quanto à representação mediática, a *Voz da América* é o órgão de comunicação com maior número de publicações de textos sobre minorias étnicas. A província do Cuando Cubango é a região geográfica de Angola que mais se destacou na representação mediática das ações do Governo. Os subgrupos banto são os mais representados pelos média, seguidos dos koi e san. Os problemas que as minorias enfrentam afetam homens, mulheres, crianças e velhos. As organizações não governamentais são as que mais se preocupam com as questões relacionadas

com as minorias étnicas, o que sugere que não são uma prioridade para a agenda político-governativa do Estado.

Palavras-chave

minorias étnicas, representação mediática, agenda político-governativa, inclusão

Introdução

Pretendeu-se, a partir da análise da cobertura e da representação mediática das minorias étnicas em Angola, produzir um contributo para a inserção dos anseios e aspirações destes grupos étnicos na agenda política e governativa do Estado angolano, tendo em consideração a prática social presente na construção das notícias e da sua narrativa. Constitui o objetivo geral deste estudo analisar a representação mediática da agenda político-governativa sobre as minorias étnicas tendentes a velar pelos seus anseios e aspirações. De modo específico, este estudo teve como objetivos os seguintes:

- Descrever os temas mais abordados nas peças noticiosas sobre ações políticas do Governo angolano a favor das minorias étnicas;
- Sistematizar os principais factos mediáticos representados, cujo objetivo é a inclusão das aspirações e anseios das minorias étnicas na agenda governativa do Estado angolano.

Por esta razão, pode-se denominar a investigação como dedutiva, visto já existir alguma teoria que nos permitiu partir dela para alcançar novos resultados (Bryman, 2012). No contexto da análise presente, a questão de partida do estudo é a seguinte: como foi feita a representação mediática da agenda político-governativa relacionada com os anseios e aspirações das minorias étnicas em Angola? os elementos analisados foram identificados a partir das peças noticiosas veiculadas pelo *Jornal de Angola*, Agência Angola Press (ANGOP), *Público*, *Voz da América* e *Deutsche Welle*. As notícias foram recortadas com a ajuda do *clipping* na versão online dos jornais identificados para a análise dos média. O *clipping*, permitiu como já fizemos referência fazer um recorte das informações veiculadas pelos *media*. Por intermédio desta técnica, foi possível agrupar informações oriundas dos veículos de comunicação impressos (Moreira et al., 2017).

Com base numa análise primária ao conteúdo das notícias difundidas pela imprensa angolana e portuguesa (jornal o *Público*), foi possível categorizar as ideias-chaves das notícias ou rubricas em função dos objetivos formulados, para obter diferentes categorias (Espírito Santo, 2008); tais como: o meio em que foi publicada a notícia, o género jornalístico, o público alvo, os assuntos sobre as minorias étnicas, o espaço, a localidade, os temas em destaque, o protagonismo, as fontes da informação, os aspetos críticos, entre outros. Dos vários meios de comunicação social a considerar,

escolhemos estes por serem os que mais detalhadamente analisaram e descreveram os acontecimentos.

A presente investigação está ancorada nas teorias do *agenda-setting* de McCombs e Shaw (1972) e do *priming* de Ivengar e Kinder (1987). Optou-se por esta formulação pelo facto do *agenda-setting* de McCombs e Shaw (1972) considerar que os média têm pouca influência na direção e na intensidade das atitudes dos indivíduos; no entanto, definem a pauta de cada campanha político-social, influenciando a saliência das atitudes dos cidadãos frente às questões da sociedade. Enquanto que o *priming* refere-se às mudanças no padrão que as pessoas usam para fazer avaliações políticas e sociais; ou seja, Scheufele (2000) que defendeu que “a definição de uma agenda política e a sua preparação precisam de ser conceituadas em dois níveis distintos. A nível macroscópico, que é o estabelecimento da agenda que deve ser examinado com base nos média” (p. 302), a nível microscópico com base no *priming* que é o resultado psicológico individual do estabelecimento da agenda.

Assim, a definição da agenda deve ser examinada com base no público ou na relevância ou acessibilidade da memória de uma determinada pessoa. Para este estudo, o *priming* é visto como um conceito que procura explicar os efeitos que vão além do agendamento, reunindo pressupostos teóricos da psicologia para explicar a ativação da memória nos processos de avaliação dos representantes públicos a partir de informações transmitidas pelo noticiário dos média. Este artigo está organizado em três partes. Na primeira, procurou-se contextualizar as matérias abordadas, descrevendo o resumo e a introdução; a segunda parte apresenta a revisão da literatura analisada e as opções metodológicas; e a terceira, e última parte, descreve a análise de conteúdo realizada das peças noticiosas dos média sobre as minorias étnicas, apresenta os resultados, discute-os e expõe as considerações finais.

As Minorias Étnicas e a Agenda Político-Governativa

Antes de descrever as políticas e a agenda do Estado angolano, voltadas para as minorias, recorreremos ao conceito de “etnia” de Santos et al. (2010), que considera que historicamente,

a palavra etnia significa “gentio”, proveniente do adjetivo grego *ethnikos*. O adjetivo que deriva do substantivo *ethnos*, significa gente ou nação estrangeira. É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física. (p. 122)

Angola é constituída por uma diversidade de povos, no aspeto sociolinguístico é uma sociedade heterogênea. (...) essa heterogeneidade é o resultado de vários movimentos migratórios sucessivos que ocorreram nessa região [Angola] (LUANSI, 2003). Para a construção de uma identidade nacional, essa variedade tem representado um desafio constante.

As tentativas de unificação promovidas desde o período colonial não conseguiram conter a resistência e a oposição dos grupos étnicos presentes nesse país. (Zengo & Sabonete, 2010, p. 31)

As Políticas Públicas e a Inclusão das Minorias Étnicas

Um dos grandes problemas que afligem as minorias em Angola tem a ver com a política de distribuição de terras. Segundo Pain (2007),

com a independência, com a adoção do Partido único, inspirado nos ideais marxistas-leninistas e com economia planificada, não foram feitas leis que regulassem a gestão da terra, nem as instituições dos governos locais foram reforçadas para administrar ou alocar terras, tendo em conta o rápido crescimento da população. (p. 72)

Para Zengo e Sabonete (2010), em Angola, no período pós-independência, “a prioridade era defender e expulsar os invasores, principalmente, a África do Sul. Por essa razão o governo centrou sua atenção em investimentos na área da segurança” (p. 36). No campo social, os investimentos foram tão pequenos e beneficiaram tão poucos indivíduos que, para alguns, eles não eram dignos de atenção. Para Pain (2007), “a questão dos problemas que envolvem as terras na região [aonde habitam as minorias étnicas] data do período anterior à própria independência e a chegada dos portugueses” (p. 73).

Não se pode afirmar que, antes da chegada dos europeus, não existia conflito de terras, pois ocorreram migrações, fixações, revoltas, enfim, hostilidades à ocupação de espaços. A DW África (D'Angola, 2016) consagra, numa das suas reportagens, o risco de as minorias na província do Cunene desaparecerem devido ao desmatamento das suas terras por fazendeiros.

Representação Mediática das Aspirações das Minorias Étnicas

A representação mediática das minorias étnicas, para Antunes e Lisi (2015), “é vista como o processo de mediatização da mensagem política do Governo que atribui aos meios de comunicação um papel crucial nas campanhas de proteção das minorias étnicas” (p. 7). É através da imprensa que as maiorias adquirem informações sobre as políticas que são desenhadas em seu favor. É igualmente na arena mediática que se definem os principais conteúdos das campanhas de inclusão das minorias. A informação inicial, elaborada e transmitida pelos atores políticos, passa por um processo de edição rígido, funcionando como um controlo de qualidade da mensagem política.

Segundo Soares (2009), “a força da comunicação contemporânea tem sido atribuída às capacidades expressionistas dos meios de comunicação que, por meio das imagens e da palavra, conferem realismo, drama e intensidade afetiva às representações

mediáticas” (p. 19). Os meios de comunicação modernos são a concretização tecnológica máxima da “representação”, no sentido de uma representação, a partir da semelhança, imagem e da simulação. Cunha e Pinto (2017) afirmam que um dos objetivos dos média consiste em “fornecer relatos de acontecimentos que eles mesmos consideram significativos e interessantes” (p. 134). É nesta conformidade que Figueiredo e Bonini (2017) defendem, que “dada a pluralidade discursiva das sociedades contemporâneas, uma mesma prática social pode ser representada de diversas formas” (p. 764). Os autores consideram que todas as representações das minorias étnicas em Angola devem ser interpretadas como representações (ou recontextualizações) das intenções sociais dos média visando a inserção dos seus anseios e aspirações nas preocupações do Governo.

Ao nível concetual, as representações mediáticas dos anseios e das preocupações das minorias étnicas em Angola se traduzem em elementos de expressões significativas do ponto de vista da ação político-social dos *media* (Espírito Santo, 2006).

MacGregor (2019) analisa a representação mediática como um produto simbólico da informação consumível, maleável e seletiva dos média, na relação que estabelece com a opinião pública. A representação mediática das minorias étnicas em Angola é socialmente construída a partir do público, e é forjada por métodos e dados políticos e sociais a partir dos quais ela é entendida. No entanto, a representação mediática das minorias étnicas é uma função dos média que deve estar centrada na reprodução dos que as descrevem e as representam, com base nas suas aspirações e intenções.

Opções Metodológicas

O presente estudo sobre a representação mediática teve como objetivo-geral analisar a representação mediática da agenda político-governativa sobre as minorias étnicas tendentes a velar pelos seus anseios e aspirações. O estudo adotou uma abordagem metodológica quantitativa. Seguindo os ensinamentos de Dalfovo et al. (2008), optou-se por este método, para que fosse possível caracterizar o emprego da quantificação, tanto nas modalidades de recolha de informações, quanto no tratamento das mesmas, através da técnica estatística. Esta opção deveu-se, igualmente, tal como apregoam Sampieri et al. (2013), ao facto de o enfoque quantitativo ser sequencial e comprobatório. Cada etapa do estudo que procedeu a seguir não pulou nem evitou os passos subsequentes, porquanto a ordem é rigorosa.

Em termos metodológicos, este estudo baseou-se na técnica de análise de conteúdo, que permitiu investigar e interpretar os dados sistematizados, a partir dos textos noticiosos dos jornais identificados no *corpus* da análise. No âmbito desta técnica, optou-se pela vertente quantitativa, bem como pela inferencial. A abordagem teórica para a implementação do procedimento utilizado foi baseada em Bardin (1977) e segue os estudos desenvolvidos por Fairclough (2003) e Lopes e Espírito Santo (2016).

As notícias analisadas foram selecionadas de um conjunto de critérios adotados, que nos levaram a inclusão e exclusão de parâmetros para selecionar ou rejeitar materiais de pesquisa. Os critérios de inclusão foram a faixa etária, o tipo de grupo étnico, a região da ocorrência, a data do facto entre outros; os critérios de exclusão foram o grupo etnolinguístico, os hábitos culturais e a localização geográfica. Recorreu-se ao material da imprensa publicado nesta altura para examinar o seu conteúdo, constituindo-se este, a nosso ver, uma espécie de fotografia das ações políticas desenvolvidas para a proteção e inclusão dos anseios das minorias étnicas em Angola. A análise foi efetuada entre 2016 e 2021, por se terem registado algumas medidas e ações que justificavam a compreensão da política governativa para este núcleo da sociedade. Assim foram identificadas várias peças noticiosas nos sites informativos do *Público* de Portugal, *Jornal de Angola* e ANGOP em Angola, *Voz da América* e *Deutsche Welle* (África), das quais foram selecionadas 18 peças que retravam ações da agenda político-governativa sobre as minorias étnicas.

Resultados

Os resultados demonstram que as peças noticiosas identificadas nas publicações dos jornais analisados em Angola e Portugal, no período entre 2016 e 2021, são, essencialmente, as que fotografaram os factos que constituem elementos de análise da agenda político-governativa sobre as minorias étnicas tendentes a velar pelos seus anseios e aspirações. O teor das notícias foi repartido em dois semestres, janeiro a junho e julho a dezembro de cada ano analisado, para facilitar a sistematização dos factos. As notícias, que foram recortadas com ajuda do *clipping* da versão online dos jornais identificados para a análise dos média, permitiram identificar 576 textos, que faziam menção às minorias étnicas. No entanto, apenas 18 textos apresentavam conteúdos, que diretamente descreviam os hábitos e o *modo vivendi* destas comunidades, relacionados com a perspetiva dos intervenientes e do Governo sobre minorias étnicas em Angola.

Relativamente ao período da publicação das notícias, o intervalo de janeiro a junho aparece com o maior número de frequências, um total de oito. Este facto está relacionado com o período de seca, que estimula a mobilidade das comunidades, que vão à procura de zonas com água e pasto, essencialmente para o gado. O intervalo de julho a dezembro expõe 10 peças noticiosas relacionadas, fundamentalmente, com a existência e a sobrevivência das minorias étnicas.

A partir dos dados, é possível notar que a *Voz da América* é o órgão de comunicação com mais textos publicados, na representação da informação relacionada com as minorias étnicas (sete notícias), seguido da ANGOP e o *Deutsche Welle*, com cinco notícias cada, e do *Jornal de Angola* e o *Público*, com apenas um texto cada. Quanto à distribuição das peças noticiosas por secções nos órgãos de comunicação analisados, observou-se que a secção “Sociedade” é a que aparece com mais peças noticiosas, num total de nove; seguida da secção “Política”, com oito; e da “Economia” com uma peça.

Em relação aos gêneros jornalísticos que deram suporte à construção e organização da informação, os textos foram majoritariamente reportagens ($n = 12$), seguidos de entrevistas ($n = 6$). Para além dos textos, aparecem também ilustrações que reforçam o teor da informação. As imagens, num total de 17, são majoritariamente explícitas, a cores, nos textos divulgados. Tais imagens representam a diversidade cultural e a realidade social desses grupos, muitas vezes destacando a sua identidade, tradições, desafios e a importância do respeito e da valorização das diferenças no contexto local. Também ilustram a história de imigração e as relações de poder que afetam essas minorias.

Quanto aos locais das ocorrências, a província do Cuando Cubango se destaca com cinco ocorrências, a Huila apresenta quatro, e outras regiões esporádicas aparecem com sete ocorrências no total. As regiões esporádicas foram aquelas em que uma condição ou evento ocorreu de forma ocasional, isolada, sem padrão regular e sem causa conhecida; ou seja, foi um caso pontual e não está associado a outros casos conhecidos.

Relativamente aos grupos étnicos analisados, os subgrupos bantu destacam-se com cerca de nove referências, seguidos dos Koi e dos San com oito representações nos textos revisados. Os subgrupos bantu aparecem com mais frequências por não serem um grupo específico, mas sim um vasto conjunto de cerca de 400 subgrupos étnicos e línguas que compartilham uma origem comum e um tronco linguístico bantu, que se espalhou da África Central para o Leste e Sul do continente africano.

Observaram-se também as organizações que intervêm na resolução e manutenção dos problemas que afetam as minorias étnicas em Angola. As organizações não governamentais destacam-se com sete ocorrências; o Governo aparece em seis dos textos analisados; e os cidadãos, surgem três vezes.

Além disso, foi considerada a estratificação dos grupos sociais mais afetados dentre essas minorias étnicas. Normalmente, os problemas são indiferenciados, pois possuem ou não requerem diferenciação, apresentam-se sem distinção ou discriminação, afetando homens, mulheres, crianças e velhos, com 15 casos; noutra vertente, as mais afetadas são mulheres, com três casos específicos analisados.

Em relação aos assuntos mais tratados nos textos analisados, os problemas de inclusão destacam-se com nove casos; seguem-se os conflitos intragrúpicos, com três; a seca, com três; e a ocupação de terras, com dois casos. Constatou-se que as histórias representadas nas narrações são, normalmente, conhecidas pelos decisores políticos: aquelas que fazem referência, geralmente, a ações populares ou tradicionais; a narrativas transmitidas oralmente, cujo conteúdo é amplamente reconhecido e familiar para o público; ou isoladas do público, que são narrativas contínuas ou independentes de outras histórias. Houve 10 casos de histórias conhecidas e oito de histórias isoladas.

Quanto às fontes das informações divulgadas, as organizações não governamentais são a principal fonte de informação sobre as minorias étnicas, com oito casos; seguidas do Governo, com cinco casos; os cidadãos, com dois casos; e as famílias e igrejas, que também se preocupam com as questões relacionadas com as minorias,

com um e dois casos, respetivamente. Relativamente ao enfoque, nove notícias apresentam um enfoque positivo, enquanto outras nove têm um enfoque negativo, dividindo ao meio a direção que dão ao contexto, conforme atestam as parcelas apresentadas nos textos.

Discussão

Nesta secção, discutem-se os resultados, com base nos argumentos apresentados na parte teórica e nos resultados apresentados anteriormente. A força da comunicação contemporânea tem sido atribuída às capacidades de expressão dos meios de comunicação, que, por meio de imagens e de palavras, conferem realismo, drama e intensidade afetiva às representações mediáticas (Soares, 2009).

Os meios de comunicação social modernos podem ser vistos como a concretização máxima do campo da tecnologia, quando se quer fazer a “representação” de um determinado fenómeno, fundamentalmente, no sentido da representação da semelhança, da imagem e da simulação. Os objetivos dos média consistem em fornecer relatos de acontecimentos que eles mesmos consideram significativos e interessantes (Cunha & Pinto, 2017). Nesta conformidade, os órgãos de imprensa identificados no *corpus* da análise representaram, no intervalo de janeiro a junho, frequências que correspondiam a 44% do total das notícias analisadas. Este facto está relacionado com o período de seca, que estimula a mobilidade das comunidades, que vão à procura de zonas com água e pasto, essencialmente para o gado.

A mobilidade das minorias gera conflitos de terras, ao que se soma a problemática da ocupação dos espaços de alimentação do gado por fazendeiros e latifundiários. Esta situação desperta o interesse dos média. O intervalo de julho a dezembro expõe cerca de 56% do total das notícias divulgadas nesta época, fundamentalmente relacionadas à existência e sobrevivência das minorias étnicas. Uma representação que se firma na percepção do *agenda-setting*, pois, os média têm pouca influência na direção e na intensidade das atitudes dos indivíduos, no entanto, definem a pauta de cada campanha político-social, influenciando a saliência das atitudes dos cidadãos frente às questões da sociedade (McCombs & Shaw, 1972).

A informação inicial elaborada e transmitida pelos atores políticos passa por um processo de edição rígida, funcionando como um controlo de qualidade à mensagem política. Os média, dentro da sua função, perfilaram-se com a *Voz da América* como o órgão de comunicação com maior publicação de textos com informação relacionada com as minorias étnicas, seguido da ANGOP e o *Deutsche Welle*. Posicionou-se, também, o *Jornal de Angola*. Se olharmos para a forma como os jornais divulgam as preocupações das minorias étnicas, enquadraríamos tal preocupação na perspetiva do *priming*, de Ivengar e Kinder (1987), quando se referem às mudanças no padrão que as pessoas usam para fazer avaliações políticas; porquanto aqui pretende-se avaliar o desempenho dos governantes, com base em determinados padrões e esquemas de memória mais salientes, que ganham destaque em função dos conteúdos e do formato da difusão dos conteúdos informativos dos média.

Falar de “representação mediática” implica abordar um evento dos média, na medida em que a cobertura mediática afeta diversos campos da sociedade, com caráter polissêmico, atuando de forma complexa e por um período prolongado. A mediatização da problemática das minorias étnicas em Angola assume uma função despertadora para o exercício do poder executivo, que se realiza na prática social da representação da realidade por meio da produção de notícias (Neto & Delo, 2021).

A secção “Sociedade” é a que apresenta mais peças noticiosas da informação analisada, seguida da secção “Política” e da “Economia”. Em conformidade com o exposto, isto sucedeu porque a representação mediática das minorias étnicas em Angola é socialmente construída a partir do público, e é forjada por métodos e dados políticos e sociais a partir dos quais ela é entendida (MacGregor, 2019). Nesta perspectiva, os textos foram maioritariamente reportagens, seguidos de entrevistas, que continham informação sobre as minorias étnicas em Angola.

Para além dos textos, aparecem também ilustrações, que reforçam o teor da informação. As imagens são, em sua maioria, explícitas, com fotografias a cores. Nesse contexto, as ilustrações foram o fruto da pluralidade informativa das sociedades contemporâneas, sendo uma prática social que pode ser representada de diversas formas. É por isso que as representações das minorias étnicas em Angola devem ser interpretadas como representações (ou recontextualizações) das intenções sociais dos média, visando a inserção dos seus anseios e aspirações nas preocupações do Governo (Figueiredo & Bonini, 2017).

Quanto à representação mediática das minorias étnicas, a província do Cuando Cubango possui o maior número de ocorrências; a Huila, a segunda posição; e as outras regiões esporadicamente agrupadas, aparecem na terceira posição. O impacto das mudanças socioeconómicas decorrentes do alcance da paz, no ano de 2002, repercutiu-se nos meios sociais, tanto nas cidades como no campo e também, com certa ênfase, entre os próprios agentes de mediação social, preocupados com a mudança de contexto; as minorias continuam intactas (Assis, 2015). Relativamente ao enfoque, alguns textos apresentam um enfoque positivo e outros um negativo; dividindo, assim, a direção que dão ao contexto.

A questão dos problemas que envolvem as terras, nas quais habitam as minorias étnicas, datam do período anterior à própria independência e a chegada dos portugueses (Pain, 2007). Dos problemas e interesses das minorias étnicas, os que mais se destacam são os relacionados com os subgrupos bantu, seguidos dos koi e san. Isto acontece porque Angola é constituída por uma diversidade de povos. Para a construção de uma identidade nacional, essa variedade tem representado um desafio constante. As tentativas de unificação promovidas desde o período colonial não conseguiram conter a resistência e a oposição dos grupos étnicos presentes nesse país (Zengo & Sabonete, 2010).

As organizações não governamentais aparecem como a principal fonte de informação sobre as minorias étnicas, seguidas do Governo, dos cidadãos, das famílias e das igrejas, que também se preocupam com as questões das minorias. Independentemente

da suposta exclusão, os problemas são indiferenciados e afetam homens, mulheres, crianças e velhos. Noutras vertentes, as mais afetadas são as mulheres, o que demonstra uma fraca prestação de atenção por parte do Governo. Para que as minorias étnicas em Angola se sintam cada vez mais incluídas nas políticas governativas, é necessário que se introduza na dimensão multicultural uma reforma da política social, que envolva múltiplos benefícios, de maneiras a contribuir para uma maior inclusão das minorias nas elites das sociedades multiétnicas angolanas (Zoninsein, 2004). Uma política social desta natureza poderá contribuir para uma abordagem que facilite a construção de uma nação democrática e para a obtenção distributiva e económica vantajosa para as minorias e para a sociedade como um todo.

Um dos grandes problemas que afligem as minorias em Angola está relacionado também com a política de distribuição de terras. Com a independência e a adoção de um Partido único, inspirada nos ideais marxistas-leninistas e com uma economia planificada, não foram feitas leis que regulassem a gestão da terra, nem as instituições dos governos locais foram reforçadas para administrar ou alocar terras, tendo em conta o rápido crescimento da população (Pain, 2007). Para Zengo e Sabonete (2010), em Angola, no período pós-independência, a prioridade era defender e expulsar os invasores, principalmente a África do Sul. Por essa razão, o Governo concentrou a sua atenção em investimentos na área da segurança. No campo social, os investimentos foram tão pequenos e beneficiaram tão poucos indivíduos, que, para algumas pessoas, não são dignos de atenção. É assim que os problemas de inclusão se destacam, seguindo-se os conflitos intragrupais, a seca e a ocupação de terras.

As minorias, por serem um mosaico angolano, são distinguidas pela literatura sociológica em dois sentidos. A minoria é um grupo de pessoas que, de algum modo e em algum setor das relações sociais, se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a outro grupo, “maioritário” (Chaves, 1971). Nesse aspeto, existem histórias conhecidas sobre minorias étnicas em Angola, ou seja, casos em que as notícias fazem referência, geralmente, a ações populares ou tradicionais, a narrativas transmitidas oralmente, cujo conteúdo é amplamente reconhecido e familiar para o público; assim como há casos isolados do público, que são narrativas contínuas ou independentes de outras histórias.

Considerações Finais

Da análise feita aos *media* é possível perceber que a pluralidade da sociedade angolana é inegável. Desde a sua conceção em 1975, que o Estado tem se visto forçado a seguir o caminho multicultural, porquanto, tem sido forçado a reconhecer os direitos coletivos das minorias. No entanto, o facto de as minorias étnicas terem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria coloca-as numa situação de estratificação social vulnerável, dividindo-as em grupos de “minorias nacionais”, normalmente classificadas com base em grupos etnolinguísticos. Na mesma proporção, nem sempre as políticas públicas orientam-se pelos princípios da universalidade e equidade no acesso às ações e serviços, mas pelas diretrizes de centralização da gestão,

de integralidade do atendimento e de participação da comunidade na organização do território nacional, fatores que prejudicam a integração das minorias étnicas.

A representação mediática dos anseios das minorias étnicas em Angola, feita por este estudo, visou ainda, em pequena escala, “dar voz” às ideias das minorias com base nos seus anseios e aspirações, por ser um movimento de grupo que abarca várias esferas sociais e culturais, a começar pelos média. Os média se inserem nesse contexto como um dos principais mecanismos intercessores das relações entre a governação e as etnias minoritárias e têm significativa influência nas representações sociais construídas sobre as práticas desse campo e sobre a sua legitimação. A primeira dificuldade encontrada no decurso da investigação foi a recolha das notícias para análise do conteúdo dos média, devido à inconsistência nos arquivos digitais dos jornais analisados. A segunda dificuldade esteve relacionada com o acesso a estudos sobre a representação mediática da agenda político-governativa sobre as minorias étnicas, em contexto angolano, bem como a comunicação política sobre minorias étnicas. Uma dificuldade que não frustrou os nossos intentos, porquanto as intenções de prosseguir com o trabalho estavam relacionadas com o facto de querer ver a projeção de estudos sobre representação das minorias étnicas em Angola.

Atendendo ao papel revelador e representativo dos média, investigações futuras poderão incidir mais na análise das vivências e da inclusão social das minorias étnicas na sociedade angolana, constituindo um contributo exploratório e um ponto de partida para investigações futuras no campo da comunicação sobre minorias. Por outro lado, este estudo pode despertar o interesse dos pesquisadores pela análise dos comportamentos, atitudes e posicionamento social das minorias étnicas.

Referências

- Antunes, J., & Lisi, M. (2015). As eleições legislativas de 2011 na imprensa: partidos, candidatos e temas da campanha eleitoral. In Espírito Santo, P. & Lisi, M. (Eds.), *Campanhas eleitorais, debates televisivos e propaganda: Comunicação política e as eleições legislativas de 2011* (pp.7-35). Livros LabCom.
- Assis, J. (2015). Práticas sociais e políticas das ONGs em Angola. Metodologias e relações de poder: O caso da ADRA e da Visão Mundial. *Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5(10), 261-288. <https://doi.org/10.4000/mulemba.2037>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & Augusto, Trad.). Edição 70.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. Oxford University Press.
- Chaves, M. L. D. G. (1971). Minorias e seu estudo no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, 2(1), 149-168.
- Cunha, M. J., & Pinto P. C. (2017). Representações mediáticas da deficiência: Um estudo longitudinal na imprensa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (85), 131-147. <https://doi.org/10.7458/SPP2017856107>
- D'Angola, N. S. (2016, 13 de abril). *Invasão de terras ameaça grupos étnicos do sul de Angola*. DW. <https://www.dw.com/pt-002/invas%C3%A3o-de-terras-amea%C3%A7a-grupos-%C3%A9tnicos-do-sul-de-angola/a-19183430>
- Dalfovo, M. S. Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 2(4), 1-13.

- Espírito Santo, P. (2006). A mensagem política na campanha das eleições presidenciais: Análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006. *Comunicação & Cultura*, 2, 83-102.
- Espírito Santo, P. (2008). *Estudos de comunicação política. Análise de conteúdo da mensagem na campanha e pós-campanha eleitoral nas eleições presidenciais*. ISCSP.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Routledge.
- Figueroa, D. C., & Bonini, A. (2017). Recontextualização e sedimentação do discurso e da prática social: Como a mídia constrói uma representação negativa para o professor e para a escola pública. *Delta*, 33(3), 759-786. <https://doi.org/10.1590/0102-445099800747799785>
- Ivengar, S., & Kinder, D. (1987). *News that matters: Television and American opinion*. Chicago Studies in American Politics.
- Lopes, F., & Espírito Santo, P. (2016). Os 100 primeiros dias do XXI Governo Constitucional através da imprensa generalista: quando as finanças travam uma mudança de ciclo político. *Estudos em Comunicação*, (23).
- MacGregor, S. C. (2019). Social media as public opinion: How journalists use social media to represent public opinion. *Journalism*, 20(8), 1070-1086. <https://doi.org/10.1177%2F1464884919845458>
- McCombs, M. E., & Shaw, L. D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *The Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187. <https://doi.org/10.1086/267990>
- Moreira, B. R., Cordeiro, T. B., & Carvalho, C. M. (2017, 24-26 de maio). *A análise de clipping como ferramenta estratégica de comunicação* [Apresentação de comunicação]. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Manaus, Brasil.
- Neto, L., & Delo, D. (2021). *A cobertura jornalística dos media portugueses sobre a pandemia de coronavirus*. Instituto Universitário de Lisboa.
- Pain, R. de S. (2007). A questão da terra em Angola: Velhos problemas, velhas soluções. *Cadernos do CEOM*, 20(27), 71-88.
- Santos, D. J. S., Palomares, N. B., & Quintão, C. C. A. (2010). Raça versus etnia: Diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press Journal of Orthodontics*, 15(3), 121-124. <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>
- Sampieri, R. H. Collado, C. F., & Lúcio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Penso Editora.
- Scheufele, D. A. (2000). Agenda setting, priming and framing revisited. Another look og cognitive effects of political communication. *Mass Communication and Society*, 3(2-3), 297-316. https://doi.org/10.1207/S15327825MCS0323_07
- Soares, M. C. (2009). *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. Cultura Acadêmica.
- Zengo, A. Z., & Sabonete, F. W. (2010). Angola: Diversidade étnica, políticas públicas e o desafio da unidade nacional. *O Público e o Privado*, 8(16), 31-48.
- Zoninsein, J. (2004). Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento. *Revista Econômica*, 6(1), 105-121. <https://doi.org/10.22409/reuff.v6i1.34943>

Italian Filmmakers With Migration Backgrounds Engaging in Intercultural Understanding

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.16>

Raissa Baroni

Department of Foreign Languages, Literatures and Modern Cultures, Doctoral School Cultural Heritage and Historical–Artistic, Audiovisual and Multimedia Production, University of Turin, Turin, Italy

<https://orcid.org/0009-0002-2004-3588>

raissa.baroni@unito.it

Abstract

This essay explores how Italian cinema engages with contemporary Mediterranean migration through the lens of filmmakers with migratory backgrounds, focusing on *Anywhere Anytime* (Milad Tangshir, 2024) and *Maka* (Elia Moutamid, 2023). Both films contribute to an emergent cinematic discourse that challenges dominant media narratives and proposes counter-representations of migration and Otherness. Drawing on Arjun Appadurai's (1996/2001) notion of "mediascapes" and theories of cultural identity as a relational process, the paper highlights how these works can foster symbolic renegotiations of belonging and intercultural understanding. Despite differing in form and tone, both films employ aesthetic strategies that may enable a shift in perspective. They reflect on the traditional ethnocentric frame and foreground the agency of those who have historically and culturally been rendered voiceless. By positioning the migrant subject as narrative centre and active producer of meaning, these works articulate new imaginaries that challenge dynamics of structural symbolic violence and suggest a more inclusive, dialogic visual culture in the context of global mobility.

Keywords

global media studies, cinema, intercultural dialogue, mediascapes, Mediterranean

Intercultural Dialogue in Migration Cinema

In the global era, mass migration stands out as a major challenge, with cultural, social, and political implications, among others. Europe is particularly involved, having received the largest number of migrants over the past decade while simultaneously experiencing a growing and widespread perception of a migration “crisis”, especially in Italy¹. Several factors have contributed to reinforcing this idea, including the succession of uprisings in the so-called “Arab Springs”², as well as the media strategies of mainstream information in Italy and the widespread use of digital technological devices by migrants, which represents an element of multiplication and interconnection of transmedia narratives related to the migration phenomenon in Europe.

This contribution aims to shed light on the perspectives of Italian filmmakers with migratory backgrounds on the theme of contemporary Mediterranean migration, which views Europe as a destination. In particular, I propose a critical interpretation of two films taken as *exempla* in Italian cinematography on the subject: *Anywhere Anytime* by Milad Tangshir (Italy, 2024) and *Maka* by Elia Moutamid (Italy, United States of America, 2023).

If we consider the figure of the migrant within global media ecosystems, or “mediascapes” (Appadurai, 1996/2001), we can see how this has assumed a prominent role in the transformation of collective imaginaries. By interweaving the paths of migratory flows with those of global cultural flows, in fact, the migrant – diasporic or indigenous – figure is placed within “imagined communities” (Anderson, 1983/2018) that influence perceptions, relations and actions through the incessant symbolic negotiation between identity and cultural Otherness. People in transit thus emerge as producers in the imaginary dimension interpreting and modifying the cultural landscape they pass through, in a global symbolic exchange (Baudrillard, 1976/2015) of media production and consumption, which generates narratives that have the potential of reshaping the encounter and affecting processes of social inclusion (Nail, 2015).

The symbolic formations conveyed by mediascapes have, over time, consolidated mostly oppositional logics around migration, through media practices of Othering, especially within national television news. These logics manifest in dichotomies such as “us/them”, “citizens/foreigners”, or “inside/outside the border”. Conversely, it is often in the cinematic sphere that one finds proposals for counter-narratives aimed at deconstructing these entrenched, stereotypical symbolic concretions and fostering an intersubjective recognition of Otherness. Such alternative storytelling opens up new interpretations of encounters with other cultures.

¹ Italy, in fact, is the first European country of arrival for migrants along the Central Mediterranean route (International Organization for Migration, 2024).

² In journalistic parlance, this term refers to the protest uprisings that have shaken the Arab countries bordering the Mediterranean, symbolically initiated by the self-immolation of Mohamed Bouazizi in Tunisia, on 17 December 2010.

The potential of cinema to mobilise an aesthetic experience rooted in the exchange of perspectives is closely tied to the unconscious mechanisms of empathic and imaginative *mimesis* (Gallese & Guerra, 2015; Metz, 1971/1977; Musatti, 1961; Wulf, 2014/2023). *Mimesis* relies on analogical thinking (Morin, 1986/2007) and, specifically, operates through the analogies established between the subject and what the subject perceives.

When the audiovisual language conveys dominant cultural codes, viewers tend to draw spontaneous and unconscious analogies between what they see and their own experiential and value-based frameworks. This occurs thanks to mirror systems in the brain, which are neurons primarily involved in learning and are stimulated by observing movement. When we observe other people's actions, these neurons trigger the same bodily responses as if we were performing those actions ourselves, and the stimulus is then translated into corresponding mental and emotional states. They play a cognitive role in supporting processes of knowledge acquisition based on embodied simulation. Mimetic thinking thus constitutes a form of cognition mediated by affective resonance and calls into question the domain of intersubjectivity, particularly those forms of mediated intersubjectivity that are proper to narrative fiction, such as cinema (Gallese & Guerra, 2015).

Analogical thought is therefore fundamental to understanding cinematic language and audiovisual representations, since it enables understanding through the psychological processes of identification and projection – namely, through reciprocal *transfert* (Morin 1986/2007, 1956/2016, 2021). These processes can also have relevant implications in the definition of “cultural identity”, which is here understood as a relational process (Hall, 2006; Jullien, 2016/2018, 2018/2020). The opening up to unprecedented possibilities and exchanges of perspectives, however, is not automatically opened up by cinematic language and enjoyment but requires certain favourable conditions to trigger unconscious processes and set further rational self-reflection in motion (Simonigh, 2020).

In Italy, the central Mediterranean route is the one most represented and is correlated with symbolic elements linked to the sea, maritime rescue, detention centres, and reception systems in destination countries. In the two films examined, the aesthetic models and representational strategies that correlate with intercultural dialogue – and thus propose an empathic perspective on Otherness – will be highlighted.

Anywhere Anytime

Anywhere Anytime is a fiction film, the debut work of Iranian director Milad Tangshir, who seems to reimagine Vittorio De Sica's *Bicycle Thieves* in a contemporary key, set in Turin. The protagonist, Issa, is a young undocumented Senegalese migrant seeking a job to survive. Thanks to a friend who has already become part of the urban fabric, Issa borrows his smartphone to start working as a rider for a food delivery organisation. With some effort, he manages to buy a second-hand bicycle, which becomes

his only means of emancipation. One day, however, someone steals his bike, and Issa wanders the city to find it.

Given the clear homage to *Bicycle Thieves*, instead of dealing with post-war trauma, *Anywhere Anytime* tries to come to terms with what might be called a “post-democracy” (Crouch, 2004/2005), in which only the rights of some are defended at the expense of others. In order to work as a rider, Issa is forced to assume the identity of another person – his friend’s account – which underscores how identity is subordinated to legal status and responds to hierarchies established by Western civil society (*Anywhere Anytime*, M. Tangshir, 2024, 00:11:29). Even the name of the delivery company, *Anywhere Anytime*, alludes to a total availability of the worker, interweaving the issue of ethnic inequality with the exploitative logics of capitalism.

Departing from mainstream media strategies, the director first of all chooses to make a Senegalese migrant the protagonist of the story. In preparation for the film, Tangshir follows a Senegalese rider for a year and then casts the lead role with a non-professional actor. Through techniques of focalization, the film offers Issa’s personal perspective, narrated and shown through close-ups and point-of-view shots, and stages a moral dilemma at the moment his bike is stolen.

By allowing the viewer to share the protagonist’s subjective experience, the film not only unfolds his story but also conveys his interpretation of reality, the challenges he faces, and the decisions he must make. In the proposed model, the intersubjective *transfer* is facilitated both by the possibility of the audience’s gaze moving through the urban environment with Issa’s eyes and by the ethical crossroads posed by the moral dilemma: whether to steal a bicycle himself to keep working. Placed in the protagonist’s shoes, the viewer is implicitly asked, “what would you do in this situation?”. This provokes empathetic resonance, encouraging a distancing from simplifications and a more complex, multidimensional engagement with migratory experiences and cultural identities.

In the end, Issa throws away the bike he has eventually stolen, seeking some kind of redemption, even though this will not improve his material conditions. The aesthetic regime adopted by Tangshir is minimal, devoid of rhetoric, and aimed at highlighting a phenomenon now widespread among people who migrate irregularly. In an interview, the director stated that he intended to portray the constant anxiety and emotional instability experienced by people living in a new country, with limited job opportunities and precarious economic conditions (Cavaggioni, 2024). The film’s somewhat chaotic and accelerated pace reflects this anxiety and reverberates in the general hustle and bustle of the urban environment, in which Issa is simultaneously hyper-visible, as unprotected, and invisible, as legally unrecognised (*Anywhere Anytime*, M. Tangshir, 2024, 00:28:01).

Nonetheless, the film includes lyrical moments in which the protagonist makes human connections with other marginalised individuals – a migrant woman, an elderly lady. These relationships link Issa’s personal dimension to the broader structural dynamics of the city and contemporary society, such as the growing selfishness

and a general anaesthetisation to Others' suffering (Simmel, 1903/2020; Sontag, 2003/2021). While his theft might reinforce the stereotype of the "criminal foreigner", the contextualisation carried out by the director reframes this desperate act in the light of the socio-economic conditions imposed on minority groups by the privileges of Eurocentric society.

Maka

A reflection on power structures and the position of the European gaze also emerges in the second film under examination, *Maka*. "Maka" refers to Geneviève Makaping, whose book *Reversing the Gaze: What If the Other Were You?*, published in 2001, inspired the creation of the documentary directed by Elia Moutamid. The Italian filmmaker, himself of migrant origin, collaborated with Simone Brioni, scholar of migration cinema and literature, who wrote the screenplay.

Makaping is presented as the first Black woman to be appointed as the director of a daily newspaper and a television channel in Italy. After earning a PhD in cultural anthropology at the University of Calabria and teaching there, she eventually settled in Mantua to teach English and French. At the end of the 1970s, Maka fled Cameroon with a French man to avoid being forced into a traditional Bamiléké marriage arranged by her family. During their journey to France, she discovers that her being a woman and Black puts her in a differentiated and subordinate condition compared to the socio-cultural position occupied by her companion Marcel, especially at border crossings.

The documentary shares with the book the same intention of mobilising the gaze toward alterity, also understood as subalternity, whose effects are manifested through the construction of hierarchies according to a long-standing Western ideal of beauty. The film articulates the need to reverse the dominant scopic regime, mainly through the dialogue that Maka establishes both with the figures represented in certain Renaissance Mantuan frescoes (*Maka*, E. Moutamid, 2024, 00:47:28) and with the two authors, who also appear as co-protagonists within the diegetic space. This dialogical strategy underscores the responsibility of the audience's gaze and the cultural frameworks operating beneath it. Through their filmic presence, Moutamid and Brioni enact a critical self-reflection on the cultural implications of their creative process – more specifically, on the possibility for Maka to achieve self-definition through her own voice³. In this sense, the film resonates with the broader debate on the necessary aesthetics of dissent (Rancière, 2008/2018) in its representation of migration and Otherness.

Interestingly, the main reflections – related to symbolic, intercultural, and linguistic elements – that punctuate the entire film are conveyed through the voice-over narration of Maka and the director, as well as Brioni's voice messages. In the opening

³ "There is a need for my voice to be heard, since I can speak about myself better than anyone else. There is a need for my voice to be heard. I do not just speak of my suffering. I want to tell you my story, which should not be told by those who I believe may be the 'others', or, even worse, my colonizer (...). I must not be feted by those who think they can tell my story better than me" (Makaping, 2001/2023, p. 68).

scenes, as the subjective view of the camera lingers on an open sea, and only later shifts to the car journey of Moutamid and Brioni, the viewer's first processes of identification and projection take place in relation to a still invisible entity: it is an acousmatic voice wandering on the screen (Chion, 1990/2001, p. 74; *Maka*, E. Moutamid, 2024, 00:00:26).

Through a montage that intercuts present-day sequences with archival footage from the years when *Maka* was a newsreader, the film reconstructs key moments in her growing awareness of ethnic discrimination and the systemic whitewashing in Italian media. Despite increasing multiculturalism, *Maka* observes that in Italy and Europe the beauty attributed to the Black female body remains tied to the perception of sexual availability. This occurs through a devaluing association in which femininity is both reified and exoticised, as intersectional and gender studies continue to highlight.

The film culminates in archival footage of the ceremony in which *Maka* receives Italian citizenship, marking a trajectory of emancipation. Commenting on that moment with the two authors, *Maka* is proud to have obtained her citizenship on the basis of her own personal and professional merits, rather than through marriage to an Italian, as was more common in the late 1990s. In direct reference to bell hooks (1990), the protagonist claims “the margin as a place of radical speech”, in order to tell her own story and deconstruct an Othering narrative long monopolized by those who speak *on behalf of* a subject and never expressed by the subjects themselves. By interrogating the relational dimension of identity-alterity (“what if the *others* were you?”), *Maka* articulates a decolonial thought that, in pedagogical terms, also aims to provide tools to “unlearn” ethnocentrism and look beyond personal and national traditions.

The film concludes with the director Moutamid – whose previous works have already engaged with intercultural themes⁴ – resuming the narrative and elaborating on his encounter with *Maka* as an enrichment of his own personal history.

A Meta-Viewpoint

Albeit with clear differences, both films explore aesthetic models that bring into dialogue the denunciation of discrimination against Otherness and gender stereotypes with the formulation of new representational strategies and regimes of the gaze, aimed at inhibiting the proliferation of symbolic violence (Bourdieu, 1997/1998) and the re-proposition of cultural power structures.

Some of the representational and narrative-dramaturgical conventions shared by these two works – counter to more widespread media portrayals – can be traced in the choice of point of view. In both cases, the *Other* is the protagonist and narrating

⁴ Moutamid's previous works include: *KLANdestino* (2007), *Gaiwan* (2015), *Talien* (2017), and *Kufid* (2020).

voice of the story, and using focalisation, the films seek to create conditions in which the personal perspective of the narrative subject comes to the fore, via close-ups and point-of-view shots. By encouraging the sharing of the protagonists' standpoint – as active subjects embedded in a network of relationships – the films aim to convey not only their lived experiences but also their interpretations of reality, including self-reflective insights (Cati & Grassilli, 2019). This approach tends to promote an inter-subjective exchange enacted through a transfer between *ego*-the self and *alter*-the Other, resulting from psychological processes of identification and projection. These unconscious mechanisms inscribe the world of the two protagonists into that of the viewer, and vice versa. In so doing, they enable empathetic understanding that makes the migrant figure less foreign and more familiar, thereby weakening or challenging prejudices and stereotypes in favour of a greater complexity and multidimensionality of cultural identities and experiences of deterritorialisation.

The documentary takes a further step by weaving together the life story of director Elia Moutamid with that of Geneviève Makaping, and through the collaboration of screenwriter Simone Brioni, the narrative culminates in an original outcome of the encounter among these distinct subjectivities⁵. By resorting to the *mise en abyme*, together they all enter the representational field and open up a meta-viewpoint on the dialogic relationship between cultural identities and Otherness (*Maka*, E. Moutamid, 2024, 00:41:49). The *voice-over*, finally, becomes a connecting entity between the visible and invisible dimensions of the film, capable of establishing a relationship with the audience that invests subjectivity, while simultaneously disembodimenting the migrant voice – an agent of the story who remains always “out of place” (Bourdieu, 1999/2004, p. XIV).

The film's rhythm, suited to contemplation and to lingering on facial close-ups, facilitates the emotional and discursive sedimentation necessary for the mimetic processes on which the intercultural understanding of Otherness is based. Moreover, the alternating montage – juxtaposing present-day footage with archival material from personal or television sources – generates a tension between scopic regimes aimed at ensuring a fair distance and soliciting an intellectual engagement on the part of the audience. The use of multilingualism in dialogues further activates an intercultural dimension largely excluded from the national media landscape.

Intercultural dialogue is closely connected to some foundational principles of cosmopolitanism (Beck & Grande, 2004/2006), which, in the history of European cinema, emerges as a multiplicity that nonetheless persists within a cultural unity (Sorlin, 1991/2001). Cosmopolitanism is linked to the creation of a global audiovisual media culture, and this very culture, in turn, plays a key role in shaping a cosmopolitan conscience. The Mediterranean, in particular, as a vast basin of European civilisation, has long served as a site of cultural encounter, well before the European Union

⁵ It is particularly significant to recall the concept of the “third space”, understood for its symbolic and generative value as an interstitial and intercultural zone, in which the act of representing and the interweaving of the gazes of the subjectivities involved reciprocally question one other. In the third space, discursive positions hybridise and negotiate (Bhabha, 1994).

was defined in political and economic terms. Given their history of permeable and shifting borders and maritime frontiers that once represented openings rather than barriers, Mediterranean routes have long constituted zones of cultural hybridisation. These transits have even led to the notion of a “Mediterranean vocation” and “aesthetics” extending as far as Northern Europe (Bredenkamp, 2018/2019).

If today we can speak of a “cinema of migration”, it is because its recent prolific emergence signals the urgency of addressing a complex and global issue which, beyond the question of human mobility, brings to the forefront of cultural debate the relationship between cultural identity and alterity, as well as the political dimension of the image – or, indeed, the politics of images (Didi-Huberman, 2000/2009). Filmmakers such as Dagmawi Yimer, Fred Kuwornu, Medhin Paolos, Antonio Dikele Distefano, Hleb Papou, Yosr Gasmi, Haider Rashid, Suranga Deshapriya Katugampala, and Khaled Soliman Al Nassiry explore aesthetic strategies that combine autobiographical traces, collective memory, and counter-narrative practices. Their works frequently experiment with hybrid forms, ranging from documentary to fiction and visual languages rooted in urban culture or artistic research, thereby unsettling stereotypical representations of migration and making visible the plurality of diasporic experiences in Italy.

By moving beyond the paradigms most prevalent in journalistic media, these aesthetic resources disrupt the regime of invisibility that renders the migrant figure both over-represented and reified by an anaesthetic and indifferent gaze. In this sense, the two films examined here are part of a broader framework of practices in which the iconic act addresses sensitive knowledge to invoke a form of solidarity grounded in the sharing of a common, unitary and multiple human condition (Simonigh, 2020).

Referências

- Anderson, B. (2018). *Comunità immaginate* (M. Vignale, Trans.). Laterza. (Original work published 1983)
- Appadurai, A. (2001). *Modernità in polvere* (P. Vereni, Trans.). Meltemi. (Original work published 1996)
- Baudrillard, J. (2015). *Lo scambio simbolico e la morte* (G. Mancuso, Trans.). Feltrinelli. (Original work published 1976)
- Beck, U., & Grande, E. (2006). *L'Europa cosmopolita. Società e politica nella seconda modernità* (C. Sandrelli, Trans.). Carocci. (Original work published 2004)
- Bhabha, H. K. (1994). *The location of culture*. Routledge.
- Bourdieu, P. (1998). *Meditazioni pascaliane* (A. Serra, Trans.). Feltrinelli. (Original work published 1997)
- Bourdieu, P. (2004). Preface. In A. Sayad (Ed.), *The suffering of the immigrant* (D. Macey, Trans.) (pp. XI-XIV). Polity Press. (Original work published 1999)
- Bredenkamp, H. (2019). *Berlino città mediterranea. Il richiamo del Sud* (S. Buttazzi, Trans.). Raffaello Cortina. (Original work published 2018)
- Cati, A., & Grassilli, M. (Eds.). (2019). The migrant as an eye/I. Transculturality, self-representation, audiovisual practices. *Cinergie - Il Cinema e le Altre Arti*, (16).

- Cavaggioni, A. (2024, September 3). "Anywhere anytime: Milad Tangshir sulle orme di De Sica: 'Gli autori tornino a parlare degli ultimi'" [Interview with Milad Tangshir]. Cinecittà News. Retrieved in February 3, 2026, from <https://cinecittanews.it/anywhere-anytime-milad-tangshir-sulle-orme-di-de-sica-gli-autori-tornino-a-parlare-degli-ultimi/>
- Chion, M. (2001). *L'audiovisione: Suono e immagine nel cinema* (D. Gambarà, Trans.). Lindau. (Original work published 1990)
- Crouch, C. (2005). *Postdemocrazia* (F. Elefante, Trans.). Laterza. (Original work published 2004)
- Didi-Huberman, G. (2019). *Quando le immagini prendono posizione. L'occhio della storia I* (F. Ferrari, Trans.). Mimesis. (Original work published 2000)
- Gallese, V., & Guerra, M. (2015). *Lo schermo empatico: Cinema e neuroscienze*. Raffaello Cortina.
- Hall, S. (2006). *Il soggetto e la differenza* (M. Mellino, Trans.). Meltemi.
- hooks, b. (1990). *Elogio del margine: Razza, sesso e mercato culturale* (M. Nadotti, Trans.). Feltrinelli.
- International Organization for Migration. (2024). *World migration report 2024*. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>
- Jullien, F. (2018). *L'identità culturale non esiste* (C. Bongiovanni, Trans.). Einaudi. (Original work published 2016)
- Jullien, F. (2020). *L'apparizione dell'altro* (M. Guareschi, Trans.). Feltrinelli. (Original work published 2018)
- Makaping, G. (2023). *Reversing the gaze: What if the other were you?* (G. B. Contuzzi & V. O. Poletto, Trans.). Rutgers University Press. (Original work published 2001)
- Metz, C. (1977). *Linguaggio e cinema* (C. Muschio, Trans.). Bompiani. (Original work published 1971)
- Morin, E. (2007). *Il metodo 3. La conoscenza della conoscenza* (A. Serra, Trans.). Raffaello Cortina. (Original work published 1986)
- Morin, E. (2016). *Il cinema o l'uomo immaginario* (G. Esposito, Trans.). Raffaello Cortina. (Original work published 1956)
- Morin, E. (2021). *Sul cinema. Un'arte della complessità* (C. Simonigh, Ed.). Raffaello Cortina.
- Musatti, C. (1961). Psicologia degli spettatori al cinema. *Rivista di Psicologia*, 55(3), 191-220.
- Nail, T. (2015). *The figure of the migrant*. Stanford University Press.
- Rancière, J. (2018). *Lo spettatore emancipato* (D. Mansella, Trans.). DeriveApprodi. (Original work published 2008)
- Simonigh, C. (2020). *Il sistema audiovisivo*. Meltemi.
- Simmel, G. (2020). Le metropoli e la vita dello spirito. In B. Carnevali & A. Pinotti (Eds.), *Stile moderno. Saggi di estetica sociale* (pp. 402-417). Einaudi. (Original work published 1903)
- Sontag, S. (2021). *Davanti al dolore degli altri* (P. Dilonardo, Trans.). Nottetempo. (Original work published 2003)
- Sorlin, P. (2001). *Cinema e identità europea. Percorsi nel secondo Novecento* (L. Negro, Trans.). La Nuova Italia. (Original work published 1991)
- Wulf, C. (2023). *Gli esseri umani e le loro immagini* (M. Portera, Trans.). Meltemi. (Original work published 2014)

Notas Biográficas

Alice Balbé é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, com a tese *Representação das Alterações Climáticas nas Redes Sociais Facebook e Twitter* (2018), é mestre em Ciências da Comunicação, com especialização em Informação e Jornalismo, pela Universidade do Minho, e jornalista pela Universidade Franciscana. É investigadora no Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, onde colabora com diferentes projetos sobre temas como género, racismo, representações sociais, ambiente, clima, redes sociais e a cobertura mediática. Também integra o Laboratório de Comunicação Climática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9584-1966>

Email: alicedb.jornal@gmail.com

Andrea Imaginário Bingre é doutoranda em História na Universidade Autónoma de Lisboa, onde colabora com o Centro de Investigação em Ciências Históricas. É licenciada em Artes e possui mestrado em Literatura Comparada pela Universidad Central de Venezuela, instituição onde exerce funções como professora associada. Formouse na Escuela de Música Lino Gallardo, em Caracas. Desenvolve a sua atividade na área das humanidades, com ênfase em artes, história cultural, estudos culturais, literatura comparada e música. A sua produção académica inclui livros, capítulos de livros, artigos em revistas especializadas e em meios de divulgação científica, bem como gravações musicais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9404-5098>

Email: andreamaginario@gmail.com

Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior é doutor em Comunicação Social (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, onde também fez residência pós-doutoral entre 2024 e 2025. Mestre em Ciências da Comunicação (2015) pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Jornalista profissional (2008), graduado pela Universidade Federal do Pará. Foi bolsista pelo Programa de Capacitação Institucional (PCI/CNPq/MCTI) do Museu Paraense Emílio Goeldi, com atuação no Serviço de Comunicação Social e no Núcleo Editorial. Integrante do Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Desenvolve pesquisas sobre comunicação e colonialidades do ser, do

saber e do poder, comunicação e dinâmicas de outrificação, teorias e metodologias da comunicação, narrativas jornalísticas, comunicação pública da ciência e Amazônia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8836-9309>

Email: antoniofaustojr@gmail.com

Carlos Alberto de Carvalho é professor associado do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no programa de pós-graduação. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo (1990), mestre (2000) e doutor (2010) em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado pela Universidade do Minho, Portugal. Tem mantido colaborações regulares em parcerias nacionais e internacionais, por meio de projetos de pesquisa e intercâmbios. Coordena o Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Publicou artigos em periódicos, capítulos de livros e livros organizados, no Brasil e no exterior, e é autor dos livros *Visibilidades Mediadas nas Narrativas Jornalísticas: A Cobertura da AIDS Pela Folha de S.Paulo de 1983 a 1987* (2009), *Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero* (2012) e *O Jornalismo, Ator Social Colonizado e Colonizador* (2023). Bolsista Produtividade CNPq - PQ 2.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8433-8794>

Email: carloscarvalho0209@gmail.com

Carmen Beatriz Fernández é especialista em Comunicação Política, com foco em ciberpolítica, desinformação e opinião pública. Possui doutoramento em Comunicação Pública pela Universidad de Navarra, mestrado em Ciência Política pela University of Florida e MBA pelo Institut d'Études Supérieures des Arts. É diretora executiva da DatastrategIA Consult, prestando assessoria a governos, organizações e campanhas políticas em todo o mundo. Tem vasta experiência docente em universidades na Europa e na América Latina, incluindo a Universidad de Navarra e a Pforzheim University. Liderou projetos de investigação financiados pela União Europeia e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, e publicou extensivamente sobre narrativas digitais e comportamento político.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0609-0695>

Email: carmenbeat@datastrategia.com

Dalvacir Xavier de Oliveira Andrade é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Investiga cultura digital, plataformização e trabalho digital, com foco nas dinâmicas sociotécnicas das plataformas e na criação de conteúdos (*creator cultures e influencer studies*). Trabalha a partir de uma perspectiva neomaterialista. É investigadora do LAB404 – Laboratório de Pesquisa em Mídia, Redes e Espaço, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência docente em comunicação, com atuação nos cursos de Publicidade e Marketing.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8886-4038>

Email: dalvacirx@gmail.com

Daniela Monteiro é doutorada em Serviço Social e professora auxiliar convidada na Universidade Aberta e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Os seus interesses de investigação incluem a formação e a pedagogia em serviço social, a intervenção social com populações em situação de vulnerabilidade social, os direitos humanos, a inclusão social e a cidadania global. Desenvolve, igualmente, investigação no domínio das experiências do tempo e das temporalidades, com particular enfoque nos processos de aceleração, espera e suspensão.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3968-1531>

Email: daniela.monteiro@uab.pt/danielas@utad.pt

Daniel Montero é consultor em comunicação política e relações públicas, especializado em estratégia digital, opinião pública e *social listening*. É licenciado em Direito e candidato a mestrado em Gestão Pública pelo Institut d'Études Supérieures des Arts, com experiência na assessoria a campanhas políticas, governos e organizações em toda a América Latina. O seu trabalho centra-se na análise baseada em dados, avaliação do contexto político e comunicação estratégica para apoiar a tomada de decisões em ambientes complexos.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3744-3502>

Email: esdemontero@gmail.com

Denise Cogo é professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (São Paulo, Brasil). Coordenadora do grupo de pesquisa Deslocar – Interculturalidade, Cidadania, Comunicação e Consumo. Pesquisadora de produtividade 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pesquisadora associada do InCom–UAB.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4544-7335>

Email: denise.cogo@espm.br

Emília Araújo é doutorada em Sociologia. É professora associada com agregação na Universidade do Minho. Foi representante do Instituto de Ciências Sociais no Colégio Doutoral da Universidade do Minho. Desenvolve investigação nas áreas do tempo, dos estudos sociais da ciência e da tecnologia, da cultura, das mobilidades e do género, participando em diversas redes internacionais de investigação dedicadas aqueles temas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3600-3310>

Email: era@ics.uminho.pt

Gabriel Luciano Maria Benguela é doutor em Ciências da Comunicação pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Mestre em Governação e Gestão Pública pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e licenciado com distinção em Jornalismo pela Faculdade de Filologia e Jornalismo, da Universidade Federal do Sul da Rússia. Atualmente, é professor da

Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda e da Academia de Ciências Sociais e Tecnologias. É investigador convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, e é membro da Sociedade Portuguesa de Comunicação desde 2020, fazendo parte dos grupos de trabalho de Comunicação – Política e Jornalismo e Sociedade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2689-3201>

Email: gmariz1955@gmail.com

Isabel Estrada Carvalhais possui doutoramento em Sociologia pela University of Warwick, mestrado em Sociologia pela Universidade de Coimbra e licenciatura em Relações Internacionais pela Universidade do Minho. É professora associada com agregação na Universidade do Minho, onde leciona disciplinas nas áreas de ciência política e relações internacionais. É investigadora no Centro de Investigação em Ciência Política, dirige o mestrado em Relações Internacionais e é diretora do Departamento de Ciência Política da Escola de Economia, Gestão e Ciência Política da Universidade do Minho. É autora de diversos artigos científicos, relatórios, livros e capítulos de livros, com especial enfoque na inclusão política de imigrantes e cidadãos de origem migrante em Portugal, cidadania, identidades e nacionalidade, e cidadania política com perspectiva de género. Entre 2019 e 2024, exerceu funções como deputada eleita no Parlamento Europeu. Em 2024, foi distinguida com a medalha de prata de mérito da cidade de Braga.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9288-7814>

Email: isabelestrada@eeg.uminho.pt

Isabel Macedo é doutorada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e pela Universidade de Aveiro, na área da Comunicação e Cultura, com investigação sobre migrações, memória cultural e representações identitárias no cinema. É professora auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Integrou o projeto *Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2022–2025) e é atualmente membro do projeto europeu *CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage* (Horizonte Europa). É membro-fundadora da Associação Internacional de Pesquisadores das Culturas, onde exerce as funções de vice-presidente para a comunicação. Foi diretora da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (2022–2025) e é atualmente diretora do Museu Virtual da Lusofonia. A sua investigação centra-se nos estudos culturais, cultura visual, *media*, migrações e memória.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Email: isabelmaced@gmail.com

Jessica Gustafsson possui doutorado em Estudos de Mídia e atualmente é professora sénior de estudos de comunicação social na Södertörn University. Realizou pesquisas extensivas sobre mídia e grupos marginalizados. Algumas de suas publicações mais importantes são *Voicing the Slum: Youth, Community Media and Social Change in*

Nairobi, e Gender and Mobile Phone Usage in Kenyan Women's Everyday Lives e Domestic Connectivity: Media, Gender and the Domestic Sphere in Kenya.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2492-3905>

Email: jessica.gustafsson@sh.se

Júlia Afonso Lyra é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Jornalista pela mesma instituição. É vinculada aos Grupos de Pesquisa Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações, MIGRA-UFPE, e Diaspotics – UFRJ. Seus interesses de pesquisa se situam na interface entre o campo comunicacional e os estudos migratórios a partir da perspectiva da interculturalidade, com ênfase nas disputas e negociações por direitos, cidadania, pertencimento, igualdade e justiça social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8493-3921>

Email: juulialyra@gmail.com

Leonardo Moraes Lopes é graduado em História pela Universidade Veiga de Almeida (Brasil). Foi investigador do Núcleo de Estudos de Carnavais e Festas (NESCAFE/UFRJ), dedicando-se à pesquisa sobre carnaval e manifestações festivas. Possui mais de vinte anos de atuação no carnaval carioca. Atualmente, é doutorando em Estudos Culturais pela Universidade do Minho (Portugal).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6536-2189>

Email: lmorais.lopes@gmail.com

Lidia Peralta é professora catedrática na Facultad de Comunicación y Documentación, da Universidad de Murcia, na área de comunicação audiovisual, onde leciona disciplinas como teoria e análise do discurso audiovisual, design e direção de produção, e criação e difusão de novos conteúdos digitais. Leciona também no mestrado em Novos Media Interativos e Jornalismo Multimédia e no mestrado em Informação e Comunicação Científica desta faculdade. Integra o grupo de investigação LAB.COM. Andalucía, da Universidad de Málaga, onde codirige atualmente o projeto *Indicador de Responsabilidade Mediática para a Comunicação da Transição Ecosocial*. As suas linhas de investigação abordam temáticas de justiça social e ambiental. É autora do livro *Narrativas Cinematográficas ante la Transición Ecosocial: Del Cine Diagnóstico al Cine Antídoto* (2025). Foi professora convidada na Beijing Foreign Studies University e na Arab Academy do Cairo e Alexandria, e realizou estadas de docência e investigação em Taiwan, Itália, Grécia e Marrocos, entre outros países. É realizadora de documentários.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2934-0108>

Email: lidia.peralta@ugr.es

Lucas Novais é licenciado em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu (Brasil) e mestre em Antropologia Cultural pelo European Interdisciplinary Master in African Studies, realizado em consórcio entre a Universidade do Porto (Portugal), a Universität Bayreuth (Alemanha) e a Université Bordeaux Montaigne (França). É doutorando em Estudos Culturais pela Universidade do Minho (Portugal).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9132-725X>

Email: lucas.ferreira.novais@gmail.com

Lucas Arantes Zanetti é pesquisador de pós-doutorado na Escola Superior de Propaganda e Marketing (São Paulo, Brasil), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista. Membro do grupo de pesquisa Deslocar – Interculturalidade, Cidadania, Comunicação e Consumo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2019-8061>

Email: lucaszanetti66@gmail.com

Luiza Lins é investigadora colaboradora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Foi bolsista de pós-doutoramento no CECS entre 2022 e 2025, no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), e é atualmente colaboradora da equipa da Universidade do Minho no projeto europeu *CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage* (Horizon Europe, 2024–2027). É doutorada em Psicologia Social (2022) pela Universidade Federal da Paraíba (Brasil), tendo realizado o seu estágio doutoral na Universidade Complutense de Madrid (Espanha), e possui igualmente licenciatura e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (Brasil). A sua investigação recente centra-se em memória social, migrações e comunicação intercultural, com especial atenção às representações sociais do passado colonial, temas sobre os quais publicou capítulos de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais nos últimos anos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>

Email: luizaalins@gmail.com

Manuel Chaparro é jornalista e professor catedrático na Universidad de Málaga. Dirige o grupo de investigação LAB.COM.Andalucía. A sua investigação centra-se em políticas públicas, comunicação, pós-desenvolvimento e decolonialidade, bem como em cooperação internacional. É autor de diversas monografias, entre as quais *Claves para repensar los medios y el mundo que habitamos. La distopía del desarrollo* (Desde Abajo, 2015) e *Comunicación Radical: despatriarcalizar, decolonizar y ecologizar la cultura mediática* (Gedisa, 2022), em coautoria com Susana de Andrés.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5914-2973>

Email: mch@uma.es

Raissa Baroni é doutoranda em Património Cultural e Produção Audiovisual na Università di Torino. É membro do conselho do Centro de Modernismos Comparativos, em Turim, onde coordena a equipa editorial da revista científica *CoSMo | Comparative Studies in Modernism*. O seu trabalho académico foi publicado pela Edizioni ETS (*Attraversare le Migrazioni*) e pela Vecchiarelli Editore (*Lo Sguardo del Cinema Italiano Sulla Crisi dei Migranti*), entre outras publicações académicas. Em 2019, recebeu o prémio Best Graduates pela sua dissertação de mestrado. A sua investigação de doutoramento, intitulada “Migrant Mediascapes”, explora as dimensões simbólicas e imaginárias do cinema sobre migrações enquanto meio de compreensão intercultural.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2004-3588>

Email: raissa.baroni@unito.it

Rosa Cabecinhas (Bajouca, 1965) teve a sua primeira experiência migratória aos cinco anos de idade, quando foi “a salto” para França, acontecimento que despertou o seu interesse pela comunicação intercultural. É licenciada em Psicologia, mestre em Psicologia Social, doutorada e agregada em Ciências da Comunicação. É docente do Departamento de Ciências da Comunicação e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade no Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, tendo dirigido o mestrado em Ciências da Comunicação e o doutoramento em Estudos Culturais. Foi professora visitante em várias universidades na Europa, África, Américas, Ásia e Oceânia. Tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar, articulando as áreas da comunicação intercultural, média, memória social, migrações e diversidade. Coordenou o projeto *Migrações, média e ativismos em língua portuguesa: descolonizar paisagens mediáticas e imaginar futuros alternativos* (FCT), sendo atualmente coordenadora do grupo de Comunicação no projeto europeu *CONCILIARE - Confidently Changing Colonial Heritage* (Horizonte Europa).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Email: cabecinhas@ics.uminho.pt

Susana de Andrés é professora de Ética da Comunicação e diretora do Grupo de Investigação em Comunicação Audiovisual e Hipermedia (GIR GICAVH) da Universidad de Valladolid. É membro da Cátedra de Estudos de Género e integra a comissão académica do mestrado em Estudos Feministas e Intervenção para a Igualdade da mesma universidade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3015-9971>

Email: susana.andres@uva.es

Zahra Hosseini possui dois doutoramentos, em Tecnologia Educacional e em Média e Comunicação. Conta com mais de 30 anos de experiência em investigação e prática em design digital inclusivo e sistemas de informação com fundamentação pedagógica. O seu trabalho incide sobre o acesso à informação, a participação digital e o empreendedorismo entre migrantes e outros grupos em situação de vulnerabilidade na Finlândia. A sua investigação mais recente centra-se em serviços

de informação assistidos por inteligência artificial, confiança e equidade em ecossistemas digitais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0423-8529>

Email: zahra.hosseini@helsinki.fi

Comissão Científica

Alice Balbé, Universidade do Minho, Portugal

Ana Cristina Pereira, Universidade do Minho, Portugal

Ana Maria Silva, Universidade do Minho, Portugal

Anabela Carvalho, Universidade do Minho, Portugal

Carlos Alberto Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Carlos Pazos-Justo, Universidade do Minho, Portugal

Claudio Abdo, Universidade do Minho, Portugal

Davide Gravato, Universidade do Minho, Portugal

Denise Cogo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Fernando Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Helena Machado, Universidade do Minho, Portugal

Isabel Macedo, Universidade do Minho, Portugal

Jacob Cupata, Universidade Katyavala Bwila, Angola

João Sarmento, Universidade do Minho, Portugal

Lidia Peralta García, Universidad de Granada, Espanha

Lucas Arantes Zanetti, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Luís Cunha, Universidade do Minho, Portugal

Luiza Lins, Universidade do Minho, Portugal

Manuel Antunes da Cunha, Universidade Católica Portuguesa, Portugal

Mirian Nogueira Tavares, Universidade do Algarve, Portugal

Nicoletta Mandolini, Universidade do Minho, Portugal

Patricia Posch, Universidade do Minho, Portugal

Rafaela Granja, Universidade do Minho, Portugal

Rita Ribeiro, Universidade do Minho, Portugal

Rochelle Ann Fernandes, Birla Institute of Technology And Science Índia

Rosa Cabecinhas, Universidade do Minho, Portugal

Sheila Khan, Universidade Lusófona, Portugal

Teresa Pinheiro, Institut für Europäische Studien und Geschichtswissenschaften,
Alemanha

Tiago Vieira da Silva, Escola Superior Artística do Porto, Portugal



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade

Este livro reúne um conjunto plural de estudos e reflexões críticas sobre migrações e comunicação, a partir de debates originados no congresso internacional “Migrações e Comunicação na Era Planetária: Debates e Ações”, organizado no âmbito do projeto MigraMediaActs, cujo objetivo foi promover um espaço para questionar, repensar e reconstruir percursos comunitários através da comunicação, num contexto planetário fragmentado e polarizado, marcado por profundas desigualdades. Esta coletânea reúne contributos de autores de diferentes áreas do saber e oriundos de diferentes geografias, abordando um vasto leque de temáticas, entre as quais se destacam: o debate sobre políticas migratórias, direitos humanos, os procedimentos de vigilância eletrónica nas fronteiras e perfilagem automatizada com auxílio da chamada inteligência artificial; as dinâmicas das plataformas digitais e o impacto dos sistemas automáticos de datificação; as representações das migrações e das pessoas migrantes em discursos jornalísticos; a participação e agência de pessoas migrantes e de outros grupos minorizados nos média, e outras questões relacionadas com a conectividade e o acesso de pessoas migrantes à informação no contexto digital, bem como com as disputas em torno dos discursos de ódio e da xenofobia. Ao integrar investigações empíricas e análises críticas, este livro afirma-se não apenas como uma coletânea temática, mas também como um gesto político, evidenciando o papel da comunicação tanto na reprodução de hierarquias coloniais e desigualdades quanto na criação de espaços de resistência e na produção de contranarrativas.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-9074-94-1



9 789899 074941 >